

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
DOUTORADO EM HISTÓRIA**

**Marcos Alesandro Neves dos Santos**

**SOCIABILIDADES E MODOS DE VIDA EM UMA VILA OPERÁRIA: O  
CASO DE CAMARAGIBE (1900 – 1930)**

**Santa Maria, RS.**

**2023**

Marcos Alesandro Neves dos Santos

**SOCIABILIDADES E MODOS DE VIDA EM UMA VILA OPERÁRIA: O CASO DE  
CAMARAGIBE (1900 – 1930)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Diorge Alceno Konrad

Santa Maria, RS.

2023

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

Santos, Marcos Alesandro Neves dos Santos  
Sociabilidades e modos de vida em uma vila operária:  
O caso de Camaragibe (1900-1930) / Marcos Alesandro  
Neves dos Santos Santos.- 2023.  
166 p.; 30 cm

Orientador: Diorge Alceno Konrad  
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de  
Pós-Graduação em História, RS, 2023

1. Vila operária 2. Sociabilidade 3. Trabalho 4.  
Camarabibe 5. Brasil I. Konrad, Diorge Alceno II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

**Marcos Alesandro Neves dos Santos**

**SOCIABILIDADES E MODOS DE VIDA EM UMA VILA OPERÁRIA: O CASO DE  
CAMARAGIBE (1900 – 1930)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM,  
RS), como requisito parcial para a obtenção do título de  
Doutor em História.

**Aprovado em 9 de outubro de 2023.**

---

**Diorge Alceno Konrad, Dr. (UFSM)**  
(Presidente/Orientador)

---

**Mariana Flores da Cunha Thompson Flores, Dra. (UFSM)**  
Primeiro Membro Titular

---

**Glaúcia Vieira Ramos Konrad, Dra. (UFSM)**  
Segundo Membro Titular

---

**Flavio Weinstein Teixeira, Dr. (UFPE)**  
Terceiro Membro Titular

---

**Olivia Silva Nery, Dra (UFPEL)**  
Quarto Membro Titular

Santa Maria, RS.

2023

## AGRADECIMENTOS

A feitura desta tese deu-se nos quatro anos mais turbulentos da minha vida e da História recente do Brasil e do mundo. Em 2019, assumiu a cadeira de presidente de nosso País um homem que odiava a democracia e a produção de ciência. Em seguida, fomos assolados pela pandemia da COVID-19, a qual vitimou 700 mil vidas. Esta tese é dedicada a todas elas. A perseguição aos professores e pesquisadores, deixando marcas indeléveis em nossas vidas, seja com o negacionismo científico ou ações mais violentas como ataques físicos, propagação de Fake News sobre a vacina, a invasão de hospitais, tudo isso influenciou, de forma determinante, cada cidadão.

No âmbito pessoal, 2019 marcou minha mudança de Recife para a cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Infelizmente e juntamente com essa mudança desejada e planejada, ocorreu o adoecimento psicológico da minha mãe, com um grave estado de depressão que se faz presente até hoje. Tal processo acarretou o adoecimento físico e mental de toda a família. A finalização desta tese representa um ato de resistência e um “presente” a ela que sempre me incentivou em todos os planos.

Assim, inicialmente, agradeço a minha família, Marta, Antônio, Marcos e Leonardo. Essa tese não seria possível sem vocês ao meu lado. Meu amor por vocês é eterno. Agradeço aos gaúchos que me receberam de braços abertos, Gustavo Schuster, Sandi Mumbach, Rauanna Guerra, Arthur Varreira, Dienifer Viana, Richard Prestes, Nicole Scheneider e Paula Santana. O afeto, carinho e a atenção que recebi de vocês foi um importante combustível para esse período tão turbulento.

Um agradecimento especial a Camila Almeida, que sempre me apoiou academicamente com sua erudição e afetivamente, com sua sensibilidade nos momentos mais delicados. Perto (na cadeira ao lado) ou longe (4 mil quilômetros de distância) se fez presente em cada folha escrita. Sem ela, o processo teria sido ainda mais difícil, talvez impossível. Minha eterna gratidão.

Não poderia deixar de fora as pessoas que compõem o Programa de Pós-Graduação em História da UFSM, coordenadores e secretárias, sempre solícitas e sensíveis. Estar finalizando a tese com o Programa em crescimento é, sem dúvida, uma honra. Meus agradecimentos a Diorge Alceno Konrad, orientador a quem carinhosamente chamo de “meu velho”. Grato pela confiança em meu potencial nos momentos em que eu mesmo não acreditava e nas trocas não acadêmicas, envolvendo piadas de tiozão e memes futebolísticos. Estendo esse agradecimento a todos os membros da banca de qualificação, Eltern, Mariana, Flávio e Glaucia, professores

que, de modo assertivo, contribuíram para a elaboração desta tese. Em um mundo acadêmico tão boçal e com egos inflados, vocês demonstraram o quanto é possível contribuir sem afetar o já tão combalido psicológico dos alunos.

Por mais que essa tese tenha sido desenvolvida no Rio Grande do Sul, meus amores de Recife estiveram permanentemente em contato, amainando a saudade através de chamadas de vídeo, fotos e mensagens. Muito obrigado; Mago, Arruda, Maninho, Laurinha, Gi, Balu, Ciço, Preto, Diego, Luiz, Giovane e Yan. Companheiros de profissão que me impulsionam sempre a querer melhorar, nem sempre com palavras afetuosas, mas demonstram seu amor e respeito na forma que se doaram por todo esse período.

Por fim, agradecer a CAPES pelo financiamento que tornou possível materializar essa tese.

## RESUMO

### **SOCIABILIDADES E MODOS DE VIDA EM UMA VILA OPERÁRIA: O CASO DE CAMARAGIBE (1900 – 1930)**

AUTOR: Marcos Alesandro Neves dos Santos

ORIENTADOR: Diorge Alceno Konrad

Intitulada “Sociabilidades e modos de vida em uma vila operária: o caso de Camaragibe (1900-1930)”, tem como objetivo verificar o funcionamento e o cotidiano dos trabalhadores da Fábrica de Tecidos de Camaragibe. Defendida na Universidade Federal de Santa Maria, na linha de pesquisa, Cultura, Migrações e Trabalho. Ao longo do texto, analisaremos o processo de implantação das vilas operárias no Brasil, as peculiaridades do recorte espacial e as suas nuances, bem como a importância das Sociedades de Mútuo Socorro e os “Mundos do Trabalho” do Brasil, no Contexto do pós Abolição da escravidão. O elemento religioso também se encontra presente nas páginas desta tese, uma vez que – através da figura de Carlos Alberto de Menezes, diretor da Fábrica e um dos maiores militantes católicos do Brasil no período – ele condicionou desdobramentos na relação com os operários e no modelo de “organização cristã do trabalho”. Pretende-se, assim, entender como os trabalhadores, inicialmente inseridos em organizações fabris criadas pelos patrões, ressignificaram esses espaços, transformando-os em lugares de resistência. Tal ressignificação possibilitou a verificação de que a representação feita acerca da Fábrica de Camaragibe como ambiente livre da luta de classes, das greves, das manifestações e dos considerados “maus hábitos” não condizia com o cotidiano dos trabalhadores, pois as greves e os tensionamentos não deixaram de existir. Os operários de Camaragibe podem não atender as expectativas apaixonadas dos historiadores militantes que estão sempre a busca de grandes movimentos de ruptura, mas o cotidiano marcado por uma constante “queda de braço” denota uma consciência de si, dos seus e do contexto em que estavam inseridos.

**Palavras-chave:** Vila Operária; Sociabilidade; Trabalho, Camaragibe; Brasil.

## ABSTRACT

### **SOCIABILITIES AND WAYS OF LIFE IN A WORKING VILLAGE: THE CASE OF CAMARAGIBE (1900 – 1930)**

AUTHOR: Marcos Alesandro Neves dos Santos

ADVISOR: Diorge Alceno Konrad

This doctoral thesis, entitled “Sociabilities and ways of life in a working-class village: the case of Camaragibe (1900-1930),” aims to verify the inner workings of and daily life of workers at the Fábrica de Tecidos de Camaragibe. Throughout the present, we will analyze the implementation presented of working-class villages in Brazil, the peculiarities of the spatial cut and its nuances, as well as the importance of Mutual Organization Societies and the Brazilian working worlds in the present of the post-abolition of slavery. The religious present present in the pages of this thesis, since – through the figure of Carlos Alberto de Menezes, who was the director of the factory and one of the biggest Catholic militants in Brazil at the time – he conditioned developments in the relationships between workers, as present as the organizational concepts of “christian work organization”. Its is intend, therefore, to understand how workers, initially placed in labor organizations created by the bosses, re-signified these spaces, thurner them into spaces of resistance. This re-signification made it possible to verify that the traditional representation of the Fábrica de Camaragibe as na environment free of class struggle, strikes, of the demonstrations and what were considered “bad habits” did not match the daily lives of workers, as strikes and tensions did not fail to exist. Camaragibe’s workers may not meet the passionate expectations of militant historians who are always in search of major rupture movements, but their everyday life was marked by a constant “arm wrestling” that denotes a consciousness of themselves, their own and the present in which they were present.

**Keywords:** Working Villages; Sociability; Work, Camaragibe; Brazil.



## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1- Disposições sobre a fundação da fábrica .....	31
Imagem 2 - Vista externa da Fábrica de Tecidos de Camaragibe. ....	33
Imagem 3- Parte interna da Vila Operária de Camaragibe.....	37
Imagem 4 - Escudo do Torre Sport Club .....	39
Imagem 5- Escudo do Guarany Esporte Clube, já remodelado no ano de 1920 .....	40
Imagem 6 - Papa Pio XII e os operários.....	60
Imagem 7 - Leon Harmel. ....	68
Imagem 8 - Programa de Ensino das Escolas da Vila Operária de Camaragibe. ....	69
Imagem 9 - Carta de Carlos Alberto de Menezes. ....	103
Imagem 10 - Busto em homenagem a Carlos Alberto de Menezes. ....	104
Imagem 11 - Círculo Católico de Camaragibe. Ano: 1927.....	106
Imagem 12 - Nossa Senhora da Conceição .....	111
Imagem 13 - Greve. Jornal A Província. 07 mar. 1911.....	134
Imagem 14 - Polícia em Camaragibe. Jornal do Commercio.....	137
Imagem 15 - Aviso de paralisação. ....	138

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	10
CAPÍTULO 1 - VILAS OPERÁRIAS: UM PROJETO BURGUEÊS PARA O BRASIL .....	19
1.1 A Influência Europeia .....	19
1.2 Vilas Operárias no Brasil e Camaragibe .....	29
1.3 O Trabalho como Redenção de Raça e Classe .....	42
CAPÍTULO 2 - A ENCÍCLICA RERUM NOVARUM E OS TRABALHADORES.....	53
2.1 Protestantismo: um Inimigo a Ser Combatido.....	53
2.2 A Ação Católica e a Encíclica <i>Rerum Novarum</i> .....	61
CAPÍTULO 3 – SOCIEDADES MUTUALÍSTICAS E SEU PAPEL NO FINAL DO XIX.....	79
3.1 Questões conceituais .....	81
3.2 Religião, Mutualismo e os “Mundos do Trabalho” .....	91
CAPÍTULO 4 - A CLASSE TRABALHADORA NÃO ESTAVA NO “PARAÍSO” .....	115
4.1 O “Paraíso” Não Existe .....	120
4.2 Pernambuco, Palco de Greves .....	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	149
REFERÊNCIAS .....	152
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	160
FONTES DOCUMENTAIS.....	164

## INTRODUÇÃO

Esta tese foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), na linha de pesquisa Cultura, Migrações e Trabalho. A tese justifica-se pela necessidade de analisar as sociabilidades<sup>1</sup>, pois, de acordo com a documentação coletada, é possível contribuir para uma maior percepção da vida dentro deste perímetro específico, aspecto pouco abordado na historiografia nacional. O objetivo da tese é historicizar os fatos que ocorrem na Fábrica de Tecidos de Camaragibe e traçar um paralelo entre o discurso dos patrões e a experiência dos trabalhadores do local, essa análise se dará através das associações inicialmente organizadas pelos patrões, no início do século XX, a fim de atender seus anseios de tentativa de controle sob os operários, passando por um processo de resignificação por parte dos trabalhadores da Fábrica, transformando-os em espaços de resistência.

O estudo é um desdobramento da minha dissertação de mestrado, *Vilas operárias: centros de ordem e exclusão na Vila Operária de Camaragibe- PE, (1900-1929)*, na qual analisei a arquitetura projetada com a finalidade de oferecer aos patrões um maior ordenamento e exclusão do operariado, através de um conjunto de normas que deveriam ser seguidas para que pudessem trabalhar e morar no local. No entanto, tais estudos, feitos na dissertação, impossibilitaram que esses sujeitos “aparecessem” na narrativa. Assim, analisar uma vila operária com o devido destaque para os trabalhadores, sem dúvida, é um dos grandes impulsionadores para que essa tese fosse elaborada. Desta forma, para dar o enfoque desejado e necessário, foi preciso um novo olhar sobre as fontes (e em novas fontes) para que esses sujeitos, outrora escondidos sob uma narrativa que privilegia discursos patronais e debates que estão distantes da nova história do trabalho, pudessem aparecer aqui.

A escolha que me moveu na temática no mestrado foi uma questão também afetiva, pois, além de morar próximo a Fábrica de Tecidos de Camaragibe, hoje desativada, me chamava atenção as linhas de ônibus com itinerário “Vila da Fábrica”. Enquanto criança, eu pensava: que fábrica seria essa? Fábrica de que? Ainda funciona? Tais questionamentos foram sanados na dissertação. No entanto, outros novos surgiram. Por isto, acredito que as ciências humanas como um todo seja “ciência de velho”, sendo que apenas com um pouco mais de maturidade conseguimos nos questionar e lidar com materiais que estavam na nossa frente, mas que eu não tinha ferramentas para extrair.

Onde estavam os trabalhadores da Fábrica? Quem eram seus patrões? Como se relacionavam? Como seria residir em uma Vila Operária? Ocorreram greves, atritos? Como funcionavam as associações e quais os seus objetivos dentro daquele espaço tão singular? Nessas perguntas que serão respondidas nas próximas páginas, a figura central desta tese é o trabalhador, o operário, o personagem que ficou soterrado por uma visão das fontes que me conduziram, outrora, a versar mais sobre questões estruturais do que propriamente as vivências e as alianças entre as classes patronais e políticas no estado de Pernambuco.

Ao contrário do que boa parte da historiografia nacional aborda, Pernambuco não representa apenas meras filiais ou reproduções em pequena escala da experiência no dito “centro” do Brasil. A Fábrica de Tecidos de Camaragibe possui singularidades que a destacam em meio as demais fábricas brasileiras, em especial se formos nos ater ao seu caráter católico, ou como verifiquei ao longo da tese, a fábrica mais importante no Brasil no que diz respeito a Organização Social Cristã do trabalho, no início do século XX. Apenas esse aspecto seria plausível para o desenvolvimento de diversos trabalhos sobre a temática, principalmente sendo o Brasil o maior país católico do mundo, atualmente.

Porém o que se vê é uma “síndrome do esquecimento”. Os trabalhos são raros, contando-se nos dedos de uma mão (minha dissertação pode ser o dedo mindinho) a produção historiográfica sobre o tema. As vilas operárias, em geral, são mais estudadas pela arquitetura do que pela História. Um estado da arte comprova essa afirmação, sem grandes problemas. Mas por quê? Mesmo com a inegável abertura de leque para novas análises e novos temas, a vida dos trabalhadores, nesses espaços, continua sendo relegada a segundo plano. E se esses trabalhadores estiverem fora do sindicato e inseridos em sociedades mutualísticas, o “esquecimento” é ainda maior.

Ao longo do trabalho, tento fazer poucas vinculações com modelos autoexplicativos que pouco explicam (perdão pela redundância), aqueles que procuram demonstrar nossa industrialização como uma réplica, um esboço do caso paulista, ou sobre a formação da nossa classe operária “cheia” de imigrantes iluminados e experientes que trariam luz as trevas da ignorância dos nossos operários. Me proponho a algumas reflexões, rupturas e análises que podem ser respondidas, também (não apenas), olhando para a nossa própria história econômica, social e cultural.

Um dos pontos que serão abordados ao longo da tese será o papel da Sociedade de Mútuo Socorro, verificado é fundamental para a formação da classe em Camaragibe. É possível traçar um paralelo com a Sociedade Londrina de Correspondência, trazida por Edward Palmer Thompson, em *A formação da classe operária na Inglaterra*. O processo de transformação da

mutual, outrora espaço idealizado pelos patrões, com o intuito de dirimir conflitos sociais, em espaço de contestação, denota uma ação dos trabalhadores da Fábrica, no sentido de reivindicar melhorias no seu cotidiano, em termos de salário e condições de vida. Com este procedimento, segundo Thompson, é possível identificar

os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real (THOMPSON, 2001, p. 274).

Um passo importante na construção desta tese foi estar atento ao diálogo profícuo entre os chamados Mundos do Trabalho e o processo de formação da cidade moderna, com as ações de remodelamento urbano e as consequências na vida dos trabalhadores. Friedrich Engels (2010) foi um dos primeiros a descrever a condição da classe trabalhadora na Inglaterra, do século XVIII ao início do XIX, dando destaque às questões ligadas ao tempo, às condições de vida, os salários, a especialização para o exercício de sua função, bem como algumas ideias (sejam socialistas, owenistas, sindicalistas etc.) que permeavam as bases políticas daquela classe contra a exploração.

Porém, por mais que a associação entre esses dois campos seja bastante ampla, por várias décadas a historiografia negligenciou tais análises ou as relegou como mero pano de fundo dos fatos, sem importância. Tal postura teve um fim com a abertura de leque documental e, principalmente, pelas perspectivas que possibilitaram investigar, de forma mais atenta, a experiência de trabalhadores em espaços singulares, como uma vila operária. Assim, passou a ser importante, investigar como viveram e se relacionaram nesses espaços, com seus pares, sem perder de vista a percepção que os próprios sujeitos tinham do local e como reagiram nesses cenários.

E esse será o prisma de análise das fontes que serão trabalhadas na tese, visualizar “os de baixo” na documentação, fazer uma leitura a contrapelo para que seja possível mesmo na documentação oficial da Fábrica de Tecidos de Camaragibe situar esses sujeitos. Quando necessário, faremos o cruzamento com outras fontes, jornais em sua grande maioria, onde teremos acesso a informações um pouco mais aprofundadas de eventos que ocorreram na fábrica e não eram do interesse dos patrões que fosse publicizado.

Verificar o espaço em que viveram os trabalhadores em uma vila operária, auxilia no melhor entendimento das dinâmicas do processo de construção de classe. Sendo assim, afirmo que aqueles que residiam em Camaragibe e que estavam integrados ao ambiente forjado pelos patrões, com armazém, igreja, escola, centros de oração e recreação, também estavam compartilhando experiências entre si, dando forma a sua identidade coletiva, contínua e cotidianamente. A classe, enquanto processo contínuo de formação, pode ocorrer quando indivíduos constroem redes entre si, dentro de um espaço comum (THOMPSON, 1997).

Termos como cidade, espaço e urbano precisam ser problematizados, pois representam parte

importante no processo de compreensão das disputas e vivências que ocorreram entre os trabalhadores, os patrões e as forças repressivas. Dessa forma, me amparo nos estudos de Mike Savage (2004), o qual incorpora as nuances espaciais às questões dos “Mundos do Trabalho”. O autor utiliza o conceito “insegurança estrutural” que pode ser aplicado ao caso da Vila Operária de Camaragibe, uma vez que aborda a especificidade da vida dos operários. Dessa forma, verifica-se que é possível tratar das questões ligadas ao labor e os seus inevitáveis conflitos, bem como sobre as formas que os trabalhadores utilizaram para resistir às investidas dos patrões, frente à insegurança de habitarem em uma casa que estava atrelada ao seu emprego, uma vez que, demitidos, teriam que se retirar também da residência.

Ao vivenciarem a insegurança relacionada à sua moradia, os moradores da Vila criaram estratégias para amenizar a instabilidade, tendo na sociabilidade o principal foco de resistência, quando redes foram construídas com o intuito de auxiliar uns aos outros. As tentativas de amenizar as dificuldades, frente às intenções de controle por parte dos patrões, os quais munidos do controle sob a residência, incidiam sobre a vida dos trabalhadores das mais diversas formas.

O recorte temporal de 1900 aos primeiros anos da década 30 se fez necessário em função do início da Corporação Operária de Camaragibe, marco da “união” das associações existentes com objetivos de amainar os possíveis conflitos e as discordâncias tão costumeiras nas relações patronais e empregados. A partir de 1900, a Fábrica passou a “ofertar”, de forma mais consistente, a estrutura que será abordada ao longo do trabalho, com associações recreativas e de caráter mutualístico. Finalizar nos primeiros anos da década de 30 se justifica pela mudança paulatina que ocorre no panorama político que o Brasil passou, com a ascensão de Getúlio Vargas ao Governo e com maior intervenção do Estado no que diz respeito às iniciativas industriais sobre as vilas. É importante destacar que a inserção maior do Estado nas vilas, de forma progressiva, modificou a organização da Corporação Operária, citada no início do parágrafo. A decadência das associações mutualísticas, paulatinamente, vai perdendo força em meio a “disputas” com outras formas de organização, como os sindicatos ou outras formas incentivadas pelo governo, como os círculos operários cristãos. Não podemos deixar de mencionar que um dos fatores que encerram o nosso recorte nos primeiros anos da década de 30 se dá, tendo em vista que a Encíclica *Quadragesimo Anno* foi publicada em 1931, estava atendida com as questões centralizadoras do que diz respeito aos espectros políticos, tão em voga nesse período pós Primeira Guerra e Pós Crise de 1929.

Nesta tese, o termo “nova história do trabalho” está presente e ele não poderia estar solto. Assim, uma justificativa e uma problemática sobre essa questão se faz necessária, afinal, se existe uma “nova”, qual seria a “velha”, ou “antiga”? Estaria esta ultrapassada? Quais seus supostos vícios que a colocam no banco dos réus para ser julgada e substituída por uma “nova abordagem”? Antes da década de 1970, houve uma caracterização de um leque de abordagens mais restritas, dando grande vazão a temas como greves e sindicatos, entre outros aspectos de uma história mais institucional.

A história social nasceu sob um prisma de análise atrelado à crítica de vários historiadores para com o viés factual, de inspiração rankeana, que não possibilitava a visibilidade dos cidadãos comuns, mas uma narrativa dos grandes acontecimentos e dos grandes heróis. As críticas a essas perspectivas se

fizeram durante vários anos, sob as ponderações de nomes como Marc Bloch, conclamando por uma História que abarcasse uma visão mais ampla, o que Michelle Perrot (2006) intitularia os “excluídos da História”. Nomes como Edward Palmer Thompson e Eric Hobsbawm avançaram no sentido de uma “história vista de baixo”, sendo a história social uma perspectiva, um prisma de análise.

Sendo assim, partindo do pressuposto que os trabalhadores estão incluídos nesse grupo das pessoas “de baixo”, é fácil relacionar a aproximação dos historiadores do trabalho da história social, tornando possível uma história social do trabalho. A linha proposta por Hobsbawm, expressa em seu artigo “O desafio da razão: manifesto para a renovação da história”, que discorda do título “história social”, afirma que nenhuma narrativa histórica pode estar apartada do seu sentido social, de como sobrevivem, se organizam, produzem e se relacionam com as instituições do seu contexto, devendo estar presente em qualquer viés analítico. Sendo assim, o historiador prefere falar em história da sociedade ao invés de história social. Dessa maneira, o autor verifica uma história social do trabalho, não sendo possível apartá-la disso. Seguimo-lo:

Em consequência, as novas perspectivas para a história também devem nos levar a essa meta essencial de quem estuda o passado, mesmo que nunca seja, cabalmente, possível de ser realizada: a história total. Não a história de tudo, porém a história como uma teia indivisível, de onde se interconectam todas as atividades humanas (HOBSBAWM, 2009, p. 15).

No artigo “A dialética invertida: 1960-1990”, Emília Viotti da Costa (1994) aponta algumas características da “nova história do trabalho”, em que as nossas percepções sobre os trabalhadores, sobretudo, advinda do meio rural, são amplamente abaladas. A utilização de novas fontes enriquece as análises e possibilitam um contraponto à historiografia tradicional, a qual, em grande parte, relata os migrantes rurais como vítimas de manipulação por líderes carismáticos, não contribuindo para a formação ou fortalecimento da classe operária urbana. Contra a teoria da debilidade, estudos foram realizados com o intuito de viabilizar a História desses sujeitos subalternos, os quais estão soterrados por narrativas simplistas.

A nova geração de historiadores passou a questionar balizas teóricas até então intocáveis para a historiografia do trabalho, como por exemplo, os conceitos de base e superestrutura e o modelo de classe como algo estático, rígido (COSTA, 1994). Ganhou terreno as análises outrora “subjetivas”, a partir da experiência dos trabalhadores em ambientes fora da fábrica. Restringir o operário a sua questão laboral prejudicava uma análise mais ampla, principalmente em uma vila, local que produz vivências singulares entre trabalhadores e patrões. A análise de seus atos fora do ambiente produtivo, seus momentos de lazer e suas práticas de higiene, são aspectos enriquecedores para que possamos visualizar suas resistências, em meio às tentativas de cerceamento (DECCA, 2004).

A documentação utilizada sobre Camaragibe inclui atas de reuniões que ocorreram na

Vila e documentos ligados à família de Carlos Alberto de Menezes. Listas de pontos que foram debatidas nas reuniões das associações internas, de viés religioso ou recreativo, nos aproximam um pouco mais da vivência dos moradores. Os estatutos fornecem subsídio para que a dinâmica do funcionamento da Fábrica seja verificada, pois ali estavam expostos os critérios de admissão dos sócios, os valores de contribuição, os objetivos do grupo, as datas a serem comemoradas e a composição do corpo diretivo, entre outros aspectos.

A análise dos estatutos é parte importante para a tese, pois através dela teremos uma ideia acurada para compreender o funcionamento das associações e sua atuação. Nos estatutos, podemos ver o que era esperado daqueles que as compunham, assim como os direitos e deveres que tinham de ter. Porém, esse tipo de fonte também apresenta algumas limitações, haja vista que as associações precisavam passar pelo crivo dos diretores da Fábrica a fim de ganhar ares de legalidade e poder contar com as benesses. Ou seja, é possível que alguns pontos do estatuto estivessem lá para saciar anseios que não fossem diretamente dos trabalhadores, no entanto, como espaço de disputa, verifica-se as divergências entre o que estava no papel e o que era vivenciado. Podemos observar que na “letra fria” do estatuto, a moralidade e o ordenamento burguês eram tomados como modelo pela classe trabalhadora<sup>1</sup>.

As fontes citadas acima, nos permitem uma visão privilegiada de alguns acontecimentos da Fábrica e suas tensões nas relações e contradições entre patrões e empregados. Nas atas da Sociedade de Mútuo Socorro podemos perceber, em alguns meses, uma alta taxa de participação dos trabalhadores, em contraste com reuniões mais esvaziadas. Os documentos do posto médico, que em tese dariam conta de doenças como cólera e leptospirose, demonstram que, apesar do discurso que as casas da Vila seriam salubres e opostas as moradias do centro, como os antigos sobrados e mocambos, também enfrentavam problemas em relação à higiene. Essas contradições, entre o propagado pelos patrões e o experienciado no cotidiano dos trabalhadores, nos chama atenção, sendo que será destinado um capítulo específico para verificarmos essa questão.

No acervo disponibilizado pela Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), podemos ter informações sobre o forte perfil católico presente em Camaragibe, onde várias ações foram influenciadas pelo catolicismo social<sup>2</sup>. Outro aspecto relevante era a relação entre os patrões e

---

<sup>1</sup> Moralidade e ordenamento não são preceitos que dizem respeito apenas a burguesia. No entanto, no texto, me refiro a esses dois conceitos à luz do que a burguesia, enquanto classe, almeja e projeta para as chamadas classes populares.

<sup>2</sup> Catolicismo social pautado nos princípios da *Rerum Novarum* que buscava criar uma relação em que os conflitos fossem resolvidos sem recorrer às greves e protestos, e que podiam aproximar os operários das ditas “ideologias vermelhas”.



os operários, feita de altos e baixos, no que diz respeito a questionamentos e advertências, tendo como ponto a ser destacado e trabalhado, ao longo da tese, o questionamento feito em 1906, a Pierre Collier<sup>3</sup>, por conta do baixo nível de caixa da Corporação. Tais acontecimentos, os quais serão abordados, além da riqueza das fontes, demonstram o quanto é possível visualizar o cotidiano na Vila e o quanto difere do discurso oficial de ambiente livre de discordância e da moradia ideal para o que é experienciado pelos trabalhadores.

Os jornais têm sua relevância para pesquisa, uma vez que, a partir deles, é possível obter algumas informações que não estão presentes na documentação oficial da Fábrica, a exemplo da greve em Camaragibe, que será abordada ao longo da tese. Dos jornais de publicação extensa, o foco está voltado para o Diário de Pernambuco, o Jornal Pequeno, A Província, o Jornal do Recife e algumas edições de jornais operários de menor tiragem, como O Operário e a Tribuna Operária. A maioria destes está digitalizada na Fundação Joaquim Nabuco, no Arquivo Público de Pernambuco, bem como para consulta no sítio da Companhia Editorial Pernambucana (CEPE).

A pesquisa documental tem o objetivo de considerar os pormenores necessários à análise desse tipo de fonte. Preocupamo-nos numa descrição profunda da fonte e pretendemos investigar seus aspectos de produção. Ou seja, levaremos em consideração o período em que foi escrita, por quem foram escritas, as intenções de quem as escreveu e os discursos que permeavam tal texto (LE GOFF, 2013). Por fim, o paradigma conjectural e indiciário será o ajuste “focal” para costurarmos os rastros (GINZBURG, 1989).

Sobre as fontes utilizadas em estudos com foco no associativismo e no mutualismo, “normalmente” ou se encontra um cabedal de fontes que cerquem eficientemente determinada associação, ou são fontes escassas e dispersas, levando o pesquisador a investigar fontes complementares, capazes de permitir uma análise profícua. A segunda opção foi vivenciada na pesquisa, uma vez que não é possível localizar a documentação referente a todas as associações da Vila, seus estatutos, regimentos e atas de reunião, entre outros que poderiam fornecer um maior arcabouço para o estudo.

A tese será composta por quatro capítulos. No primeiro, “Vilas operárias: um projeto burguês para o Brasil”, terá uma análise do surgimento das vilas e o seu papel de atender uma demanda da nova burguesia industrial, a qual objetivava criar um espaço para os trabalhadores habitarem, um local que fosse oposto às moradias populares situadas no centro da cidade. Sendo

---

<sup>3</sup> Genro de Carlos Alberto de Menezes, membro do corpo diretivo da Fábrica e, por um tempo, tesoureiro da Associação de Mútuo Socorro de Camaragibe

assim, conceitos de salubridade e higienismo serão abordados ao longo do capítulo, com o intuito de analisar como esses sujeitos eram representados pelas classes dominantes locais<sup>4</sup>.

Contando com o auxílio dos médicos e da imprensa, cada vez mais os operários foram tendo seus hábitos e costumes observados e estigmatizados por aqueles que prometiam uma cidade moderna, segura e longe das epidemias, tão comuns no século XIX e início do XX. Obras de modernização foram implantadas pela cidade, seguindo a tendência de romper com os traços do Brasil escravista, tendo como consequência a criação de parques, alargamento de ruas e avenidas e o combate às habitações populares, sendo os cortiços e os mocambos os alvos prediletos dos médicos e sanitaristas do período<sup>5</sup>.

No segundo capítulo, “A Encíclica *Rerum Novarum* e os Trabalhadores”, verificarei o papel que a Igreja Católica exerceu no processo da implantação da Vila Operária de Camaragibe e como se deu o debate em torno da *Rerum Novarum*, o qual versava sobre a questão social dos trabalhadores. Por mais conflitante que fosse estabelecer um consenso nas tensas relações e contradições entre patrões e empregados, havia uma necessidade em mitigar as precárias condições de vida dos trabalhadores, sem que esse posicionamento viesse a propagandear ideias “vermelhas”. A Encíclica não se posicionava contra a propriedade privada nem aos lucros capitalistas, pelo contrário, fazia expressa defesa da mesma como um direito do homem, sendo seu grande objetivo impedir que levantes sociais ocorressem, à exemplo do que acontecia na Europa.

Os debates acerca do combate a outras religiões no Recife, em especial ao protestantismo, passando pela militância católica de Carlos Alberto de Menezes, dono da Fábrica de Tecidos de Camaragibe, sua participação em congressos católicos e na vida política da cidade, possibilitam as afirmações feitas. A Fábrica de Tecidos de Camaragibe foi a maior fábrica no Brasil a adotar os princípios da *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII, norteadas pela Ação Católica Social e com ligações internacionais que possibilitaram a Fábrica adotar tais preceitos. Quanto à documentação, lanço mão dos anais de eventos médicos, eventos católicos, discursos de Carlos Alberto de Menezes e documentos internos da Fábrica. O aspecto religioso

---

<sup>4</sup> Não se pode apartar esse debate sobre a implantação das vilas operárias dos discursos de combate à ociosidade e como o Estado. Desde o Império, já se demonstrava sua preocupação com a dita vadiagem das chamadas classes populares nos centros urbanos do País. Ver mais em: FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos e vadios na Bahia do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, Salvador, 1994.

<sup>5</sup> O discurso era utilizado com o intuito de promover obras de viés higienista, as quais visavam uma exclusão da população que ocupava esses espaços, atendendo aos anseios de uma classe dominante local que clamava por uma cidade tida como moderna para os seus conceitos. A cidade moderna, entendida como salubre e uniforme, do ponto de vista estético, “com ruas alinhadas, construções suntuosas e pobres expulsos das áreas centrais, começa “a ser gestada” (TEIXEIRA, 1994).

é central para que possamos compreender as decisões tomadas, as formas de organização de trabalho e as associações internas, entre outros aspectos explicitados no capítulo.

No terceiro capítulo, “Sociedades mutualísticas e seu papel no final do XIX”, farei uma breve discussão historiográfica sobre as mutuais, me opondo a determinadas interpretações. Até o início dos anos 1980, os debates<sup>6</sup>, com raras exceções, tratavam de ler o associativismo no Brasil como uma “espécie de pré-história da classe operária”. A partir de fins da mesma década, uma nova geração de historiadores debruçou-se nas pesquisas sobre o mutualismo no Brasil. Arquivos e fontes inéditas para o estudo das associações começaram a ser investigadas, trazendo abordagens e interpretações renovadas sobre a temática, o que resultou em análises que puderam compreender as variadas formas que as práticas da ajuda mútua assumiram na nossa sociedade dos séculos XIX e XX.

Nas últimas décadas, a produção historiográfica, voltada para o Movimento Operário no Brasil, vem contestando, contundentemente, a tese (sem comprovação empírica) de que o mutualismo constituiu uma espécie de proto-sindicalismo no século XIX, que mais tarde evoluiria para a formação de associações de resistência no âmbito político das esquerdas. A experiência mutualista representou um nível significativo da capacidade de organização da sociedade civil brasileira, em torno do direito à proteção social, uma estratégia de sobrevivência importante entre os trabalhadores, no contexto de crise da Monarquia escravista e da construção da ordem republicana. O mutualismo funcionou como locus de agregação de identidades e interesses compartilhados, reforçando os laços de solidariedades horizontais, edificando espaços de sociabilidade e de lazer para seus integrantes.

A ideia de civilização e progresso, somada aos valores e às práticas associativas, tem grande peso na construção da sociedade liberal. Na sua origem europeia, de início do século XIX, refletiu a fragmentação social vigente. As classes ‘subalternas’ não compuseram os quadros de associados das organizações das classes dominantes letradas, e a burguesia proprietária não ficou de fora das experiências associativistas. Reuniram-se em entidades de classe que protegiam seus interesses econômicos e de atuação política. Trabalhadores também se organizaram em entidades de classe, pois entendiam que eram fundamentais para suas estratégias de sobrevivência. Importante destacar que as sociedades de mútuo socorro, que se instalaram no Brasil, não são uma mera adaptação do que ocorria na Europa, como algumas teorias precipitadas afirmam. As questões mutualísticas no País têm uma relação mais estreita

---

<sup>6</sup> Nomes como Boris Fausto (Trabalho urbano e conflito social), Celson Furtado (Formação Econômica do Brasil), Hemínio Linhares (Contribuição as lutas operárias no Brasil) e Caio Prado Júnior (Formação do Brasil Contemporâneo), fazem parte desse grupo.

com o fim das corporações de ofício, proibidas pela Constituição de 1824.

Vou lançar mão da documentação interna (atas de reunião, estatuto da Associação) e da historiografia sobre o tema, assim como verificar, ao longo do capítulo, as ressignificações que foram feitas. A adoção de preceitos que também eram caros aos burgueses (ordenamento, moralidade, trabalho bem feito e instrução), como forma de respeitabilidade, também estará presente neste capítulo. Pretendo ressaltar as diferenças entre uma "mutual de vila operária" para outra, situada em um espaço sem tais singularidades. Traçar essa diferença estrutural, que vai se refletir no dia a dia de Camaragibe, é importante para que possamos apresentar a relevância de estudar "essa parte" da História dos trabalhadores.

No quarto e último capítulo desta tese, lançarei questões referentes as distorções entre o propagandeado e o experienciado no capítulo intitulado, "A classe trabalhadora não estava no paraíso". O objetivo é verificar as divergências entre o propagado pela diretoria da Fábrica de Tecidos de Camaragibe e o que estava sendo experienciado pelos trabalhadores intramuros da Vila. O intuito dos diretores da Fábrica de forjarem uma representação, que por vezes não condizia com a realidade, fosse na suposta ausência de problemas com os operários, fosse na ausência de greves, acidentes, doenças e na suposta assistência aos operários.

Tais discursos estavam sendo proferidos nos congressos médicos e católicos, entre outros, nas páginas dos balanços internos da Fábrica e em alguns jornais da cidade do Recife. No entanto, ao nos defrontarmos com um cruzamento de fontes diversas (jornais operários, fontes da Igreja) podemos perceber que o que havia em Camaragibe, no campo dos discursos dos patrões, não era exatamente o que era vivido pelos trabalhadores.

Esse segundo ponto encontraremos de forma mais detalhada em jornais que circulavam pela cidade e que davam conta de greves e demissões em Camaragibe. Ainda neste capítulo, pretendo demonstrar como os trabalhadores ressignificam espaços projetados pelos patrões para o controle em lugares de disputa. Além da documentação interna da Fábrica e dos jornais que contradizem os relatórios dos acionistas, lançarei mão das obras de Edward Palmer Thompson e Eric Hobsbawm para fazer uma discussão sobre a resistência dos trabalhadores na Vila Operária de Camaragibe.

## **CAPÍTULO 1 - VILAS OPERÁRIAS: UM PROJETO BURGUEÊS PARA O BRASIL**

### **1.1 A Influência Europeia**

Durante o século XVIII, a Inglaterra estava às voltas com a Revolução Industrial, evento que modificou, de forma intensa, o processo de produção, uma vez que a burguesia passou a

exercer um controle mais amplo sob o proletariado. A “Revolução” ocorre quando a produção passou das pequenas oficinas artesanais, para um perímetro específico, com o nascimento da fábrica (DECCA, 2004), alterando não apenas as relações entre as duas classes citadas anteriormente, mas a vida dos que moravam nas cidades foi impactada pela crescente urbanização, em especial para a vida dos trabalhadores pobres, que residiam em habitações precárias e passavam a ser alvo das investidas policiais e governamentais.

A parca estrutura das cidades (ENGELS, 2010), no século XVIII, não era capaz de suportar o crescente adensamento populacional. Dessa forma, problemas relacionados à moradia, epidemias, delinquência urbana e prostituição, entre outros, emergiam como atrelados a população pobre da cidade. A “solução” não passava pela melhoria da qualidade de vida, aumento de salários ou investimentos públicos em áreas de saúde e educação. As teorias higienistas que estavam em voga, na Europa, apontavam que as causas dos problemas eram a moradia operária, assim como os hábitos e costumes dos seus moradores.

Uma obra importante para que possamos compreender as questões higienistas na Europa é *Classes labourises et classes dangereuses a Paris, pendant la première moitié du XIX siècle*. Nesse livro, Louis Chevalier, verifica que o movimento higienista na França associa à classe trabalhadora, em geral, às questões ligadas ao crime, à doença e à degeneração moral. Diante desse panorama, o projeto do Barão de Haussman, baseado em um profundo remodelamento urbano, na destruição de casarões antigos, no alargamento das ruas, na construção de avenidas, em casarões modernos, em praças arborizadas e, o mais importante, a uma cidade estruturada para dificultar os protestos e barricadas oriundas da população pobre. Esse conceito passava a estar presente como modelo a ser seguido por diversas cidades do mundo. Não se pode dissociar o higienismo do desdobramento do projeto de Modernidade forjado pela burguesia. Ao se falar em Modernidade, é importante situar como parte integrante do capitalismo em sua fase industrial. O espaço urbano não representa o ponto de partida nem o ponto de chegada desse projeto, mas, sim, um meio para realizar suas intenções. Conforme Lefebvre,

O espaço é um instrumento político intencionalmente manipulado, mesmo se a intenção se dissimula sob as aparências coerentes da figura espacial. É um modo nas mãos de “alguém”, individual ou coletivo. Isto é de um poder (por exemplo, um Estado), de uma classe dominante (a burguesia) ou de um grupo que tanto pode representar a sociedade global, quanto ter seus próprios objetivos (LEFEBVRE 2008, p. 44).

O Barão de Haussmann foi responsável por influenciar o modelo de remodelamento urbano seguido no Brasil. Avenidas largas, praças arborizadas, demolição de casarões com arquitetura antiga, inauguração de cafés e cinemas, o que ocasionava uma valorização dos

centros urbanos. No entanto, o que seria feito com a população que habitava essa Região e era “diagnosticada” como problema a ser resolvido? Para Friederich Engels, crítico das ações tomadas pelo francês, o método aplicado não solucionava o problema, uma vez que a burguesia, enquanto classe social, não compreendia a realidade da população pobre dos centros urbanos, criando um problema (ENGELS, 2010).

Devido à forte influência da *Belle Époque* e da receptividade que as ideias higienistas tinham no Brasil, após o a Proclamação da República, não é um equívoco verificar semelhanças no que é narrado por Engels para com a realidade das grandes capitais brasileiras de início do século XX. É possível verificar aproximações, sem se perder no tocante às singularidades de cada caso. A habitação operária nos mocambos e cortiços, que não estava alinhada com os preceitos de modernidade almejados pela classe dominante política recifense se aproximam do que ocorreu na Europa, principalmente se levarmos em consideração que, naquele momento de ruptura do século XIX para o XX, o Brasil ensaiava seu processo de industrialização, ora com mais força, ora com menor. No entanto, sempre no sentido de buscar uma aproximação com a Europa, fosse no sentido cultural, fosse no sentido econômico.

Engels, em *Condição da classe trabalhadora na Inglaterra e Contribuições ao problema da habitação*, verificou a forma com que a moradia dos trabalhadores ingleses era representada pelas classes dominantes, bem como sobre as “soluções para o problema” e as consequências na salubridade da cidade. Esses sujeitos eram expulsos das áreas centrais da cidade para que não atrapalhassem o projeto de melhoramentos urbanos sem que fossem dadas condições de edificarem novas moradias em outra localidade. Sendo assim, apenas empurravam para longe de suas vistas o problema.

O processo de remoção das moradias da população pobre do agora centro “moderno”, impactava diretamente na proposta de cidade que estava sendo ofertada: no lugar de casarões antigos, que abrigavam famílias numerosas, surgindo palácios, prédios públicos e parques arborizados. Os moradores, que outrora habitavam aquele lugar, não eram mais “convidados” a estarem ali, pois o projeto de modernização das cidades não convidava a todos para participar e desfrutar do novo espaço. Uma das consequências mais graves foi o aumento do custo de vida nessas regiões, quando o preço dos aluguéis e dos serviços e gêneros alimentícios dispararam, o que acarretava uma fuga daqueles que ali habitavam (SANTOS, 2017).

No entanto, mesmo com o objetivo de expulsar as classes populares do centro, uma nova preocupação passava a se fazer presente para a burguesia, a moradia operária. Engels verifica que a burguesia temia que a moradia de péssima qualidade, a alimentação inadequada e o abuso de álcool podiam pôr em risco o projeto de desenvolvimento planejado. A vida dos trabalhadores,

em cidades como Londres e Paris, no período da Revolução Industrial, era de longas jornadas, baixos salários, sem coleta de lixo, sem acesso a água e com poucas horas livres. Como indica Engels.

Todas as tentações e ilusões se juntam para induzir os trabalhadores ao alcoolismo. A aguardente é para eles a única fonte de prazer e tudo concorre para que a tenham à mão. O trabalhador retorna à casa fatigado e exausto; encontra uma habitação sem nenhuma comodidade, úmida, desagradável e suja (ENGELS, 2010, p. 142).

O panorama de degradação da vida passava a preocupar a burguesia, não por uma questão humanitária ou solidária, mas por representar uma ameaça ao modo de produção capitalista e sua produtividade. Sem um operário em condições mínimas de saúde, não se alcançaria o lucro desejado. Dessa maneira, mesmo sem enfrentar o cerne do problema, acarretado pelas grandes jornadas, pelos baixos salários e pelas péssimas condições de vida, a burguesia se movimentava e contava com o respaldo das teorias científicas, “diagnosticando” que a casa e os hábitos dos mais pobres representavam o problema a ser extirpado.

Engels detalha as precárias condições de vida dos trabalhadores ingleses, as ruas sem calcamento e enlameadas, exalando mau cheiro por conta dos dejetos de animais e seres humanos que eram lançados nas ruas, as casas úmidas, com mofo, sem ventilação, sem receber luz do sol e apenas um cômodo que abrigava toda uma família. St. Giles, em Londres era um desses espaços, como indica o autor:

As casas são habitadas dos porões aos desvãos, sujas por dentro e por fora e têm um aspecto tal que ninguém desejariamorar nelas. Mas isso não é nada, se comparado às moradiasdos becos e vielas transversais, aonde se chega através de passagens cobertas e onde a sujeira e o barulho superam a imaginação (ENGELS, 2010, p. 72)

Não se trata de romantizar a vida antes da industrialização, dar contornos idílicos na vida dos que habitavam o campo. No entanto, Thompson (2011) verifica que, no período anterior, a industrialização proporcionou um maior controle sobre o processo de trabalho, além de uma demarcação menor entre ele e a vida, uma vez que não havia um relógio ditando o ritmo das tarefas, muito menos uma supervisão que estivesse coordenando, a fim de evitar “horas perdidas”.

Thompson verifica que as marcações de tempo não eram uniformes, (imprecisa, por vezes) em alguns lugares dava-se pelo tempo do cozimento do arroz ou e pela quantidade de orações realizadas (THOMPSON, 1998). Um autor que contribui de forma bastante efetiva para a percepção da passagem do tempo é o francês Pierre Bourdieu (2009) o qual, com uma perspectiva sociológica acerca desse fenômeno da passagem do tempo, verifica que esse seria

um dos aspectos norteadores das ações dos trabalhadores por ele estudados.

Apesar de partirem de pressupostos diferentes, a História e a Sociologia, podemos perceber as aproximações entre os pensamentos dos dois autores, sem que isso queira dizer que ambos são complementares ou que caminham juntos. No entanto, a resistência ao “tempo do relógio” e a imposição das tarefas cotidianas sob “o tempo mecânico” aproximam algumas conclusões entre eles, e isso precisa ser melhor atestado, sem que percamos de vista que as diferenças entre camponeses e artesãos, que tais singularidades impactam em de formas múltiplas seu cotidiano. No entanto, até nesse aspecto é possível estabelecer conexões entre eles quando protagonizam as singularidades autônomas de cada um dos seus sujeitos através da classe a que pertencem.

Os costumes para Thompson fortaleciam-se no cotidiano, de forma dinâmica e estabelecendo conexões, por vezes, com questões de um passado longínquo, por ora, relacionando-se com culturas atreladas a outros segmentos sociais, mas, em geral, com uma grande carga de costumes que se cristalizavam e ganhavam ares de direitos ou deveres. Tal fenômeno dos costumes representava uma das múltiplas formas de resistência dos populares as tentativas de cerceamento do Estado ou de grupos mais poderosos dentro da sociedade inglesa.

As tradições se perpetuam em grande parte mediante a transmissão oral com seu repertório de anedotas e narrativas exemplares. Sempre que a tradição oral é suplementada pela alfabetização crescente, os produtos impressos de maior circulação – brochuras com baladas populares, almanaques, panfletos, coletâneas de últimas palavras e relatos anedóticos de crimes – tendem a se sujeitar a expectativa da cultura oral (THOMPSON, 1998, p. 18).

Nos atendo a leitura do trecho acima, o autor aborda a multiplicidade dos processos envolvendo os populares. Sendo assim, Thompson verifica “*habitus*”<sup>7</sup> desses indivíduos, seguindo uma linha semelhante à de Bourdieu, analisando a cultura de um prisma múltiplo, um processo e não algo estático, em constante construção. Esses populares, citados anteriormente, possuem protagonismo no processo das ações, promovendo, em seu círculo, modificações nos âmbitos sociais, econômicos e culturais (estruturas) que Bourdieu conceitua como *habitus*. Em sua pesquisa, de viés sociológico, na Argélia, Bourdieu e Thompson encontram pontos de convergência, ao verificar que as comunidades camponesas mais pobres estavam inseridas em um estágio anterior ao capitalismo, ajustando seu labor as questões do tempo natural.

Outros pontos de intersecção podem ser analisados ao verificar que, assim como o

---

<sup>7</sup> Sigo a linha proposta por Pierre Bourdieu, compreendendo o conceito representa o sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes (2009, p. 191).



historiador inglês, o francês também não compartilha da ideia de alguns reducionistas que o trabalho representa apenas a alienação do trabalhador. Os sujeitos tinham consciência da exploração, e justamente por esse motivo criavam formas de resistir a elas, com suas canções, seus festejos que auxiliavam na manutenção de sua identidade. Trabalhar e compartilhar experiências no cotidiano fazia com que o sentimento de pertença ocorresse entre seus pares, Bourdieu não nega tal premissa, nem suaviza as tensas relações de classe, apenas situa o que na história social convencionou-se chamar “os de baixo”, de modo acurado.

A relação com o mundo é uma relação de presença no mundo, de estar no mundo, no sentido de pertencer ao mundo, de ser possuído por ele, na qual nem o agente nem o objeto são colocados como tais. O grau em que o corpo é investido nessa relação constitui decerto um dos principais determinantes do interesse e da atenção de que se acham nela mobilizados, bem como da importância – mensurável por sua duração, intensidade etc. – das modificações corporais dela decorrentes (BOURDIEU, 2009, p. 172).

Para ambos, os agentes históricos, os trabalhadores trilham seus percursos em paralelo com suas ações no tempo, condicionada pelo *habitus*. Enquanto o francês verifica que os sujeitos reagem de acordo com as ferramentas disponíveis em seu espaço, Thompson analisa o tempo e a disciplina do trabalho (transição do modo artesanal para o industrial) e as formas que os populares tentaram de manter suas tradições em um mundo diferente daquele em que elas foram concebidas. São pontos de convergência entre os autores que precisam ser mais bem explorados. Esta tese não se debruçará sobre as incongruências e afastamentos, mas a menção de Bourdieu se faz presente no argumento para demonstrar a profundidade das concepções trazidas neste trabalho.

As tentativas de disciplinarização dos trabalhadores através do relógio/trabalho proporcionou à burguesia um aumento de produção, enquanto para os populares impactou em suas experiências individuais e coletivas, ou seja, impactou em seus *habitus*. A grande contribuição que os dois autores fornecem para esse debate é a forma em que as resistências são elaboradas para o mundo dito moderno (entendendo a modernidade como um projeto da burguesia), sem necessariamente criar juízos de valor entre quais eram melhores ou piores, e sim, verificar os tensionamentos inerentes ao processo.

Sendo assim, o diálogo profícuo entre Thompson e Bourdieu se dá pela incompreensão da formação e a manutenção das classes sociais apenas pelo viés econômico e por vezes estruturalista. O aspecto cultural não deve ser encarado como mera perfumaria ou algo que diz respeito apenas as classes dominantes. Esses sujeitos possuem suas singularidades, do compartilhamento de experiências em comum, dos seus *habitus*. Não se pretendendo, como dito anteriormente, findar esse debate ou colocá-los no mesmo barco, mas estar atento as

aproximações que tanto podem contribuir para um entendimento mais aprofundado.

Engels, na introdução sobre a situação da classe trabalhadora na Inglaterra, corrobora com a visão anterior apontada por Thompson, de que antes da Revolução Industrial há uma melhor condição de vida, pois “sua situação material era bem superior à de seus sucessores: não precisam matar-se de trabalhar, não fazem mais do que desejam e, no entanto, ganham para cobrir suas necessidades (ENGELS, 2009, p. 46). Não se trata de medir a pobreza com uma régua: ambos são pobres, mas a insegurança quanto ao seu futuro é um elemento intrínseco ao advento da fábrica, um modelo em que o outrora camponês não possuía nenhum controle sob o que era produzido.

É importante destacar que, além dos acidentes, da exploração infantil, dos castigos físicos e da baixa remuneração, a produção historiográfica, em que esta tese se insere, verifica a tentativa de desmonte promovida no modo de vida dessa população que chega aos centros urbanos. Para Hobsbawm,

Embora os salários fabris tendessem a ser mais altos que os da ‘indústria doméstica’ (exceto os pagos a trabalhadores manuais altamente qualificados e versáteis), os trabalhadores relutavam em trabalhar nelas, pois ao fazê-los as pessoas perdiam aquele direito com que haviam nascido – a independência. Na verdade, essa era uma das razões por quase contratavam de preferência mulheres e crianças, mais dóceis: em 1838 apenas 23% dos trabalhadores das fábricas de tecidos eram homens adultos (HOBSBAWN, 2009, p. 64).

Sendo população pobre, sua moradia e tudo que dizia respeito a sua vida eram tidos como um problema que era “detectado”. Assim, os médicos higienistas passaram a receitar a medicalização desses espaços, através da desodorização da casa, dos bares, das vielas e dos hábitos desses indivíduos, os quais, segundo o discurso higienista, em nada corroboravam para o sucesso do projeto de modernidade idealizado pela burguesia. Imposição de normas de comportamento, regras para construções das casas, cemitérios e parques, ou seja, as investidas estavam presentes no âmbito do público e do privado, a fim de, supostamente, garantir a salubridade dos espaços e o combate às epidemias.

Se tais ideias reverberavam com intensidade em cidades importantes da Europa, como Roma, Viena e Praga, entre outras, o mesmo pode-se afirmar do Brasil. A recepção a esses preceitos, em um momento de transição do século XIX para o século XX, se justificava pela tentativa de romper com os laços coloniais e escravistas, que até pouco tempo se faziam presentes na representação do que seria o Brasil mundo afora. O desejo das classes dominantes da

Republicana Brasileira, embebida de ideias de uma dita modernidade<sup>8</sup>, da *Belle Époque*<sup>9</sup> e do positivismo<sup>10</sup> de Augusto Comte, era se assemelhar, ao máximo, no que estava ocorrendo no dito centro “civilizado do mundo”, sendo essa a melhor maneira de colocar o País no caminho da ordem e do progresso, como estava simbolizado na recém-criada bandeira republicana.

As raízes das perseguições às condutas tidas como “perigosas” eram oriundas do período Imperial, quando o Código Criminal incidia sobre as ações e manifestações cotidianas das classes populares, em especial os negros, os quais, cada vez mais, se espalhavam pela cidade, movimento que se intensificava com a Abolição da escravidão. A cidade, como palco dos acontecimentos e espaços de disputa entre as festas religiosas e práticas populares que, no olhar da burguesia, em nada corroborava com a imagem de país moderno, causando incômodo na classe emergente do capitalismo nascente.

Uma obra clássica sobre as reformas urbanísticas e a perseguição às classes populares é *Cidade febril*, de Sidney Chalhoub, a qual estuda o processo de destruição do cortiço, intitulado Cabeça de Porco, na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Brasil, em 1893, por razões atreladas à especulação imobiliária, tendo em vista que era uma área bem situada dentro do perímetro urbano. O autor, inclusive, cita em sua obra, um documento encaminhado a Câmara da Corte Imperial, em que estavam contidas ideias de viés higienista e supostamente “civilizatória” das classes populares.

Tão verdadeiro é o princípio que anunciamos que em todos os países mais cultos os homens, que estão à frente da administração pública, procuram, na órbita de suas atribuições, melhorar o estado da higiene pública debaixo de todas as relações, como um elemento de grandeza e propriedade desses países (CHALHOUB, 1996, p. 34).

É importante não exportar modelos europeus prontos e tentar adequá-los à realidade brasileira, muito menos à realidade de Pernambuco sem a devida atenção para as peculiaridades e singularidades. Na França, na Inglaterra e na Itália, entre outros países, as mudanças eram mais profundas, pois bairros inteiros foram modificados, exigindo obras de grande porte e com alto custo financeiro. No Brasil, as questões ligadas ao remodelamento urbano se fizeram presentes, no entanto a suposta experiência moderna, muitas vezes, não resistiu ao término de

---

<sup>8</sup> A tão alardeada “Modernidade”, enquanto projeto da burguesia, como verifica Lidia Decandia (2003) se traduzia na “ideia de refundação e reordenamento, mas também de manipulação e controle, percorre intimamente a inteira concepção de cidade moderna”.

<sup>9</sup> Período de efervescência cultural e pujança econômica em que os avanços tecnológicos proporcionaram um ritmo de vida nunca visto em alguns países europeus. Tem início no final do século XIX e vai até o início da primeira guerra mundial, quando os conflitos põem fim ao sonho de progresso cultural e científico ininterruptos (ORTIZ, 1991).

<sup>10</sup> Corrente sociológica que tem na figura de Auguste Comte seu principal nome. O positivismo afirma sua crença no progresso contínuo da humanidade.

uma rua, ou no máximo de um quarteirão. As dificuldades financeiras representavam um empecilho a reformas de grande parte da cidade, sendo comuns que espaços revitalizados estivessem com proximidade às ruas estreitas e a moradias populares (SANTOS, 2017).

Essa proximidade causava desconforto nas classes dominantes locais e na população pobre que, a partir de então, estava sob a mira das forças repressivas e dos ataques dos jornais, os quais, diariamente, noticiavam, em tom de denúncia, os seus hábitos, tidos como irracionais, haja vista, segundo seu discurso. Não se pode perder de vista que estamos analisando um período muito próximo ao fim da escravidão e que isso tem impacto direto nas ações policiais, pois ao falar em população pobre, estamos falando de uma população majoritariamente preta.

O grande desafio seria, na transição do trabalho escravo para o livre, debatido entre políticos e o patronato da época, vivenciado pelas pessoas em condições precárias de liberdade (CHALHOUB, 1996), de como superar os estigmas da escravidão que deixavam uma visão negativa acerca do trabalho. Como transformá-lo em algo digno e fazer com que a engrenagem do capitalismo pudesse ser movida no País? Esses eram os desafios que inquietavam as autoridades nacionais, desde o fim do Império, perdurando nas primeiras décadas do século XX (DINIZ, 1988).

Em uma sociedade capitalista, nos moldes industriais, a obrigatoriedade do trabalho é fundamental para que o modo de produção esteja de pé. Sendo assim, atrelam-se a ele valores morais e uma espécie de compromisso com a sociedade, através do trabalho, que passa a ordenar a sociedade, sendo que, aquele que não está inserido nesse processo, um indivíduo que está quebrando este pacto social para o desenvolvimento. Sendo assim, Chalhoub verifica as perseguições que esses indivíduos eram alvo:

Um indivíduo ocioso é um indivíduo sem educação moral, pois não tem noção de responsabilidade, não tem interesse em produzir o bem comum e nem possui respeito pela propriedade. Sendo assim, a ociosidade é um estado de depravação de costumes que acaba levando o indivíduo a cometer verdadeiros crimes contra a propriedade e a segurança individual (CHALHOUB, 1996, p. 9).

É importante perceber que o projeto de repressão a ociosidade, em vigor nos primeiros anos de República, colocava o indivíduo sem uma ocupação formal na alça de mira das colônias de trabalho, com o intuito de lhe inculcar hábitos de moralidade. Chalhoub nos chama atenção para a dualidade com que a classe dominante brasileira lidava com o assunto: de um lado, os trabalhadores, “homens de valor, bons e cristãos”; do outro, os “vadios e os ébrios” que pregavam a “desordem”. Tal construção ideológica promovia uma hierarquização dentro do próprio seio da chamada classe popular. Dessa maneira, teríamos a burguesia, detentora dos meios de produção, seguidos de uma massa de trabalhadores disciplinados e sem arroubos

revolucionários que pudessem colocar a ordem em risco. Por fim, aqueles que deveriam ser moralizados e perseguidos pelas autoridades policiais.

O debate sobre a repressão ao dito “não trabalho”<sup>11</sup> transpassou o recorte temporal do Império e se fazia presente na República. A construção de uma nova sociedade, que romperia os traços coloniais no que dizia respeito não apenas as relações laborais, mas uma mudança de concepções urbanísticas, mudança de hábitos e costumes, um País que se forja sob uma fina cortina de modernidade de influência europeia, disciplinada para o trabalho (SANTOS, 2017).

Experiências similares podem ser observadas em alguns países da América do Sul, uma vez que esta parte do Continente recebia os ideais da *Belle Époque*, com grande entusiasmo no afã de refletir um pouco da chamada modernidade europeia. Em sua obra *O cotidiano dos trabalhadores de Buenos Aires (1880-1920)*, lançada em 2006, Norberto Ferreras verifica que, por conta da especulação imobiliária, o centro de Buenos Aires passou a ser alvo de investidas do capital, no intuito de “modernizá-lo”, criando uma atmosfera que combinasse com os novos ideais de progresso ambicionados pelo País.

A classe dominante portenha passou a atribuir o atraso da Argentina à sua população pobre e seus hábitos, sendo preciso impor uma nova prática para que o progresso e o desenvolvimento fossem possíveis. Estradas de ferro passaram a rasgar o centro de Buenos Aires, obras eram feitas para o alargamento de suas ruas, ocorrendo a derrubada de antigos casarões do Período Colonial, o que ocasionava um aumento demasiado no preço dos aluguéis e no custo de vida, dois pontos centrais que modificavam a vida dos trabalhadores.

Experiências similares podem ser observadas por toda a América do Sul, uma vez que o Continente recebe os ideais da *Belle Époque*, com grande entusiasmo no afã de refletir um pouco da dita modernidade europeia. Verificando essas similaridades, as contribuições de Norberto Ferreras se faz importante:

À semelhança do que acontecia nas cidades europeias, Buenos Aires passou por uma reestruturação espacial, marcando cada vez mais a divisão entre as funções de trabalho e moradia. A especulação urbana provocada pela chegada de grandes contingentes de imigrantes contribuiu para a segregação espacial entre trabalhadores e burgueses. A cidade começou a dividir-se entre uma área burguesa e outra proletária. Este processo de diferenciação, que se iniciou nos primórdios do nosso período, estaria bastante avançado para 1920 (FERRERAS, 2006, p. 14).

É importante estar atento para o caso citado nos parágrafos acima, pois o capitalismo, em sua fase industrial, com as ideias de progresso científico do pensamento positivista não se faz presente apenas na Europa. Assim, é importante verificar que o movimento pelo qual o Brasil,

---

<sup>11</sup> Jornal do Comércio, Recife, 16/08/1923, Ecos e Comentários, p. 03. Arquivo Jordão Emerenciano.

o Recife e, especificamente, Camaragibe passam não é algo descontextualizado do cenário mundial. O capital reproduz, de forma mais fiel ou menos, o seu objetivo. Se na França de Hausmann os ensaios de modernidade e o remodelamento urbano se faziam de forma mais expansiva, em Recife e em Buenos Aires apareciam de modo mais tímido, pois as reformas não tinham o mesmo folego, até por falta de capital, mas as ideias estavam presentes nas classes dominantes, através do desejo de progresso, da escolha pelos “culpados” dos problemas do País.

No início do século XIX, alguns setores econômicos no Brasil criavam casas para alojar seus funcionários (engenhos de cana, ferro e minas). No Período Colonial, não era raro que, nas proximidades da casa grande, fossem edificadas construções para trabalhadores livres que desempenhavam funções na fazenda, independente da figura do capataz a serviços mais especializados. No entanto, nesse período, não se via o intuito de “imobilizar” a mão de obra para dificultar sua saída, assim não podendo falar que esse processo representava a gênese das vilas operárias no País.

## **1.2 Vilas Operárias no Brasil e Camaragibe**

Importante destacar que esses empreendimentos contavam com forte apoio do Estado para se solidificar, sendo um plano acordado entre os governantes e industriais, como fica explícito na citação do *Jornal Pequeno*, em edição de 1899: “O governador do estado atendendo ao requerido pela companhia proprietária da Fábrica de Camaragibe, concedeu-lhe isenção de impostos estaduais pelo tempo de 3 anos para os produtos da mesma fábrica” (*Jornal Pequeno*, 1899, p. 6).

Imagem 1 - Disposições sobre a fundação da fábrica.

*Fábrica de Camaragibe.*

*A Companhia Industrial Pernambucana, fundada a 23 de Janeiro de 1891, possui a 16 kilometros da cidade do Recife, no local denominado Camaragibe, uma propriedade, onde installou uma fabrica de tecidos, contendo fiação, tecelagem, branqueamento, tintura e preparação dos tecidos e uma fabrica de tijolos.*

*Disposições geraes. compo 10 pontos*

Fonte: Acervo FUNDAJ. Pasta: Acervo intelectual.

Na introdução, abordei superficialmente a questão trazida à tona por Mike Savage (2004) acerca da insegurança estrutural. Ao falar em insegurança estrutural, vivenciada pelos trabalhadores da Fábrica de Tecidos de Camaragibe, precisamos verificar as estratégias que eram forjadas frente à insegurança, a fim de viabilizar a sobrevivência. Sociabilidades são formadas para driblar as vicissitudes e ter uma instabilidade no que diz respeito à moradia. Na Vila Operária de Camaragibe, assim como em outras, o padrão verificado era de que só podiam residir nas casas da empresa, aqueles que fossem funcionários, ou seja, atrelava-se a moradia ao trabalho, deixando o operário em uma situação extremamente delicada, pois, ao menor deslize, perdiam não apenas seu meio de sustento como sua residência.

Imagem 2- Disposições sobre a fundação da fábrica



Fonte: Acervo FUNDAJ. Pasta: Acervo Pessoal.

Ao falar em insegurança estrutural, Savage se debruça tanto sobre as questões ligadas ao trabalho em si, como as estratégias traçadas e os problemas decorrentes dessa situação. “É tão relevante olhar para as estratégias de vida atualizadas nos bairros urbanos e nos lares” (SAVAGE, 2004, p. 12), defende o autor. A “sensibilidade espacial maior”, referida por Savage é justamente sobre não enxergar a cidade, o bairro ou a vila operária como mero palco dos acontecimentos. Uma vez que ajustemos nossas lentes para essa perspectiva, conseguimos verificar, com maior intensidade, questões ligadas à formação da classe e formas de resistência, entre outros aspectos que diferenciam processos de formação, em lugares distintos. Por exemplo, a formação de um determinado grupo no meio urbano, em uma grande capital nacional, do início do século XX, os contatos com outros trabalhadores e a aproximação com imigrantes vai promover alterações na forma que a construção de uma identidade coletiva se dará, haja vista que os compartilhamentos nesse espaço seguirão caminhos diferentes dos traçados em cidades mais afastadas do centro, o que aumenta a importância de trazer para nosso prisma de análise as vilas operárias.

Em uma vila operária, podemos atentar para o maior contato entre os trabalhadores, uma menor distinção entre o público e o privado, uma vez que, os que ali estão, compartilham o ambiente laboral, mas também o mesmo espaço privado, morando no mesmo perímetro. Em contrapartida, não encontram seus pares com frequência, uma vez que, como já foi dito em outras páginas, Camaragibe, seguindo o exemplo de grande parte das vilas, situa-se distante dos centros urbanos e mais próxima das fontes de energia que são úteis para determinada atividade industrial.



Esse afastamento do centro foi extremamente bem-vindo aos idealizadores da Fábrica, uma vez que dificultavam o contato de seus operários com outros trabalhadores urbanos. No entanto, esse afastamento geográfico do centro, não eliminava as condições de formação e de resistência, sendo que, apenas ajustes diferenciados precisavam ser feitos em nossas lentes, para que não possamos cair no erro de colocar esses indivíduos como acomodados e sem grande relevância para uma historiografia nacional do trabalho.

É importante fazer um mapeamento das indústrias têxteis que se estabeleceram em Pernambuco, no final do século XIX e início do século XX, pois determinados momentos chegaram, inclusive, a ser tão importante quanto o açúcar na balança comercial do estado: “as exportações pernambucanas de algodão nesse período (1860) se igualaram as de açúcar”. (Cotonifício da Torre S.A. In: *Documentário ilustrado do tri-centenário da Restauração Pernambucana, 1654- 1954*, p. 163).

Não requer especificar, em detalhes pormenorizados, a importância secular que o açúcar tinha na economia local, enquanto o fato de o algodão ter ganho tamanha notoriedade explica-se por fatores internos e externos. A Guerra de Secessão nos Estados Unidos, aumentando a busca e os preços do algodão pernambucano e o incentivo do estado aos produtores por dez anos fizera com que indústrias se espalhassem pelo território.

Sendo assim, em 1876, surgiu a Fábrica da Madalena, a Companhia de Fiação e Tecidos de Pernambuco ou como é comumente chamada a Fábrica da Torre, enquanto a Fábrica de Tecidos Paulista surgiu em 1891. No século seguinte, ainda podemos perceber o fôlego que a indústria têxtil manteve com o surgimento da *Societé Cottonière Belge-Brasilienne*, no município de Moreno (1908) e a Manufatura de Tecidos do Norte/Fábrica Tacaruna, em Olinda, em 1925. De acordo com o Anuário Industrial de 1920, as indústrias tinham um número total de 442 registradas, sendo desse número 98 do ramo têxtil, sendo responsável por 10% da produção nacional, o que denota a importância do ramo (LOPES,1987).

Na Fábrica de Tecidos de Camaragibe, grande parte dos moradores tiveram origem no campo, oriundos da expulsão rural, a qual que se dava por diversas questões, mas, sem dúvida, a principal foi a fuga da seca que se fazia presente em diversas décadas do século XIX e XX, ora com mais intensidade, ora com menos, mas nunca sem que esse movimento fosse insignificante. O incremento populacional é oriundo do sertão e do agreste da Região (LOPES, 1987, p. 45). Se esses trabalhadores migravam “juntos” para uma determinada região, através do “sopa”<sup>12</sup>, não seria estranho que compartilhassem alguns hábitos e costumes, verificados

---

<sup>12</sup> Nome dado ao caminhão que vai ao sertão e agreste nordestino, no final do século XIX e início do século XX, a fim de trazer trabalhadores para as fábricas.

como “análise das redes” (SAVAGE. 2004, p. 72), o que apenas reforça a necessidade de estar atento ao espaço que esses indivíduos saíram e para onde estão indo.

*Imagem 3 - Vista externa da Fábrica de Tecidos de Camaragibe.*



Fonte: Acervo: FUNDAJ. Pasta: Miscelânea

Não se trata de romantizar a História desses indivíduos, trata-se de protagonizar a vida desses sujeitos e compreender que não existe sujeição completa, assim como não existe dominação completa ou estado permanente de revolução e mobilização. Esses trabalhadores se divertem, choram, jogam, brigam com vizinhos, fazem as pazes, seguindo justamente a linha proposta por “processo espacial, em que identidades locais e identidades de classe se podem fundir e combinar” (SAVAGE, 2004, p. 41).

Ao trazerem esses camponeses nas “sopas”, nome dado aos caminhões que eram enviados as cidades do interior de Pernambuco e adjacências, com o intuito de atraí-los para trabalhar nas fábricas do Recife, esses sujeitos não chegavam a capital como “tábuas rasas”, trazem consigo sua cultura tradicional, por vezes rebelde, a qual, através de seus hábitos e costumes em comum, tentavam resistir aos anseios (burgueses), em nome da modernidade. Não se trata de romantizar e suavizar a vida anterior desses sujeitos, no entanto ocorreram enfrentamentos devido as explorações e a grande inserção na vida privada, a partir do momento em que passava a se viver em uma vila operária.

Da mesma forma que foi preciso um debate sobre a transição do trabalho cativo para o liberto, não podemos deixar de verificar as reminiscências que a economia açucareira, estabelecida no Nordeste Brasileiro, desde o Período Colonial, deixou na Região e,

consequentemente, nos “Mundos do Trabalho”. Os trabalhadores oriundos do Sertão, Agreste e da Zona da Mata Pernambucana, em meio a processos migratórios para a o Recife, traziam consigo singularidades, interpretações subjetivas de sua forma de enxergar a realidade. Essas interpretações chamaremos de “economias morais”, seguindo a luz dos pressupostos thompsonianos.

O conceito cunhado pelo britânico Edward Palmer Thompson, acerca da “economia moral” da multidão, apareceu pela primeira vez em sua obra clássica acerca da formação da classe operária inglesa, publicada originalmente em 1971. Na edição brasileira lançada em 1990 é inserido um artigo em sua obra *Costumes em comum*, intitulado, A “economia moral” revisitada. Essa reflexão pode ser explicada por conta de usos questionáveis do conceito que estava sendo aplicado em generalizações que se afastavam do que, *a priori*, o autor estaria tecendo.

Thompson reforça (e essa é a linha seguida por essa tese) a ideia de que a “economia moral” da multidão seria um escopo de códigos que regulavam os hábitos e costumes, ou a moral, como queiram, da cultura popular com forte tradição oral. Essas tradições regulavam as relações entre classes distintas, similar a uma corda que passa a ser tensionada entre um lado e outro, hora mais esticada para um lado, hora para outro, estabelecendo uma balança entre o que seria tolerável e intolerável, entre os seus e na relação com os mais abastados.

Conseguimos associar as ações de protesto e resistência da multidão inglesa, trazido à tona por Thompson, para o nosso objeto de estudo, sobre a Vila Operária de Camaragibe, pois, apesar de, guardadas as singularidades dos contextos de cada país e cada movimento ser unifico, é possível observar elementos em comum, nas múltiplas formas de resistência, diante das mudanças impostas pelo capitalismo, ao “regenerar-se continuamente como uma crítica anticapitalista e como um movimento de resistência” (THOMPSON, 1991, p. 383)

Como dito anteriormente, a corda que, por vezes, está mais ou menos tensionada nas relações entre os populares e os mais abastados, se reflete no que Thompson verifica na identidade do trabalhador, sendo rebelde e promovendo fissuras nas estruturas, ou sendo maleável em outras oportunidades. Uma leitura apressada poderia nos levar ao erro comum de ler esses sujeitos em uma dicotomia absoluta: ou estão em um polo ou estão em outro, ou são rebeldes que combatem o tempo inteiro, ou são amplamente submetidas as coerções. Para o historiador, “uma série de confrontos entre uma economia de mercado inovadora e a “economia moral” da plebe, baseada no costume” (THOMPSON,1998, p. 21). Um olhar atento verifica que não apenas é possível estar em ambos os espaços, como essa era a postura adotada por diversas vezes. As negociações, os tensionamentos e o distensionamento eram comuns no

cotidiano e nas relações estabelecidas.

Para cada investida do capital, das classes dominantes políticas em tentar subordinar os populares às novas questões da dita modernidade, haveria a “economia moral” como forma de resistência desses grupos. Thompson, na verdade, faz uma crítica veemente aqueles que não enxergam esses sujeitos como protagonistas de suas próprias histórias.

Um número muito grande de nossos historiadores do crescimento incorre num reducionismo econômico crasso, obliterando as complexidades da motivação, comportamento crasso, obliterando as complexidades da motivação, comportamento e função, fato que, se percebessem no trabalho análogo de marxistas, provocaria o seu protesto. A debilidade comum a essas explicações é uma visão redutora do homem econômico (THOMPSON, 1998, p. 151).

Alocar essas insatisfações como reações instintivas ou como o autor afirma, em tom de crítica, “reações espasmódicas”, faz coro a uma debilidade dos trabalhadores e populares que não cabe mais na historiografia. Para Thompson, “por noção de legitimação, entendo que os homens e as mulheres da multidão estavam imbuídos da crença de que estavam defendendo direitos ou costumes tradicionais; e de que, em geral, tinham o apoio do consenso mais amplo da comunidade.” (1998, p. 152). Os sujeitos que migraram do campo em direção à cidade traziam não apenas sua bagagem cultural como suas estratégias e formas de resistência, ao manter sua cultura, seus hábitos e costumes, de alguma maneira, fosse remodelando ou ajustando ao contexto da Vila.

É importante assinalar que os avanços industriais que estavam ocorrendo aliados a seca que ocorria nos interiores de vários estados do Nordeste como Paraíba e Alagoas, contribuíram para o adensamento populacional da cidade recifense. Ao se deparar com essa mudança, ocorreu, inevitavelmente, um choque de interesses que não se restringia apenas ao capital, bem como em relação aos costumes.

Numa leitura apressada, podemos atrelar a um suposto paternalismo<sup>13</sup> a uma espécie de submissão ou manipulação dos mais poderosos sob os mais vulneráveis. No entanto, a linha que esta tese segue, corroborando com o escritor britânico, é de que o paternalismo está atrelado aos hábitos e costumes dos trabalhadores, suas relações com a nova sociedade que estava surgindo (1998, p. 36). Se, de um lado, formavam-se relações paternalistas, por outro, eram relações clientelistas, e nesse processo de tensionamento e distensionamento, observamos as ações de resistência dos trabalhadores, “o domínio paternal efetivo não só requer autoridade temporal,

---

<sup>13</sup> Compreendo o conceito de Paternalismo remodelado tal qual proposto por Edward Palmer Thompson. Ver mais: THOMPSON, E. P. Os Românticos. A Inglaterra na era revolucionária. Tradução: Sérgio Moraes Rêgo Reis, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

mas também autoridade espiritual e psíquica” (THOMPSON, 1998, p. 50).

A “economia moral” é construída no processo das relações de produção, tendo como alicerce um grupo de pessoas ou uma comunidade que dê “sustentação” a esse ponto. Não se trata de algo abstrato, pois estas “economias morais” ficam em evidência mais facilmente, quando esses grupos percebem que questões basilares de sua existência estão em risco, fosse no aspecto político, econômico ou cultural. Sendo assim, compreendemos que o conceito é importante para uma melhor percepção dos relacionamentos dos trabalhadores oriundos de outras regiões do estado, vindos trabalhar na nascente indústria têxtil pernambucana.

É fundamental verificar a condição de migrantes do campo para indústrias em áreas urbanas é atentar para noções de direitos e relações, por vezes paternalistas, com os patrões, e em que medida as expectativas são contempladas em termos de salário, moradia, alimentação e escola para os filhos. Ao falar em paternalismo, seria um equívoco imaginar como algo que beneficia apenas o patrão que se impõe sob o trabalhador, desprovido de sua condição e totalmente alienado da situação que o cerca. Pelo contrário, é uma via de mão dupla (não equitativa), onde manifesta-se como uma estratégia importante para os trabalhadores que foram deslocados de seu lugar de origem e tentam reorganizar sua vida, em um espaço novo, em que sua moradia depende do seu emprego (THOMPSON, 1971).

Esses sujeitos, oriundos do interior do estado de Pernambuco, ou por vezes de outras regiões áridas do entorno, como Paraíba, Alagoas e Sergipe<sup>14</sup>, em suas expectativas e relacionamentos com outros trabalhadores, e com o novo cenário que se apresenta a ele, regem-se pelos princípios de sua “economia moral”, buscando assim uma bússola que venha a nortear suas ações e pensamentos coletivamente (THOMPSON, 1971). Os significados prévios do que lhe foi apresentado pelos diretores da Fábrica e as possíveis ressignificações que serão feitas a seguir, denota, além de uma consciência de sua condição, uma organização e o reconhecimento de seus pares, através das experiências cotidianas.

Com a moradia atrelada ao trabalho, os patrões almejavam ter um maior domínio sobre o cotidiano dos seus empregados. Por exemplo, a posse da casa não era de papel passado, pois enquanto estivesse na fábrica teria direito a residência, juntamente com a sua família. Era vedado o acesso de homens solteiros às casas, com o intuito de evitar posturas tidas como desviantes e práticas que pudessem ferir, em tese, a “moral e os bons costumes”, cultuados nas vilas, ideal em oposição às práticas dos mocambos e cortiços do centro da cidade. No entanto,

---

<sup>14</sup> Ver mais em: “Operários. Uni-vos”: experiência e formação de classe na Fábrica de Tecidos Rio Tinto (Paraíba, 1924-1945). VALE, Elter. Campina. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2018.

de acordo com a documentação coletada, vemos que tal intenção fica restrita apenas aos papéis, pois, a necessidade de braços para tocar a Fábrica não permite uma seleção tão rigorosa como a que está nos estatutos. Sendo assim, era bastante comum que homens solteiros tivessem casas específicas para que as ocupassem enquanto trabalhavam, sendo o valor do aluguel a preços mais baixos e descontados na folha de pagamento de cada mês.

Na definição da arquiteta Telma Barros Correia, as vilas operárias no Brasil acompanhavam um padrão comum que poucas vezes sofria alterações. Sendo um conjunto de moradias situadas, geralmente, fora do perímetro urbano, com acesso à escola, ao posto médico, clubes recreativos e igreja, os quais são gerenciados pelos donos e diretores da fábrica<sup>15</sup>, influenciando diretamente no cotidiano dos moradores, uma vez que esses estão sob a vigilância dos patrões, mesmo fora do horário de trabalho (CORREIA, 2001, p. 5).

*Imagem 4- Parte interna da Vila Operária de Camaragibe.*



Fonte: Acervo Camaragibe Antigo.

As variações que existem entre uma vila e outra, não modificam o motivo de sua implantação, que é a tentativa de aumentar o controle sobre o trabalhador, através da imobilização de sua mão de obra (LOPES, 1998). Na obra de José Sérgio Leite Lopes, podemos verificar a importância e a singularidade que as relações de trabalho alcançam dentro de uma vila. O argumento utilizado pelo autor para a Fábrica de Tecidos de Paulista, pode ser utilizado

<sup>15</sup> Luzia Margareth Rago, em sua obra *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista* (1987, p. 39), verifica que as fábricas “proveem” de uma minicidade para os trabalhadores que moram nas vilas operárias, com o intuito de promover uma maior fixação à vila, diminuindo a necessidade de ir ao centro da cidade a fim de resolver qualquer tipo de assunto. Dessa maneira, também diminuiria o seu contato com os demais.

para Camaragibe, uma vez que as estruturas de dominação, através da moradia e de serviços de uma “minicidade”, se fizeram presente nos dois exemplos. Se, quanto ao vernáculo, Telma Barros Correia (2001) afirma que existem diversas nomenclaturas possíveis, como dissemos nos parágrafos acima, ou a autora afirma que as vilas, independente dos nomes, se caracterizam por espaços que são projetados para o controle e o aumento da produção. Segundo Lopes,

sob um mesmo controle, centralizado, a produção fabril, o domínio da moradia e da cidade, a produção agrícola da retaguarda territorial da fábrica e a circulação mercantil de bens de consumo dos operários, sob a forma de uma feira administrada. Além disso, esta, estrutura de relações sociais contém a promoção e administração de atividades médicas, religiosas e recreativas, e uma numerosa milícia particular garantindo o ‘governo local de fato’ da companhia sobre estas múltiplas atividades” (LOPES, 1988. p. 21).

É importante estar atento. Muitas vezes, esperamos que os processos de dominação se constituam meramente através da força, que aqueles que detêm o poder repressivo o façam constantemente e de forma incessante. No entanto, o poder se manifesta de várias formas, sendo uma delas o convencimento. As indústrias, em geral, cooptavam seus trabalhadores em áreas rurais, apartavam esses sujeitos dos seus lugares, dos seus laços de sociabilidades e os transportavam para outro lugar, com a promessa de emprego, longe da fome, em síntese, de uma vida melhor. É preciso traçar o raio-x da situação no estado, pois não seria correto alocar Pernambuco como uma área rural, periférica e atrasada. Essa concepção de que tudo que está fora do eixo Sul-Sudeste, remete ao atraso, é uma concepção que na historiografia atual não se sustenta. Pernambuco, historicamente, tem sua importância destacada pelo ciclo da cana-de-açúcar, tanto que, até o final da escravidão, no Brasil, baseia-se na mão de obra escrava em engenhos rudimentares.

Essa tese defende que, se localizada no dito “centro” do País, vulgo, São Paulo ou Rio de Janeiro, a experiência, promovida inicialmente por Carlos Alberto de Menezes, estaria em profusão na chamada historiografia nacional. Importante perceber como os estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe estavam inseridos nesse processo que podemos chamar de “cinturão têxtil”. Isso sem levar em consideração que, na década seguinte, teremos dois grandes empreendimentos no estado da Paraíba, onde os Lundgrens, donos da Fábrica de Tecidos Paulista, em Pernambuco, irão dar início ao mesmo ramo, na cidade de Rio Tinto.

Porém, com a chegada do século XX e com o fim da escravidão, as dinâmicas se alteraram. A própria historiografia demonstra que as migrações de indivíduos advindos do Sertão Nordeste, em direção aos engenhos, nos períodos de safra, buscavam melhores condições de vida (LOPES, 1988, p. 17). Os antigos engenhos abandonavam, em sua grande maioria, a tração

animal, passando a utilizar caldeiras a vapor, sem que, no entanto, a exploração fosse diminuída, tendo centenas de trabalhadores com jornadas extensas para uma remuneração que não era suficiente nem para as necessidades mais básicas.

Nas áreas mais próximas da capital, é importante destacar a pujança das indústrias dos mais diversos ramos, as quais seguiam a tendência de industrialização oriunda desde o Império, ora com mais força, ora de forma mais tímida. A Fábrica de Tecidos da Torre, fundada em 1874, levando suas ações por mais de cem anos, teve grande importância, não apenas no cenário estadual, sendo citada no *Anuário Estatístico de Pernambuco*, edição de 1927, entre as três indústrias de maior produção no estado, estando atrás apenas da Companhia de Tecidos Paulista (CTP) e da Fábrica de Moreno (CORREIA, 2001).

Ao citarmos a Fábrica da Torre, é difícil não a associar ao futebol, pois esse elemento desponta como “propaganda” do Cotonifício, apresentando a cidade como referência de qualidade para os seus funcionários/atletas. Apesar de ser criada ainda no século XIX, o time de futebol surgiu apenas no século XX, em 1909, levantando três vezes o troféu de campeão estadual (1926, 1929, 1939), superando rivais já estabelecidos no cenário regional como o Sport Club do Recife, o Clube Náutico Capibaribe e o Santa Cruz Futebol Clube. Tais resultados ilustram a importância que as fábricas com vilas operárias davam ao “lazer operários”, desde que “ordeiro e higienizado”.

Imagem 5 - Escudo do Torre Sport Club



Fonte: Jornal *A Província*. 04/11/1909

No entanto a História da Fábrica de Tecidos da Torre não se remete apenas ao futebol.



Na grande greve geral de 1917, os trabalhadores da Fábrica paralisaram seus ofícios. Segundo Ferreira,

Os trabalhadores da Fábrica de Tecidos da Torre, dividida em dois anexos, a “Nova” e a “Antiga” Torre, paralisaram as atividades em protesto contra os maus-tratos, pelo aumento dos salários e limitação da carga horária. A greve foi iniciada na Nova Torre e ao tomarem ciência do ocorrido, os trabalhadores do anexo da Antiga Torre também aderiram à greve. Além das reivindicações por melhores salários, uma das principais pautas das greves era a luta por melhores condições de trabalho (FERREIRA, 2021, p. 20)

Diferentemente do time da Fábrica de Tecidos da Torre, a Fábrica de Tecidos de Camaragibe não profissionalizou o Guarany Foot Ball Club a equipe disputava apenas jogos amistosos e torneios amadores com equipes diversas. Enquanto o Clube, citado inicialmente no parágrafo anterior, conquistou por três vezes o campeonato estadual de futebol, o Guarany, em seus jogos, enfrentava grandes dificuldades, como nos mostra o *Jornal do Recife*, em edição de 26 de junho de 1910, ao ser derrotado pelo Sport Club do Recife:

Sport Clube do Recife versus Guarani futebol clube realizou se anteontem o esperado encontro entre as primeiras e clipes equipes dos clubes citados acima teve lugar na escola de aprendizes marinheiros o Sport venceu facilmente o seu antagonista pela contagem de 10 a zero. (Jornal do Recife. 26 jun. 1910)

*Imagem 6- Escudo do Guarany Esporte Clube, já remodelado no ano de 1920*



Fonte: Acervo: FUNDAJ. Pasta: Miscelânea.

As alterações no estatuto e até na grafia do time, denotam que não existia na Fábrica de Tecidos de Camaragibe um grande apreço pelo esporte bretão. Por sua vez, uma das demonstrações de que o Guarany não gozava dos mesmos privilégios que outras associações, pode

ser verificada abaixo:

A comissão encarregada de organizar as condições necessárias para o Guarani futebol clube funcionar junto com o clube musical estabelece os signos de acordo com a sessão do clube musical. As dependências da sede social deste clube é umaseguite distribuição; a sala principal da sede do musical será cedida Guarani futebolclube para a sua sede social, a porta que divide a sede do com a sede do do musical permanecerá fechada e só será aberta com a permissão da diretoria do clube musical. O Guarani obriga se a ceder a sede para o mundo musical fazer as suas açõesou quando o mesmo tiverem tudo justificado.<sup>16</sup>

Ao ter que dividir o espaço com o com uma outra associação, no caso o clube musical, podemos verificar que o futebol não tinha o mesmo apreço dentro da Fábrica de Tecidos de Camaragibe que outras associações. Sua escassa documentação e as raras menções dificultam ainda mais um trabalho aprofundado. No entanto, ao lembrar que cada associação que o trabalhador fazia parte, uma percentagem era descontada em seu salário e que o esporte, ao contrário do Clube de Tiro era ainda uma novidade trazida da Inglaterra.

Uma outra fábrica importante em Pernambuco é o Cotonifício da Macaxeira, ou também conhecido como Fábrica de Apipucos, é objeto de estudo do trabalho extraordinário (EMANOEL, 2017). Fundada em 1895, pertenceu ao pernambucano Othon Lynch Bezerra de Mello, o qual possuía mais quatro empreendimentos, todos no estado. Othon seguiu uma linha semelhante à de Carlos

Alberto de Menezes, no que diz respeito ao catolicismo social e a Encíclica *Rerum Novarum*, assunto que será abordado de forma mais efetiva nas páginas seguintes. A relevância em destacar a pujança dessas fábricas, as quais não estão no objetivo central desta tese, tem uma intenção: verificar que Camaragibe não é um caso isolado de sucesso na indústria têxtil regional, relegando a uma nota de rodapé no que tange a chamada historiografia nacional (Rio e São Paulo). Tais empreendimentos têm relevância nacional, fosse em número de empregados, fosse na importância que os industriais a frente desses empreendimentos têm no País.

José Sérgio Leite Lopes referenciou esta característica não apenas de Paulista, mas de outros industriais que investiram seu capital em Pernambuco, a exemplo do Othon Linch Bezerra de Mello<sup>17</sup> e do próprio Carlos Alberto de Menezes, em Camaragibe, os quais recrutavam trabalhadores que deixavam tudo para trás, muitos nem tendo condições de retornar às suas cidades, se fosse o caso, até porque, em alguns casos, poderia se perguntar: voltar para que?

<sup>16</sup> Estatuto do Guarany Foot Ball Club. P. 2. Pasta: Miscelânea. Acervo. CEHIBRA – FUNDAJ.

<sup>17</sup> Dono da Fábrica de Tecidos da Macaxeira. Ver mais: SANTOS, Emanuel Moraes Lima dos. *A Fábrica de Tecidos da Macaxeira e a Vila dos Operários: a luta de classes em torno do trabalho e da casa em uma fábrica urbana com vila operária (1930-1960)*. Dissertação (Mestrado em História) - UFPE. 2017.

Tinham para onde voltar esses sujeitos que saíam desses espaços sem grandes perspectivas?

A escolha pelo “tipo” de funcionário também era parte primordial, na tentativa de dominação, pois o que Leite Lopes (1988) chama de “sistema paulista”, poderia ser chamado de “sistema Camaragibe” ou “sistema de Othon”, entre outros. Sendo assim, despidos de referências, são isolados da ideia defendida por Santos (2017), quando afirma que as vilas operárias são espaços de ordenamento e exclusão do operário. A tentativa de exclusão se dá exatamente a partir do momento em que adentra a fábrica, quando rompe com suas questões anteriores, seus laços e passa a ser submetido (não sem resistência) à avaliação dos diretores que definirão suas tarefas.

### **1.3 O Trabalho como Redenção de Raça e Classe**

No modo de produção capitalista, o trabalho representa a mola mestra do modo de produção, sendo objeto de venda ou troca para a exploração da mais-valia. Dentro desta concepção, a partir do momento em que é produzido, visando a sobrevivência daquele que produz, assim como para aqueles que não trabalham (a burguesia), adquire uma forma social (MARX, 1987, p. 71).

Diante do exposto, é possível verificar que nesse modo de produção, o trabalho “ganha” valor apenas quando é transformado em objeto de uso, ou seja, quando ocorre a transformação da matéria-prima é que lhe é conferido valor. Uma vez que o proletariado não possui capital, nem os meios de produção para transformar a matéria-prima, cabe a ele a única alternativa, vender sua força de trabalho em troca de uma remuneração que possa suprir uma ínfima parte do seu sustento. Nesse sentido, Karl Marx verifica a situação do operário fazendo uma analogia com um leilão.

O operário vende-se a si mesmo pedaço a pedaço. Vende em leilão por oito, dez, doze, quinze horas da sua vida, dia após dia, a quem melhor pagar, aos proprietários de matérias-primas, dos instrumentos de trabalho e dos meios de vida, isto é, aos capitalistas.” (MARX, 1987, p. 23).

Arraigado em uma herança medieval, em que o trabalho manual era tido como não digno, e com o reforço das analogias feitas acerca do escravo na modernidade, é preciso superar essa visão negativa para que as indústrias possam ser tocadas adiante (DINIZ, 1988). Sendo assim, não raro, no Brasil, percebe-se casos em que a mão de obra escrava foi utilizada nas indústrias recém-criadas, no último quarto do século XIX, até que, progressivamente, fosse implementada a mão de obra assalariada. Tal argumento, embasa teorias que, por conta da

escravidão, percebem que a formação de uma consciência de classe no Brasil é prejudicada, sendo possível apenas com a inserção dos imigrantes europeus, dotados de uma dita consciência crítica quase que intrínseca, que a luta de classe ganha contornos de consciência de classe. Tal concepção de que a escravidão “atrapalhou” o processo de amadurecimento da classe aqui no Brasil, fica clara na citação abaixo:

Nas primeiras fábricas brasileiras trabalhava, muitas vezes, ao longo dos operários, um bom número de escravos. O fato de que o proletariado surgir no interior de uma sociedade escravista dificultou e travou, durante muitos anos, o processo de sua formação como classe. Os operários têxteis constituíam a primeira categoria de verdadeiros proletários industriais modernos surgidos no Brasil. A primeira geração de proletários brasileiros convivera, nas fábricas e nas cidades com trabalhadores escravos durante várias décadas. Esse fato caracteriza toda a fase inicial do processo de formação do proletariado como classe no Brasil, diferenciando-se dos demais países, tanto europeus como sul-americanos (Argentina, Uruguai e Chile, principalmente) (LEONARDI, 1991, p. 90).

A citação acima retrata, de forma muito clara, a visão que boa parte da historiografia brasileira, largamente influenciada por uma visão sociológica, atribuía a uma suposta debilidade dos operários do País, ao final do século XIX e início do século XX, por estar inserida em uma sociedade ainda influenciada pelas questões ligadas à escravidão. Para esta, o fato de conviver com escravos impedem, de alguma forma, que os operários brasileiros pudessem se organizar, a fim de combater as injustiças de que eram vítimas, como se os escravos nunca tivessem resistido durante séculos de escravidão. Tal visão não reconhece as múltiplas formas de resistência que ocorreram no âmbito da escravidão, desde o Período Colonial, nem as diversas formas de resistência dos trabalhadores fabris.

Com nosso recorte temporal, não verificar os impactos do pós Abolição<sup>18</sup> na Primeira República seria um erro imperdoável. A produção da primeira metade do século XX, influenciada pela teoria racial, em voga na Europa desde o final do século XIX, fazia com que fosse atribuído à escravidão pontos positivos, entre eles a questão da disciplina e uma limitação a influência da cultura africana na formação histórica brasileira. É importante destacar o papel atribuído aos negros, nesta lógica racista, como responsáveis pelo atraso do País, por conta de uma suposta “animalidade instintiva”, justificando, assim, a proposta de branqueamento da

---

<sup>18</sup> Ao utilizar o conceito de Pós Abolição sigo a linha proposta pela historiadora Hebe Mattos. Ver mais em: Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravagista - Brasil, Século XIX. 3. ed. rev. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 2015, “O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas”. Topoi. Revista de História. Rio de Janeiro: PPGH-UFRJ-Sete Letras, vol. 5, n. 8, jan.-jun.2004, Para além das senzalas: campesinato, política e trabalho rural no Rio de Janeiro pós-Abolição. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da & GOMES, Flávio dos Santos. (Org.) Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós emancipação no Brasil. RJ: Editora FGV, 2007, p. 55-78.

população nacional, através da imigração de europeus, única forma de “salvar” e “civilizar” o Brasil.

A hoje criticada obra de Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala*, lançada já na década de 1930, significa um contraponto a essa literatura que aponta o negro como “atraso”. Fazendo um diálogo profícuo com a antropologia cultural, o autor destaca a importância do negro na formação da sociedade brasileira e que é preciso que o Brasil encare a sua mestiçagem de forma positiva. Porém, se, por um lado, o autor apresenta esse contraponto ao que é produzido, recai no erro de apontar que a escravidão brasileira é atravessada por questões de suavidade e de um suposto paternalismo, que as relações entre senhor e escravo nem sempre são permeadas de violência, o que, em tese, explicaria a “docilidade” da população brasileira. Assim, com Freyre, surge uma suposta “democracia racial”.

Caio Prado Júnior, em *Formação do Brasil Contemporâneo* (1994), faz uma análise profunda sobre o papel do negro na sociedade brasileira, no entanto peca por uma visão dos negros como vítimas quase incapazes de resistir à dominação imposta pelos portugueses. O autor afirma que, devido a violência de que era vítima, os negros escravizados têm sua capacidade de vivenciar sua cultura extremamente limitada, resultando em um sujeito alienado, sem vínculos afetivos com o País, sendo marcado por um desestímulo em formar uma família estável.

O autor estabelece uma hierarquização cultural no Brasil, colocando a contribuição dos povos europeus (portugueses) como protagonistas do processo de nosso “engrandecimento cultural”, relegando a contribuição dos negros e dos povos originários para um segundo plano, sem muito terreno para a resistência, além da contribuição da força física por séculos de exploração (PRADO JR, 1994). A visão negativa acerca das culturas fora do dito mundo “civilizado”, haja vista que o autor, ao longo de sua obra, não aponta pontos positivos da contribuição dos escravos ou dos indígenas, leva-o, inclusive, a rotular suas manifestações como selvagens e instintivas. Tal postura do autor se ampara no argumento de que a escravidão se constituía como um obstáculo intransponível ao negro, deixando uma mácula irreparável em seu povo, condenando-o permanentemente ao papel de coadjuvante<sup>19</sup>.

também passa a ser remodelada, tanto nas abordagens quanto em seu escopo de fontes (como no caso dos processos-crime). As lutas escravas, agora, não sendo resultado de uma

---

<sup>19</sup> Caio Prado Junior, em *A revolução Brasileira*, deixa claro seu posicionamento de que a imigração representa um ponto extremamente positivo para o País, pois introduz, no Brasil, indivíduos mais capacitados culturalmente dos que aqui estão, sendo o melhor exemplo disso a diferença entre as Região Sul (a qual recebe grandes levas de imigrantes europeus) e o Norte do Território Nacional.

instintividade, mas de uma organização desses indivíduos, faz com que se tornem protagonistas da própria trajetória, e não apenas consequência do processo histórico. Podemos afirmar que o pontapé inicial nesse processo é a obra da historiadora Katia Mattoso (2017), *Ser escravo no Brasil*, a qual questiona a tese defendida anteriormente de uma total submissão a escravidão, um modelo em que o escravo estaria cercado por todos os lados, não sendo possível resistir as investidas do senhor. Assim, verificar as estratégias utilizadas pelos escravos, em meio a violência, começa a fazer parte fundamental da tentativa de não invisibilizar esses sujeitos históricos e não endossar a narrativa de que os escravos são completamente submissos.

O trabalho de Sidney Chalhoub apresenta uma importante contribuição aos estudos que protagonizam os negros como sujeitos de suas próprias histórias, não os colocando a reboque das situações ou simplesmente como consequências de situações alheias a suas vontades. Utilizando processos-crime e pedidos de alforria, o autor indica que os escravos tinham, entre si, mesmo dentro da situação violenta de cativo, condições que, tidas como toleráveis ou não, chegando, inclusive, ao ponto de influenciar ou não a sua venda para um outro dono.

Um caso destacado e de grande valia para elaboração desta tese é a obra de Marcelo Badaró, intitulada *Escravidões e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Na obra, o historiador defende que o processo de formação da classe, na então capital do País, foi perpassada por experiências dos trabalhadores das mais variadas questões e nuances, fossem no aspecto público ou privado, sem deixar de levar em conta os libertos ou não, ou seja, superando o estigma colocado sob os cativos, de que eram incapazes de compor um movimento. Tal posicionamento tem uma clara inspiração thompsoniana, uma vez que, ao enxergar a formação da classe como processo de reconhecimento e de identificação entre seus pares, verifica interesses e adversidades em comum, como um organismo vivo, em constante mutação, e não como algo estático, dado, filho do processo industrial. Sendo assim, o autor defende que:

existiam elos significativos e compartilhamento de experiências – de trabalho, de vida comunitária, de organização, de ação coletiva – e de traços diferenciados, mas combinados de valores e identidades acionados pelas novas formas de consciência de classe dos trabalhadores (BADARÓ, 2008, p. 225).

*Proletários de casaca*, de autoria de Fabiane Popinigis segue a linha traçada por Thompson, construindo um paralelo entre as experiências dos comerciantes livres do Rio de Janeiro do final do século XIX para o século XX. Tais experiências, as quais dialogam com a escravidão, são importantes na formação de uma identidade de classe entre esses sujeitos. Sem dúvida, uma das grandes contribuições feitas pela autora se dá no sentido de um remodelamento

do conceito de paternalismo, outrora colocado como uma questão de dominação ampla e irrestrita de um grupo minoritário quantitativamente, porém com vantagens econômicas e políticas. No entanto, Popinigis verifica a existência de conflitos e disputas que envolvem os que almejam o controle e os que estão momentaneamente condicionados. Muitas vezes, é perceptível o “jogo de xadrez” que é feito entre os caixeiros, os patrões e o poder público, mantendo a parte que lhes interessa, do trabalho bom e bem feito, da oposição aos ditos vadios, porém sem que isso os impeça de se organizar para reivindicar melhores condições.

A historiadora Hebe Mattos (2009, p. 21) verifica que as redes de sociabilidades, criadas pelos negro, foram de suma importância para tentar dirimir algumas adversidades do cotidiano, como as investidas policiais e de outros grupos que promoviam riscos a sua liberdade, uma vez que uma postura “inadequada” poderia resultar em uma perda de liberdade.

Os espaços de sociabilidades entre a população negra no Brasil surgiram como uma forma de organização e resistência às dificuldades, fosse no que dizia respeito ao racismo e a ordem social, que não os considerava dignos de respeito, mas também como espaços para o lazer e a visibilidade, uma vez que não podiam frequentar os clubes “brancos” da cidade. Some-se a isso o fato que esses clubes, formados por negros, tentavam angariar fundos para o pagamento da liberdade dos escravos, posicionando-se, de forma veemente, contra a escravidão e o preconceito racial.

A intenção, aqui, é demonstrar que a produção historiográfica, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, promoveu uma fissura nos modelos interpretativos que se debruçavam sobre os desdobramentos das questões sociais na História. A fissura historiográfica altera o viés sobre as relações de dominação imposta entre os sujeitos, passando a contestar a suposta dominação total, uma sujeição completa do indivíduo sobre outro. Podemos afirmar que se propõe uma recusa a outrora preponderância dos enfoques econômicos e um maior equilíbrio com as questões políticas e culturais, a fim de que temas relativos aos dominantes e os dominados pudessem ser enriquecidos. Esta compreensão fez uma recusa à tese de que haveria uma dominação total no que diz respeito ao domínio econômico, cultural e político do indivíduo, uma sujeição completa de um sobre outro, capaz de aniquilar e controlar, em todas as nuances, fazendo com que o sujeito fosse apenas um esboço, coisificando-o, desumanizando-o, privando-o de qualquer possibilidade de resistência.

Esses sujeitos históricos, mesmo em condições por vezes degradantes, ao seu modo, impunham formas de resistência com seus algozes, com momentos de maior repressão e outros de maior negociação diante das questões cotidianas, analisando essas relações de poder e como elas se estabeleceram em determinados contextos. Questionar a suposta tese de um poder e

dominação total de um grupo sobre o outro, nada mais é do que uma tentativa de esmiuçar as questões referente à dominação, ampliando o leque de interpretação, possibilitando a verificação de que, se, em algum momento, as tensões entre subordinados e algozes se aliviaram, por ter alguma demanda em comum, ou negociações que tornassem possível, mesmo que por um breve momento, uma suavização na dureza dos dias, o que explicita uma noção ampliada do contraditório processo de luta de classes.

Aqui, um dos objetivos é a desmistificação de algumas questões relativas ao trabalho escravo e a escravidão como um todo, engendrando seu viés cultural e político. Ao falar de mito, me refiro a questões sem grande embasamento e que vão ganhando espaço, por motivações diversas, fosse por relatos de viajantes, fosse por uma historiografia sobre a Primeira República, fortemente influenciada pela sociologia e que aponta, em diversas vezes, para uma suposta alienação do povo brasileiro a fim de explicar suas dificuldades. Um desses mitos é sobre a suposta não violência da escravidão no Brasil, narrativa que tem muita força, em especial na Região Sul do Brasil (XAVIER, 2017), especialmente sobre uma dita docilidade nas relações entre escravos e senhores, particularmente sobre as crianças negras criadas próximas a casa grande e que, por isso, supostamente teriam um tratamento semelhante ao dos filhos, o que, por vezes, facilitaria a vida dos pais ou até as alforrias. Tais aspectos, que enumerei anteriormente, estão presentes no pensamento de Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala*, em que se debruça sobre esses aspectos que influenciam, de maneira muito incisiva, as ciências sociais até a primeira metade do século XX.

Tal mito sobre a suposta dominação total e irrestrita sobre os escravos deixa-os em patamar de “coisa”, desumanizando o indivíduo e o soterrando em explicações que não dão conta da complexidade das relações entre senhores e escravizados. A historiografia “compra” a narrativa dos senhores e transpassa-a para os livros, criando toda uma aura de desumanização em torno da escravidão, cujos escravizados, apesar de serem seres humanos, são relatados como seres que não têm escapatória da dominação, sendo suas ações supostamente muito mais instintivas e motivadas por sua condição do que por uma tomada de consciência enquanto indivíduo.

João José Reis, em sua obra *Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia*, analisa um grupo de negros chamados de “ganhadores”, homens que trabalham pelas ruas de Salvador desempenhando atividades vitais para o cotidiano, como o transporte de mercadorias e questões relativas aos dejetos e transportes de água, ou seja, esses indivíduos eram fundamentais para a manutenção de uma ordem mínima para a capital baiana. Importante frisar que o fenômeno narrado por Reis não é exclusivo da Bahia, se fazendo presente em diversos outros estados do



Brasil, cabendo aos negros (libertos ou não) esse tipo de serviço essencial para a economia local, sem que fosse imaginável não contar com seus serviços. No entanto, Reis assinala que, em meados do século XIX a configuração étnico-racial desse grupo vai se alterando pouco a pouco, fazendo com que, além de negros (libertos ou não), estivessem nas fileiras de trabalhadores, juntando-se a eles mestiços e até brancos.

Dada essa informação importante, sobre a questão da composição desse grupo, um traço importantíssimo, destacado por Reis, abala as estruturas de uma suposta alienação dos escravos no Brasil, uma vez que esses trabalhadores se reuniam de forma organizada, com o intuito de criar uma organização maior do trabalho que era feito. Sendo assim, era eleito, para cada localidade, um intitulado “capitão” que era empossado através de uma eleição entre eles, a qual, por vezes, era altamente ritualizada, dando uma importância ao fato e conferindo importância ao cargo ocupado que era levado a conhecimento das autoridades públicas (REIS, 2019, p. 63). Diante de tal afirmação, podemos perceber que a tese de que os negros não tinham organização alguma, e que eram fruto de uma questão meramente instintiva, não se sustenta a uma análise mais acurada do processo histórico, ao lidarmos com um arcabouço documental mais amplo, como faz o autor em seu livro.

O controle sobre a atividade denota uma percepção acurada sobre o mercado da época, aspecto que certamente passou “batido” pela historiografia tradicional. A figura do capitão demonstra que os trabalhadores reconheciam a autoridade eleita e escolhida por eles mesmos, com o intuito de organizar o cotidiano e de viabilizar melhores condições, no que dizia respeito a sua legitimação perante a sociedade. Uma demonstração da organização desses indivíduos foi que, em 1857, o Estado tentou impor uma regulação que minaria a figura do capitão e toda a cultura de trabalho criada em torno disso. Diante de tal impasse, a chamada “greve negra” teve início, paralisando as atividades que ocorreram na capital baiana. A greve teve uma composição interessante, se analisarmos que nos ditos “ganhadores” temos homens negros escravos e libertos que ganharam apoio, inclusive, dos seus senhores que estariam interessados nos ganhos que seus cativos conseguiam com o trabalho nos fretes dos mais variados tipos (REIS, 2019, p. 75).

Ou seja, as multiplicidades de alianças e desdobramentos que ocorreram, em meio as questões relativas à escravidão, não cabem em análises superficiais que delimitam o espaço desses sujeitos à dominação supostamente completa, nem a uma revolta atrelada a sua suposta bestialidade. É importante observar que tais sujeitos eram capazes de reivindicar, existir e resistir sem que necessariamente subvertesse a ordem vigente de forma total. Diante da insatisfação dos senhores e da paralisação dos serviços na cidade, as autoridades do estado da

Bahia recrudesceram em seus objetivos de extinguir a figura do capitão, o que demonstra a força desses indivíduos e a importância que eles tinham para o cotidiano da cidade.

Uma outra obra de destaque, a qual possibilita uma visão diferente sobre a população negra do Brasil, fosse livre ou não, é a de Sidney Chalhoub. Em *Visões de liberdade*, na qual aborda os anos finais da escravidão no Brasil e a intensificação do tráfico entre as provinciais brasileiras, como forma de burlar a Lei que estava sob atenção da Inglaterra. Chalhoub verifica que aproximadamente cem mil negros se deslocaram entre as províncias, com especial destino para a Região Sudeste, por conta do café, tendo como ponto principal o porto do Rio de Janeiro. Através de uma minuciosa análise documental, centrada principalmente em processos-crimes, o autor analisa essas locomoções dos escravos e as atuações desses sujeitos no meio desse processo, pois seria uma ingenuidade muito grande acreditar que tais modificações no cotidiano dos escravos se faria sem alguma resistência ou que esses sujeitos não tentariam, de alguma forma, reivindicar algo, barganhar, mesmo que em uma condição extremamente desfavorável. Dessa maneira, a Lei do Ventre Livre surgiu como uma possibilidade a mais de promover fissuras na estrutura da escravidão, uma vez que os cativos passaram a poder barganhar de forma mais incisiva, chegando Chalhoub a falar em cultura política dos escravos. Não tenho aqui a intenção de entrar em tal debate, mas é importante apontar que tais posturas adotadas não condizem com uma suposta apatia, apontada aos escravos, por décadas, na historiografia nacional.

É notório a tentativa dos trabalhadores livres tentarem se livrar de qualquer estigma que a escravidão pudesse ter sob seu labor. Assim, a “mácula da escravidão” conferia ao trabalho um sentido negativo, no entanto, com o novo modelo de desenvolvimento, o operário era parte fundamental desse processo, sendo assim, é preciso criar uma clara distinção entre ambos. Nesse sentido, Cláudio Batalha verifica uma análise feita no início do século XX, destacando:

um proletário atrasadíssimo, a um ou dois séculos de distância do proletariado europeu. Na parte indígena— pretos, mulatos e brancos — predomina a subserviência da escravidão, abolida havia um ano; porque os hábitos e as tradições daquele nefasto regime não se limitavam às suas presas diretas: refletindo-se como ainda hoje se refletem, sobre todos os que ainda trabalham para outrem (BATALHA, 1991, p. 112)

Percebemos que a escravidão não apenas estava muito viva no imaginário proletário brasileiro, como as suas analogias com a atual condição imposta pelo capitalismo em sua fase industrial. No trecho acima, a escravidão não está associada apenas aos castigos físicos, pois o fato de terem apenas a sua força de trabalho para “negociar”, seus braços seriam a única maneira de estarem presentes no incipiente mercado de trabalho local.

A relação de trabalho se dava em contato com o outro trabalhador e o seu patrão. Sendo assim, a construção de uma identidade ia sendo fundamentada nas experiências compartilhadas entre esses sujeitos, no reconhecimento de si e dos seus pares, não apenas na cadeia produtiva, mas em aspectos fora do labor. Sendo assim, nesse conjunto de trabalhadores, ao refundarem e tentarem ressignificar o conceito de trabalho, outrora embasado pela escravidão, possibilitava que surgisse entre eles uma unidade, algo que os aglutinava em torno de uma causa, a de transformar o labor em algo positivo, na sociedade do século XX, a fim de que pudessem alcançar melhores condições de vida e status social. Nesse sentido, Cláudio Batalha verifica a problemática atrelada ao trabalho manual e as permanências do período escravista para os trabalhadores:

A discussão em torno da escravidão devia-se às vezes menos a razões de caráter humanista ou visando contrapor-se à injustiça, mas porque a escravidão era considerada como um obstáculo a qualquer esforço de valorização do trabalho, ou de “nobilitação”, como diziam na época, já que reforçava a desqualificação do trabalho manual na cultura dominante brasileira (BATALHA, 1999, p. 65).

No entanto, apesar de almejarem uma visão valorativa, um status social, esses indivíduos passaram a contestar as péssimas condições de vida e as jornadas estafantes, enquanto o trabalho ganhava condição de sagrado, resultando em uma oposição clara entre trabalhadores e os vadios, tendo a intenção de mostrar que, sem o operário, não haveria desenvolvimento, que o capital nada poderia fazer sem os braços daqueles que estavam no chão de fábrica, seguindo esse esteio. Sendo assim, as péssimas condições de higiene depunham contra esse orgulho, pois como seria possível se orgulhar de algo que o desabonava? É essa contradição sobre o valor do trabalho que Isabel Bilhão aponta em sua tese de doutorado:

Uma contradição que perpassava o significado e o valor do trabalho pelo menos desde o século XIX, qual seja: se, por um lado, este atingia uma valorização sem precedentes, fazendo com que pensadores como Marx chegassem a afirmar que “o trabalho faz o homem” ou como Proudhon, que o “homem manifesta a sua coragem mais pelo trabalho do que pela guerra”, por outro lado, vivendo o contato com a realidade operária, as lideranças conheciam as “desgraças reais” das condições de trabalho nas fábricas e oficinas e passavam, em consequência, a perceber que a excessiva jornada, a falta de higiene, os maus-tratos e os baixos salários violavam a dignidade operária (BILHÃO, 2005, p. 62).

Dessa maneira, precisando reafirmar uma visão valorativa do trabalho, o operário passava a ter como mote principal da sua reivindicação um caráter nacional, apontando para a redução da jornada, pois não havia condições de uma valorização se o trabalho exaustivo estava atrelado, a formação histórica brasileira do início do século XX e a escravidão, não permitindo que o operário tivesse tempo para mais nada, para seus momentos de lazer, estudo etc.

As bases da construção de uma identidade operária, no final do século XIX e início do XX, estavam situadas sob a ressignificação do sentido dado ao trabalho. Era essa a única alternativa que as classes subalternas tinham para enfrentar o sistema. Assim, a legitimação social conferida pelo trabalho, a distinção do dito vadio não ser perseguido pelas forças policiais e traçar uma delimitação entre aqueles perigosos e os não perigosos fazia parte desse processo. As classes subalternas precisavam existir, resistir e criar uma aura romântica de permanente combate e enfrentamento com as forças repressivas, dizendo respeito a uma projeção sob a classe que não resiste a uma análise mais acurada.

Os trabalhadores estavam preocupados em diferenciar-se das ditas classes perigosas, dos indesejáveis que habitavam os centros urbanos e eram perseguidos pelas forças policiais. Era preciso estar ao lado oposto dos vícios, dos jogos, das farras, da prostituição e tudo que fosse atrelado aos “desviantes”. Dessa forma, o trabalhador almejava, como forma de status social, ser admirado pelos membros da sociedade, ser bem visto e detentor de uma moral apreciada pela burguesia. No entanto, na tentativa de diferenciar-se dos demais pobres da cidade, parte da classe trabalhadora, por mais que se colocasse em oposição a burguesia, sua principal inimiga no que dizia respeito a exploração e baixa remuneração, entre outras questões, porém, tal postura não evitava que, mesmo combatendo, os trabalhadores reproduzissem uma moral burguesa, onde corroboravam com as perseguições e adotavam padrões morais e de costumes e comportamentos bem semelhantes. Tal postura, podemos perceber nos estatutos das sociedades de mútuo socorro e outros meios de propagação de ideias operárias, como partidos políticos, sindicatos e jornais.

A Abolição da escravatura, no País, não se deu em um único golpe, em 1850, com o fim do tráfico negreiro, através da Lei Eusébio de Queiroz, quando a estrutura da escravidão foi, em parte, solapada. Com esse panorama, ocorreu um fluxo das áreas rurais em direção aos centros urbanos, em especial no Sudeste do Brasil, devido às lavouras de café. Dessa forma, o debate em torno da imigração se iniciou e, conseqüentemente, se rumou para a elaboração de uma lei (Lei de Terras de 1850) que teve o objetivo de impossibilitar o trabalhador de obter a posse da terra, deixando-o como mão de obra disponível para tocar as lavouras de café.

Edward Palmer Thompson (1988) nos alerta que, na Inglaterra do século XVIII, os indivíduos que estavam afastados do convívio (controle) da gentry eram rotulados como desordeiros e vagabundos pelo simples fato de desempenharem suas atividades fora do novo seio do capitalismo, o chão da fábrica, o qual seria um ambiente projetado para um maior controle desses homens. Essa questão, levantada por Thompson, se aproxima daquilo experienciado no Brasil, uma vez que os recém libertos, antes mesmo da Abolição, já

configuraram um problema para as classes dominantes brasileiras. Agora libertos e sendo mão de obra assalariada, causavam preocupação.

O convívio entre senhores e cativos foi pautado pela violência, mas também por relações paternalistas. No entanto, com o encerramento de tal relação e com o término da escravidão, ocorreu algo semelhante ao que Thompson narra: “o trabalho livre trouxera consigo um enfraquecimento dos antigos meios de disciplina social” (THOMPSON, 1988, p. 45). Aqui, é preciso ressignificar a relação de dominação, uma vez que não estavam mais atrelados aos grilhões, pois, dessa maneira, como garantir que o processo produtivo não fosse colocado em risco? O surto de industrialização que se ensaia no País não pode ficar à mercê da própria sorte, pois era preciso, então, que a lei estivesse ao lado da burguesia e passasse a direcionar o Estado para essa questão, quando as leis teriam de exigir dos indivíduos uma ocupação a fim de evitar a dita vadiagem e os maus hábitos que, nesta tese, eram provenientes da ausência de uma ocupação (CHALHOUB, 1996, p. 41).

Os negros, então, deveriam ser moralizados e educados através do trabalho, não tendo mais o método da violência física como mote, pois era preciso criar uma atmosfera positiva, para aquele que, por séculos era açoitado por ele, mostrando, ao recém-liberto, que era, através do trabalho, que ele superaria as “máculas da escravidão” e se regeneraria.

Por fim, é importante destacar que a Constituição Republicana de final do século XIX impôs, sob as classes populares, o estigma da suposta vadiagem, a qual seria punida com detenção para todos aqueles que ocupassem os centros urbanos e não tinham uma ocupação formal.

Sendo assim, trabalhadores estavam na mira dessa Lei, mesmo que não estivessem em situação de suposto “não trabalho”. Dessa maneira, é preciso problematizar a utilização do termo classes trabalhadoras para apenas uma parte desse grupo e outra não, questionando se há uma hierarquização apenas na historiografia ou socialmente esses demais trabalhadores são mal vistos? Nitidamente, a história do trabalho no Brasil, e em Recife, não pode ser produzida de acordo com parâmetros externos e que não dão conta das nossas peculiaridades.

## CAPÍTULO 2 - A ENCÍCLICA RERUM NOVARUM E OS TRABALHADORES

### 2.1 Protestantismo: um Inimigo a Ser Combatido

Os protestantes, não apenas em Pernambuco, mas em diversos estados do Brasil, exigiam que a Constituição Republicana de 1891 e o Código Penal, validado um ano antes, os respaldassem no sentido do livre exercício da fé. Tal exigência se configurava na “cruzada” implantada pelos católicos que a todo tempo apontavam os perigos que o protestantismo poderia trazer ao País e que se fez presente no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX.

O Colégio Americano Batista, fundado em Pernambuco em 1906, na esteira da criação de outros colégios de prisma protestante pelo Brasil, como o Colégio Batista Industrial, fundado no Piauí, em 1905, tendo como primeiro exemplar documentado uma escola Batista aberta em Belo Horizonte pelas missionárias Bertha e Mary, em 1898 (MACHADO, 1994). Uma das evidências que denotam a importância de Recife e, conseqüentemente, de Pernambuco nessa disputa cristã entre católicos e protestantes, foi o fato de que a cidade recifense foi sede, em 1902, do Seminário Teológico do Norte do Brasil, antes mesmo da então Capital Federal, o Rio de Janeiro, que apenas três anos depois, em 1905, inaugurou o Seminário Teológico do Sul do Brasil (MACHADO, 1994)

O refinado trabalho do historiador César Leandro Santos Gomes, *Relatos de intolerância e ritos de violência: a presença dos conflitos entre protestantes e católicos em Alagoas e Pernambuco (1873-1910)*, nos fornece subsídios para que possamos ampliar a noção de tensão existente entre os grupos cristãos que disputavam espaços de poder, a fim de legitimar suas crenças. Dessa maneira, é apontado na obra um fato relatado no jornal *A Província*, edição de 24 de outubro de 1883, sobre um conflito entre cristãos, no Recife:

Rua Augusta a celebrar as práticas do seu ritual, e parece as cerimônias de um casamento, surgiram de repente muitas pessoas, em número talvez superior a quinhentas, e entre insultos e ameaças obrigaram os que se achavam naquela casa, que não tem forma exterior de templo, a retirar-se precipitadamente e a procurar asilo e proteção na vizinhança, pois que eram perseguidos com furor, especialmente o pastor evangélico, que celebrava o casamento o qual escapou milagrosamente a sanha dos amotinadores. Como era natural, a polícia apareceu tarde e desempenhou o papel de mero espectador (*A Província*, apud GOMES. 2020, p. 17).

Por mais que o casamento entre pessoas que não aderiram ao catolicismo como religião oficial já estivesse permitido no Brasil, desde meados do século XIX, sob a liderança de D. Pedro II (diga-se de passagem, por uma necessidade, tendo em vista que as intensas relações com a Inglaterra “impuseram” tal fato, e não uma visão ecumênica do monarca), as querelas

entre os dois grupos permaneciam, como foi visto no relato acima.

Seria um equívoco compreender que a posição adota pela Igreja Católica no Brasil e no mundo, sob os pressupostos da Encíclica *Rerum Novarum*, deve-se apenas por conta da “questão social” dos trabalhadores. Desdobramentos posteriores após a Reforma Protestante causaram preocupações na Instituição, uma vez que o protestantismo passou a ter interesse, mesmo que de forma tímida, de inserir-se no Brasil. Um protestantismo que surge como oposição ao sistema hierárquico que o catolicismo havia colocado entre os homens e Deus, havia sido um dos focos da Reforma que, por consequência, se opunha a questões caras a Igreja Católica, ao se colocar favorável ao humanismo e a recusa dos valores medievais que não coadunavam com os crescentes preceitos liberais.

As visões entre os polos protestantes e católicos eram antagônicas, em especial no tocante a questão dos “Mundos do Trabalho”. Se por um lado, com a Reforma Protestante, evocava-se uma valorização do trabalho, em oposição a pobreza, que a prosperidade estava ao alcance de todos aqueles que se esforçavam, transformando, assim, os miseráveis, automaticamente, em pecadores. Max Weber em sua obra acerca das mudanças desse período verifica:

O feito propriamente dito da Reforma consistiu simplesmente em ter já no primeiro momento inflado fortemente, em contraste com a concepção católica, a ênfase moral e o prêmio religioso para o trabalho intramundano no quadro das profissões (WEBER, 2004, p. 75).

Não é intuito desta tese fazer um levantamento temporal de quando a Igreja Católica passou a se debruçar sobre os problemas dos mais pobres, até chegar as encíclicas papais do século XIX. No entanto, compreender que o contexto da Contrarreforma foi um importante ponto de inflexão para a Instituição é inegável, fosse ao observar a ação dos franciscanos ou dos vicentinos, posteriormente.

A influência e poderio da Igreja Católica em Pernambuco, e na figura de Carlos Alberto de Menezes, era extremamente perceptível. No entanto, além de alardear os princípios do catolicismo e da Encíclica *Rerum Novarum*, uma característica marcante da Instituição e dos seus seguidores era o combate ao protestantismo. Esse combate se fez presente nas páginas dos jornais, nos congressos católicos que se proliferavam pelo País, atrelando o protestantismo a violência e a desunião entre os povos, estabelecendo em Recife e sua destacada fama católica a sede de uma Liga Social Contra o Protestantismo, como pode ser verificado em alguns recortes trazidos abaixo:

agradecemos que nos foi enviado à liga contra o protestantismo que sairá amanhã na igreja da Penha a festa do seu padroeiro o Coração de Jesus com todo o seu brilhantismo (*Jornal Pequeno*, edição de 07/01/1903, p.4 ) [...] advertem que é preciso acentuar o caráter inseparável fator da gênese do protestantismo a violência em que toda parte usou para um certos países suplantar o catolicismo começada pela palavra a reforma sempre tem um fogo pelo sangue.[...] mandamos ainda que os reverendos párocos e reitores das igrejas aonde haja frequência de povo de 100 pessoas para mais façam novenas de pregação ao menos durante os últimos dias do mês sendo 3 dias contra o espiritismo e 6 contra o protestantismo (*Jornal do Recife*, edição de 12 fev. 1919, p. 9).

Relegar esse movimento a uma efemeridade que ocorreu em Recife, sem grandes efeitos, seria um grande erro. A idealização dessa Liga não partiu de um mero cristão fervoroso que participava das atividades da Igreja, Dom Raymundo, figura de destaque em Pernambuco, posicionou-se contrário ao protestantismo no estado, a fim de defender os interesses da Igreja Católica, afirmando, inclusive, que “as igrejas protestantes são denominadas por ele de “pseudo-igrejas”, por romperem com a noção de uma “Igreja Una e Santa”, conforme o modelo católico. Acusava-se os protestantes de negarem “a autoridade infalível da Igreja” (ALVES, 2019, p. 117)

Em páginas anteriores, já abordei a experiência de Carlos Alberto de Menezes e seu período na França com industriais que se estabeleciam sob a “organização cristã do trabalho”. Um dos inspiradores do idealizador da Fábrica de Tecidos de Camaragibe foi um jovem francês, devoto de São Vicente de Paula, portanto um vicentino, chamado Frederico Ozanam, de origem italiana, porém que viveu sua vida na França. Diante do cenário de pobreza e miséria que caracterizavam as cidades de Londres e Paris (BRESCIANI, 1989), tornou-se comum que grupos católicos, sem teor revolucionário, passassem a pressionar as classes dominantes locais para a necessidade de dar respaldo às adversidades enfrentadas pela maior parte da população. Após os levantes de 1848, o qual promoveu profundas mudanças na França, a Igreja Católica viu seu papel de norteadora das decisões serem abaladas por toda a Europa, o que acarretou uma mudança de postura mais incisiva diante dos problemas das classes populares ao redor do mundo.

A representação feita pelos católicos acerca dos liberais era de que:

em meados dos anos 1860 a atividade missionária ultrapassa a ação de distribuição de literatura para a realização de iniciativas mais proselitistas, com o envio para Pernambuco de Antonio Marinho da Silva e João A. de Souza, como propagandistas da Igreja Evangélica Fluminense, a primeira igreja missionária de confissão evangélica a se estabelecer no país (SANTOS, 2008, p. 19)

Importante estar atento que em tese, o protestantismo estaria mais atrelado às singularidades e adversidades do mundo moderno, do que o rigor e a imobilidade característica



de uma instituição milenar que balizava seus alicerces de forma “segura”. Dessa maneira, teremos, em Pernambuco, no II Império, disputas no cenário religioso, os quais, ainda em finais do século XIX, irão influenciar os rumos decisórios que a Instituição e os militantes católicos tomaram no estado de Pernambuco, como forma de fortalecimento da fé católica.

O protestantismo e o catolicismo atuavam em polos distintos, no final do século XIX, aqui no Brasil. Poderíamos exemplificar diversos fatores dissonantes, no entanto é importante se ater a especificidade política, uma vez que a primeira estava atrelada ao liberalismo e a segunda a Monarquia, podendo compreender, assim, um problema irreconciliável que se desenhava no horizonte.

Um país que tentava se industrializar e que estava alicerçando suas novas bases sob princípios liberais, em oposição as reminiscências dos séculos passados atrelados a escravidão, verificava em uma doutrina opositora, a salvaguarda de princípios do liberalismo e da democracia burguesa, as quais, em tese, estariam atreladas à República. Se, por um lado, a Igreja Católica tentava de todas as formas manter seu poderio sob as querelas sociais da modernidade, por outro lado, impunha-se a necessidade em coexistir minimamente com uma outra vertente do cristianismo, fundamentada sob outros princípios que, não raramente, estariam em oposição ao que a Instituição pregava. Dessa maneira, Comby verifica que:

a Igreja tinha a impressão de enquadrar todos os setores da vida humana. Após as rupturas da Revolução, um mundo se constitui fora dos limites da Igreja: a sociedade industrial e urbana, as novas filosofias, as ciências naturais e históricas. Ocorre que este mundo estranho à Igreja combate as tradições por ela transmitidas há séculos. Ao mesmo tempo, o catolicismo deve coexistir com as outras confissões cristãs às quais outrora podia recusar o reconhecimento oficial (COMBY, 1994, p. 166).

Por mais que o rompimento constitucional ocorresse na transição da Monarquia para a República, os traços fortes do catolicismo estavam arraigados na cultura nacional, o que gerava um impacto muito grande e um ambiente hostil de disputa entre essas duas correntes cristãs. Não podemos esquecer que o movimento republicano, citado anteriormente, estava embebido de ideais positivistas, sendo assim, confrontava-se diretamente com o protestantismo, uma vez que a ideologia de Augusto Comte tinha como mote além da “*Ordem e Progresso*”, estampada em nossa bandeira desde 1889, o apoio à existência de um Estado centralizador, forte e tomador das decisões, oposto aos pressupostos liberais e protestantes. Dessa maneira Peter Eisenberg verifica que: “Não por acaso, Pernambuco foi escolhido como primeiro estado nordestino para as missões protestantes. Com seus 110.000 km<sup>2</sup> de área, com seus quase 1.500 engenhos, com a sua “extensão de ferrovia reduzindo o custo do transporte [...]” (EISENBERG, 1977, p. 148)

Uma obra muito importante para que possamos conhecer a relação conflituosa entre a Igreja Católica e o protestantismo, em Pernambuco, é *a Ordem social em crise. A inserção do protestantismo em Pernambuco: 1860 – 1891*. O autor, João Marcos Leitão Santos, verifica que:

O católico brasileiro vivia sua religiosidade sem nenhuma tensão maior para com a esfera social[...] A esse catolicismo afrontado de todos os lados, exigiam-se esforços que se concentravam não apenas na manutenção da sua ordem institucional como também em conter a onda liberalizante que era sentida no planeta (SANTOS,2008, p.129).

Ao verificar essa assertiva do autor, e o nosso conhecimento acerca do catolicismo militante, existente em Recife, com ênfase na figura de Carlos Alberto de Menezes, podemos ampliar nossas lentes e perceber que a capital pernambucana, representava, no Brasil, sem dúvida, um dos locais mais importantes do bastião do catolicismo. Não à toa que as encíclicas de teor social que vêm a seguir tem como intuito reinsserir a Instituição nos problemas atuais e não perder seu poder de conciliar os problemas, atuando como uma espécie de “bússola moral” das questões. no final do século XIX e início do século XX.

Em 1891, momento em que passa a vigorar a constituição republicana, a adoção do Estado laico chancelou o protestantismo entre outras religiões (ao menos na esfera legal) ao *status* de legalidade. O que não representa necessariamente o fim dos problemas, uma vez que não podemos restringir tal questão a mera contenda religiosa. Representando ideias e concepções de mundo divergentes em alguns aspectos, uma vez que tinha projetos distintos para a sociedade em que se instalavam. Sendo assim, com um forte teor antiprotetantismo, os católicos recifenses, pertencentes às classes dominantes políticas e econômicas, acusavam que a “ordem social” estaria em risco, atrelando esses sujeitos à maçonaria, aos liberais e a todo o tipo de situação que viesse a ferir a colocar a “ordem” brasileira.

É preciso compreender que a cisão que ocorre no final do século XIX não interfere apenas na esfera política. A República, embebida de ideais positivistas, tendo em Augusto Comte seu principal referencial, manifestava-se, nos primeiros anos, com certa “indiferença” perante a Igreja Católica. Uma demonstração desse fato pode ser verificada no decreto que versou sobre as festividades nacionais, meses após a Proclamação.

A ausência de feriados e festas de viés católico ficou evidente, uma vez que as datas comemorativas passaram a ser; 1º de janeiro, fraternidade universal; 03 de maio, comemoração da Descoberta do Brasil; 07 de setembro, comemoração da Independência; 12 de outubro, comemoração da Descoberta da América; 02 de novembro, homenagem aos mortos e; 15 de novembro, comemoração da Pátria Brasileira. Apenas na segunda década do século XX, o

governo tornou oficial o feriado do 25 de dezembro, quando se comemora o nascimento de Jesus Cristo para os católicos.

No entanto, se por um lado o Estado, de forma oficial, não trazia as festividades cristãs para o calendário, é importante destacar que a população brasileira, majoritariamente católica, não deixava de lado sua fé nem seus festejos. Os congressos católicos que se espalhavam pelo País, no início do século XX, os diversos monumentos que se avolumavam nas grandes cidades brasileiras, como Recife e Rio de Janeiro, financiados por grandes militantes católicos, demonstram que a fé dos brasileiros, mesmo sem um respaldo dito oficial, estava viva.

Tal comportamento popular tinha grande reverberação na Igreja Católica, que sempre se colocava em posição contrária a ausência das festividades e, conseqüentemente, das teorias positivistas. Na tese de Emanuela Sousa Ribeiro, *Modernidade no Brasil. Igreja Católica, identidade nacional, práticas e estratégias intelectuais: 1889 – 1930*, a autora verifica alguns depoimentos do Bispo D. João Esberad acerca das questões envolvendo a Igreja e a política: “o positivismo pretende entre nós foros de religião e, valendo-se dos desastres da pátria querida, impôs à sociedade secularizada o seu ridículo calendário”<sup>20</sup>.

Os militantes católicos, em geral, pertenciam as classes dominantes da esfera financeira pernambucana, ligada à agricultura ou ao mundo industrial, como Luiz Correia de Brito e Carlos Alberto de Menezes, ambos membros da Companhia Industrial Pernambucana (CIPER). Além de estarem presentes, como por exemplo na Associação de São Vicente de Paula, esses personagens estavam inseridos em outros grupos católicos ou leigos, o que demonstra a grande preocupação e a importância que era conferida aos aspectos morais, sem falar que estar inserido nesses grupos reforçava estigmas sociais preciosos.

O terreno fértil das revoluções liberais, no contexto da segunda metade do século XVIII, impactava, de forma decisiva, os dois séculos seguintes nas ações da Igreja Católica, uma vez que tais revoluções tinham caráter marcadamente anticlerical e uma agenda, por vezes, progressista nos aspectos culturais e sociais, com uma defesa aberta do Estado laico. A oposição entre fé e a dita modernidade ocorria desde os postulados iluministas que marcaram, de forma efetiva, uma resistência organizada às questões religiosas. Mesmo nos casos em que não havia uma resistência à Instituição, o laicismo era um imperativo imposto em diversos países, limitando as ações da Igreja.

Então, como romper com essa barreira? O que fazer para que a Igreja, enquanto instituição, recuperasse parte de seu papel de norteadora das ações humanas? Por conta da

---

<sup>20</sup> Ver mais em: Ribeiro 2009.

Encíclica *Rerum Novarum*, o papa Leão XIII ganhou a alcunha de “Papa dos trabalhadores”, no entanto, seria um equívoco colocar sob uma única pessoa a responsabilidade dos caminhos que a Instituição tomara. Diante da miséria e das dificuldades que estavam sendo impostas às classes trabalhadoras e a crescente onda de insatisfação e levantes, o catolicismo social ganhava corpo dentro do mundo eclesiástico, pavimentando o caminho que seria apontado.

O catolicismo social desenvolveu-se na Europa principalmente na segunda metade do século XIX, sendo formado majoritariamente por uma ala conservadora da Igreja Católica que se opunha ao liberalismo econômico, combatendo o seu caráter pagão e anticlerical, assim como reagia à proposta socialista. [...] Tratava-se de uma corrente de pensamento saudosista em relação aos valores do Antigo Regime e de sua sociedade estamental, época em que a divisão existente entre classes não implicava luta entre si, diante da consciência do papel exercido dentro da hierarquia social, já que cada estamento teria clara noção sobre qual seria sua função dentro de uma sociedade orgânica (ALLAN, 2015, p. 175).

Em sua introdução, o documento analisava as consequências da Revolução Industrial e o processo de empobrecimento e miséria dos trabalhadores. No entanto, a constatação da exploração não era suficiente para críticas ao modo de produção capitalista em si, muito menos uma defesa do socialismo.

O modelo socialista era tido como injusto, uma vez que a Igreja corroborava com a visão liberal de que a propriedade privada era um direito humano, e não a raiz das desigualdades. Uma vez que centrava suas análises em ações individuais, a fim de promover o equilíbrio entre lucro e as condições de vida da população pobre, a Igreja indicava o caminho “clássico” da benevolência e da caridade por parte dos mais abastados, bem como da resiliência diante das dificuldades para os que produziam. A raiz da Encíclica era a solução pacífica, através da conciliação de classes, uma espécie de um acordo de deveres e direitos em que as partes se comprometiam, sob a bênção de Deus, uma tentativa de humanizar o capital, de lhes dotar de sentimentos, em última instância, de medo, uma vez que, não atentando para a urgência das pautas sociais, uma revolução poderia ocorrer e “todos” sairiam perdendo.

Imagem 7 - Papa Pio XII e os operários.



Fonte: Acervo do Diário de Pernambuco. s/p. 1957.

A manchete acima, sai um pouco do nosso recorte temporal, tendo em vista que o papa Pio XII teve o seu pontificado na década de 1950. No entanto, os ideias da Igreja Católica ainda estavam embebidos de ideias do catolicismo social, sendo importante perceber que, para os socialistas e comunistas, essa postura da Igreja não seria benéfica, pois arrefeceria os ânimos entre os trabalhadores. Essa era sim a grande intenção, desde o final do século XIX e início do século XX, ou seja, não fazer propaganda gratuita do comunismo ou do socialismo, nem adotar qualquer postura que viesse a ferir a sacralidade da propriedade privada. No entanto, ao ser acusado de “dar muito” aos operários, o intuito era de evitar que grandes revoluções, como as que haviam ocorrido a pouca tempo, como a Soviética de 1917 e a Cubana, que estaria por vir, em 1959, tornava-se uma constante.

O documento papal, auxiliaria a Instituição a retomar seu papel de relevância nas questões entre os seres humanos. Mais do que a própria causa em si, a Igreja buscava se reinserir nas decisões, tentando demonstrar que os esforços feitos para além dela seriam fracassados e não lograriam êxito. Nessa perspectiva, a solução para as querelas sociais passava pelo crivo religioso, pela benção de Deus e do Papa, que por mais concreto e objetivo que fosse o problema, a solução passava pelo plano espiritual e pelo alimento moral, o que apenas a Igreja podia fornecer. As correntes católicas, que dentro do Vaticano por séculos haviam sido

secundárias ou marginalizadas, passavam a ganhar notoriedade, a partir do momento em que a Instituição “convidava” ricos e pobres a se reunirem em torno de uma causa comum.

A Instituição que tinha ganho respeitabilidade, em um período em que as relações rurais predominavam, em que o ritmo de vida seria menos acelerado, na conjuntura em que as cidades, a industrialização e urbanização, apareciam como desafios para Igreja que tentava se situar nesse processo e não perder espaço de decisão. As ideias liberais que inundavam o período, com um foco no indivíduo e na liberdade de crença, sem os dogmas de outrora, ressoavam nas classes dominantes da esfera econômica.

## **2.2 A Ação Católica e a Encíclica *Rerum Novarum***

Os princípios da Ação Católica permearam os últimos anos do século XIX e os primeiros do século XX, no que diz respeito às tomadas de decisão da Igreja Católica. A Ação Católica foi encabeçada por Pio XI em caráter mundial, como um norte que a Instituição devia seguir, respondendo aos questionamentos da época, ao invés de apenas manter-se afastada dos dilemas modernos, significando a entrada da Igreja na modernidade, não para combatê-la, mas para garantir seu espaço de destaque, assim que as dificuldades aparecessem. Não se pode esquecer que se tratava de um período de diversas transformações políticas econômicas e sociais, agravadas pelo vigor do capitalismo em sua fase industrial, que se impunha aos países, através dos processos de remodelamento urbano, gerando precárias condições de vida de uma nascente classe social, o proletariado. Some-se a isso, percebe-se que o principal temor da Igreja, enquanto Instituição, era o avanço das ideias socialistas e comunistas que fervilham na Europa, desde o final do século XIX.

No alvorecer do século XX, a Igreja Católica se propunha a estar mais próxima das questões sociais do chamado mundo moderno, com o intuito de reafirmar a sua posição de norteadora, de bússola da “civilização”, através do que se convencionou chamar de Doutrina Social da Igreja. A dita Doutrina Social era um indicativo do posicionamento da Igreja Católica, ao longo de algumas encíclicas anteriores, que apontavam um certo teor de preocupação social, as quais, mais tarde, desembocaram na *Rerum Novarum*. Não se pode atrelar tal documento a vontade exclusiva de um único papa, já que havia, dentro da Igreja, ora com mais força, ora com menor afinco, a atenção para tal caso, o que certamente foi acelerada pelas contradições sociais evidentes no período, bem como a suposta radicalização temida pela Instituição.

O Papa Leão passou a fazer um apelo aos industriais que se posicionavam como católicos, admitindo a possibilidade de uma solução para a causa operária que não fosse por

vias da Igreja, tecendo uma crítica às mudanças de caráter revolucionário. Sendo assim, a Encíclica não se opunha ao capitalismo, mas ao Movimento Operário que eclodia na Europa nos anos iniciais do século XIX, assim como ao socialismo, ao comunismo e ao anarquismo.

Os socialistas, para curar este mal, instigam nos pobres o ódio invejoso contra os que possuem, e pretendem que toda a propriedade de bens particulares deve ser suprimida, que os bens dum indivíduo qualquer devem ser comuns a todos, e que a sua administração deve voltar para o Município ou para o Estado (*RERUM NOVARUM*, 1993, p. 3).

A *Rerum Novarum*, lançada pelo papa Leão XIII, fazendo ponderações ao avanço do capitalismo em sua fase industrial, sem que soasse como propaganda das ideologias “vermelhas”. Sendo assim, a Encíclica posiciona-se:

Efectivamente, os progressos incessantes da indústria, os novos caminhos em que entraram as artes, a alteração das relações entre os operários e os patrões, a influência da riqueza nas mãos dum pequeno número ao lado da indigência da multidão, a opinião enfim mais vantajada que os operários formam de si mesmos e a sua união mais compacta, tudo isto, sem falar da corrupção dos costumes, deu em resultado final um temível conflito (*RERUM NOVARUM*, 1993, p. 1).

No final do século XIX, a Europa estava envolvida em uma questão crucial entre patrões e empregados, devido a reação dos populares contra a exploração das grandes jornadas de trabalho, os baixos salários e as precárias moradias em que estavam submetidos. As greves tinham forte teor socialista e a contestação da ordem social vigente, bem como atacavam a moral religiosa durante as paredes.

O histórico de mudanças revolucionárias, ao longo dos séculos anteriores, promoveu mudanças profundas na estrutura de poder. Sendo assim, para uma Instituição que estava atrelada sempre a quem estivesse no poder, temia por movimentos que pudessem afetar diretamente o seu domínio. Dessa maneira, o Papa Leão XIII verificou a necessidade em promover algum tipo de melhoria, sem, no entanto, se colocar em posição contrária à propriedade privada nem à exploração da mais-valia, como fica explícito na citação abaixo:

Os Socialistas, para curar este mal, instigam nos pobres o ódio invejoso contra os que possuem, e pretendem que toda a propriedade de bens particulares devesse ser suprimida, que os bens dum indivíduo qualquer devem ser comuns a todos, e que a sua administração deve voltar para - os Municípios ou para o Estado. Mediante esta transladação das propriedades e está igual repartição das riquezas e das comodidades que elas proporcionam entre os cidadãos, lisonjeiam-se de aplicar um remédio eficaz aos males presentes. Mas semelhante teoria, longe de ser capaz de pôr termo ao conflito, prejudicaria o operário se fosse posta em prática. Pelo contrário, é sumamente injusta, por violar os direitos legítimos dos proprietários, viciar as funções do Estado e tender para a subversão completa do edifício social (*RERUM NOVARUM*, 1993, p. 2).

A *Rerum Novarum* surgiu como uma indicação, uma recomendação àqueles industriais identificados com o catolicismo social, tentando convencê-los das benesses alcançadas com tal postura. Segundo o documento, portanto, não devia o trabalho prolongar-se por mais tempo do que as forças permitissem, enquanto o número de horas diárias não deveria exceder a força dos trabalhadores, e a quantidade de repouso deveria ser “proporcionada à qualidade do trabalho, às circunstâncias do tempo e do lugar, à compleição e saúde dos operários” (*Rerum Novarum*, 1993, p. 8).

Como era de se esperar, a Encíclica esvaziava, de forma significativa, boa parte da concepção revolucionária e a capacidade dos trabalhadores de se organizarem para resistir às adversidades do cotidiano fabril. Assim, a tônica conservadora e aliada ao capital se impunha em diversas passagens, fosse na defesa expressa da propriedade privada, como na recomendação de uma postura de retidão moral dos trabalhadores. Sobre esse aspecto de tentar “esvaziar” as questões revolucionárias, o *Jornal do Recife*, em edição do ano de 1920, reverberou as concepções da Igreja em suas páginas: “enquanto os revolucionários pegando uma funesta moral oriunda de uma falsa filosofia agitam os operários para remodelar o mundo pelo crime a igreja sustentando seus princípios procura remodelar a sociedade beneficiando a o ensino educação e todas as obras de justiça e Caridade” (*Jornal do Recife*, edição de 01 mar. 1920, p. 3)

A *Rerum Novarum* tinha o objetivo de reunir os operários em organizações de viés cristão, nas quais as tensões causadas pela exploração, como os baixos salários, fossem amainadas sob um cariz de união entre patrões e empregados. Não se tratava de uma grande inovação, pois o intuito era resgatar, em partes, o tom harmônico das antigas corporações de ofício, quando a religião ocupava um lugar de destaque na vida dos membros que a compunham. Dessa maneira, o objetivo seria frear o ímpeto dos movimentos socialistas, anarquistas e comunistas que se alastravam pela Europa como pólvora, turbinados pelas péssimas condições de vida.

Na revista *Almanaque de Pernambuco*, publicada em 1908, já era indicada a importância que a religião católica teria no cotidiano dos trabalhadores e a admiração pelo que estava sendo desenvolvido na Fábrica de Tecidos de Camaragibe.

a fábrica de tecidos de Camaragibe pertencente à mesma companhia dando desde logo começo a execução da parte mais importante do seu programa a ideia a carícia da desde os bancos acadêmicos o levantamento moral do operariado brasileiro pela sublime religião de Cristo e pela compreensão criteriosa dos seus direitos (*Revista Almanaque de Pernambuco*, 1908, p. 8. Edição número 11).



A Igreja Católica, enquanto Instituição, estava na alça de mira desses movimentos que apontavam a relação umbilical entre os industriais, e as classes dominantes da política e da Igreja, no caso desta, responsável por impedir, através da “coerção religiosa”, o ímpeto de revolta dos trabalhadores contra sua situação. Tentando não entrar em análises passionais sob o papel da Igreja e da Encíclica, no final do século XIX e início do XX, é importante destacar que, se por um lado, a vida desses indivíduos não seria modificada radicalmente (uma revolução através da *Rerum Novarum*), uma vez que reivindicações históricas como descanso semanal e salário mínimo, que estavam inseridas nas reivindicações antes desse período, não seriam atendidas, tampouco podemos dar os ombros ao papel que a Instituição reivindicava e as consequências que isso trazia no campo de atuação dos industriais e nas relações e contradições com os trabalhadores.

Com o advento da República, no Brasil, ocorreram mudanças nas relações, até então próximas entre o Estado e a Igreja. Grande parte do alto clero era saudosista do período Monárquico, uma vez que, com a República, vários privilégios, incorporados há tanto tempo e que soavam como “direito”, tendo em vista o papel que desempenhava na sociedade, estavam sendo perdidos. Dessa maneira, o País passava a se comportar, nos primeiros anos do novo governo, como opositora de todas as “novidades” importadas da Europa e que traduziam “modernidade” e que ameaçavam todo tradicionalismo de outrora.

Protestos contra o ensino laico, que estavam previstos na Constituição Republicana, eram apontados como um dos motivos da perda da fé por grande parte dos jovens e a explicação preferida para os problemas sociais envolvendo esse grupo, devendo ser o alimento moral, desde cedo, a fim de que se evitasse as corrupções morais, tidas como habituais nos grandes centros urbanos. Emilia Viotti da Costa traz em sua obra um fragmento da Carta Pastoral de 1890, a qual versa sobre o desenlace de Estado e Igreja, demonstrando preocupação com a questão:

Melindrosa, cheia de perigos, de imensas consequências para o futuro, dignos cooperadores e filhos muito amados, é a crise, que neste revoltoso período de sua história, vai atravessando nossa pátria. Crise para a vida ou para a morte. Para a vida, se todo o nosso progresso social for baseado na Religião; para a morte se o não for. (COSTA, 2007, p. 3).

Como forma de buscar uma reorganização interna, e encontrando possibilidades na Constituição vigente, abrindo seminários e estabelecendo contato com irmandades estrangeiras, nomeando padres, bispos e arcebispos, a Igreja Católica tentava retomar sua posição social de “bússola moral” da sociedade, tentando se aproximar da sociedade ainda mais. Para a Igreja, na República, a estratégia deveria ser a de se colocar como salvadora dos cidadãos, não mais

guardiã da Pátria, como nos tempos do Império, se colocando como juíza, sendo que a sociedade deveria se organizar pelas suas regras. No Brasil, seguindo as orientações do que ocorria na Europa, a Ação Católica surgia como uma missão de proteção dos valores cristãos, no meio das mudanças impostas pela virada do século.

Ao contrário do que ocorreu na Europa, onde os trabalhadores cristãos já estavam organizados antes de 1891, aqui, no Brasil, a Ação Católica desempenhava um papel específico (LIMA, 2012). Os membros do clero católico, no País, passavam a tentar recuperar o espaço político e socialmente, criando cinquenta e seis novas dioceses. A difusão do catolicismo, a fim de que pudesse incentivar o associativismo, baseado na doutrina da *Rerum Novarum*, era uma das “cartas na manga” que a Igreja tinha para aproximar os trabalhadores da mesma e afastá-los do “perigo vermelho”, assim como se aproximar das classes dominantes industriais, as quais eram importantes difusores da ideologia cristã.

Embora o catolicismo militante tivesse o foco nas questões dos trabalhadores, por conta das precárias condições de vida nos centros urbanos, sendo esse o grupo mais vulnerável a se desapegar dos valores cristãos, no entanto atos relacionados à caridade, às ações sociais e à formação de novos líderes religiosos garantiria a renovação dos corpos e mentes que tocavam o projeto de reconquista da fé, principalmente através dos congressos católicos, os quais se espalhavam pelo País, ao longo do século XX.

Os católicos brasileiros organizaram, em 1900, em Salvador, o Primeiro Congresso Católico Brasileiro. Oito anos depois, na cidade do Rio de Janeiro, inspirados pela Ação Católica, se motivaram para a criação de congressos de menor porte e de caráter regional, mas que foram fundamentais para aproximar a questão debatida nos congressos nacionais das regiões mais afastadas, por vezes em cidades menores, como indica Deivison Amaral (2018, p. 45), tendo como exemplo: o Congresso Católico de Pernambuco, em Recife, em 1902; o Congresso Católico de Niterói, em 1909; o Congresso Católico de Petrópolis, em 1909; o Congresso Católico Mineiro, em Juiz de Fora, em 1910, e em Belo Horizonte, em 1911, 1914 e 1918 e; o Congresso Católico Baiano, em Salvador, em 1910.

Tanto no primeiro como no segundo encontro, a tônica era muito semelhante. No primeiro, a questão operária dominou as falas, tendo como destaque Carlos Alberto de Menezes, líder da Fábrica de Tecidos de Camaragibe, ao destacar a importância da questão operária para a manutenção da ordem e o poderio da Igreja Católica, bem como forma de ser o alimento moral de toda essa classe. Para Nilo Pereira, “Carlos Alberto de Menezes foi um dos mais fiéis seguidores da Encíclica, antecipando-se mesmo ao próprio documento pontifício na organização corporativa dos operários de Camaragibe” (PEREIRA, 1991, p. 18).

No segundo, em 1908, tendo como destaque o arcebispo Dom Joaquim, naquele momento, o objetivo principal do catolicismo era a difusão das práticas católicas e sua penetração social, através de jornais, associações e sindicatos de orientação cristã e mutuais, sendo assim:

Pernambuco no Congresso católico que reuniu na Bahia em 1900 apresentou um importante trabalho estudo conciso sobre a situação da classe operária no Brasil e os meios para melhorar essa situação. Na volta da Bahia organizou o primeiro Congresso católico de Pernambuco cujo programa abrange as questões sociais de maior importância ele via com a mais intensa satisfação a marcha das ideias salvadoras a realização desse programa nobre e elevado de defesa contra a miséria o desespero e o desvario que infelicita vão em outros países as classes pobres ele sonhava para o seu país um operariado feliz forte de seus direitos muito fraternalmente sob a Bandeira de Cristo (*Jornal Pequeno*, edição de 15/03/1909, p. 17).

É importante destacar a presença de diretores patronais em organizações operárias. Pierre Collier, genro de Carlos Alberto de Menezes, não apenas ocupou o cargo de tesoureiro da Sociedade de Mútuo Socorro de Camaragibe como também se fez presente na composição da diretoria da Federação Operária Cristã, em 1907, como demonstra o *Jornal Pequeno*, em edição de 12 de agosto do mesmo ano: “comunica nos o senhor João Batista Ferreira secretário da federação operária cristã que em 24 de abril associação elegeu para o quadriênio de 1907 a 1911 como diretor o doutor Pierre Collier” (*Jornal Pequeno*, edição de 12 ago. 1907, p. 8). Tal postura se coadunava com os ditames da *Rerum Novarum*, a qual pregava uma relação mais próxima entre patrões e empregados, como forma de amenizar os conflitos de classe. Estar presente em espaços que em tese seriam compostos essencialmente por operários, demonstra a tentativa de desmobilização e de reforçar um espírito de paternalismo nas relações trabalhistas.

O fato de existir uma Federação Operária Cristã, em Recife, é um claro sinal de força da religião católica e a demonstração de que existiriam alternativas de reivindicação para os trabalhadores que não fossem as ideologias revolucionárias que tanto amedrontavam as classes dominantes no início do século XX.

Recife representava, desde os tempos coloniais, através da produção de açúcar e, posteriormente, de algodão, uma força econômica e, conseqüentemente, uma importância política dos membros de sua aristocracia na política nacional. Mesmo após a balança comercial brasileira ter sido afetada positivamente pela produção do café, na Região Sudeste, em especial no estado de São Paulo, a cidade manteve um *status* importante de metrópole regional. Se a influência já não era a mesma dos séculos XVI e XVII, capital pernambucana ainda era uma das mais importantes cidades do País, juntamente com Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. Isso fica claro no levantamento populacional e industrial nos primeiros anos do século XX: “em

1900 [Recife], tinha uma população de 113.106 pessoas, passando para 238. 843 em 1920, haviam sido instaladas cerca de 113 estabelecimentos industriais, enquanto entre 1900 e 1909, mais de 33 iniciaram suas atividades” (REZENDE, 1987, p. 42-43).

A fama em torno da Fábrica de Tecidos de Camaragibe e da “organização cristã do trabalho”, proposta por Carlos Alberto de Menezes, ganhou notoriedade em todo o Brasil, tanto que os supostos efeitos eram alardeados em jornais de outros estados, entre eles São Paulo. *O Estandarte Católico*, em sua edição de 2 de agosto de 1901, teceu elogios a experiência feita em Camaragibe e como tais ações podiam evitar que os conflitos e a greves ocorressem. O *Jornal Pequeno* repostou a matéria um mês após:

a edição do sul publicado em São Paulo do importante periódico estandarte católico inseriu em seu número 26 do mês último um artigo intitulado como se evitam as greves em que se nele tem o seguinte há em nosso país no estado de Pernambuco uma fábrica de tecidos e outra de açúcar Camaragibe e Goiânia pertencentes à Companhia Industrial Pernambucana nas quais o seu inteligente e laborioso gerente o engenheiro brasileiro Carlos Alberto de Menezes. graças à sua extraordinária força de vontade comanda habilmente conseguiu dar uma perfeita organização cristã pautada pelo que se viu praticado com ótimos resultados no estabelecimento do grande industrial francês o senhor Leão Harmel o pai dos operários o bem que foi organizado tem produzido na França está sendo reproduzido em Pernambuco. É preciso que se note os benefícios de que geram os operários de Camaragibe não representa então prejuízos para a empresa pelo contrário maiores lucros lhe advinha materialmente falando porque seus empregados para isso contribuem para salários adquiridos à custa do trabalho e não da extorsão (*Jornal Pequeno*, edição de 12 set. 1901, p. 7).

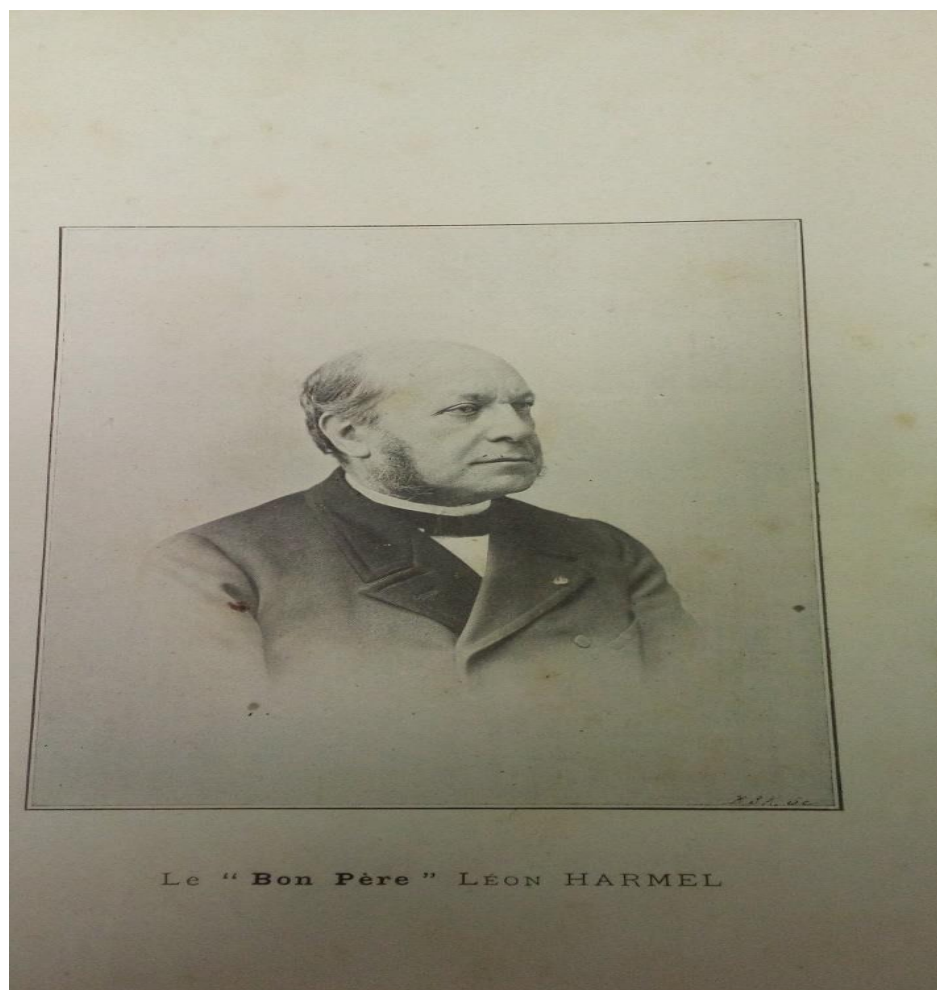
Pernambuco, ao longo do século XIX e início do XX, teve um forte teor cristão em sua questão social e produtiva. Carlos Alberto de Menezes era um dos principais nomes, em âmbito nacional, propagador, entre os industriais, das ideias católicas. Formado em engenharia civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, no final do século XIX, aproximou-se da Doutrina Social, defendendo a tese de que a Igreja Católica poderia auxiliar nos problemas que o mundo estava passando, rechaçando a ideia de uma burguesia essencialmente egoísta e exploradora, sem que deixasse de reconhecer a difícil situação em que os operários estavam submetidos na Europa, e agora no Brasil.

No final do século XIX, através das medidas empreendidas por Carlos Alberto de Menezes, os clubes e as associações de moradores, existentes dentro da Vila Operária de Camaragibe, passaram a integrar uma maior rede de organizações católicas na Região, o que demonstra a importância e a relevância dos acontecimentos em Camaragibe, não ficando restrita apenas ao perímetro fabril (AMARAL, 2018). As organizações e as associações existentes dentro da Vila, como o Clube de Tiro, a Sociedade Dramática, os clubes de oração e a Sociedade de Mútuo Socorro, em 1902, deram origem ao que se chamou de Federação Operária Cristã, estando, a partir de então, ainda mais afinada com o discurso de um catolicismo social

capitaneado por Carlos Alberto de Menezes e pelo seu genro, Pierre Collier.

A inspiração de Carlos Alberto de Menezes para a implantação desse conceito, na Fábrica de Tecidos de Camaragibe, pode ser compreendida através do seu contato com Leon Harmel, após uma viagem à França, a qual, inicialmente, teve o intuito de trazer maquinários. No entanto, ganhou contornos diferentes, após conhecer uma fábrica na Região do Val de Bois. Harmel era o dono do empreendimento e militante católico, o qual inseria em seu empreendimento o conceito de corporação cristã do trabalho, o que seria adaptado à realidade em Camaragibe (LIMA, 2012). Além de Leon Harmel, uma figura de importante contribuição para as intenções de Carlos Alberto foi o Padre Leon Dehon, o qual teve como objetivo estimular a aproximação entre a Igreja e os populares, em especial, os trabalhadores explorados pela nascente indústria.

Imagem 8 - - Leon Harmel.



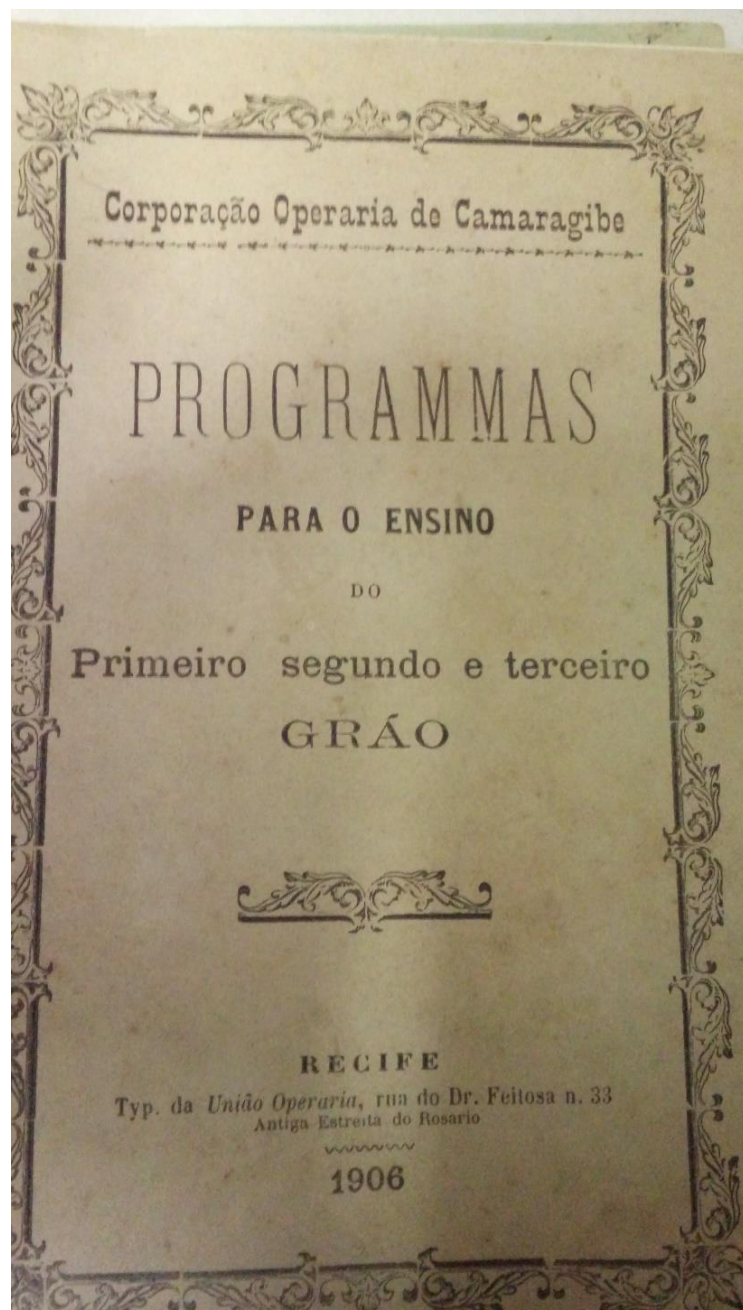
Fonte: Pasta: Pessoal. Acervo: FUNDAJ/CEHIBRA.

Em seu artigo "A corporação cristã em perspectiva transnacional: interações e

transferências entre as organizações católicas para trabalhadores de Camaragibe (Brasil) e Val-des-Bois (França)”, Deivison Amaral afirma que, em 1901, Carlos Alberto de Menezes retornou para a França para um novo encontro com Padre Dehon, a fim de que ele enviasse padres para

Pernambuco, com a intenção desses lecionarem na escola inserida dentro do perímetro da Vila, ou seja, a diretoria de Camaragibe estava preocupada com a formação cristã que seus operários devem ter, assim como havia visto em sua primeira visita a França, na fábrica de Leon Harmel.

Imagem 9 - Programa de Ensino das Escolas da Vila Operária de Camaragibe.



*Instrucção religiosa e moral*

Estudo das orações ordinarias.

*Catecismo.* Deus, existencia, perfeições.  
Homem, seu fim. Symbolo dos apóstolos ;  
explicação dos doze artigos.

Mandamentos da lei de Deus : deveres  
para com Deus, deveres para com o proximo.

Mandamentos da Igreja.

Meios de obter a graça ; orações, sacra-  
mentos.

*Historia Sagrada:* Factos principaes do an-  
tigo testamento até o schisma das dez tribus  
—creação do mundo—Adão.

Os patriarchas, o diluvio, dispersão dos  
homens.

Abraham, Isaac, Esaú, Jacob. Historia de  
Job—Sahidade do Egypto, o Sinae, terra promet-  
tida. Os juizes. Ruth—Os reis: Saul, David,  
Salomão.

Desenvolver por meio de conversação  
com os alumnos e leituras, exemplos, fabulas,  
finalmente por meio de exercicios sempre  
práticos o seguinte programma ;

A crença na familia ; paes e filhos ; avós.

Deveres dos filhos, amor, respeito, obe-  
diencia.

Modo de tractar os paes.

Amor fraternal :—união e auxilio.

Parentes e amigos :—auxilio, respeito e  
dedicação.

Deveres para com os famulos :—polidez  
e bondade.

Tractar bem os animaes.

**Livros adoptados:**—Catechismo da Dio-  
cese de Olinda.

Historia Sagrada pelo Dr. J. M. de La-  
cerda.

O cronograma acima demonstra, como era de se esperar, que o viés católico se fez presente no conteúdo programático das escolas situadas dentro da Vila Operária de Camaragibe. Os anseios de obter, desde criança, a obediência e o conhecimento acerca das questões religiosas, faziam parte da Ação Social Católica da qual Carlos Alberto de Menezes fez parte, caminho seguido após o seu falecimento, com a administração de seu genro, Pierre Collier.

Reforçando sua tendência de liderança e de militante católico, no que dizia respeito a dita “questão operária”, Carlos Alberto de Menezes presidiu o I Congresso Católico Brasileiro, em 1902 e, em seguida, participou de diversos outros eventos de menor porte, mas sempre disseminando para outros industriais e políticos, a importância do “alimento moral da religião”<sup>21</sup>, a fim de enfrentar o que, na primeira metade do século XX, aqui no Brasil, se convencionou chamar de sexualidade instintiva (COUCEIRO, 2007, p. 112) das classes populares e a sua consequente dificuldade em seguir os padrões burgueses de comportamento, devido aos seus “maus hábitos”, assim como, quando se referia aos negros (maioria da população pobre), a conta era posta nas “máculas da escravidão”.

Nas páginas abaixo me debruçarei sobre a documentação coletada sobre os eventos católicos e médicos que ocorreram, de forma ostensiva, nos primeiros anos do século XX, e suas preocupações com as questões ligadas ao operariado brasileiro. Por mais que o nome do Congresso fosse católico ou médico, certamente poderiam ser chamados de “as preocupações patronais com seus lucros”, uma vez que as vezes em que a religião e a medicina era trazida, na maioria das vezes, como instrumento apaziguador de classes, ou para trazer a docilidade desejada aos operários de suas indústrias.

Enquanto os encontros médicos que foram sediados tinham pesada carga higienista em suas análises, atrelados às teorias dos miasmas e detectando os problemas de saúde que grassavam a cidade, como a varíola e a cólera, entre outras doenças, como originárias dos maus hábitos das classes populares. A preocupação com a moradia dos trabalhadores e, conseqüentemente, com os rumos do capital, em uma cidade que estava em processo de industrialização, foi foco de debates no Congresso Médico, ocorrido em Pernambuco, em 24 de abril de 1909. Diversas pautas, apresentações e discursos foram proferidos, ao longo dos três dias, sendo a Recife receptora de grandes nomes da “ciência” do período. Aqui, cabe uma explicação sobre o uso das aspas no termo ciência. Nos parágrafos seguintes será perceptível que a agenda do Congresso, em geral, versava sobre as preocupações burguesas para com as classes trabalhadoras. Sendo assim, a ciência desenvolvida e suas conclusões, através

---

<sup>21</sup> Companhia Industrial Pernambucana, 1º Relatório, p. 41. Arquivo: CEHIBRA. FUNDAJ.



de métodos questionáveis (não se trata de anacronismo, em referência a ausência de determinadas tecnologias), ao impor uma visão eugênica da sociedade, embebida de ideais positivistas que verificava a sociedade como organismo vivo, e que, nesse caso, precisava ser medicada, sendo que o grupo a ser medicado seria o dos trabalhadores, dos pobres e dos negros.

O Congresso Médico Pernambucano foi sediado no Teatro Santa Isabel, lugar frequentado pelas classes dominantes pernambucana, desde os finais do século XIX e início do século XX. Diversos jornais se debruçaram em sua cobertura, como o *Diário de Pernambuco* (o mais antigo em circulação na América Latina), o *Jornal do Recife* e o *Jornal Pequeno*, entre outros. Reitero o ponto já citado em páginas anteriores que se a Fábrica de Tecidos de Camaragibe estivesse situada na Região Sudeste, mais especificamente no Rio de Janeiro ou São Paulo, locais que a própria historiografia recente costumou chamar de “História Nacional”, teríamos uma visibilidade ampliada sobre a maior fábrica brasileira que esteve inserida nos princípios da “organização cristã do trabalho”, e que serviu como um grande laboratório para ideias higienistas. Em discurso proferido pelo médico Otávio de Freitas deixa explícito sua admiração e a singularidade representada por Camaragibe, em relação a outras regiões do País.

Eu venho vos dizer nesta despreziosa palestra é que há um estado no Brasil em que a aplicação destes princípios está realizada uma empresa importante pelo valor de suas explorações industriais mais importante ainda pela elevação moral dos seus fundadores e pela influência benéfica que tem exercido e exercerá sempre sobre o operariado (*Anais do Congresso de Medicina*. Vol. I, p. 21).

Em suas páginas, o *Jornal Pequeno* demonstrava a importância relatada no parágrafo anterior, citando uma visita que os participantes do Congresso fizeram a Vila Operária de Camaragibe.

Fábrica de tecidos de Camaragibe a visita ao estabelecimento com intuito de demonstrar as obras sanitárias que estavam sendo feitas naquele local podemos perceber até a vez de algumas palestras conferidas no evento a preocupação com a ordem social e o trabalho na cidade do Recife a julgar pelo doutor Arthur Orlando com a sua fala acerca da higiene escolar entre outros não sendo o único o doutor Lins e Silva com sua fala sobre o alcoolismo sem deixar de destacar as teses levantadas pelo doutor Otávio de Freitas tão famoso na localidade acerca da luta anti tuberculosa em Pernambuco e o valor corretivo das habitações dos trabalhadores em Camaragibe (*Jornal Pequeno*, edição de 24/04/1909, p. 1).

Sendo Pernambuco sede de diversos congressos nos primeiros anos do século XX, o que denota mais uma vez a importância do estado e a relevância da Fábrica de Tecidos de Camaragibe, pois ela era objeto de debate independente do objeto dos congressos, fossem católicos e médico, percebe-se que o Congresso de 1909, teve a presença de autoridades de diversos estados do País, inclusive de presidentes da República. A documentação interna da

Fábrica de Tecidos de Camaragibe em seu 17º relatório retrata a visita do presidente da República.

Registamos com grande satisfação a uma grata visita que o excelentíssimo senhor doutor Afonso Pena, presidente da república dignou-se a fazer a fábrica de Camaragibe desejando principalmente conhecer a nossa Camaragibe social e as instituições que põem iniciativa do nosso saudoso amigo o doutor Carlos Alberto de Menezes foram criadas e tem sido mantidas pela Corporação Operária com o auxílio e o concurso constante da companhia em Benefício dos operários e de suas famílias vidou as escolas um das crianças prestar o homenagem singelas põe sinceras ao cidadão eminente que levado a suprema magistratura da nação pela confiança de seus concidadãos de o mais uma prova de seu elevado critério interesse pelo bem público empreendendo esta longa viagem em que procurou conhecer. Por observação próprio tanto quanto fosse possível às necessidades reais aqui deveria atender. O Excelentíssimo conversou com os diretores da Corporação Operária colheu informações recebeu todos os estatutos regulamentos e relatórios das diversas associações e mostrou se satisfeito com o que pode observar na rápida visita que nos fez deixando a todos a grata impressão de que o patrão e operários mereceu de seu espírito culto de seu coração de patriota aplauso sinceros e palavras de animação temos esforço Que tem empregado e que fortalecidos pelo espírito cristão esperam poder entregar sempre para melhorar o bem-estar e a atuação intelectual e moral das classes operários concluindo este relatório temos grande Camaragibe em vos informar que a organização operária em nossas fábricas continua a desenvolver-se regularmente estendendo o seus benefícios e dando frutos inestimáveis. (17º Relatório da Companhia Industrial Pernambucana, p. 11. Acervo: CEHIBRA/FUNDAJ)

Como um dos principais representantes do catolicismo social, Carlos Alberto de Menezes se empenhou na concretização do Primeiro Congresso Católico de Pernambuco, sediado no Palácio Episcopal da Soledade, dois anos após o Primeiro Congresso Católico Nacional, ocorrido na cidade de Salvador, o qual teve o mesmo como figura de destaque. Nas páginas do *Jornal do Recife*, no ano de 1902, o periódico reverberava os anseios da burguesia, mas também se atinha às contendas, pois esses congressos representavam espaços de disputa entre membros da própria classe dominante que não estavam alinhados, sendo adversários e alvo de disputa entre patrões e empregados.

Sim, a imagem cristalizada por uma “certa historiografia” que representa o operário brasileiro como pouco afeito as questões religiosas, não passa de uma caricatura mal feita, a qual, tenta, de forma pouco acurada, aproximações com o estereótipo do revolucionário europeu de início do século XX. Abaixo podemos perceber a influência do Congresso Católico:

Congresso católico o centro protetor dos operários legítimo representante das classes operárias de Pernambuco em nome do centro de operários livres e demais associações e corporações ligadas a ele pelo espírito do solidariedade pelo protesto contra a não inclusão de operários no referido Congresso católico uma vez que pretendeu se uma sessão anteontem discutir a questão operária infelizmente confiada a um homem que na fábrica de tecidos de Paulista tem reduzido a miséria e a família operária (*Jornal do Recife*, edição de 23 dez. 1902, p. 3).

Percebe-se, através do trecho citado acima, que, por vezes, as contendas entre industriais

vinham a público. No caso, o líder da Fábrica de Tecidos Paulista, o sueco Herman Lundgren, o qual, apesar de protestante, ao perceber as benesses que poderiam ser obtidas com os princípios da Encíclica *Rerum Novarum*, aproximou-se da mesma. Um outro ponto que nos chama atenção e que foi alvo de críticas, é a exclusão de operários declaradamente cristãos do Congresso.

Para estar presente, o trabalhador deveria fazer parte de alguma organização operária cristã reconhecida pelos patrões, ou seja, o mote principal não seria meramente a religião em primeiro plano, mas sim, utilizá-la para que as possíveis sublevações fossem aplacadas, para que a proximidade entre patrões e empregados pudesse dirimir as influências “vermelhas” nos trabalhadores.

Diante disso, é possível verificar que não bastava aos trabalhadores serem cristãos católicos, sendo preciso “a bênção” do seu patrão para que suas orações tivessem validade. Por mais que a Encíclica *Rerum Novarum* em momento algum estimulasse as práticas revolucionárias (ao contrário, estava sempre ao lado da defesa da propriedade privada e do lucro, pilares do modo de produção capitalista em sua fase industrial), o receio seria que, através da religião, os operários buscassem autonomia de gestão de sua fé, distanciando-se de um catolicismo tradicional e afastado das demandas populares. Não é objeto de estudo desta tese, mas não é demais lembrar de movimentos de caráter religioso popular ocorreram no Brasil, na Primeira República, vide o caso de Canudos e do Contestado. João Miguel, membro de um dos diversos grupos operários que não estavam sob a “proteção” dos seus patrões, mas que estavam organizados, expressavam para a sociedade quetoda a alcunha negativa jogada sob eles não passava de uma estratégia de tentativa de dominação daqueles que já exploravam seus corpos, através de jornadas extenuantes de trabalho e de poucos salários. Sua intenção, ao procurar o jornal *Tribuna Operária* seria desmistificar tais atos:

Do acervo de heresias proclamadas negando a necessidade de emancipação dos operários pelos operários arrogando assim a gloriosa honra de ter para si o operário. Ficou somente apurada a mentira diante do templo da verdade. Aproveito a ocasião o centro operário para afirmar ao público que esta associação não é antirreligiosa nem tão pouco combate a religião (*Tribuna Operária*, edição de 1902, p. 12).

As queixas dos trabalhadores não pararam por aí. Se, por diversas vezes greves, sublevações ocorriam dentro das fábricas, mas não vinham ao conhecimento público, pois eram alardeadas apenas os bons comportamentos e benefícios de morarem em uma vila operária (cenário que veremos nos capítulos seguintes), o cruzamento com outras fontes que não sejam as fontes internas, entre elas jornais de viés operário, nos permite uma outra visão entre o propagado e experienciado.

No primeiro Congresso Católico Brasileiro, Carlos Alberto de Menezes foi a figura de

destaque do evento, discursando longamente sobre a questão operária e da necessidade em elevar a moral dos trabalhadores, tendo em vista que a grande maioria era composta por negros recém libertos do cativeiro. Por conta disso, o idealizador da Fábrica de Tecidos de Camaragibe traçava paralelos embasados em teorias eugenistas, reduzindo o escravizado a sua condição de cativo, reduzindo sua cultura, sua resistência e se colocando como tábua de salvação para a suposta degeneração moral que esses indivíduos estavam sujeitos.

Dessa forma, na ótica patronal brasileira, o operário europeu, por mais rebelde e perigoso que fosse, era um ser humano, um sujeito ciente de sua condição e por isso se rebelava. O nosso problema residiria em questões de um suposto rebaixamento moral, uma vez que, no campo do discurso destes industriais, não haveria tantas distorções econômicas aqui, mas depravações herdadas da escravidão. Tal assertiva é possível de ser verificada nos jornais que circulavam na cidade:

Um dos maiores males que a escravidão no Brasil mal que ficou e que perdura por triste herança foi um rebaixamento geral dos espíritos e dos costumes de todo o nosso proletariado as indústrias mais Nobres são recentes no Brasil até certo tempo parte branca ou de conteúdo pessoal que só podia ocupar em trabalhos manuais convivia com escravos na agricultura que era a grande ocupação da maioria dos nossos trabalhadores domésticos nas pequenas indústrias e ofícios olha todos nos recordamos da situação que a escravidão tinha criado para as suas vítimas ausência absoluta de sentimento de respeito de si e da sua dignidade de homem aniquilação da ideia de família que o escravo a tomar o conseqüente desapego dos filhos que com entre os animais forem pertenciam enquanto não podiam dispensar os cuidados maternos se esses mesmos mulherão roubados para fazer de suas mães amas de leite a maior animalidade estabelecida em suas relações sexuais a mulher considerando sua virgindade um pequeno valor a negociar com o primeiro pretendente seus olhos no senhor não a tinham marcado com o estigma de sua preferência a ignorância furada em condição de existência ausência de sentimento religioso que não fosse uma grosseira e supersticiosa devoção nenhuma ideia de conforto nenhuma preocupação de futuro nenhuma inspiração moral eu estou certo de não exagerar a cultura deste quadro por mais carregado que sejam as suas cores.<sup>22</sup>

Esta tese se ateve a fazer um debate (breve, é verdade), porém necessário, uma vez que estamos tratando de um processo de ruptura nos “Mundos do Trabalho”, saindo do cativeiro para o assalariado. A mentalidade em torno do trabalho precisava ser modificada. Se outrora era visto como castigo, algo indigno pelas camadas mais abastadas, agora tornava-se um imperativo, passando a se ter uma visão positiva para ele, pois passava a representar a mola mestra do modo de produção capitalista. Sem operários orgulhosos de seu labor, as máquinas ficariam travadas, sendo que essa mudança de mentalidade era acompanhada pela mudança na

---

<sup>22</sup> Discurso de Carlos Alberto de Menezes, no 1º Congresso Católico Brasileiro. em 1900. In: Jornal do Recife, edição de 1900, p.4.

forma de produzir riqueza.

O trabalho de Ariosvaldo Diniz (1988) já citado anteriormente ao longo do texto, abordando a maldição do trabalho e verificando a necessidade de modificar a visão acerca dele se faz presente nos discursos patronais. Carlos Alberto de Menezes, em discurso no Primeiro Congresso Católico Brasileiro, atentou os demais industriais para essa mudança de mentalidade, como forma de viabilizar o desenvolvimento industrial do País: “trabalho não é mais como teoria reservado aos escravos e aos cegos ele reabilitou os pelo seu próprio poder o trabalho é hoje o rei do mundo” (DINIZ,1988, p,29)

As sociedades de mútuo socorro eram estimuladas pela Encíclica *Rerum Novarum*, pois seriam, em tese, um espaço que patrões e empregados poderiam arrefecer as diferenças entre classes, sem precisar recorrer a sindicatos ou ações mais abruptas. Graças a nova historiografia do trabalho, verificamos que as sociedades de mútuo socorro poderiam, por diversas vezes, serem espaços de luta e contestação, pondo-se assim a visão etapista que a sociologia clássica dos anos 1960 de que as mutualistas atrapalharam a tal aclamada consciência de classe, ou quando usaram um eufemismo, as colocaram em um estágio inferior, uma espécie de “pré-escolar” da verdadeira luta por direitos. Não venho neste parágrafo requestrar essa discussão e sim fazer um adendo.

No discurso proferido no Primeiro Congresso Católico Brasileiro, sediado na Bahia, em 1900, e que teve Carlos Alberto de Menezes como figura de destaque, o idealizador da Fábrica de Tecidos de Camaragibe, apesar de utilizar em seu empreendimento a Sociedade de Mútuo Socorro, com a finalidade apontada nas linhas acima, fez ressalvas. As ressalvas disseram respeito às distinções que ocorriam entre as mutuais de vila, organizada pelos patrões, e as mutuais urbanas, de surgimento espontâneo, ou, ao menos, pela necessidade de determinado grupo. Mais uma vez, o elemento religioso era exaltado para que o curso das coisas pudesse ser ajustado, pois,

as associações ligam exortam fortalecem pela união mas se o espírito de associação é o grande meio é preciso que elas tenham um outro caráter o caráter religioso para a reforma cristã de uma população não se pode obter efeito algum decisivo com a sociedade que tem por móvel unísono o interesse pessoal como as caixas de Socorro mutuo, as caixas de pensão para velhice ou invalidez, as caixas econômicas. A comunidade de interesses causadas pela mutualidade não toca a existência do homem se não nas suas superfícies e não podem exercer influência alguma decisiva sobre a sua vida é o que acredita o grande mestre leão Harmel. Sem a dedicação e atenção caridosa a associação deixa atualmente encerrado sem ser os interesses próprios um potente para corrigir neles o vírus que lutem e desenvolvem o individualismo.<sup>2321</sup>

<sup>23</sup> Anais do Primeiro Congresso de Medicina. Vol. I. Memorial de Medicina da UFPE. Acervo físico, p.10

As corporações de ofício foram criadas quando a Igreja Católica era a senhora das decisões, definindo as formas de organização dos trabalhadores, em um momento em que as relações eram pautadas pelo viés religioso, tanto no aspecto das relações de trabalho quanto das relações entre os indivíduos. Porém, no mundo industrial do capitalismo, em que as solidariedades tradicionais das corporações de ofícios foram sendo varridas do mapa, dando espaço ao surgimento de outras associações de caráter mais reivindicatório, uma perda de espaço da religião, tornando o mundo mais secularizado, impôs a Encíclica de Leão XIII, que se fez necessária, no entender da Igreja.

Dessa forma, tendo em vista os acontecimentos na Europa, no Primeiro Congresso Católico Brasileiro, os industriais externaram suas preocupações com as influências de tais ideias, em solo brasileiro. Em um folheto, anexo na documentação da Fábrica de Tecidos de Camaragibe, sobre o evento, os acionistas da CIPER, externaram sua preocupação com os possíveis conflitos entre trabalhadores e patrões:

Eis porém, que o operário oprimido reage. Organiza-se não mais, porém, nas suas antigas corporações e sim nos sindicatos: órgãos surgidos para a luta áspera e inexorável. O mau exemplo de combate ao cristianismo moralizador, o materialismo teórico e prático das classes dirigentes, começa a produzir seus frutos no seio do próprio povo.<sup>24</sup>

No entanto, é importante destacar que Carlos Alberto de Menezes não era o único industrial brasileiro influenciado pelos ideais da *Rerum Novarum*, pois a questão operária e a influência da Igreja se faziam sentir em outras fábricas de Pernambuco e em outras regiões do País. Como foi dito anteriormente, Pernambuco estava em processo de industrialização, enquanto os empreendimentos têxteis se espalhavam pelo estado, sendo que uma bastante importante é a da Macaxeira, comandada pelo industrial Othon Lynch Bezerra de Mello. Assim como Carlos Alberto de Menezes, extrapolava-se os limites “apenas” dono da fábrica, desempenhando papel importante na política e de grande relevância para o que aqui nos interessa, sendo defensor do catolicismo e a da Encíclica dentro das vilas operárias (SANTOS, 2017).

O Cotonifício da Macaxeira era composto por quatro anexos, no total, sendo Coronel Othon Bezerra de Mello, Amália, Anita e Anna, as duas últimas em homenagens a suas filhas. Assim como Carlos Alberto de Menezes, Othon gostava de alardear as supostas benesses que seus operários tinham em trabalhar em suas fábricas.

---

<sup>24</sup> Acervo pessoal de Othon Bezerra de Mello. Pasta Miscelânea. Ano: 1904, p. 8. Fundação Joaquim Nabuco. CEHIBRA.

Comparando-se a situação de um trabalhador agrícola com a de um operário de fábrica ver-se-á que enquanto aquele jaz na mais profunda ignorância e em muitas regiões do país na mais desoladora miséria, este educa-se a si e aos seus, habita casa caiada e limpa, aprende a ler e escrever, recebe assistência médica, dentária, religiosa e cívica, auxílios em casos de moléstias, seguros contra acidentes de trabalho.<sup>25</sup>

Compreender a importância da *Rerum Novarum* e sua utilização por parte de industriais católicos nos permite uma visão mais acurada do que ocorreu em Camaragibe, que foi a maior propagadora no País dessas ideias. *O Jornal Pequeno* evidencia isso em suas páginas: “Se todos os industriais seguissem os passos de Carlos Alberto de Menezes, o grito de guerra dos socialistas “Operários do mundo- uni-vos, poderia ser substituído por esse outro de paz e progresso “Industriais do mundo- uni-vos”. (*Jornal Pequeno*. 15/051901). Ter uma Sociedade Mutualística dentro da Vila Operária de Camaragibe como sugeria Leão XIII, que tinha o objetivo de amainar os conflitos entre patrões e empregados e trazer a sensação de que todos pertenciam a uma mesma família estava nos planos de Carlos Alberto de Menezes, fundador da Fábrica.

No entanto, a História das Mutuais no Brasil, não é uma representação dos anseios dos industriais, ou das classes dominantes da política local. Sendo assim, no capítulo a seguir, o debate sobre o percurso das associações mutualísticas no Brasil e a Mutualística de Camaragibe trará importantes informações sobre o processo de formação de classe e as múltiplas formas de resistência dos trabalhadores, em um período por vezes negligenciado pela nossa historiografia.

---

<sup>25</sup> Entrevista concedida por Othon Bezerra de Mello, ao *Jornal do Brasil*, em 1928. *Jornal A Província*, Recife, edição de 08/121928, p. 7. APEJE.

### CAPÍTULO 3 – SOCIEDADES MUTUALÍSTICAS E SEU PAPEL NO FINAL DO XIX

Antes de iniciar este capítulo, é importante destacar que boa parte das referências bibliográficas que serão utilizadas neste capítulo correspondem a reflexões de historiadores dos anos 1990 e início do século XX, talvez influenciados pelos acalorados debates em torno do centenário da Abolição no Brasil, em 1988, e certamente pelo caminho que já vinha sendo traçado “pelo pessoal” da década de 1970, oriundos especialmente da UNICAMP, bem como de outros lugares do País. Falar das associações de caráter mutualista e não falar sobre as associações gestadas entre os sujeitos históricos do pós Abolição – livres ou não –, seria recair no erro de algumas balizas teóricas lançadas pela “Escola Sociológica Paulista”, já explicitada no capítulo anterior, mesmo que de forma breve.

Essas novas referências, citadas no início do parágrafo anterior, possuem clara referência aos pressupostos thompsonianos, sejam atreladas às obras *A formação da classe operária Inglesa* ou *Costumes em comum*. No prisma de análise de uma história “*vista de baixo*”, trazer para a obra o conceito de experiência, que transpassa toda a tese, não significa renunciar a questões fundamentais como classe ou luta de classes. Apenas a intenção de acessar pontos da História de homens e mulheres pretos e pretas, operários e operárias que não devem ser encaixotados(a) dentro de modelos autoexplicativos que não dão conta de sua diversidade e riqueza e singularidade.

O nosso caso de estudo é justamente o das mutuais que estão atreladas a uma empresa, no caso a uma vila operária. Tânia Regina de Luca já havia verificado as “mutuais por empresa”. Em sua obra intitulada *O sonho do futuro assegurado: o mutualismo em São Paulo*, a autora afirma que grande parte das mutuais eram organizadas pelos patrões, o que, conseqüentemente, acarretava conflitos com os trabalhadores que se queixavam da falta de participação de decisões sobre seu próprio rumo, além da baixa qualidade nos serviços oferecidos. É importante destacar que tais associações por empresas descontavam na folha de pagamento um valor que variava de empresa para empresa nos salários dos trabalhadores. Sendo assim, o valor baixo que era pago aos funcionários, ficava ainda menor, haja vista que não podemos deixar de compreender esse fator como uma tentativa de controle e de lucro sob a vida desses indivíduos.

Associações de caráter mutualístico criadas por empresas fazia parte de uma orientação que estava inserida na Encíclica *Rerum Novarum*, com o intuito de amainar os conflitos de classe, uma tentativa de aproximar patrões e empregados, forjando uma sensação de unidade entre eles. No entanto, o trabalho de Luca, assim como o nosso, demonstra justamente o oposto: os indivíduos se queixam de falta de assistência em determinados momentos e os déficits são



motivos de querelas, uma vez que as contribuições mensais não batiam com o que estava no caixa, gerando questionamentos quanto ao real destino do dinheiro.

Não raramente, as mutuais eram acusadas por outros trabalhadores de atrapalharem uma “real” organização contra os interesses do capital. O que foi dito no parágrafo anterior, sobre a tentativa de amainar conflitos, pairava no imaginário de muitos indivíduos que estavam fora das associações mutualísticas. Seguindo ainda esse pensamento de Tânia Regina de Luca, Cláudia Viscardi faz um importante apontamento.

É possível supor que essa visão acerca do mutualismo derivava da incorporação de valores, por parte dos historiadores, nem sempre muito empáticos a uma modalidade de organização social que se espalhava entre os trabalhadores, mas que não tinha, necessariamente, compromissos com a resistência contra os abusos do capital. As mutuais, ao contrário, poderiam inclusive atuar na amenização dos conflitos interclassistas, ao garantir aos associados uma proteção extrassalarial, em períodos adversos, em geral, propícios à manifestação de conflitos de interesses (VISCARDI, 2010, p. 31).

No início, os patrões “ofereciam” esse “serviço” de assistência como uma grande vantagem para o trabalhador. No entanto, com o passar do tempo, se tornou uma obrigatoriedade sua vinculação à associação mutualística da empresa, o que reforça nossa tese de que essa seria uma forma de almejar, inicialmente, um maior controle sobre o trabalhador e ainda por cima maximizar os ganhos em cima dele, uma vez que parte dos seus parcos salários ficavam retidos de antemão com os patrões.

Em Camaragibe, todos os trabalhadores da Fábrica de Tecidos faziam parte das associações mutualísticas e não apenas dela, pois outras diversas associações de caráter recreativo também incidiam sob os salários. Analisar as associações mutualísticas em empresas com vilas operárias representa uma singularidade pouco explorada na historiografia brasileira uma vez que existem diferenças claras entre mutuais formadas e encabeçadas por trabalhadores em sua origem, e mutuais fundadas por patrões com interesses de controle sob seus funcionários.

Mutuais com gerência dos patrões produzem uma série de disputas, como no caso traçado por Tânia Regina de Luca, ao versar sobre São Paulo, no início do século XX, em que funcionários foram demitidos por conta da obrigatoriedade da filiação na Sociedade Beneficente de Empregados da Companhia Paulista (LUCA, 1990). Caso semelhante ocorreu quando verificamos as contendas em Camaragibe, no tocante aos problemas com Pierre Collier, diretor da Fábrica e tesoureiro da Associação. O fato de um diretor da Fábrica ocupar esses dois cargos dá a dimensão de como as sociedades gerenciadas por empresas estavam preocupadas em atender os anseios patronais, e não o dos trabalhadores.

### 3.1 Questões conceituais

Por uma questão de nomenclatura, podemos ser levados a considerar as sociedades mutualísticas e as sociedades seguradoras, ou caixas seguradoras como sendo o mesmo fenômeno. Como não são, é preciso estabelecer uma diferenciação entre as sociedades mutualísticas e as caixas (sociedades) seguradoras das empresas privadas. Essas, por mais que, em tese, “oferecessem” serviços semelhantes aos das mutuais, não possuíam o elemento aglutinador dos trabalhadores, uma vez que, além de não estarem reunidos por vontade própria e sobre sua própria gerência, o intuito dessas empresas privadas, ao oferecerem tais serviços, seria o abatimento de alguns impostos, em especial após 1919, com o advento da Lei de Proteção contra Acidentes no Ambiente de Trabalho. A literatura acerca dessas caixas seguradoras é curta, talvez devido a sua baixa adesão e curto período em que esteve em vigor.

O trabalho de Rafael Almeida Cruz é citado, devido a sua importância para a construção do pensamento em torno do universo das associações mutualistas e dos “Mundos do Trabalho”. No entanto, em um aspecto existe discordância: ela se estabelece justamente na visão de que as mutuais organizadas por empresas estariam em vantagem em relação as que eram formadas “espontaneamente” pelos trabalhadores. O autor afirma que:

havia uma vantagem das mutuais organizadas por empresas com relação àquelas que contavam com a livre iniciativa dos trabalhadores. Como as primeiras contavam com uma contribuição forçada, que muitas vezes era descontada diretamente do pagamento, poderiam planejar-se melhor e contavam com maior saúde financeira. Já aquelas que eram gerenciadas pelos trabalhadores, atravessavam mais comumente problemas financeiros, tornando-as menos duradouras e algumas vezes menos eficientes na prestação de auxílios (CRUZ, 2015, p. 23).

Tal assertiva se mostra equivocada, tendo em vista que as empresas privadas, como o próprio autor menciona, faziam de forma “forçada” para a contribuição mensal dos trabalhadores, não devolvendo em melhores serviços aos trabalhadores o retorno do dinheiro investido. O que, por vezes, acontece, inclusive no caso de Camaragibe, eram os patrões não fazendo as devidas prestações de caixa da corporação, ou oferecendo serviços de baixa qualidade. Isso sem mencionar que os patrões se apoderavam. Automaticamente, de parte do salário que era de direito do trabalhador, diminuindo ainda mais seu poder de compra.

O autor afirma que, comumente, as mutuais de surgimento por demanda dos trabalhadores enfrentavam problemas financeiros e chegavam até a encerrar suas atividades brevemente. Esse ponto, de fato, confere com a literatura à disposição, pois, por vezes as associações tinham um tempo de vida curto. No entanto, o motivo dessa brevidade residia na

instabilidade financeira de seus membros, os quais não tinham garantia no emprego, os baixos salários e os graves problemas que precisavam suprir, uma vez que o Estado estava ausente no que dizia respeito às políticas públicas efetivas de seguridade do trabalhador.

Se dedicar a escrever sobre a História de uma sociedade mutualística, dentro de uma vila operária, situada no Nordeste, distante daquilo que parte da historiografia chama de “nacional”, tem sua importância e vem ganhando adeptos de muito peso em suas trincheiras, combatendo os esquecimentos ou indiferenças presente na História do Movimento dos Trabalhadores Operários. Se o Sudeste se tornou o maior local de concentração das industriais do Brasil, não se pode relegar a um plano secundário as experiências que geraram grandes impactos em outras áreas e regiões. O Sudeste e todo o esforço da historiografia “nacional” são incapazes de dar conta das singularidades ocorridas no Extremo Sul do Brasil e no Nordeste, entre outros. Sílvia Petersen aponta caminhos importantes para os historiadores que tem como objeto de estudo espaços temporais fora do dito centro (PETERSEN, 2005).

As irmandades remetem ao Período Colonial, sob a supervisão da Companhia de Jesus, a qual organizava a ocupação e povoamento do território português e a consequente organização dos ofícios, ensinada pelos religiosos aos índios. O componente religioso estava presente de forma contundente na base dessas irmandades. O catolicismo era o ponto que organizava essas sociedades, servindo como elemento de arrefecimento dos ânimos, em um cenário extremamente violento e desigual. Assim, o binômio religião-trabalho perpassava as irmandades, as sociedades mutualísticas e as vilas operárias.

As irmandades eram associações de viés religioso e de socialização, em que não apenas as orações eram feitas, mas a partilha das experiências vividas, ou seja, pessoas com o mesmo objetivo. É interessante perceber a atuação dessas irmandades, em um período de ausência de políticas de Estado que pudessem mitigar as durezas do cotidiano<sup>26</sup>.

O elemento religioso também se fez presente na Inglaterra, com o intuito de reunir os trabalhadores, sobre esse aspecto, Thompson demonstra como a religião metodista teve força na cultura associativista, não apenas no sentido de aglutinar os indivíduos, mas de resistir as investidas do Estado (anglicanismo) em impor crenças que não se encaixavam aos seus costumes.

Mencionar o caso brasileiro em comparação com os acontecimentos na Inglaterra não é um equívoco. Embora as crenças possam ser distintas, o que importa aqui são as contribuições

---

<sup>26</sup> O foco desta tese não são as irmandades, no entanto, não podemos deixar de mencionar a importância das irmandades negras para amenizar as precárias condições de vida dos cativos no Brasil, durante todo o período da escravidão, seja na tentativa de alforria ou na manutenção dos seus costumes.

que a religião oferecia para ajudar na organização dos trabalhadores, bem como endossar as práticas de auxílio mútuo que, mais tarde, ganharam contornos mais definidos ao se tornarem sociedades de mútuo socorro.

O intuito, aqui, não é extrapolar o papel da religião, ou mostrar que ela é benéfica na formação da classe. No entanto, a despeito de um reducionismo de que religião impediria a combatividade dos trabalhadores, não é preciso negligenciar o papel das religiões neste processo. É interessante perceber que esses espaços eram projetados para tentativa de regulação dos valores morais e, conseqüentemente, os hábitos a serem combatidos, substituindo práticas de lazer, tidas como perniciosas, por atividades moralizantes. Podemos afirmar que o Estado incentivava tal postura, uma vez que, não exercia suas funções de assistência pública.

Mesmo após o fim das irmandades, ocorreram permanências com as comunidades de mútuo socorro. Sendo assim, a ajuda mútua e a solidariedade seriam esses elementos de permanência, basilares para a formação dos movimentos de caráter associativo, promovendo a proteção dos interesses em comum dos seus membros. Mesmo com os processos de laicização, não estando mais relacionadas obrigatoriamente com as questões religiosas, as questões ligadas à solidariedade e auxílio permaneceram. No caso inglês, Thompson afirma:

O artesão urbano mantinha em parte um ponto de vista corporativo: cada ofício tinha suas canções, seus livretes de lendas; alguns, como os ferreiros e cardadores de lã, conservavam as festas de seu santo padroeiro e suas procissões rituais. Periodicamente, distinções de ofícios eram encenadas nas festas e na vida social. Mais importante, quando se tratava de definir seus interesses econômicos como ‘produtores’, eles se organizavam solidamente no quadro de seu ofício para enviar petições às autoridades do Estado, a fim de obter favores do modelo paternalista (THOMPSON, 2001, p. 219).

Se formos nos ater ao sentido estrito do termo mutualismo, o dicionário remete a “uma companhia seguradora ou um auxílio mútuo entre trabalhadores”. Alguns historiadores resumem a atuação das mutuais apenas como seguradoras, no entanto Cláudia Viscardi, de maneira extremamente hábil, traça uma clara diferenciação, não apenas entre as mutualistas e os montepios associações representavam ideais liberais em sua gênese, é um apontamento que carece de um estudo mais acurado. Seguindo essa linha, Cláudia Viscardi verifica:

E o fim da Monarquia, ao descentralizar as estruturas governamentais, permitiu uma maior expansão da autoridade pública. No que diz respeito à coexistência entre o tradicional e o moderno, típica deste período de transição, pode-se afirmar que o recurso à filantropia denotava a permanência de relações paternalistas tradicionais, que sedimentavam a cultura política brasileira desde o período colonial. Por outro lado, o recurso à ajuda mútua pode ser lido como uma estratégia típica dos contextos onde o processo de modernização entrava em curso, na medida em que era capaz de

conferir a seus agentes valores muito difundidos pelo discurso liberal dos contemporâneos, tais como o da respeitabilidade, autonomia, liberdade, entre outros (VISCARDI, 2021, p. 50)

Na citação podemos perceber que para Cláudia Viscardi, referência nos estudos sobre mutualismo no Brasil, no final do século XIX e início do século XX, haveria duas opções de seguridade para os mais necessitados: ou acatar as relações de poder, bastante desiguais, que se desenvolviam em meio ao paternalismo, com figuras mais poderosas, fossem eles da terra ou da política; ou agrupar-se com outros sujeitos que compartilhavam das mesmas experiências, vivências e adversidades que ele, sendo que, quando fosse necessário, esse grupo apoiaria, em geral, financeiramente o sócio em dificuldade. Neste espaço, haveria hierarquia, no entanto, as relações tendiam a ser mais horizontais, como diz Viscardi (2013), realçando “o *ethos* da obrigação mútua e a responsabilidade coletiva pelo bem-estar dos outros.”

O termo liberal está presente na citação de Viscardi e é importante verificar que, em estatutos de mutuais, percebe-se que valores tipicamente burgueses estavam por vezes inseridos nesses documentos. Uma visão apressada poderia levar ao erro de diagnosticar esses espaços como extensão dos objetivos e anseios da burguesia, se valendo de uma associação de trabalhadores para difundir seus ideais.

Esta tese posiciona-se de modo contrário a este prisma de análise, pois, além da atuação das mutuais serem combativas, a explicação para que, por vezes, ideais que não coadunavam com os “Mundos do Trabalho” do período estejam presentes, representa uma tentativa de inserção na sociedade, de superar algumas adversidades impostas, sem que isso possa ser lido como uma adesão aos preceitos liberalizantes. São indivíduos cientes do contexto social em que estão inseridos e, por isso, precisam “demonstrar”, mesmo que de forma sutil, que estavam abertos a tais questões.

Tal debate nos leva a uma questão levantada por vários autores e que já se fez presente na historiografia acerca das sociedades mutualísticas: o surgimento de uma suposta aristocracia operária. Inicialmente, o conceito “aristocracia operária” foi cunhado por Lênin e, posteriormente, foi difundida por Eric Hobsbawm, obviamente em ocasiões distintas e como intuito de responder questões diferentes um do outro. No Brasil, o termo começou a ser utilizado para se referir a alguns trabalhadores da Primeira República, percebido por Adhemar Lourenço da Silva Júnior, em sua obra “Abordagem preliminar acerca do mutualismo de ‘classe média’”, ao verificar a possibilidade de que as mutualistas poderiam, de certa forma, agregar valores de uma dita “classe média”, operária, através de “estudos que apontam para uma tendência dessas associações de socorros mútuos” produzirem “valores de classe média” entre seus membros

(SILVA JÚNIOR, 2011, p,1).

Vladimir Lênin, em sua obra *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, destaca que, através da postura imperialista de alguns países europeus, no final do século XIX e início do século XX, e a conseqüente exploração e monopólio desses países, foi possível visualizar o surgimento de uma parte da classe operária sendo alçada a outro patamar, beneficiada por espólios destas conquistas imperialistas. Essa relação criou uma aproximação desta aristocracia operária com interesses burgueses e a conseqüente manutenção da exploração desses pares. “atrapalharam” ou representaram uma etapa inferior no processo de consciência ou luta de classes. No entanto, também não romantiza a figura do operário como sujeito em constante estado de luta e revolução, até porque foi essa visão, de parte da historiografia, que, ao não se deparar com seus anseios nas fontes, “se decepciona” e rotula de forma vil o intuitivo daqueles que apenas desejavam sobreviver, em um cenário de carestia, altas cargas de trabalho, baixos salários e precárias condições de vida. Se a visão etapista é injusta com os sujeitos que compunham as mutualísticas, pois retira seu caráter contestatório, ao mesmo tempo é injusta depositar nesses mesmos sujeitos que eles estejam permanentemente mobilizados e pensando coletivamente.

O historiador britânico refere-se ao contexto de seu país, mas é possível verificar aproximações com a atuação de algumas associações de caráter mutual no Brasil como bem traça Marcelo Mac Cord (2010), ao verificar que aqueles sujeitos tinham uma noção acurada do mercado de trabalho do período, buscando proteger o seu ofício, se especializando e criando para os seus uma aura de confiança, ordenamento e trabalho bem feito, preceitos caros à burguesia industrial que estava se formando no Brasil na época.

Em sua obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, Engels não utiliza o termo aristocracia operária, no entanto afirma:

dois setores protegidos da classe operária verificamos a existência de melhorias permanentes. O primeiro é o dos operários fabris. A fixação legal de uma jornada de trabalho relativamente racional permitiu-lhes restaurar sua força física e conferiu-lhes uma superioridade moral, estimulada por sua concentração nos locais de trabalho. Sua situação, sem dúvida, melhorou em comparação com a vigente antes de 1848 (ENGELS, 2008, p. 354).

A situação econômica do Brasil e da Inglaterra são extremamente opostas. Diferentemente do país europeu, o Brasil não possuía um viés imperialista e muito menos estávamos no mesmo estágio de industrialização para que possamos criar uma semelhança entre as duas classes operárias. Mas dentro do nosso contexto, é possível afirmar sim que as associações mutualísticas eram espaços privilegiados e que permitiam a seus membros uma

condição diferenciada daqueles que não faziam parte de nenhum grupo. Para Hobsbawm, e isso pode ser verificado aqui no Brasil, através das sociedades mutualísticas, a seguridade em caso de adoecimento, morte ou invalidez, que representavam boa parte das preocupações das classes, bem como a forma que eram vistos pelas forças policiais e pela classe dominante econômica e política, os diferenciava das “classes perigosas”.

É importante destacar que ambos os autores não compartilham da mesma definição do conceito: para Lenin, a questão imperialista inglesa era um elemento fundamental para que promover uma fissura na classe operária; para Hobsbawm, o ponto caro a Lenin é secundário, dando maior ênfase às questões atreladas a condição de vida, salário, cultura, ou seja, nas experiências que esses trabalhadores compartilhavam dentro ou fora das mutuais. Na análise que esta tese se propõe, ficaremos com o viés do historiador britânico, ao verificar as associações. No entanto, ao concordar com ele, não estamos discordando de Lenin, apenas a predileção dar-se ia pela proximidade temporal e de contexto apontada, e não por um erro ou defasagem intelectual, na perspectiva trazia pelo autor e revolucionário russo.

O fenômeno que, por vezes, é retratado de forma equivocada, focando apenas na assistência em momentos de dificuldade, deve ser verificado de forma mais ampla, uma vez que seus sócios identificavam entre si experiências do cotidiano, compartilhando espaços de festividades, de lazer e de minimização de conflitos entre si. Ou seja, era um *locus* privilegiado para os trabalhadores. Se faz importante destacar que a escrita acerca das irmandades embandeiradas, presente neste capítulo, tem como objetivo explicitar os elementos de permanência e as influências que existiam entre as diversas formas que os trabalhadores e os mais pobres conseguiram, ao longo do tempo, se organizar, fosse para apenas suportar as vicissitudes da vida, mas, também, para fazer enfrentamentos e defender sua classe, ao longo dos séculos, no sentido dado por Cláudia Viscardi, a qual, ao estudar diferentes associações nos Estados Unidos, “realçou a existência de algumas características comuns às corporações de ofício, irmandades, lojas maçônicas, mutuais e aos sindicatos” (VISCARDI, 2013, p. 131).

Em suma, quero explorar as singularidades dos caminhos que cruzam a fronteira dos estudos “regionais”, tanto para verificar as especificidades desses casos, estabelecendo diferenças, mas ao mesmo tempo integrar a processos globais (vide o caso da Argentina, explicitado anteriormente), com o intuito de demonstrar que o estudo, verificando as aproximações e distanciamentos, de forma substancial, enriquece a narrativa e, conseqüentemente, a compreensão dos fenômenos. As análises de Tânia Regina de Luca (1990), afirmam que o estudo do fenômeno mutualista têm muito a contribuir para uma melhor compreensão da História Operária, em oposição á concepções que o entendem como “pré-

história” do Movimento Operário.

Alguns pontos sobre as diferenças entre as sociedades de caráter mutualístico e os sindicatos devem ser feitos, uma vez que são expressões e organizações diferentes, no entanto, não excludentes<sup>27</sup> e com pontos de convergência. Segundo Tânia Regina de Luca, as motivações que estavam “fora” dos “Mundos do Trabalho” motivavam o surgimento das associações com referências étnicas ou por localidade.

Se as obras que verificaram a participação das mulheres no chão de fábrica são profícuas, o mesmo não pode ser dito no tocante à presença feminina nas sociedades mutualísticas. As sociedades eram ambientes majoritariamente masculinos e a presença de mulheres era malvista, por conta da concorrência desleal que ocorria com o consequente rebaixamento dos salários (BATALHA, 1999). Dessa maneira, na grande maioria dos casos, as mulheres estavam presentes nas sociedades mutualísticas apenas como beneficiárias dos seus maridos ou filhos.

Segundo Batalha (1990), nos séculos XIX e início do XX, as mudanças no seio das relações de produção alteram a forma como o trabalho era visto. Imaginar que, naquele período, o amadurecimento das questões de classe estaria tão avançado a ponto desses “organizados” não tentarem tomar para si as qualidades desejadas pela burguesia da época, e não incutir nos demais sujeitos não organizados os estereótipos da desordem, serviço mal feito entre outros, seria de uma romantização que não cabe a historiografia nacional nos tempos atuais.

Haviam disputas e rivalidades entre os trabalhadores. Imaginar esse grupo social como algo homogêneo é retirar toda sua riqueza, todas as suas nuances, componentes ideológicos que marcaram as disputas entre esses indivíduos, os que aderiam às ideias “vermelhas” e os que não. Haviam disputas entre brasileiros e estrangeiros, conforme Ronaldo Pereira de Jesus, em, “Associativismo entre imigrantes portugueses no Rio de Janeiro Imperial”, onde destaca a rivalidade e as disputas pelo mesmo mercado de trabalho, resultando no surgimento de, nada menos que, dezenove mutuais de perfil estrangeiro na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1860 e 1882 (JESUS, 2014, p. 113).

Mesmo tratando-se de um recorte temporal um pouco anterior ao nosso, as análises do autor são extremamente bem-vindas, uma vez apontar apenas o aspecto de auxílio na velhice, acidentes ou doença nas mutuais retira características importantes, os quais, até aquele

---

<sup>27</sup> Para a autora, São fenômenos contemporâneos, chegando ao fato de diversas vezes sindicatos serem originários de sociedades mutualísticas, não abandonando definitivamente alguns traços antigos como atividades atreladas a beneficência. Ver mais: LUCA, Tânia Regina de. O sonho do futuro assegurado: o mutualismo em São Paulo. São Paulo: Contexto.1990.



momento, haviam sido esquecidas pela historiografia. O autor identifica que, desde o Império, é possível observar indícios de formação de identidades entre seus pares, estimulados pelas solidariedades horizontais, que rompiam com a lógica de desigualdades, no momento de transição para o trabalho assalariado.

É, portanto, em torno da noção de trabalho que se inicia a distinção entre “bons cidadãos” e “classes perigosas” nas sociedades capitalistas. Para Batalha, “o trabalho vem impregnado de conotação positiva associada àquele que incorpora a ética do trabalho: o ‘bom operário’, laborioso, poupador, enquadrado numa perspectiva de ascensão social e, sobretudo, ordeiro” (BATALHA, 1991, p. 119). Dessa forma, situar os trabalhadores incorporados na ética do trabalho não é fator depreciativo ou individualista, uma vez que havia uma disputa e as mutuais desempenhavam um papel fundamental na proteção de seus ofícios.

É claro que não podemos imaginar algo fechado e excludente em sua raiz. Além do socorro àqueles que faziam parte dos grupos, as mutuais se conectavam a outras com o objetivo de fortalecer sua luta junto a outros trabalhadores, no entanto, podemos afirmar que se valiam do estereótipo que havia sobre os “não organizados”. Cláudio Batalha e Marcelo Mac Cord, ao estudarem sociedades de caráter mutualista, no Rio de Janeiro e Recife, respectivamente no final do século XIX, verificam que, além do caráter de assistência, a mutual tinha o objetivo importante de defender o caráter profissional, sendo essa uma das poucas formas possíveis de se organizar após 1824, quando se extinguiu as corporações de ofício.

Dois importantes autores se debruçam na tentativa de descortinar certos “achismos” cristalizados na historiografia nacional acerca de uma dita inocência do homem advindo do campo para trabalhar nas fábricas recém-criadas nos centros urbanos. Batalha (1999) tece uma importante verificação sobre um comportamento nocivo, também destacado por José Sérgio Leite Lopes (1988), sobre uma suposta debilidade de parte dos trabalhadores, em especial os advindos do meio rural, tidos como atrasados em relação aos do meio urbano.

No artigo “Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade”, Batalha, discute se essa suposta imaturidade e debilidade existia, uma vez que se importavam parâmetros de realidades distintas, fora do Brasil e que se tomavam esses parâmetros como perfeitos, sendo que para alcançar algum êxito deveríamos seguir esse padrão, sem se atentar para as especificidades de cada realidade. Não raro, esses “padrões” de militância estavam atrelados aos italianos, com a imagem de suposto anarquista (BATALHA, 2003). Para o historiador.

A origem rural da imensa maioria dos imigrantes, sem experiência sindical ou política anterior, a perspectiva de ascensão social e as diferenças culturais – tanto entre os

diferentes grupos de imigrantes como destes com relação ao operariado nativo –, que frequentemente resultam em conflitos étnicos, são alguns fatores que dificultam a organização operária. Entretanto, se não há dúvidas quanto à existência desses fatores, é muito difícil avaliar o seu peso efetivo e em que momentos tendem a exercer maior influência. No caso dos conflitos étnicos, por exemplo – sobre os quais não faltam testemunhos –, resta saber em que medida se trata de um fenômeno derivado da xenofobia e de identidades nacionais antagônicas dentro do movimento operário ou se trata de um fenômeno conjuntural, relacionado, por exemplo, com momentos de maior disputa pelo mercado de trabalho (BATALHA, 2003, p. 166).

Batalha (2003) destaca que, na década de 1980, a historiografia acerca da classe operária passou por uma abertura de leque. Parte desse processo o autor condiciona à crise em termos mais amplos que a esquerda enfrentava com a queda do socialismo e a queda do Muro de Berlim. Se ocorriam problemas, novas tendências passaram a ser propostas. No artigo *Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva* (2003), o autor confronta alguns dogmas da historiografia operária que fomentam o protagonismo do imigrante italiano no processo de luta no Brasil, e que relaciona à formação da classe operária à fábrica:

Deixando de considerar que a existência de trabalhadores fabris, em si, não assegura a existência de uma classe, o que pressupõe interesses coletivos constituídos na experiência comum. A formação de classe é, portanto, um processo mais ou menos demorado, cujos resultados podem ser verificados na medida em que concepções, ações e instituições coletivas de classe, tornam-se uma realidade (BATALHA, 2003, p. 163).

É importante demarcar uma posição historiográfica que faça oposição a uma historiografia que relegue as mutuals a um estágio embrionário do Movimento Sindical, uma visão etapista, quando, na realidade, é um processo que prejudica uma análise mais profunda da real dimensão que as associações tiveram no Brasil. O mutualismo tem suas singularidades e características individuais, que não estão a reboque de uma história maior. O historiador Boris Fausto, em sua obra *Trabalho urbano e conflito social – 1890 – 1920* (1977), ao afirmar que a História do Movimento Operário, do final do século XIX ao início do século XX, seria uma sucessão de derrotas, acaba fazendo ode à visão estereotipada sobre as associações de caráter mutualístico. Nesta mesma obra, o historiador afirma que a formação da classe operária no Brasil estava atrelada ao aumento da demanda por mão-de-obra. Assim, com a chegada dos imigrantes, em especial os italianos, o autor defende a tese de que a experiência advinda da Europa foi determinante, tornando esse sujeito um dos protagonistas do nosso processo.

Tal visão hoje não se sustenta. Estudos recentes<sup>28</sup> demonstram que o mito do imigrante

---

<sup>28</sup> Para uma visão mais aprofundada sobre. Ver mais: BATALHA, Cláudio H. M. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do Século XIX: Algumas reflexões em torno da formação da classe operária. Cadernos AEL, v. 6, 1999; CARONE, Edgar. A República Velha: instituições e classes sociais. São Paulo; DIFEL, 1970; CONTANTINO, Núncia Santoro de. Na cidade gaúcha. In: De pioneiros a cidadãos: imagens da imigração Italiana

italiano, possuidor de uma consciência acima do que se encontrava no Brasil e de um componente revolucionário quase que inato, não é verdade, pois deixa de levar em consideração as peculiaridades nacionais, sem protagonizar os sujeitos, colocando como elementos da formação o anarquismo, o socialismo e, por último, o trabalhismo, fenômeno que não se aplica para a Primeira República, pois advém de uma relação com o Estado no pós 1930 (FAUSTO, 1977, p. 52).

Uma crítica feita a essa produção é a relação que os autores estabelecem entre condições de vida (econômica/política) com as práticas operárias das primeiras décadas do século XX, em uma relação de causa e efeito, uma análise um tanto direta das relações que não dão conta de verificar nuances e aspectos pormenorizados, reforçando estruturas rígidas de dominação, dando pouco ou nenhum espaço para que as peculiaridades dos trabalhadores pudessem aparecer. A lentidão na industrialização nacional, na concepção do autor, dificulta uma organização em que seus membros tenham consciência de classe, sendo assim, tornam-se inexperientes e inaptos para o conflito que se desenha no horizonte.

As raízes dessa suposta inaptidão foram alvo de críticas de José Sérgio Leite Lopes, que contesta essa “inaptidão” dos sujeitos oriundos do meio rural. Além do determinismo, aponta que a causa da apatia reside nas condições socioeconômicas do País e nas posturas dos trabalhadores. Fausto (1977) lança seu veredicto, ao afirmar que apenas em um espaço privilegiado de luta (partido), guiados por mentes brilhantes (intelectuais que componham a classe) é que o estado amorfo poderia ser rompido. Sendo assim, na ausência desse *locus* privilegiado, o movimento encontraria dificuldades pelo caminho, sendo que, no “cabo de guerra” entre os trabalhadores e as classes dominantes da política e da economia, os primeiros sairiam perdendo, uma vez que, sem estarem organizados, não conseguiriam seu intento de ampliar a cidadania social, modificar a forma que o Estado os enxergava, uma tentativa de horizontalidade em relação as instituições de poder, mas, ao contrário, ajudava o que estavam no poder.

Pinheiro e Hall (1979) se opõem a visão de Boris Fausto de que o imigrante europeu que chegava ao Brasil era dotado de características únicas e que, por isso, conduziria a massa amorfa brasileira a se rebelar e tomar consciência de sua condição. Esta interpretação faz parte da leva de estudos do Brasil do final dos anos 1970 e início da década de 1980 que mudariam a historiografia brasileira sobre o trabalho, igualmente influenciada por obras como *A formação da classe operária inglesa*, de Edward Palmer Thompson, a qual ainda reverbera com muita força

---

no Rio Grande do Sul (1875–1960). CONSTANTINO, Núncia Santoro; PIAZZA, Cleodes Piazza; RIBEIRO, Júlio (orgs.). Porto Alegre: Consulado Geral da Itália no Rio Grande do Sul, 2005, p. 19-34.

na produção historiográfica nacional.

Thompson afirmou que a ação de homens de carne e osso não pode ser determinada por forma engessada de interpretação oriunda da sociologia, desgarrada de uma análise historiográfica, centrando-se apenas nas relações de produção. Tal concepção, desconsidera a noção de transformação histórica e a experiência dos trabalhadores, pois a experiência condiciona as relações de classe e a própria “consciência de classe” daquele trabalhador, resultando em simplificar demais um indivíduo complexo e cheio de singularidades. Thompson valoriza a experiência vivida nas relações cotidianas que se fazem presente nas concepções morais e nas tradições fora do chão de fábrica, fosse nos clubes esportivos, dançantes, dramáticos e afins.

Cláudio Batalha (1999) se opõe à relação causa e efeito estabelecida, por vezes, entre o surto de industrialização, que ocorre no Brasil, com um suposto surgimento da classe operária. Para ele, faz muito mais sentido observar que o surgimento da classe está associado a ações em conjunto, através do tempo, uma vez que as grandes mobilizações ocorridas nos primeiros decênios do século XX extrapolam o que se tinha como classe operária do período, dando indícios que essa associação direta entre industrialização e formação da classe ou até mesmo pelo fim da escravidão no Brasil é uma análise equivocada.

### **3.2 Religião, Mutualismo e os “Mundos do Trabalho”**

A relação entre religião e trabalho se faz presente no Brasil desde o período da Conquista Portuguesa, através da Companhia Jesuítica, a qual, por intermédio da Companhia de Jesus e utilizando a mão de obra indígena promoveu uma estrutura que possibilitou o estabelecimento dos primeiros invasores. Aliado ao trabalho exaustivo que os povos originários eram submetidos, o catolicismo estava sendo introduzido no mesmo ambiente laboral, dando os primeiros passos de uma aliança duradoura entre trabalho e religião na Colônia.

Tendo o catolicismo não apenas como religião e sim como elemento de cooptação que organizava a sociedade local, a criação de uma relação entre trabalho e religião foi o papel desenvolvido pelas irmandades no Brasil. Almejando uma doutrinação dos que pertenciam a esse grupo, as irmandades não se restringiam ao binômio trabalho-religião, representando um elemento aglutinador, um centro de sociabilidade de organização de atividades de trabalho e da vida privada, através dos compartilhamento de experiências do cotidiano.

Não se deseja, nesse trabalho, traçar um fio unificador entre as irmandades, as corporações de ofício e, por fim, as sociedades mutualísticas, no entanto se suas rupturas saltam

aos olhos. É interesse verificar os elementos de permanência que influenciaram os posicionamentos desses grupos, as formulações dos estatutos e o comportamento dos seus membros. Seguindo essa linha, Eric Hobsbawm verifica que:

No entanto, historicamente falando, o processo de organizar novas instituições, novas ideias, novas teorias e táticas raramente começa como uma tarefa deliberada de engenharia social. Os homens vivem cercados por uma vasta acumulação de mecanismos passados, e é natural recolher os mais adequados destes e adaptá-los para os próprios fins deles (HOBSBAWM, 2000, p. 429).

Não chega a ser surpresa o fato do poder público - omissos o suficiente para que essas irmandades representassem uma fagulha de esperança em momentos de dificuldade, uma vez que inexistiam políticas sociais por meio do Estado - passasse a se preocupar com as irmandades. Se, por um lado, o elemento religioso estando presente poderia arrefecer os ânimos de revolta, por outro, também era um espaço de sociabilidade e de troca das experiências e dificuldades do cotidiano. Assim, o receio de ameaças à ordem se fazia presente nos agentes do Estado.

Considerar que o elemento religioso possa ser utilizado apenas como instrumento de manipulação por partes das classes dominantes é um erro que a historiografia já cometeu, no entanto vem em movimento de “remissão. Através de nomes como Edward Palmer Thompson, o qual verificou como o elemento religioso pode influenciar, de forma assertiva, na unificação dos trabalhadores, a tese, sem comprovação, de que a religião “serve” apenas para as manipularem os “pobres trabalhadores”, é importante observar como essas questões podem e são ressignificadas pelos populares.

No que tange ao acontecimento inglês, narrado pelo autor, a resistência se deu no embate com a religião oficial, o anglicanismo, em oposição com a religião mais popular, a metodista. Se pode equivaler casos de realidades tão distintas e longínquas? Certamente não, porém virar as lentes para não enxergar as contribuições que o elemento religioso tem junto aos “Mundos do Trabalho”, na unidade entre os trabalhadores, fosse em irmandades, em corporações de ofício ou em sociedades mutualísticas, seria referendar uma visão estereotipada da religião que em nada contribui para uma melhor compreensão desses sujeitos.

Podemos afirmar que a religião, com toda sua importância para a Metrópole Portuguesa, se fez presente na Colônia e serviu como pano de fundo de diversas relações. Como foi dito no parágrafo anterior, o Estado não provinha nenhuma política de inclusão social, então a proliferação das irmandades, mesmo com os problemas que poderiam causar no futuro, era não apenas permitida como incentivada, uma vez que promoviam um estreitamento nas relações entre o “mundo religioso” e o trabalho.

Dessa forma, tendo o elemento religioso como um importante pano de fundo nas relações sociais do Brasil, é difícil imaginar uma ruptura total que impossibilitasse a verificação de elementos de permanência nas associações mutualísticas que viriam a seguir: “Há muito ainda a ser feito na pesquisa sobre a história do mutualismo, no Brasil, mas, certamente, têm-se a ganhar se forem deixadas de lado oposições dicotômicas e certezas” (BATALHA, 2010, p. 22). Cláudia Viscardi, ao verificar o que chama de “*ethos*” mutualista, segue a linha de que, através dos rastros deixados por outros modelos de agrupamento de trabalhadores, podemos compreender algumas características desse fenômeno singular. Para a autora,

o fenômeno mutualista, em toda a sua complexidade, apresenta elementos comuns em relação a outras modalidades de organização da sociedade civil, mas também delas se diferencia. As mutuais eram herdeiras das tradições progressistas. Tal herança fraternal, derivada das corporações ou das irmandades, os rituais herdados da maçonaria e das próprias vivências religiosas perpassaram o universo das mutuais, inculcando-lhes valores, práticas e representações simbólicas muito semelhantes às do passado (VISCARDI, 2021, p. 67).

Numa simples análise em seus nomes e estatutos, podemos averiguar tais pontuações. Se “revestir” de catolicismo – aqui não cabe nenhuma ilação que os trabalhadores fingiam adotar a religião - conferia àqueles trabalhadores ares de credibilidade, de confiabilidade dos que não faziam uso desse elemento; Uma obra importante e que podemos nos amparar para dar respaldo a nossa linha de pensamento é a da historiadora Mônica Martins de Souza, *Entre a cruz e o capital: as corporações de ofício no Rio de Janeiro após a chegada da família real, (1808-1824)*, a qual afirma que:

A experiência dessas irmandades é particularmente interessante por indicar o papel inaugural na idéia de cooperação, solidariedade e auxílio mútuo que elas tiveram no Brasil. Desde a sua origem na Europa, essas entidades sempre desenvolveram atividades de assistência social e de benefício mútuo, auxiliando os irmãos nos casos de necessidade, realizando tarefas que não eram desempenhadas pelo Estado (SOUZA, 2008, p. 126).

Observar os elementos de continuidade das mutualísticas com as irmandades não nos impede de observar os distanciamentos, as rupturas inerentes ao contexto e os interesses dos trabalhadores, sem falar na própria mudança no mercado de trabalho. O processo de laicização que se expandiu é um ponto de inflexão de destaque, juntamente com as solidariedades entre os membros que foram migrando de verticais para horizontais, com o passar dos tempos e das necessidades dos que compunham esses grupos, no sentido explicitado por Batalha:

Se os pesquisadores, por vezes, têm dificuldades em perceber continuidades de práticas e de concepções de outras formas associativas, nas sociedades de auxílios mútuos, esse não era o caso dos contemporâneos, como demonstra o parecer do Conselho de Estado, de 9 de outubro de 1861, sobre os estatutos da Associação

Nacional dos Artistas Brasileiros – Trabalho, União e Moralidade, vetando vários dos artigos, sob o argumento de que tendiam “restaurar o monopólio das antigas corporações dos ofícios ou artes” (BATALHA, 2010, p. 18).

Alguns outros elementos de permanência podem ser percebidos, como por exemplo a questão da honra e da honestidade para os trabalhadores que faziam parte desses grupos. Por mais que fossem preceitos caros à burguesia<sup>29</sup>, honra e honestidade eram qualidades que diferenciariam esses trabalhadores dos demais, pois ser respaldado por um “código de ética” que diz algo sobre você previamente, representa uma vantagem sobre um indivíduo que não está inserido em um grupo, uma mutual, uma irmandade ou algo que lhe confira sentimento de compartilhamento, de união. Em um país no qual o trabalho braçal era estigmatizado, por conta de séculos de escravidão, traçar uma linha (imaginária?) que dividisse o território entre os ditos confiáveis era algo relevante no mercado de trabalho nacional.

Preceitos como trabalho bem-feito e preço justo estavam atrelados a um profissional “confiável”. Dessa maneira, podemos perceber que fazer parte desses grupos representava, para esses pobres trabalhadores, uma espécie de ascensão social. Se o trabalho braçal em si ainda não era bem visto, fazer parte de uma associação, além de lhe conferir maior *status* social, dava a esses grupos um maior controle sobre o mercado de trabalho, naquela função, uma vez que, para a execução da tarefa a que pretendia, o trabalhador deveria ter uma carta emitida pela mutual, informando que o mesmo passou por um processo de treinamento, e ainda em parceria com os poderes públicos, dificultar o trabalho daqueles que não fossem treinados.

Nessa relação, o Estado exercia um controle sob a mão de obra da cidade e “garantia” um trabalhador ordeiro e ciente dos preceitos burgueses. Ao mesmo tempo, seria importante para a mutual essa “chancela” de oficialidade, conferindo respeito aqueles que faziam parte dela.

Quando puniam seus sócios por crimes infamantes e de desonra, como a “Associação dos Empregados no Commercio do Rio de Janeiro”: “Capítulo III; Art. 13. Perdem os direitos de socio: 1º Os que forem condenados por sentença passada em julgado por causa desonrosa, e aqueles contra quem se provar que foram desempregados por motivos indecorosos;”<sup>236</sup>, e outras associações já citadas (CRUZ, 2015, p. 119).

O intuito de estatutos, como o citado acima, seria criar uma diferenciação dos que seriam as “classes perigosas”, alvo das investidas policiais, devido seus hábitos supostamente “degradantes”, como vício no jogo, alcoolismo, prostituição e pequenos furtos. Se, por um lado,

---

<sup>29</sup> Importante atentar que em momento algum estamos dizendo que questões como honra e honestidade não estavam no horizonte destes trabalhadores. No entanto, ao falar destes termos, assim como trabalho “bem feito” e ordeiro, estamos falando dentro da seara do mundos do trabalho, uma moral e uma ética voltada para o trabalho, para o seu ofício.

o aspecto religioso influenciava nesses estatutos, podemos ir além e vislumbrar, no horizonte, outros interesses desses trabalhadores que seria garantir uma boa imagem e, conseqüentemente, do seu ofício.

Ainda se atendo às permanências que podem ser verificadas entre as extintas irmandades e as associações de caráter mutualístico, uma obra fundamental, como a de Aldrin Castelluci, não pode ficar de fora. Em “*A luta contra a adversidade: notas de pesquisa sobre o mutualismo na Bahia (1832-1930)*”, ele verifica que, na “Sociedade Beneficente dos Artistas em S. Christovão”, a moral religiosa, herdada das antigas irmandades, ainda se fazia presente. Assim, pontos que, muitas vezes, são atreladas às mutuais, na verdade são reminiscências como auxílios de doença ou falecimento. Sendo assim, o autor afirma que:

Um grande número delas exigia, também, uma taxa de adesão, de valor mais elevado, comumente chamada de *joia*. Os serviços prestados pelas sociedades mutualistas podiam ser bem amplos: desde uma remuneração para os dias parados nos momentos de doença, passando pela pensão por invalidez do associado ou, em caso de morte, para seus dependentes, assistência médica, farmacêutica e jurídica, além do auxílio funeral, herança das antigas irmandades religiosas (CASTELLUCI, 2018, p. 12).

Talvez, apelando para uma redundância, mas que se faz necessária, tendo em vista uma vasta historiografia que não interliga os fatos entre as irmandades e as associações mutualísticas. Não há um desprezo sobre o processo de laicização, porém não podemos hiperdimensioná-las tendo em vista que a religião não desapareceu da vida dos brasileiros, nem das classes populares, pois o elemento religioso seguia sendo importante para a organização e a orientação da vida no País.

Em “Sociedades de trabalhadores do Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária”, Cláudio Batalha, historiador importantíssimo para que possamos compreender as dinâmicas da formação da classe operária, traça uma linha entre continuidades e rupturas, nesse processo de formação é algo destacado pelo autor:

O exame de alguns dos estatutos revela evidências suficientemente consistentes para afirmar em que medida sociedades mutualistas se aproximavam ou se distanciavam de outras modalidades associativas. Ainda que, juridicamente, as distinções pudessem ser claras – mais no Império do que na República – as intenções afixadas, as evidências das práticas associativas e o posicionamento público diante de determinadas questões (a concorrência de produtos estrangeiros, os salários, o trabalho escravo, a abolição) mostram nítidas diferenças entre o estatuto jurídico assumido (a condição de sociedade mutualista) e a presença disfarçada de práticas que remetem às irmandades, às corporações de ofício ou aos sindicatos. Nunca é demais lembrar que, no período imperial, a opção pela formajurídica de sociedade mutualista não era uma questão de escolha, mas, sim, a única forma de organização legal disponível para trabalhadores (BATALHA, 2010, p. 19).

Além de verificar que as corporações de ofício, proibidas pela Constituição outorgada



de 1824, deixaram traços nas irmandades e nas associações mutualísticas, para Batalha, por mais que a Carta Magna vedasse um determinado tipo de organização entre os trabalhadores, não é factível imaginar que esses indivíduos, de fato, deixassem de se organizar e lutar por segurança e por melhorias nas suas condições de vida. Mesmo que em pequenas fissuras, promovendo ajustes que possam parecer pequenos diante das vicissitudes do cotidiano, esses trabalhadores, organizados antes mesmo do advento dos sindicatos, já lutavam por direitos, já estavam em disputa com o Estado, com seus patrões, defendendo seus interesses. Seriam esses interesses classistas? Creio que mais importante do que cravar que os trabalhadores tinham a tal aclamada consciência de classe, existiam entre eles partilhamento do dia a dia e de suas dificuldades e, conseqüentemente, formas de tentar superar tais questões. Seguindo essa linha de pensamento, Batalha propõem:

No século XIX, ou, pelo menos, durante o Império, diversas sociedades mutualistas foram mais do que mutualistas e cumpriram funções que poderiam ser chamadas de sindicais, zelando por salários e condições de trabalho e empreendendo ações para alcançar suas reivindicações (BATALHA, 2010, p. 17).

É interessante perceber que as proibições da Constituição de 1824 versavam sobre as corporações de ofício, resultando que as irmandades não tiveram seu funcionamento proibido, no entanto, com as novas dinâmicas do mercado de trabalho, as relações tão rígidas das antigas irmandades, com “mestres e contramestres”, já não se encaixavam tão bem as demandas do final do século XIX, tendo a sua diminuição e o aumento das sociedades de mútuo socorro como uma consequência de uma maior conexão com as necessidades dos trabalhadores daquele período.

As associações de viés mutualístico representavam, nesse cenário, uma opção mais atenta às necessidades desse indivíduo do fim do século XIX sem que perdesse elementos que as precederam. Batalha destaca que não apenas de auxílio mútuo “sobreviviam” as associações. No estado do Rio de Janeiro, espaço de estudo do autor, as mutuais representavam, após a Constituição de 1824, uma maneira dos trabalhadores se organizarem de forma respaldada pelo Estado e se afastarem das querelas policiais, tão comuns em diversas capitais nacionais no período.

Trazendo para o nosso recorte espacial, é impossível não citar o trabalho de Marcelo Mac Cord, o qual, ao analisar a organização dos trabalhadores em Recife, em finais do século XIX, centrando-se na Irmandade de São José do Ribamar, que, de formação mista, reunia em seu corpo, de trabalhadores do porto a pedreiros. A motivação do estudo foi que essa irmandade, além das naturais questões religiosas intrínsecas, abarcava práticas mutualísticas. Essa “expansão”, rumo às mutuais, se explica pela crise que as irmandades enfrentavam. Sendo

assim, os membros da antiga irmandade fundaram em 1841, a Sociedade de Artes Mecânicas, adentrando nos padrões clássicos do que viria a ser uma mutual. Isso demonstra que esses indivíduos estavam atentos às mudanças no mercado de trabalho local e buscavam, para além da seguridade, em momentos de dificuldade, uma proteção ao seu ofício e, sempre que possível, benesses junto aos poderes locais.

Tais benesses foram alvo das análises de Marcelo Mac Cord, o qual verificou que essa nova “cara” que a antiga irmandade assume, na segunda metade do século XIX, a insere em um outro patamar, tendo em vista que, com sua base de sócios mais ampliada, também consegue penetrar em setores importantes da política recifense, o que faria com que a sociedade tivesse vantagens em alguns aspectos. Essa postura denota que, além de uma compreensão do mercado de trabalho, os sujeitos se relacionavam politicamente na esfera recifense, pondo abaixo qualquer tese que aponte uma debilidade no trabalhador mutualista ou “pré sindicalizado”.

Cláudio Batalha, ao falar sobre essa obra de Mac Cord como uma referência para aqueles que se debruçam sob a temática das mutualísticas, faz apontamentos importantes, no que se refere às continuidades que podem ser analisadas nos processos de transição entre irmandades, corporações de ofício e mutualísticas. Respeitar as rupturas, as diferenças e não enxergar uma relação de causalidade é superimportante, sendo que Batalha e Marcelo não caem nesse erro, no entanto, para Batalha é importante pontuar que

pela primeira vez há um caso documentado, de uma longa convivência e de relações endógenas entre uma sociedade formalmente mutualista e uma irmandade de um santo padroeiro de ofício. Ao mesmo tempo, práticas, ritos e hierarquias de corporação de ofício vigoram na sociedade mutualista. É evidente que não se pode pretender que a trajetória da Sociedade dos Artistas Mecânico e Liberais do Recife tenha sido seguida por todas as sociedades mutualistas voltadas para trabalhadores. Entre outras coisas, parece pouco provável que a capacidade de articulação política demonstrada por essa sociedade, na obtenção de obras públicas e de outros benefícios do poder público, possa ser estendida para muitas outras sociedades mutualistas. Feitas essas ressalvas, recomendadas pela prudência, a tese de Mac Cord abala muitas das certezas estabelecidas sobre o mutualismo no Brasil imperial e, conseqüentemente, lança a semente da dúvida sobre certezas que, fundadas em classificações jurídicas, levam à dedução de práticas (BATALHA, 2010, p. 11).

Em parágrafos anteriores falei que a sociedade visava tirar vantagens em alguns aspectos. Que aspectos seriam esses? Na segunda metade do século XIX, ocorreu um aumento considerável nas preocupações referentes à instrução para os trabalhadores. Ao ler a palavra instrução, não devemos relacionar com o ensino escolar, mas com o ensino dos ofícios em que aqueles grupos estavam inseridos. Essa postura contava com respaldo do Estado, o qual, em sua inépcia, transferiu para esses grupos a “responsabilidade” de formar mão de obra qualificada para as mais diversas habilidades do que podemos chamar de “artes mecânicas”. Como foi dito

em parágrafos anteriores, e refutando a teoria da debilidade das classes populares, a Associação percebe esse espaço que o Estado não ocupa, no processo de formação de novos trabalhadores, passando a agir, nesse cenário, e exercendo certa influência no mercado de trabalho local.

Marcelo Mac Cord afirma que a visão de que uma substituição imediata das corporações de ofício, após a proibição pela Constituição outorgada de 1824, foi substituída, automaticamente, por associações laicas, é equivocada. Além de uma convivência e de relações que se mantiveram por anos, mesmo após a proibição, o autor afirma, assim como venho

fazendo em páginas anteriores, que existiu um processo de ruptura, mas que elementos de permanência foram verificados naquele contexto. Entre as permanências, podemos observar a tentativa constante de se afastar de estigmas ligados à escravidão, pois, por mais que fizessem trabalhos manuais, era intenção desses grupos mostrar que havia uma parte intelectualizada no ofício, o que na mentalidade da época impediria a entrada de cativos em diversas mutuais. Seguindo essa linha o autor verifica que:

Apesar de os mais destacados Sócios Efetivos de pele escura enfrentarem a lógica dos ideólogos racistas, eles próprios não defendiam quaisquer critérios genéricos de “igualdade”, fossem eles quais fossem. Há pelo menos dois indícios a justificar tal afirmativa. Primeiramente, os artífices de cor da associação utilizavam estratégias destinadas a se livrar dos estigmas da escravidão, um fardo que os perseguia enquanto descendentes de (ex-)cativos. [...] Em segundo lugar, apesar de mestres e operários integrarem o mundo do trabalho, na foto os Sócios Efetivos pareciam ser “iguais” aos capitalistas que os que “proletarizavam”. As roupas solenes dos Sócios Efetivos também indicavam sua “superioridade” frente aos recifenses que tinham “reles” ocupações manuais. Não podemos esquecer que a Sociedade era extremamente seletiva e reprovava o ingresso deste tipo de candidato “desqualificado” em suas fileiras (MAC CORD. 2009, p. 324)

A citação acima, extraída da tese de doutorado de Marcelo Mac Cord, *Andaimos, casacas, tijolos e livros: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880*, nos revela muito bem as tentativas de superar as máculas de séculos de escravidão. por parte dos homens livres que exerciam trabalhos manuais. Trabalhar com as mãos estava atrelado ao cativo e era preciso reformular a maneira que o trabalho era visto socialmente. uma vez que as novas demandas do capitalismo em sua fase industrial, já forte em alguns países da Europa, mas fazendo com que seus ecos chegassem ao Brasil, seriam incompatíveis com tais preceitos. Criar uma atmosfera positiva em torno do trabalho foi uma das estratégias utilizadas por esses indivíduos, lançando mão, sempre que possível, de estratégias de intelectualização para que o trabalho fosse executado.

Não se deve creditar à organização dos trabalhadores e das classes populares ao processo de industrialização, como se antes desse período não houvesse algo estruturado que auxiliasse esses indivíduos em momentos de dificuldade. A historiografia mais tradicional, a qual credita

aos sindicatos o *locus* privilegiado de lutas em detrimento das demais, segue essa linha que, por tanto tempo, influenciou parte dos historiadores brasileiros e contribuiu para uma visão estereotipada de sujeitos que se organizavam, de acordo com as suas necessidades e em contextos específicos.

Sendo assim, questões ligadas à sociabilidade entre esses sujeitos já podem ser observadas desde as irmandades embandeiradas e das corporações de ofício. Falar das irmandades e das corporações de ofício neste trabalho se justifica pelo fato de que essas duas foram antecessoras das associações mutualísticas. Uma leitura atenta percebe que não estamos estabelecendo uma relação de “uma acaba e a outra inicia” de forma automática, porém elementos de permanência são verificados.

É importante destacar que a Encíclica *Rerum Novarum* que já foi fruto de análise no capítulo anterior, afirmava que as sociedades mutualísticas, desde que criadas pelos patrões, poderiam representar um importante instrumento na luta contra as ditas ideologias vermelhas. O caso de Camaragibe, analisado nesta tese, encaixa-se exatamente nesse ponto, uma sociedade mutualista fundada por patrões, dentro de uma vila operária. Dessa forma, a organização inicial em Camaragibe estava em consonância com a Encíclica, como podemos ver abaixo:

Em último lugar, diremos que os próprios patrões e operários podem singularmente auxiliar a solução, por meio de todas as obras capazes de aliviar eficazmente a indigência e de operar uma aproximação entre as duas classes. Pertencem a este número as associações de socorros mútuos; as diversas instituições, devidas à iniciativa particular, que têm por fim socorrer os operários, bem como as suas viúvas e órfãos, em caso de morte, de acidentes ou de enfermidades; os patronatos que exercem uma proteção benéfica para com as crianças dos dois sexos, os adolescentes e os homens feitos (Leão XIII Encíclica *Rerum Novarum*).

“Unir” patrões e empregados e pôr um fim à luta de classes, a qual se apresentava como principal dilema no final do século XIX e início do século XX, era a forma com que a Igreja Católica, enquanto Instituição, tentaria retomar para si o papel de protagonismo perdido nos últimos anos. No entendimento da Igreja e dos industriais católicos, seguidores da *Rerum Novarum*, seria muito mais vantajoso para os patrões estarem “próximos” aos seus trabalhadores, em um espaço que poderia gerar atritos, do que deixar livre e espontânea a formação de grupos.

A criação “espontânea” colocaria em risco a Instituição e o modelo econômico que ela defendia, o capitalismo. A Encíclica, por mais que fizesse pontuações sobre a exploração do trabalhador, em momento algum se colocava contra o capital, os lucros ou a propriedade privada. Tanto que, da sua visão, na própria Encíclica sobre as organizações dos trabalhadores,

podemos ver esta perspectiva, evidenciada na passagem abaixo:

Uma opinião, confirmada por numerosos indícios, que elas são ordinariamente governadas por chefes ocultos, e que obedecem a uma palavra de ordem igualmente hostil ao nome cristão e à segurança das nações: que, depois de terem açambarcado todas as empresas, se há operários que recusam entrar em seu seio, elas fazem-lhe expiar a sua recusa pela miséria. Neste estado de coisas, os operários cristãos não têm remédio senão escolher entre estes dois partidos: ou darem os seus nomes a sociedades de que a religião tem tudo a temer, ou organizarem-se eles próprios e unirem as suas forças para poderem sacudir denodadamente um jugo tão injusto e tão intolerável. Haverá homens, verdadeiramente empenhados em arrancar o supremo bem da humanidade a um perigo iminente, que possam ter a menor dúvida de que é necessário optar por esse último partido? (Leão XIII Encíclica *Rerum Novarum*)

É importante perceber a posição que a Igreja Católica assumiu diante dos problemas posteriores ao processo de industrialização, no mundo e no Brasil, em especial após esse evento, combinado com a Abolição da escravatura. O mutualismo que foi incentivado pela Instituição, como forma de amainar os conflitos inerentes entre as classes, posteriormente apoiará o que a historiografia nacional convencionou chamar de circulismo ou círculos operários católicos.

Amparada pelos pressupostos da Encíclica *Rerum Novarum*, composta por 85 pontos que versavam sobre os perigos do socialismo, a defesa da propriedade, os círculos sepropunham como espaços de referendar os valores cristãos, de disciplina, ordenamento e educação para o trabalho, buscando uma harmonia social. Sendo assim a o posicionamento da Igreja Católica sobre a questão: “E, visto que só a religião, como dissemos a princípio, é capaz de arrancar o mal pela raiz, lembrem-se todos de que a primeira coisa a fazer é a restauração dos costumes cristãos”( (Leão XIII Encíclica *Rerum Novarum*)

O debate acerca do circulismo, enquanto movimento, necessariamente, não representa o fim das associações de caráter mutualistas, por mais que a última estivesse enfrentando uma acentuada decadência nos finais dos anos 1930. Os círculos operários cristãos devem ser compreendidos dentro de uma lógica de combate ao socialismo, por parte da Igreja Católica, ganhando contornos ainda mais expressivos, após a chegada de Getúlio Vargas ao governo.

A *Rerum Novarum* não foi o único movimento da Igreja, no sentido de uma maior aproximação com as questões sociais. A Encíclica *Quadragesimo Anno*, de autoria do Papa Pio XI, afirmou que era preciso ir além do que havia sido proposto pela Encíclica *Rerum Novarum*, ao invés de apenas tentar conscientizar os patrões quanto aos perigos de uma revolta, sendo importante a presença firme do Estado, a fim de garantir a ordem social e as reformas necessárias. Dessa maneira, tendo em vista que *Quadragesimo Anno* foi publicada em 1931, estava atenta com as questões centralizadoras do que diz respeito aos espectros políticos, tão em voga nesse período pós Primeira Guerra e Pós Crise de 1929.

É possível verificar que, com o passar dos anos, a Igreja Católica vai estreitando suas relações com o Estado, agindo em parceria e defendendo os direitos tidos como inalienáveis como a propriedade privada. Podemos remontar que a atenção da Instituição não se fez presente apenas com a “sombra vermelha” do socialismo e do comunismo, pois desde o Período Medieval ela se debruçou sobre algumas questões sociais, na tentativa de amainar algumas dores, sem que necessariamente alterasse as configurações sociais. As corporações de ofício são, inclusive, referendadas na *Rerum Novarum* com nostalgia, sendo que se reconhecia que seus limites não caberiam nos novos modos de produção industrial. Dessa maneira, organizações mistas, em que trabalhadores e patrões estivessem juntos, serão estimulados.

Com o nosso processo de ruptura, no final do século XIX, pondo fim ao período monárquico de D. Pedro II e se estabelecendo a República, ocorreu uma quebra na relação entre Estado e Igreja Católica no Brasil. Essa relação já vinha abalada desde 1874, com a “Questão Religiosa”<sup>30</sup>, sendo o advento da República, em 1889, apenas o fim desse processo de distanciamento que se desenhava. Em meio a esse cenário de incertezas, a Igreja deu início a um processo de reorganização interna e de recuperação do “espaço” perdido, passando a buscar, através de militantes católicos, uma aproximação com as demandas mais urgentes da população. De acordo com o trabalho de Jovelina Silva dos Santos, no Ceará, foi fundado um círculo operário católico, em 1915, contrariando assim boa parte da historiografia nacional que afirmava que o fenômeno circulista datava da década de 1930, pós Movimento de 1930, em Pelotas, no Rio Grande do Sul.

Para os pesquisadores, o primeiro Círculo Operário nasce no Rio Grande do Sul, na cidade de Pelotas no ano de 1932. No entanto, a investigação de documentos sobre a organização circulista no Ceará nos levou a repensar esse marco já cristalizado nos trabalhos que tratam dos Círculos Operários. Através destes, apresentamos a organização circulista no Ceará, iniciada em 1915, com a criação em sua capital, do Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos, durante o episcopado de D. Manuel da Silva Gomes, primeiro arcebispo deste Estado. (SANTOS, 2004, p. 47)

Para compreender o Movimento Circulista, em Pernambuco, fomos buscar a gênese do mesmo, o qual estaria atrelado ainda com o século XIX, demonstrando que a ruptura ocorrida não impedia a permanência de reminiscências na sociedade. Difundir os ideais do cristianismo, em um momento que tanto a conjuntura nacional como a internacional não era favorável, desde a Revolução Francesa, motivava os militantes católicos, por todo o Brasil, a criarem estratégias que impedissem o distanciamento da população com a fé católica. Seguindo esse pressuposto:

---

<sup>30</sup> Período de instabilidade entre o Estado e a Igreja por conta da Maçonaria. Ver mais em: COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à república: momentos decisivos – 6.ed. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

Há pouco fundado nesta cidade o Círculo Católico de Pernambuco, vai se desenvolvendo rapidamente, atraindo à sua sede a mocidade católica, ameaçada de contaminar-se dos vícios e desregramentos que avassalam a sociedade moderna (ALMEIDA, 2000, p. 26)

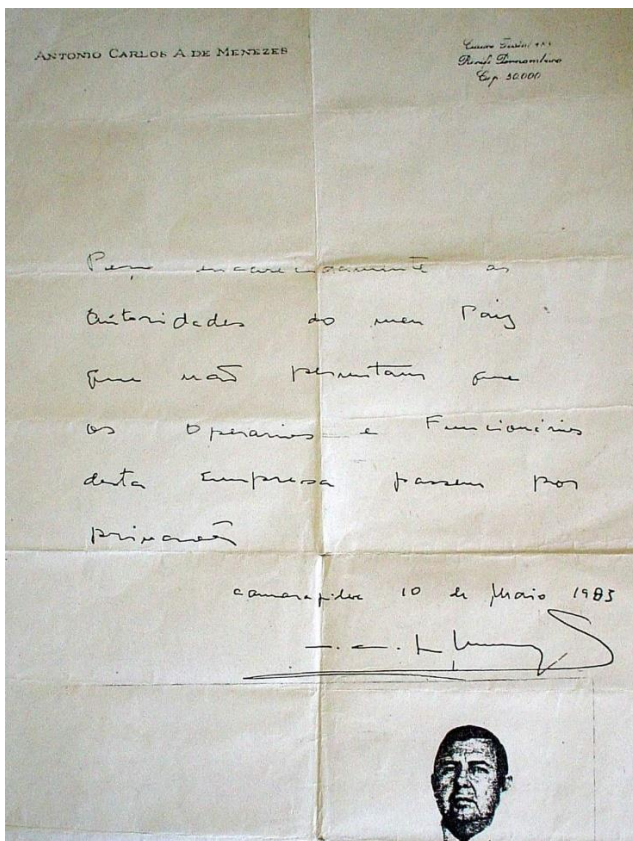
As linhas acima não estão sendo escritas a esmo ou sem uma finalidade específica. O idealizador do projeto foi o industrial católico Carlos Alberto de Menezes. Dessa forma, como o maior militante católico brasileiro (o que apenas reforça a singularidade deste trabalho em abordar tal temática), não deixaria de fazer com que seus objetivos alcançassem êxito. Em especial, após sua visita ao continente europeu, citada em páginas anteriores, onde, além da visita a Leon Harmel e a Região do Val de Bois, na França, local em que estava sendo experienciado o catolicismo voltado para os trabalhadores. A viagem não ficou restrita apenas a essa localidade, pois várias associações católicas foram visitadas, círculos, inclusive, o que serviu de inspiração, tão logo seu retorno para Recife.

O idealizador da Fábrica de Tecidos de Camaragibe já vinha apresentando um quadro de saúde bastante frágil, apesar do seu falecimento ocorrer em 1904. Ainda em 1902, no balanço anual da CIPER, foi mencionado o momentâneo restabelecimento do seu quadro de saúde:

Corporação operária de Camaragibe em 1902 promove a elevação da classe operária que até agora se manteve no Brasil no mais criminoso e cego esquecimento. Antes do início das prestações, daremos aqui um voto de ação de Graças ao todo-poderoso pela restituição ao nosso seio do venerado chefe e amigo o Senhor Doutor Carlos Alberto de Menezes.

Pouco antes de falecer, Carlos Alberto de Menezes enviou uma carta, endereçada ao presidente da República, Rodrigues Alves, em 1904, com o pedido de que os operários da sua fábrica não passassem necessidade ou privações. A carta, que veremos abaixo, desperta curiosidade, uma vez que greves que ocorriam, mortes e acidentes não era notificados nos documentos internos. No entanto, questões que viessem a reforçar a representação desejada de bom patrão, de paz entre as classes trabalhadoras e os patrões, eram publicadas a esmo, mesmo que não condissessem com o experienciado nas vilas. Como foi citado no início desta tese, o presidente Afonso Pena foi um dos presidentes que visitaram a Fábrica de Tecidos de Camaragibe, demonstrando seu “encanto” com as condições de vida e a “organização cristã do trabalho”.

Imagem 10 - Carta de Carlos Alberto de Menezes.



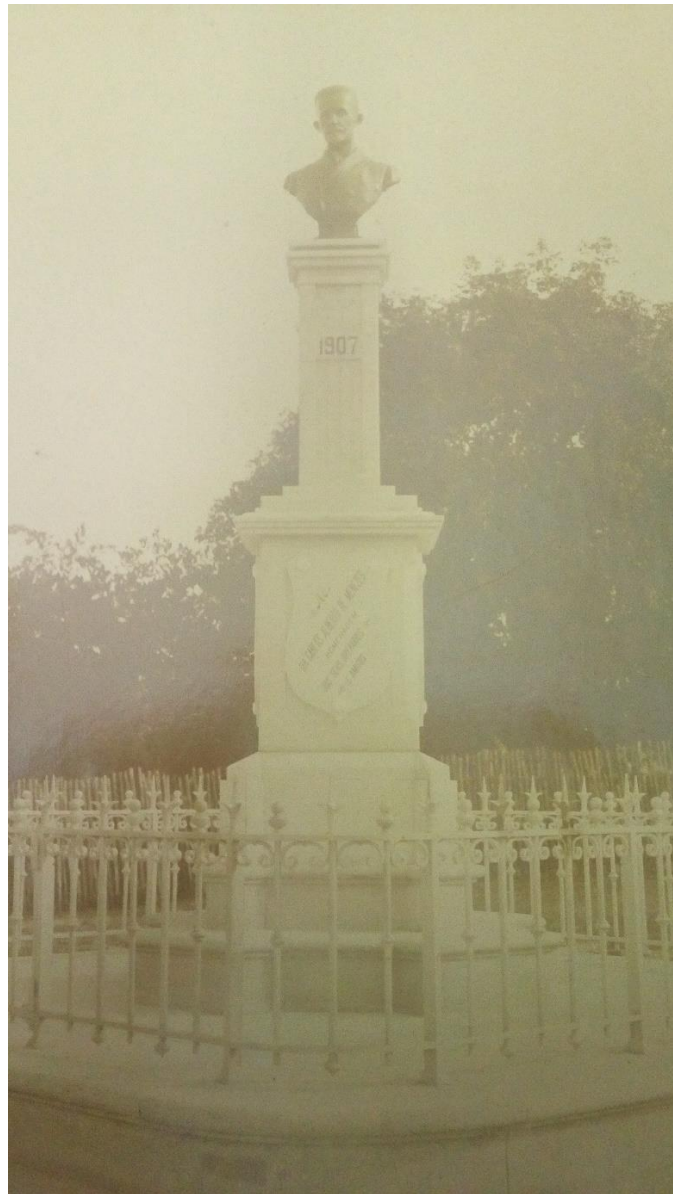
Fonte: Acervo do Camaragibe Antigo. Acessado em:21/05/2023. Link:  
<https://www.facebook.com/p/Camaragibe-Antigo-Com-Rubemar-Graciano-100068059513151/>

Na carta acima, assinada por Carlos Alberto de Menezes em 10 de Maio de 1903 ele escreve: “Peço encarecidamente as autoridades do meu país que não permitam que os operários e funcionários desta empresa passem por privações.” Mesmo com seu falecimento, em 1904, nas vésperas da inauguração do Círculo (que sedaria no ano seguinte, em 1905), o projeto foi dado seguimento, em especial pela Conferência Vicentina, também criada por Carlos Alberto de Menezes e outros leigos, a qual, além do fortalecimento da fé católica, buscava legitimidade e *status* social. Não a toa, podemos perceber que um dos nomes que deram continuidade ao projeto foi Luiz Correa de Brito, membro da CIPER e que, assim como Carlos Alberto de Menezes, era engenheiro de formação e tinha investimentos nas áreas têxteis no estado.

Em homenagem ao idealizador da Fábrica de Tecidos de Camaragibe, foi erguido um busto na Vila Operária de Camaragibe, com o intuito de imortalizar aquele que deu alicerce às bases da mais importante fábrica cristã do Brasil.



Imagem 11 - - Busto em homenagem a Carlos Alberto de Menezes.



Fonte: Pasta: Avulsas. Acervo: FUNDAJ/CEHIBRA

Nesta primeira parte, apresento a posição assumida pela Igreja Católica frente aos problemas oriundos das novas relações no mundo trabalho. O circulismo é aqui entendido como uma das propostas de intervenção da Igreja Católica neste campo, concebendo a questão social como uma enfermidade que desordenava as relações de trabalho e punha em perigo a ordem social. Era necessário a construção de um projeto que pudesse refrear os ímpetus de uma massa que se achava despossuída, estatuindo mecanismos para sua disciplina e meios adequados ao seu controle. A proposta circulista alimentava-se dos valores cristãos de harmonia e justiça social, acentuados na Encíclica *Rerum Novarum*, cujas matrizes teológicas apontavam para a premente exigência de pensar a problemática social à luz da doutrina cristã, definindo a

propriedade como elemento constituinte do bem comum.

A despeito de alguns equívocos cometidos pela historiografia nacional, que focava mais suas análises no dito “centro” do País, leia-se de São Paulo para baixo, o Movimento Circulista Católico foi atrelado a experiências no Rio Grande do Sul, com ênfase no período pós 1930, já no contexto pós Movimento de 1930 e ascensão de Getúlio Vargas ao governo. No entanto, experiências circulistas (em menor grau, é verdade) ocorreram pelo Brasil, e um desses lugares foi justamente na Fábrica de Tecidos de Camaragibe.

Por diversas razões, podemos aventar a possibilidade do Movimento se fazer presente em Camaragibe antes mesmo do *boom* da década de 1930, tendo em vista que a localidade estava amparada pelos pressupostos do catolicismo social e da Encíclica *Rerum Novarum*. Como já havia uma historicidade na Vila, no compartilhamento desses símbolos e de grupos religiosos, o surgimento de um círculo católico, em Camaragibe, não soa como algo surpreendente.

Também não se pode deixar de lado algo extremamente singular nesta tese. Carlos Alberto de Menezes foi o maior militante católico no Brasil nas primeiras décadas republicanas, enquanto a Fábrica de Tecidos de Camaragibe foi “concebida” de acordo com as experiências que ele teve na França e tentou adaptar a nossa realidade. Ou seja, Camaragibe foi, sem dúvidas, e com respaldo documental, a fábrica mais importante no Brasil no que diz respeito à propagação dos valores católicos e da Encíclica *Rerum Novarum*. Por isso não surpreende que, mesmo antes da década de 1930, o Movimento Circulista já estivesse estabelecido na Fábrica, com regimentos, estatutos e afins.

Imagem 12 - – Círculo Católico de Camaragibe. Ano: 1927.



Movimento Circulista em Camaragibe em 1927 estatuto do círculo católico da fábrica de Camaragibe capítulo um: fins do círculo católico da Fábrica de Camaragibe concede nesta capelania de Camaragibe fique instituído círculo católico em Camaragibe nesta sociedade a no achou do antigo círculo católico da mocidade de Camaragibe fundada em 27 de janeiro de 1927. São seus padroeiros Nossa Senhora do Rosário e São José. O círculo católico da Fábrica de Camaragibe tem portanto. 1º a profissão desassombrado da fé entre os Homens 2º Reunir todas obras sociais desta capelania os esforços de todos os católicos 3º dar todo apoio e execução as obras da Ação Católica Indicadas ou aprovadas pela confederação católica de Pernambuco 4º conciliar as associações religiosas e caritativas de Camaragibe e proporcionar aos seus associados jogos e diversões nos moldes da boa moral cristã. Por fim o círculo católico promoverá conferências públicas sobre assuntos religiosos e sociais, mostrar particular interesse pelo catolicismo dos Homens propaganda pela boa imprensa de fusão de boas leituras e a organização de uma boa biblioteca. Faça-os o sócio são efetivos e honorários podem ser sócios efetivos todos os católicos praticantes maiores de 16 anos que façam parte da corporação operário de Camaragibe podem ser fossos ou honorários todos os católicos praticantes maiores de 16 anos que sendo moradores desta capelania não fazem parte da Corporação Operária de Camaragibe o círculo dará somente o título de sócio no horário aquele que embora não fazendo parte dasociedade tenha prestado lhe serviço de valor o fosso honorário não voltará nem poderá ser votado nenhum sócio poderá ser admitido sem aceitação prévia da diretoria candidato proposto só poderá ser aceito 30 dias depois de sua apresentação Quando será proclamado. No alto da posso o sócio receando e mentido prestar o seguinte compromisso prometo cumprir os estatutos do círculo católico de Camaragibe e esforçar-me de dar bom exemplo como católico e homem de bem assim deus me ajude.<sup>31</sup>

Já no final da Encíclica, ao tratar da colaboração entre patrões e operários, foram saudadas as medievais corporações de ofício, mas compreendendo que a nova era requeria uma reformulação deste modelo associacionista. Assim, a Encíclica passou a defender, com base nesta compreensão, a formação de associações operárias ou mistas, constituindo-se de patrões e operários. As proposições do Papa não se resumiam à indicação dos modelos de associação, tratando, também dos meios de organização e da adoção de um programa de ação. Nos últimos pontos da *Rerum Novarum*, fica evidente a matriz das inúmeras associações de inspiração católica, dentre estas os círculos operários. Nesses pontos, o documento discorreu sobre a existência de grupos de intelectuais católicos, preocupados com a questão social, que deveriam reunir-se, a fim de discutir e elaborar propostas a serem implementadas no terreno prático.

A Encíclica discutia, também, a participação de outros colaboradores que deveriam ser responsáveis pela organização das corporações e sobre as quais, os bispos, por seu lado, deveriam animar esses esforços e os colocar sob a sua proteção, “por sua autoridade e sob os seus auspícios, membros do clero tanto secular como regular”, ao se dedicarem, em grande número, “aos interesses espirituais das corporações”( Leão XIII Encíclica *Rerum Novarum*) Ainda sobre a fundação dessas associações, Leão XIII frisou com veemência que a finalidade

---

<sup>31</sup> Pasta miscelânea. Acervo pessoal, p.7. Ano: 1929 CEHIBRA/FUNDAJ.

destas consistia “no maior aumento possível dos bens do corpo, do espírito e da fortuna” (Leão XIII Encíclica *Rerum Novarum*).

As três primeiras décadas do século XX foram marcantes para a Igreja Católica no Brasil. Esse período foi assinalado pela afirmação da Instituição na construção de diferentes organizações sociais, através da participação conjunta do clero e dos leigos na luta para inserir-se nos setores dos quais se viram afastados, por ocasião da dissolução dos laços com o poder temporal, como foi o caso da educação. Foi pela reaproximação com esse poder que serão redefinidas as estratégias da Igreja, a fim de interpor-se, de forma decisiva, nos “Mundo do Trabalho”.

É comum encontrarmos interpretações que colocam a Igreja numa posição subalterna ao Estado, e uma sociedade passiva diante das estratégias das duas esferas. Entretanto, alguns eventos que foram marcos na História da Igreja no Brasil e que ecoaram nas esferas do poder e junto a vários segmentos sociais, negam essas suposições.

Em 1931, um acontecimento de grande magnitude marcou o projeto da neocristandade, ilustrando o empenho da Igreja Católica no processo de aproximação com as camadas populares. Durante os primeiros trinta anos da República, a Igreja Católica manteve ospadroeiros do Império: Nossa Senhora da Glória e São Pedro de Alcântara. Vinculados à família imperial, os dois padroeiros não eram populares e tampouco bem aceitos entre os católicos, especialmente nas camadas mais pobres. O fato que transmutou radicalmente a devoção católica foi a substituição desses dois padroeiros por Nossa Senhora Aparecida, uma santa negra, reverenciada pelo povo. Analisando os significados desse evento, não apenas como expressão da religiosidade popular, mas como um momento em que a Igreja Católica visibilizou a ampliação de sua base social, apresentando-se para o Estado como autoridade a ser considerada na balança de opinião e na tomada de decisões.

Além desse evento, outro fato marcou, de forma significativa, o processo de recristianização e a reaproximação entre a Igreja e o Estado. A inauguração do Cristo Redentor, no Corcovado, em 12 de outubro de 1931, que no calendário eclesiástico marcou os festejos em homenagem à padroeira do Brasil, mobilizou a população e pôs, lado a lado, os poderes temporais e espiritual. O acontecimento se revestiu de uma simbologia que expressava e fortalecia o projeto da neocristandade, proposto pelo poder eclesiástico.

A *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII advertira o clero e os leigos católicos sobre os perigos das organizações operárias influenciadas pelos princípios comunistas, assim como para a religião. A preocupação da Igreja Católica era política e teológica. O fim último de sua ação era a salvação das almas. De todas as almas, fossem ricos ou pobres, a mensagem religiosa que

a Instituição se considerasse portadora, não reconhecendo as diferenças de classes. Portanto, a luta de classes dos programas socialistas e comunistas deveria ser recusada e combatida pela Igreja e pelos fiéis.

Tendo em vista o que foi dito no parágrafo acima, relacionar as mutuais como uma consequência do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, ou dos surtos de industrialização, como queiram chamar, é um erro grave. As associações já demonstravam não apenas relevância qualitativa como quantitativamente, antes mesmo do *boom* industrializante. Tal visão, que atrela o mutualismo ao desenvolvimento da indústria, leva em consideração apenas o caso de São Paulo, e como negamos nessa tese que a História de São Paulo ou de algum estado do eixo Sul/Sudeste seja intitulada História do Brasil, trataremos como uma exceção. Estudos realizados em outros estados, inclusive no Rio de Janeiro, nos dão esse respaldo, a fim de estarmos atentos ao que alguns chamam de “regionalismos” enriquecendo a nossa percepção sobre o fenômeno. Seguindo a linha de que o fenômeno mutualista em espacialidades diversas:

Nas décadas iniciais do século XXI, tem-se notado uma predominância de trabalhos sobre o mutualismo nos estados do Rio de Janeiro, Rio grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo. Para o caso fluminense, destacam-se os trabalhos de Cláudio Batalha, Cláudia Viscardi, Ronaldo Pereira de Jesus e Vitor Fonseca. O estudo do mutualismo no estado gaúcho tem como importante representante Adhemar Lourenço da Silva Júnior. Cláudia Viscardi é também a principal referência sobre o mutualismo em Minas Gerais. E, sobre o tema em São Paulo, destacam-se os trabalhos de Tânia Regina de Luca e Luigi Biondi. Este grupo de pesquisadores é referência nos estudos relacionados à historiografia do mutualismo no Brasil. A partir deles a temática ganhou força e gerou importantes representantes em outros estados brasileiros, como o caso de Aldrin Castelluci, que se dedica ao tema na Bahia, Rafaela Leuchtenberger, referência das pesquisas em Santa Catarina, Osvaldo Batista Acioly Maciel, pesquisador do mutualismo em Alagoas, e Marcelo Mac Cord, que estudou um caso de mutualismo na cidade de Recife (GASPARETTO JÚNIOR, 2013, p. 73)

É perceptível que, a partir do momento em que o Estado, mesmo que de forma tímida, passou a investir na seguridade social dos trabalhadores, as mutuais passaram a enfrentar, paulatinamente, um processo de enfraquecimento. No entanto, é importante destacar que esse movimento não se deu em um só movimento como no caso da Lei contra os acidentes de trabalho, Lei Eloi Chaves, a qual, no início, abrangia apenas ferroviários sendo, pouco a pouco, estendida a outros ramos profissionais. Gasparetto verifica que, na década de 1930 em diante, com isso, de fato, ocorreu uma maior desintegração das mutuais.

É possível verificar que um dos motivos para que os trabalhadores sindicalizados, por vezes, não vissem com bons olhos as associações de caráter mutualístico (o que, em parte, se fez refletir na historiografia sobre o tema, relegando o mutualismo como um estágio pré

sindical, quando muito) é que, para o trabalhador, fazer parte de uma mutual poderia trazer uma segurança imediata, caso tivesse um acidente de trabalho, sendo, imediatamente, acolhido pela mutual, o que explica o fato de, mesmo em crise, as mutuais atraírem mais trabalhadores que os sindicatos. O esforço em participar de um movimento com demandas semelhantes, mas com outra forma de atuação, como o sindicalismo, demandava um maior investimento de tempo que, por vezes, os trabalhadores não tinham, além dos riscos de enfrentar diretamente o Estado ou seus patrões.

Apesar de ser datado por um período anterior à industrialização ou ao sindicalismo, o fenômeno mutualista foi contemporâneo às questões sindicais, ou seja, a tese infundada de que o mutualismo poderia, em alguma esfera, atrapalhar o desenvolvimento do sindicalismo ou um acirramento na luta de classes, cai por terra, ao verificarmos que ambos foram contemporâneos e com demandas que podiam vir a se aproximar em determinados momentos, em especial no que diz respeito a diminuição da jornada de trabalho, o descanso semanal e as melhores remunerações.

Mesmo nomes que negam uma visão etapista do processo, como Cláudia Viscardi, por vezes, recaem na tese de que as mutuais, supostamente, teriam dificultado o desenvolvimento da consciência de classe. O argumento de que as mutuais, por sua estrutura hierárquica e por vezes presidida por membros que não estavam tão conectados, assim, com os anseios dos trabalhadores, faziam com que não houvesse solidariedade entre seus membros, não se justifica. Primeiro porque tais questões, pontuadas pela autora, também estavam presentes nos sindicatos, colocados, diversas vezes, como espaços nos quais, supostamente, residiam a mais “pura consciência de classe”. Os sindicatos tinham “algum tipo de hierarquia” e possuíam, em seus quadros mais altos, membros atrelados a partidos políticos e interesses diversos, sem que isso fosse, necessariamente, um problema para que a historiografia nacional, em sua grande maioria, os alçasse a um espaço de luta privilegiado.

Ao verificarmos, em páginas anteriores, a atuação militante de Carlos Alberto de Menezes, na Fábrica de Tecidos Camaragibe, podemos ter uma visão ainda mais acurada sobre o fenômeno singular que desenha o objeto central desta tese. Camaragibe representou, sem dúvida, a maior expressão nacional da ação social católica e das aspirações da Igreja no País.

Mesmo com o rompimento do Império para a República, foram mantidos dois santos padroeiros ligados a casa de Bragança, Nossa Senhora da Glória e São Pedro de Alcântara. Em oposição ao que diz José Murilo de Carvalho, de que a sociedade assistiu o advento da República “bestializada”, sem muito entender o que se passava, na realidade, a população mais pobre do País não nutria grande apreço pelos padroeiros citados, havendo um distanciamento muito

grande entre as demandas populares e a representação feita pela igreja ainda no período imperial.

Esse movimento pode ser lido de diversas maneiras, além da explícita tentativa de identificação com o povo, uma forma de criar uma identidade nacional, ao retirar dois padroeiros europeus e brancos, ligados ao período escravista, uma santa autóctone, com a cor de grande parte dos brasileiros conseguindo, assim, uma aproximação entre Estado e Igreja.

Eventos como esse tornam-se cada vez mais comuns em Recife. Nesse sentido, não foi à toa que o industrial Carlos Alberto de Menezes, presidente da Fábrica de Tecidos de Camaragibe, construiu um monumento em homenagem a Nossa Senhora da Conceição, em uma área de grande apelo popular. Ao ser erguido, o monumento, de nome “Virgem do Morro da Conceição”, em uma região estratégica da cidade, mais especificamente na zona norte, cada vez mais ocupada por populares que estavam sendo progressivamente expulsos dos centros urbanos, desde o final do século XIX, devido as intervenções arquitetônicas de viés higienista, marcaria aquele momento. O terreno foi doado pela Diocese de Olinda, demonstrando que havia uma linha de trabalho em conjunto dos católicos militantes, como Carlos Alberto de Menezes, com as demais lideranças políticas e religiosas do local. Até hoje, a localidade é um centro de peregrinação, dentro do Estado, possuindo forte apelo popular. Segue abaixo a imagem a citação acerca da construção do monumento.

Imagem 13 - Nossa Senhora da Conceição





Fonte: *Jornal Pequeno*.

O monumento de N. S. da Conceição do Morro foi construído no ano de 1904, por ordem de D. Luiz Raimundo da Silva Brito, então Bispo Diocesano de Olinda, no Alto do Outeiro, chamado depois de Morro da Boa Vista e atualmente Morro da Conceição, para comemorar o quinquagésimo aniversário da proclamação do dogma da Imaculada Conceição da Virgem Maria. O terreno onde foi edificado o referido monumento foi doado à Diocese de Olinda, numa área de cento e vinte (120) por sessenta (60) metros, conforme consta escritura particular de doação, passada a seis de dezembro de 1904. A imagem da Virgem Imaculada foi adquirida em Paris na “Vaillant Nast e Cia”, por intermédio de Dr. Carlos Alberto Menezes (*Diário de Pernambuco*, edição de 05/12/1956, p. 3).

O Estado, com forte viés ufanista e com anseios de aglutinar, ao máximo, o povo em torno de suas propostas e de seus ideias, e logicamente sendo refratário a qualquer discurso que não se coadunasse com esse propósito, se junta com os anseios da Igreja, a qual desejava o apoio estatal para embasar suas ações. Surgia, assim, um esquema de apoio de ambos os lados. Ganhava a Igreja que não reconhecia o socialismo como algo positivo, muito menos a luta de classes, acreditando que as bênçãos deveriam ser compartilhadas entre patrões e empregados, que devessem, através de um pacto harmonioso, com enlace do alimento moral da religião, amainando os conflitos. Por parte do Estado, a chancela oficial de que, a partir de 1933, os círculos operários católicos passaram a ser integrados ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Essa integração ocorreu, pois, os círculos eram vistos como espaços de solução dos conflitos e seguidores das ideias de Pio XI, o qual aperfeiçoou, em sua Encíclica *Quadragesimo Anno*. Importante verificar os elementos de permanência e as influências da *Rerum Novarum* para a Encíclica seguinte. O fato de ambas se debruçarem sobre o mesmo objeto, demonstra a importância do tema e a forma como a Igreja enxergava o problema, sendo uma forma de recuperar o espaço perdido com a laicização promovida pela Proclamação da República.

A singularidade dos círculos operários para o projeto de cristianização dos “Mundos do Trabalho” é que estes estatuíram, em sua doutrina, uma ação voltada para a assistência material, moral e espiritual: “instruindo, educando, orientando, moralizando”. Assim, elaboraram uma proposta que visava combater os propósitos dos socialistas e comunistas, apontando outros caminhos a serem trilhados, a fim de melhorar a sorte material dos trabalhadores, sem, contudo, abandonar as necessidades espirituais, como salientavam constantemente.

Para o estabelecimento do Movimento Circulista, de imediato, era preciso se pronunciar favorável a algumas demandas urgentes dos trabalhadores, para, em seguida, buscar sua “conversão”. Tal processo ainda é pouco abordado pela historiografia, mas os elos entre os “Mundos do Trabalho” os militantes católicos, os círculos e as associações mutualistas têm um vasto campo a oferecer no que diz respeito a uma maior compreensão da vida dos trabalhadores fora do chão de fábrica. Esse componente adiciona ainda mais singularidade ao caso estudado, pois não se têm, na literatura especializada, nenhuma obra que demonstre uma fábrica ou um industrial como Carlos Alberto de Menezes que fosse tão devoto à causa do catolicismo no Brasil.

Assim como fez com as mutuais, Cláudio Batalha verifica que determinados temas, bordados por outras áreas das ciências humanas apenas no final de década de 1980, passaram a ser alvo de historiadores, ainda que de forma muito tímida. O historiador inglês Eric Hobsbawm que claramente influenciou a obra de Batalha afirma que:

A história operária tendeu, portanto, a identificar-se com a história dos movimentos operários, se não até com a história da ideologia desses movimentos. Assim sendo, ela negligenciou a história das próprias classes trabalhadoras, na medida em que estas não puderam ser subsumidas às das organizações, o mesmo acontecendo com relação às bases, enquanto distintas de seus líderes (HOBSBAWM, 1987, p, 45).

Em páginas anteriores, demonstrei aproximações entre o caso de Recife e Buenos Aires no que tange as questões em torno do remodelamento urbano. No entanto, como aluno da UFSM, mais especificamente morando no centro, próximo ao prédio antigo do Clube Caixeiral,

questionamentos, aproximações e distanciamentos foram sendo feitos entre o meu objeto de estudo e o local onde estava, durante o meu doutorado.

Santa Maria, cidade situada no centro do estado do Rio Grande do Sul, destacou-se na História dos “Mundos do Trabalho” como um lugar importante, em especial (mas não apenas por isso) pelo seu polo ferroviário, no qual diversos trabalhadores transitaram nas primeiras décadas do século XX e por processos de rompimento do século XIX para o século XX, no que tange a questão do catolicismo, através da Encíclica *Rerum Novarum*. Se Recife foi sede de congressos católicos, e teve na figura de Carlos Alberto de Menezes o maior industrial/militante católico do Brasil, reverberaram ventos, na Região Central do estado do Rio Grande do Sul.

A Igreja Católica, em Santa Maria, interveio nas relações político-religiosas e sociais, tendo como grande foco a imagem de Nossa Senhora da Medianeira como acolhedora dos trabalhadores, nas primeiras décadas do século XX. Importante destacar que a presença operária, na cidade, nesse recorte temporal, era extremamente significativa, uma vez que os ferroviários que trabalhavam para os belgas (Compagnie Auxiliaire de Chemins du Fer du Sud-Ouest Brèsilien) poderiam ser elementos de coesão social se adequassem a Doutrina Social da Igreja Católica, ou de levantes, caso aderissem as bandeiras “vermelhas” do socialismo, do anarquismo ou do comunismo. De acordo com a historiadora Marta Borin (2011), a apropriação da imagem de Nossa senhora da Medianeira não se deu ao acaso. Vejamos:

a ideia de cuidar do operariado urbano também estava balizada na Na ótica católica, a apropriação da devoção a Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças haveria de, não somente proteger a cidade, mas contribuir para cristianizar a classe operária e “protegê-la” das ideias originárias do anarquismo e do socialismo. Em Santa Maria, a significativa concentração de operários tinha peso no Estado nos momentos de mobilização da classe em torno da organização de sociedades de caráter reivindicatório. Para a Igreja, Nossa Senhora, sob a invocação de Medianeira de Todas as Graças, seria a mediadora entre o povo oprimido (operário) e a elite dirigente. Assim, essa devoção não representaria somente o invisível, o miraculoso, o transcendente, mas a ação concreta em benefício do povo (BORIN,2011, p, 91)

Diante do número elevado de operários, devido à ferrovia comandada pelos belgas, não seria estranho que esses sujeitos, diante da omissão do Estado e das precárias condições de vida, se organizassem em mutuais (a exemplo do que ocorreu em Recife e em outras cidades do Brasil), no início do século XX, diante da Sociedade Mutualista dos Empregados da Via Férrea do Rio Grande do Sul. Os objetivos eram, em sua grande maioria, as pautas comuns às sociedades mutualísticas; socorro imediato em caso de doença ou acidente e pensão para viúva de trabalhadores, entre outras demandas.

#### **CAPÍTULO 4 - A CLASSE TRABALHADORA NÃO ESTAVA NO “PARAÍSO”**

No título do quarto e último capítulo, uma referência ao filme italiano de Elio Petri *A classe operária vai ao paraíso*, lançado em 1971. Na obra, o personagem principal do filme, chamado Lulu Massa, é vítima de um acidente de trabalho, o que acarreta a perda de um dos dedos de sua mão. Após esse acidente, ocorre uma “virada” no personagem, o qual passa, inicialmente, por um processo de loucura. No entanto, posteriormente, um estágio de tomada de consciência altera a forma como ele se vê, como vê os seus pares e a fábrica. Lulu Massa passa a questionar o seu lugar na fábrica: se antes era o operário “desejado” pelos patrões, após o acidente que o vitimou, dar-se-á conta que estava muito mais próximo do inferno do que do “paraíso”.

Uma visão romanceada do fato disposto acima, poderia dizer que a perda do dedo e a consequente tomada de consciência, mostrada no filme, seria a chegada ao “paraíso”, mas não, longe disso. O que se apresenta, daquele momento em diante, seria o “destino dos trabalhadores”, a tomada de consciência e a luta constante por direitos para não se submeter às pressões patronais. Porém esse ponto não se faz sem percalços ou dores, pois após a perdado seu dedo, ocorre uma ruptura na identidade e em sua relação com o trabalho.

Se antes era o operário padrão dentro da fábrica e que reproduzia em sua vida privada

questões do capital, como coisificação das pessoas (sua esposa entre outros), agora, o seu ritmo de trabalho tornara-se um empecilho para o capital. A indiferença do patrão, diante da sua condição de acidentado, passa a escancarar, na frente de seus olhos, a sua condição de uma mera engrenagem substituível dentro daquela grande roldana. A deflagração de uma greve, apoiada por ele, representa não o “paraíso”, mas sim a tomada de consciência (dentro da lógica proposta pelo filme) e a alienação do trabalho que estava imerso, devido ao fetiche da mercadoria, tão bem abordado por Marx.

Não pretendo aqui uma análise fílmica da obra, tão pouco fazer aproximações descabidas com o meu objeto de estudo, a Fábrica de Tecidos de Camaragibe e sua Vila Operária. No entanto, se nos dizeres dos patrões e das classes dominantes políticas, os trabalhadores da Fábrica estariam no “paraíso”, em uma vila com casas higiênicas, com escolas para os seus filhos, com centros de divertimento ordenado, clubes de oração, igreja e posto médico para cuidar da sua saúde, seria esse espaço o “paraíso”? Os centros urbanos, representados como ambientes de ébrios, vícios em jogo, prostituição e toda sorte de atividades, que poderiam colocar o trabalhador, física e moralmente em perigo, seria o inferno, certamente.

A História do Brasil, desde os tempos da Colônia, passando pelas questões dos povos originários, os escravizados, os movimentos de Independência, a resistência e a luta, sempre estiveram presentes. Por qual motivo isso desapareceria no final do século XIX e início do XX, justamente quando o mundo inteiro estava em processo de ebulição pelas aceleradas mudanças sociais? O Brasil estava inserido nesta conjuntura, isso sem falar em suas questões singulares, que por si só já explicariam as revoltas, os motins e as greves que ocorreram aqui.

O desafio de escrever a História de uma vila operária, sem ocultar o protagonismo, ou como verifica José Sérgio Leite Lopes, a agência dos trabalhadores, é um dos focos deste capítulo. Comumente soterrado por narrativas que privilegiam o viés econômico ou de partidos políticos, seguiremos a linha proposta por Thompson e Hobsbawm, a fim de viabilizar a História desses trabalhadores, verificando seus processos de trabalho, as tentativas de dominação e resistência, nem sempre com grandes fissuras, mas demonstrando que eram sujeitos conscientes do contexto em que estavam inseridos.

Verificar trabalhadores que estavam inseridos em um local singular, como uma vila operária, experienciando seu cotidiano de forma diferente dos demais trabalhadores que habitavam os grandes centros urbanos. Sobretudo, importa ver as singularidades de habitarem uma vila operária, expostas ao longo deste trabalho, a distância de outros trabalhadores, sua origem, as regras impostas pelos diretores das fábricas, as associações que estavam vinculados, a “organização cristã do trabalho”, existente em Camaragibe. Todas essas características

permitem análises singulares desses trabalhadores.

Singularidades que passaram a ser apontadas nas últimas décadas do século XX, emergindo a superfície da nossa historiografia, a heterogeneidade da composição do nosso operariado, espaços que não “assumiram” uma perspectiva integralmente capitalista e que manteve elementos de permanência com outras formas de produção e dominação, como os trabalhadores oriundos dos antigos engenhos de açúcar, mas, também, de trabalhadores sertanejos que chegavam às recém criadas zonas fabris, com sua experiência e formas de viver.

Falar sobre isso, nos “Mundos do Trabalho”, não seria mera “perfumaria” ou apenas incidir um feixe de luz sob esses aspectos outrora negligenciados, mas compreender como esses trabalhadores, munidos de experiências anteriores, construíram sua percepção da realidade em que estavam inseridos, podendo tentar resistir e modificar sua realidade. Sobre essa realidade Gandra e Silveira verificam que:

Tal é o caso de pessoas empregadas em fábricas do interior, geralmente, circunscritas por modalidades “híbridas” de dominação capitalista, do tipo “sistema fábrica-vila operária”, “sistema de barracão” ou outras modalidades de dominância em que os patrões acumulam, além do poder econômico, o poder sobre um determinado território e/ou circuito, que engloba e ultrapassa os limites da empresa. [...] Os poucos estudos sobre grupos de trabalhadores afastados dos grandes centros urbanos, portadores de valores tradicionais e, no mais das vezes, sujeitos a formas de dominação capitalistas particularizadas por apresentar “pontes” com o passado senhorial e escravista, mantinham o paradigma da revolução enquanto grade de leitura (GANDRA; SILVEIRA, 2011, p. 3)

Uma obra importante na produção historiográfica pernambucana é *A década de 20 em Pernambuco*, de Souza Barros, que verifica algo que já estamos traçando ao longo deste capítulo. Por mais importante que lideranças grevistas tenham tido ao longo dos processos que ocorreram aolongo das primeiras décadas do século XX, como João Elias e Joaquim Pimenta, o protagonismo não estava com grandes intelectuais e sim com os trabalhadores, Conforme Barros, “vê se dessa forma, que o Dr. Joaquim Pimenta não foi organizador da Confederação Operária nem iniciou (emPernambuco) os movimentos grevistas que se alastravam por todo o Brasil à época da sua adesão às lutas trabalhistas” (BARROS, 1985, p. 77).

Por mais que outras fábricas pela Brasil adotassem o discurso do catolicismo, Camaragibe foi única no que diz respeito a “organização cristã do trabalho” e esse fato era de conhecimento de Carlos Alberto de Menezes, Pierre Collier e seus acionistas da CIPER, uma vez que, no relatório de 1902, se colocavam como exemplos a serem seguidos pelas demais empresas. Fazendo questão de assinalar o quanto a religião, ou como eles gostavam de dizer, “o alimento moral”, impedia que os trabalhadores aderissem às ideologias vermelhas, às lutas de classe, às greves e os maus hábitos, em geral, como o vício no álcool, nos jogos e na

prostituição. No Relatório dos acionistas da CIPER podemos perceber o viés moralizante que a religião Católica teria na fábrica.

A nossa fábrica de tecidos de Camaragibe na sua qualidade de um grande estabelecimento concebido e executado segundo um plano que vai ser um tanto arrojado deixar afastar dos moldes comuns das empresas semelhantes aqui conhecidas. Inspirou tantos receios e críticas, mas está hoje em pleno funcionamento. tínhamos segurança do que estávamos fazendo, estamos tranquilos as justificações dos fatos tarda mas não falha. é a prova de quanto tínhamos avançado nessa elevação moral que extingue os instintos de revolta e os torna pacientes e submissos.<sup>32</sup>

Ao longo do trabalho, foi visto o esforço dos patrões em forjar uma representação da fábrica, como além de centro de concórdia entre patrões e empregados, que todos aqueles que trabalhavam na fábrica estavam imbuídos no propósito do catolicismo social. No entanto, ao nos depararmos com a documentação alguns apontamentos são necessários.

No documento interno da Fábrica de Tecidos de Camaragibe, desde os tempos de Carlos Alberto de Menezes, foi denotada grande importância à questão do catolicismo, pois ele representaria o “alimento moral” para os menos favorecidos. O intuito de concórdia e de união estava presente na organização da Fábrica que seguia os moldes da “organização cristã do trabalho”, na qual as lutas de classes seriam minimizadas através da fé e dos centros de oração existentes dentro da Vila.

No entanto, em um documento interno da Fábrica, encontrado entre os acervos pessoais lotados na Fundação Joaquim Nabuco, um folheto datado de 1918, intitulado “Apostolado dos Homens Ação Católica” era “admitido que os resultados a serem obtidos em especial com os homens não era o satisfatório”. Documentos que demonstrassem um contraponto aquilo que fosse idealizado no plano inicial da Fábrica era de fato muito raro, pois mesmo que em um documento deixava-se escapar que os planos patronais não recebiam a adesão desejada entre seus operários, como se pode ver abaixo:

julgo que ninguém será contrário a confessarmos que não temos dedicado como deseja uma postura dos homens. Repleta de senhoras temos as nossas igrejas e associações, mas infelizmente os homens somem. reduzida proporção tomam parte da vida Sobrenatural da fé será com o pessoal deles sempre que poucos são os homens que se levam de vir até nós à procura das coisas de Deus.<sup>33</sup>

Após anos de sublevações ocorridas na Fábrica de Tecidos de Camaragibe, mas em especial após as paralisações e greves que ocorreram na primeira década do século XX, uma

<sup>32</sup> Relatório dos acionistas da CIPER, p. 7. Pasta Miscelânea. Acervo: FUNDAJ/CEHIBRA.

<sup>33</sup> Apostolado dos Homens. Ação Católica, p. 8, 1918. Pasta: Intelectual. Acervo: FUNDAJ/CEHIBRA.

“confissão”, por parte dos que, em tese, deveriam motivar os operários para a aproximação com Deus, fazendo um alerta de que os homens não procuravam os centros de oração como se esperava. Esse documento entra em contradição com os que haviam sido postos para a análise anteriormente. Já foi verificado que a Fábrica exigia que as crianças, para ingressarem nas escolas, deveriam ter feito sua primeira comunhão. Ora, se essa questão fosse um ponto fulcral para os pais, não haveria necessidade de tal exigência. São questionamentos que podem ser levantados entre a prática e o discurso, dentro do perímetro de Camaragibe.

Em 1906, um ano antes de uma paralisação na Fábrica de Tecidos de Camaragibe, Pierre Collier afirmou, em documento interno da Companhia Industrial Pernambucana, a suposta passividade dos trabalhadores frente à notícia que seus salários seriam diminuídos por conta de problemas internos da Fábrica. No documento, é destacado o espírito de calma e o menor sinal de descontentamento por parte dos empregados, o que, em sua visão, apenas corrobora que os planos de uma “organização cristã do trabalho”, implantada pelo seu sogro, Carlos Alberto de Menezes, estivesse dando frutos. Seguimo-lo:

O pessoal recebeu as medidas sem o menor protesto sem a menor demonstração de descontentamento reconhecendo as como justas e necessárias. Dias depois, quando os efeitos começaram a fazer sentisse-se, alguns isoladamente por questões de dinheiro vieram nos dizer infelizmente não poderiam continuar mais seu número não chegou acinco. As ausências as faltas ao trabalho. Diminuem dia após dia às segundas-feiras os dias seguintes as festas que é o falhados entre nós. Por toda parte hoje são tao bons como os outros o que prova a disciplina e o hábito de trabalho além de provar uma grande diminuição da extravagância e dissipações aos domingos.<sup>34</sup>

Nos salta aos olhos que uma possibilidade possa ser aventada. Talvez, os diretores da Fábrica, muito convencidos de que seus planos estavam saindo exatamente como planejavam, com isso tinham controle amplo e irrestrito sobre os trabalhadores, através do “alimento moral” da religião católica. Esta possibilidade, parece pouco crível, se todos os acionistas não estivessem deslocados da realidade e nem ao menos lessem os jornais.

Levantes em diversos países europeus, como em França e na Inglaterra, onde trabalhadores se manifestavam por melhores condições de vida, salário digno, diminuição das altas cargas de trabalho, se espalhavam como um rastilho de pólvora por todo o mundo. O receio das classes patronais, de um grande levante e da conseqüente paralisação da produção, era um receio real. Por mais que tomemos como hipótese que a Fábrica de Tecidos de Camaragibe

---

<sup>34</sup> Relatório dos Acionistas de 1906. Acervo pessoal, p. 11. FUNDAJ/CEHIBRA.



fosse o "paraíso" para os trabalhadores, na qual, assim como a sua vizinha (Paulista), abundaria montanhas de "cuscut com leite" (LOPES, 1987), haja vista que abaixar os salários dos trabalhadores traria desabonações, certamente.

A memória em relação à Abolição da escravidão, os levantes populares, no período regencial e ao longo do I e II Império, ainda estavam cristalizados na mente das classes dominantes políticas e econômicas que dominavam o País. Ou seja, a suposição de que não haveria percalços em decisões como essa era algo que dificilmente passaria pela cabeça dos diretores da Fábrica, o que reforça ainda mais a nossa tese de que havia uma intenção muito clara em forjar uma representação da Fábrica de Tecidos de Camaragibe como *locus* privilegiado e em oposição ao dito "caos" dos centros urbanos. Como já foi demonstrado em outras oportunidades, apenas conseguimos ter acesso a outras informações (sem dúvida mais próximas da realidade), ao nos depararmos com outros tipos de fontes que relatavam as insatisfações ou até mesmo os problemas existentes na Fábrica e na Vila.

#### 4.1 O "Paraíso" Não Existe

Já existiam razões locais para protestos, levantes e movimentos grevistas. As tensões entre patrões e empregados já se avolumavam em Pernambuco e outras cidades e fábricas do estado. A suposta dependência de militantes estrangeiros e intelectuais, que coordenavam e mostrariam o caminho das luzes aos ditos "manipuláveis" trabalhadores oriundos da zona rural, não condiziam com a realidade material. Seguindo essa linha de oposição a uma suposta passividade dos trabalhadores:

Os trabalhadores da *Société du Port* reivindicaram aumento de salário. O Sindicato de Ofícios Vários, reunindo os trabalhadores em praça pública, apresentou uma lista de suas reivindicações. No mesmo dia, em 15 de agosto, os operários calafates da Cory Brothers, empresa de rebocadores do porto de Recife, de ingleses, entraram em greve reivindicando aumento de salário de 20%. Os empregados da prefeitura também reivindicaram aumento de salário. No fim de agosto, a ameaça de greve dos trabalhadores da Fábrica Paulista foi reprimida pela força policial. Foram ocorrendo protestos contra a carestia de vida, com a distribuição de boletins convidando os trabalhadores do comércio, os operários e a população em geral a participar, visto que as autoridades, como o governador do estado, nada tinham feito para amenizar os sofrimentos dos trabalhadores. Pedreiros e ajudantes também se declararam em greve. Moções de solidariedade foram feitas pelos alfaiates e outros (TOLEDO, 2017, p. 4).

A tentativa de espelhamento minimiza aspectos relevantes e singulares da Região. Afirmar isso, não quer dizer, em momento algum, que os movimentos crescentes de insatisfação pelo País, os ventos revolucionários que sopravam da Europa não reverberassem aqui, pois

Pernambuco não era uma ilha. O único objetivo é não extrapolar essas questões que possam promover uma invisibilidade das agências dos sujeitos locais. Hobsbawm demonstra essa preocupação quando:

Em que sentidos e direções desejamos transformar o mundo, ou: nossas pesquisas implicam transformação? Corremos o perigo de esquecer que o sujeito e o objeto de nossas pesquisas são seres humanos? Não deveríamos correr esse risco, pois são pessoas – não o “trabalho”, mas homens e mulheres trabalhadores reais (HOBSBAWM, 2005, p. 30).

Entre as singularidades que podemos verificar, em Recife e na Região Nordeste, temos a composição heterogênea do fluxo migratório que estava em busca de trabalho e moradia, nas fábricas recém-instaladas em Pernambuco, no final do século XIX e início do século XX. Novos sujeitos passaram a compor o cenário que outrora ficava restrito ao agricultor e os grandes fazendeiros. Vemos, agora, somar-se a esses dois, industriais, especuladores e políticos disputavamespaços de poder e tensionavam as relações com novos agentes. E será em meio a essas mudanças que os agricultores, agora operários, vão resistir em áreas que não lhe são habituais, mas com as ferramentas que possuíam e as ressignificando, sempre que fosse preciso.

O parágrafo acima, de clara inspiração thompsoniana, compreende que essas ressignificações são feitas através da partilha de experiências em comum com seus pares (THOMPSON, 1987). Sendo assim, a circulação de trabalhadores, no cinturão têxtil abordado no primeiro capítulo, compunha a heterogeneidade do grupo que formava o conjunto dos trabalhadores de Camaragibe. A composição e a intersecção de agricultores e operários na Fábrica de Tecidos de Camaragibe nos possibilitará verificar uma complexidade de experiências soterradas por uma narrativa hegemônica, a qual, em sua grande maioria de viés sociológico, aloca o campo como subdesenvolvido e a cidade como centro moderno, bem como os trabalhadores destas áreas como facilmente manipuláveis e reativos, consequentemente.

Seguindo a linha traçada por José Sérgio Leite Lopes (1987), de combate à tese da anomia dos trabalhadores do campo, afirmando, inclusive, que a experiência dos trabalhadores do campo nas fábricas urbanas influenciou nas lutas camponesas nos anos de 1950.

José Sérgio Leite Lopes, em sua obra clássica sobre a Companhia de Tecidos Paulista, de posse da família Lundgren, verifica que havia, por parte dos patrões, uma forte encenação de poder, demonstrando uma rígida hierarquia, a qual poderia, em alguns momentos, transformar-se em relações paternalistas. Para o autor, os trabalhadores eram “admitidos de maneira carismática pelo patrão em pessoa no lugar o mais ostensivamente simbólico de sua presença e dominação”. (LOPES, 1988, p.58). Tal “encenação” demonstra, para o trabalhador que estava recém-chegado da “sopa” (termo explicado no início do trabalho), a relação de

trabalho que seria estabelecida naquele espaço. Por mais que tal fato esteja presente na obra de José Sergio Leite Lopes, tal postura não era exclusiva do industrial sueco.

Vários industriais que aderiram ao binômio fábrica-vila operária faziam uso de certas encenações que remetiam a antigas relações paternalistas, o que, em tese, se esvaíam no mundo industrial do “moderno” século XX. Carlos Alberto de Menezes e Othon Lins Bezerra de Melo eram figuras que, em maior ou menor grau, se valeram dessas estratégias para “atrair” os trabalhadores. Esses elementos de permanência, esta simbiose entre novas relações de trabalho que surgiram com o advento da fábrica, mas que ao descortinar as relações, expressam traços de outros modelos produtivos. Tais singularidades não podem ser perdidas, pois caracterizam e denotam as especificidades de trabalhadores que estavam em perímetros tão específicos de labor. José Sergio Leite Lopes atento a essa questão verificou que:

Pode-se observar como esse trabalho “camponês”, subordinado a um contexto geral de trabalho fabril seria, por detrás de suas aparências, um acréscimo de sobre trabalho fora das paredes fabris, apropriado indiretamente pelo industrial, o qual através desse expediente tem o custo de sua força de trabalho reduzido. É, como se, para além do sobre trabalho a que estão sujeitos em sua jornada de trabalho fabril, os operários tivessem ainda que sujeitarem-se a um acréscimo de esforço “por conta própria” para produzirem bens alimentares de subsistência cuja possibilidade de aquisição já deveria estar incluída em um salário superior a ser pago pela Companhia como equivalente a um nível de reprodução normal da força de trabalho (LOPES, 1988, p. 11).

Em páginas anteriores, falamos superficialmente sobre problemas envolvendo o então diretor e presidente da Fábrica de Tecidos de Camaragibe, Pierre Collier, genro de Carlos Alberto de Menezes. Com o intuito já conhecido de promover uma “união” entre trabalhadores e patrões, era bastante comum que em uma associação estivessem compondo os cargos diretivos, representantes dos operários e dos donos da Fábrica.

O que, em tese, seria uma clara demonstração de que as relações intramuros estavam às mil maravilhas, na prática, se fazia verificar de forma diferente. Desde o início deste capítulo, estamos apresentando distorções entre aquilo que era dito nos grandes congressos e relatórios patronais e a visão de alguns operários sobre o mesmo “quadro”. Ao intitular como “A classe operária não está no paraíso”, nos remetemos às crises e desavenças entre classes distintas. Neste caso específico, a proximidade almejada pelos patrões foi “tão excessiva” que desagradou os trabalhadores, pois Pierre Collier, como presidente da Fábrica de Tecidos de Camaragibe, era também o presidente e tesoureiro da corporação dos trabalhadores.

Não faremos aqui acusações levianas, até porque além de injustas, nos falta arcabouço material (fontes) para que pudéssemos ser mais assertivos. No entanto, sem nenhum receio, o acúmulo de funções de presidente e tesoureiro de uma corporação operária, por um membro da

classe patronal, causaria desconforto, mesmo que o funcionamento das coisas estivesse indo bem. Porém, não era o caso de Camaragibe. Além do acúmulo de funções tão relevantes, o que por si só já causará descontentamento entre os operários, uma suposta irregularidade no caixa da corporação acirrou os ânimos, em 1904, poucos meses após o falecimento de Carlos Alberto de Menezes. Na obra do destacado historiador Lúcio Renato Mota Lima podemos verificar que:

Tratando da acumulação de cargos, levantou a questão da incompatibilidade dos cargos de presidente e caixa da corporação ocupados pela mesma pessoa, bem como a de vice-presidente da Corporação e presidente da Cooperativa. Posto em discussão foram diferentes as opiniões, apresentando o Sr. presidente um exemplo dado na Ferro Carril onde o Dr. Carlos foi por muito tempo gerente e tesoureiro, dizendo mais que, conquanto não veja nisto inconveniência, está preparado para entregar o cargo de tesoureiro e acha necessário reformar os Estatutos em certas partes que não acha regulares (LIMA, 2012, p. 132).

Verificando a citação acima, é preciso fazer alguns apontamentos. Não temos conhecimento se, no período em que Carlos Alberto de Menezes estava à frente da corporação, tanto como presidente, como tesoureiro, se ocorreu algum tipo de problema como esse. Algumas hipóteses podem ser aventadas, como por exemplo a ausência de carisma de Pierre Collier junto aos operários, ao contrário do seu antecessor. Talvez o problema já existisse, no entanto, por conta da imagem paternalista, abordada em linhas anteriores, blindava o idealizador da Fábrica de questionamentos.

No entanto, o que salta aos olhos nesta citação é a entrega do cargo de tesoureiro por Pierre Collier, mediante o enfrentamento com os operários. É importante lembrar que a Sociedade de Mútuo Socorro, bem como o Clube de Tiro, o Clube de Oração e as demais associações existentes dentro da Vila Operária de Camaragibe, haviam sido idealizadas pelos patrões e “unificadas” através da Corporação Operária, historicamente presidida pelos patrões. No entanto, é possível verificar que esses espaços, projetados para amainar conflitos e fazer de Camaragibe um local diferente das demais fábricas, estava mais situado no campo do discurso do que no campo prático.

O processo de ressignificação desses espaços, assim como a consequente retirada do então presidente da Fábrica, não pode ser pormenorizada. Trata-se de um ato de articulação dos trabalhadores, fruto de tensionamentos e de consciência de sua condição, a partir do reconhecimento dos seus pares. Pierre Collier não entregou o cargo de tesoureiro à toa, nem por livre e espontânea vontade, existindo um movimento contestatório por parte dos operários que o levaram a tomar tal decisão, tendo em vista que o acirramento das relações não seria benéfico para a Fábrica e, muito menos, para a imagem que se desejava passar para o mundo externo.

Tal ato dos trabalhadores, soterra a tese arcaica e etapista de que os trabalhadores que

estavam fora do sindicato e dos partidos políticos não conseguiam se articular para reivindicar seus direitos. Como foi abordado em capítulos anteriores, a composição dos trabalhadores de Camaragibe era, em sua grande maioria, nordestinos, oriundos do Sertão e da Zona da Mata, após o declínio do açúcar, o que também põe em xeque que trabalhadores vindos de zonas rurais seriam facilmente não compreenderiam bem as nuances do trabalho industrial, próximo a centros urbanos. Uma visão mais alargada que contempla mais nuances e complexidades é verificada no trabalho de Queirós:

A história do movimento operário se alargou de tal forma que permitiu uma infinidade de articulações não cabendo mais uma análise somente do militismo operário e de suas organizações. Percebeu-se um significativo alargamento cronológico dos estudos sobre essa temática, no qual se passou a dialogar com outros períodos antes esquecidos – Colônia e Império e mesmo o período pós-30. A articulação entre trabalho livre e trabalho escravo ganhou uma nova dimensão, assim como a questão indígena. Os “marcos” que determinavam as já tradicionais rupturas foram sendo superados e a discussão em torno da questão da emancipação e da pós-abolição emergiu de forma vigorosa. Do mesmo modo, as relações entre gênero e trabalho ganharam uma nova dimensão (QUEIRÓS, 2014, p. 15)

O intuito desta tese não é menosprezar ou negar as influências socialistas, anarquistas, comunistas e a importância dos imigrantes no nosso processo de reivindicação. O que se objetiva, e se concretiza nesta tese, é asseverar que os nossos trabalhadores já resistiam, já se manifestavam e já promoviam fissuras em suas relações com seus patrões. As ações desses sujeitos, oriundos do sertão e Zona da Mata, ou inseridos em sociedades mutualísticas, por vezes, frustraria historiadores que tentam um espelhamento de ações do que era visto na Europa e o que era experienciado aqui. Mas o desenvolvimento do capitalismo e, acima de tudo, as nossas particularidades, sem perder de vista que estamos falando de um contexto pós-Abolição, não pode ser deixado de lado e nem colocado (como já foi em um passado recente) como responsável pelo nosso suposto atraso.

Em oposição a uma visão que encaixota o trabalhador em amarras impossíveis de serem quebradas, quando os patrões assumem o total controle, sob condições que inviabilizariam qualquer tipo de resistência, esta tese verifica que, em meio às tentativas de coerção e de alienação do trabalho, existia o trabalhador, o operário, o ex-escravizado e a mulher que se opunham, cotidianamente, e que em uma queda de braço sem fim, resistia. Mostrar a resistência do trabalhador não nos põe em uma balança, simulando que havia um equilíbrio na disputa entre as classes, apenas soterra a percepção de dominação ampla e irrestrita sob os mais vulneráveis. Abaixo o discurso do genro de Carlos Alberto de Menezes, o agora diretor da Fábrica de Tecidos de Camaragibe, Pierre Collier na prévia de uma reunião da Sociedade de Mútuo Socorro de Camaragibe:

Reconhecem que os processos disciplinares, configurados em estratégias diversas resultantes de relações de forças e de poder, não são sistemas de controle perfeitos e imunes às resistências. Ao contrário, possuem brechas que permitem os trabalhadores se utilizarem de táticas que saltam e realizam trampolinagens, expressando no cotidiano, negociações, ganhos e pertencimentos. Reconhecem que a noção de operário não remete exclusivamente ao trabalho na fábrica, mas à condição de ser trabalhador assalariado. Além do que, sugerem que ser operário não é tanto estar sujeito a uma tarefa específica, mas participar de uma cultura popular e urbana com suas múltiplas práticas sociais e culturais, nas quais predominam valores e formas de solidariedade.<sup>35</sup>

Os trabalhadores de Camaragibe não fizeram uma revolução, não tomaram o poder e a administração do local, no entanto fizeram o suficiente para que o então presidente da Fábrica recuasse e entregasse o cargo, tendo em vista que a confiança estaria abalada, após esse fato. Neste capítulo, abordaremos outros eventos que denotaram que as tensões intramuros eram mais constantes do que a documentação interna da Fábrica dá conta. Tais crises e tensões ocorreram, pois, os trabalhadores reconheciam nos seus pares as adversidades do cotidiano, compartilhando da escassez, dos sentimentos de injustiça, dos baixos salários e das altas taxas que eram descontadas em seus salários, através das diversas associações existentes na Vila e nos descontos dos alugueis. Ao contrário do que tentava afirmar os donos da Fábrica, a classe trabalhadora não estava no “paraíso”.

#### **4.2 Pernambuco, Palco de Greves**

Ao falarmos de movimentos de resistência, movimentos grevistas e sindicais, é bastante usual que nomes masculinos surjam na narrativa. Por muito tempo, a historiografia de modo geral, excluiu as mulheres desse segmento, cristalizando a máxima que a mulher cabia apenas no trabalho doméstico e que os homens é que estavam no ambiente “público”. No entanto, até que ponto isso condiz com a realidade do final do século XIX e início do século XX? Quais mulheres de fato não trabalhavam fora de casa? “As mulheres sempre trabalharam. Elas nem sempre exerceram ‘profissões’” (PERROT, 2005. p. 251).

Uma vez que esse capítulo se debruça nas questões de resistência dos trabalhadores, é justo e necessário afirmar que, entre esses trabalhadores da fábrica, existiam muitas trabalhadoras, o fato de não estarem inseridas nas sociedades mutualísticas em geral ou em

---

<sup>35</sup> Discurso de Pierre Collier, antes de uma reunião da Mutualística de Camaragibe. 1910. Acervo pessoal, p. 12. FUNDAJ/CEHIBRA.

outros espaços considerados de luta pela historiografia não as impede de se manifestar em busca por melhorias. Na Fábrica de Tecidos de Camaragibe, o trabalho feminino era, além de comum, em algumas secções, era majoritário. As mulheres pobres sempre trabalharam, fosse na lavoura, fosse nas fábricas recém-criadas.

Eric Hobsbawm já tinha verificado isso em sua obra *Os trabalhadores* e de que, por vezes, havia uma predileção, inclusive por mulheres e crianças, uma vez que, na ótica dos patrões, esses dois grupos eram mais suscetíveis às investidas de dominação, de violência física e de salários ainda mais baixos do que o dos homens. Essa tendência, retratada pelo historiador britânico, na Formação Histórica da Inglaterra, também se fez presente no Brasil, especificamente em Recife.

Porém, alguns apontamentos são necessários. Não podemos alocar o exemplo de outros países, sem nos atentar às nossas singularidades. Estamos abordando um contexto de pós Abolição, de crescente industrialização e de êxodo das zonas rurais para os grandes centros urbanos, o que denota que mudanças ocorreriam nos hábitos e costumes de homens, mulheres e nos “Mundos do Trabalho” como um todo. Em minha dissertação, verifiquei a forma que a presença feminina era posta no local de trabalho e no lar, uma linha muito tênue separava de uma mulher digna de uma mulher tida como “impura”.

Com forte influência de catolicismo e traçando um paralelo da imagem da mulher com a de Maria, mãe de Jesus Cristo, de acordo com os preceitos bíblicos, a ambiguidade no tratamento se fez presente nas fábricas, nas ruas e em todos os espaços ocupados. Em minha dissertação verifico tal contexto:

Os papéis sociais que são conferidos à mulher são importantes para que se possa compreender as problemáticas em que ela está inserida nesse contexto de modernização das cidades. Uma modernização, porém, que não se fez presente na “atualização” de alguns papéis que são atribuídos historicamente à figura da mulher. A supervalorização da família, e conseqüentemente da maternidade, promoveu uma maior vigilância quanto às práticas sexuais femininas. Dessa forma, a mulher ocupa o lugar de mãe, um papel importante dentro da estrutura social que se almejava e que, ao mesmo tempo, a aprisionava em normas rígidas que não poderiam ser desviadas (SANTOS, 2017, p. 76).

Nosso objeto de estudo, nesta tese, é a Fábrica de Tecidos de Camaragibe, mas seria um erro grosseiro, pactuado com a invisibilização tão corrente da figura feminina em nossa historiografia, não relatar que, antes mesmo das greves de 1907, 1991, 1911 e 1917, entre outras, em 1903, um grupo de mulheres se organizaram e fizeram uma greve reivindicando direitos. A Fábrica de Cigarros Lafayette, que estava em operação desde o final do século XX, possuía secções que eram ocupadas, em grande parte, por mulheres (CABRAL, 2012).

No entanto, ao se envolverem com o Movimento Operário, chegando, inclusive, a fundar uma seção feminina, reivindicando uma nova visibilidade a sua imagem, se deparando não apenas com a já natural reação dos patrões. Seus companheiros de trabalho sentiram-se ameaçados. Não me cabe aqui um debate de gênero, mas, sem dúvida, a atitude das operárias abalou não apenas os patrões, mas as bases até então solidificadas dos homens como agentes da mudança e protagonistas do cenário reivindicatório. A historiadora sobre questões de gênero e que se debruça sobre os “Mundos do Trabalho”, Alcileide Cabral, verifica que operários se juntavam aos patrões contra as “cigarreiras”, nome dado às mulheres que trabalhavam nas fábricas de cigarro. Interessante perceber que operários que viam no patrão um explorador de sua mão de obra, responsável pela sua penúria, passavam a lhe ser simpático, uma vez que sua condição de protagonista do Movimento, e das demais questões, passava a ser alvo de questionamentos, tanto que rivalizavam com elas no mercado de trabalho, mesmo que para isso fosse necessário “homenagear” o patrão. Sendo assim a historiadora Alcileide Cabral:

Além do aumento salarial, causa comum nas outras greves que pipocavam na cidade, os cigarreiros declaravam-se agradecidos na imprensa por uma questão muito específica: a eliminação das mulheres das oficinas da fábrica. Em nota publicada meses antes na imprensa, “os operários da fábrica Lafayette” agradeciam aos patrões pelo que chamavam de um “ato de equidade e reconhecida justiça”, pois o trabalho feminino implicava “desleal competição” com o dos homens e só se justificava por “efêmeras vantagens” (CABRAL, 2012, p. 17).

Em 1903, após a fundação de uma seção de mulheres, dentro do Centro Operário, boa parte das que compunham o Centro foram demitidas pelo dono da Fábrica, enquanto as que não tiveram o mesmo destino foram coagidas a não se agruparem em nenhum formato, pois como bem aponta Alcileide Cabral, o dono da Fábrica tentou “passar um recado” a todas as outras, fixando “um cartaz na parede da oficina feminina com o nome das funcionárias dispensadas. Era uma mensagem evidente para todas as outras sobre a conduta da diretoria em relação àquelas que cogitavam qualquer envolvimento com o movimento operário” (CABRAL, 2012, p. 20).

Diante de tal cenário, boa parte das cigarreiras paralisaram suas atividades, mesmo com as intimidações que estavam por vir. Estamos falando de uma fábrica, no início do século XX, majoritariamente composta por mulheres, as quais estavam reivindicando direitos e lutando por melhorias de vida. Tal fato soterra narrativas de que as manifestações só começaram após a chegada de imigrantes, ou que a escravidão teria atrapalhado o desenvolver da tão afamada “consciência de classe”. Um ponto é fulcral: as “cigarreiras”, que paralisaram após a demissão de suas companheiras, compartilhavam com elas adversidades do cotidiano, baixos salários e



toda a sorte de violência, fosse nas fábricas, fosse nas infâmias nas ruas, pelo simples fato de trabalharem. As experiências compartilhadas por essas mulheres fizeram com que elas agissem de forma unificada. Se, para a frustração dos mais “românticos”, elas não tomaram a Fábrica de assalto e implementaram um sistema de autogestão. a moda anárquica, também frustrará aqueles que apontavam a anomia ou invisibilizavam esses sujeitos em suas narrativas. Com intuito de verificar a participação feminina, Souza afirma que:

As mais de 250 cigareiras que presenciaram a alteração reagiram de maneira enérgica. Ainda segundo A Província, aos gritos de “Viva o Centro Operário! Viva Adelaide dos Santos!”, as operárias começaram a deixar a fábrica coletivamente e em extrema agitação, “derramando-se pelo pavimento tabuleiros e depósitos de fumo, cigarros, mortalhas e rótulos” e quebrando as vidraças do vasto salão onde até meia hora antes começariam mais um dia de trabalho ordeiro. Em meio à gritaria e ao quebra quebra “algumas das operárias foram acometidas de ataques de nervos e outras, espavoridas, saltaram das janelas para o telhado do prédio contíguo” (SOUZA, 2019. p. 7).

Para se ter uma ideia da força que o Movimento teria, e de sua articulação, uma outra importante fábrica de cigarros, situada na capital Pernambucana, também aderiu à paralisação, em demonstração de solidariedade com as “cigareiras”. O jornal A Província afirma que não houve tal solidariedade e que, na verdade, a adesão se daria por receio de represálias contra elas. Ora, sejamos honestos, qual tipo de represálias mulheres de uma outra fábrica poderiam cometer com a de outro estabelecimento? Não estamos falando de grupos unificados, com uma hierarquia solidificada ou de um grupo comandado por homens, os quais poderiam, através de seu poder e influência, prejudicar a vida dessas trabalhadoras. Sendo assim, a publicação do *A Província*, afirmando que “ou aderem ou vão se arrepender”, expressa uma fala que, entre mulheres, seria difícil de credibilizar.

Aqui, não se ambiciona mostrar a mulher com dotes divinos e incapaz de prejudicar um homem, uma mulher ou qualquer outro que lhe desagrade. No entanto, em termos materiais, de influência na sociedade da época, e por não estarem rigidamente organizadas em associações, é de se perguntar: que grandes apuros seriam esses que foçariam mulheres de uma fábrica a arriscarem seus trabalhos? Não seria mais fácil ir até a polícia, a qual, desde então, alimentava apetite especial em reprimir forças dissidentes? São questionamentos às fontes que são necessários, tendo em vista que não falam por si, possibilitando estarmos atentos sobre quem produz tal fonte, quais seus objetivos e qual classe pertence, entre outros prismas de análise. Acerca da paralisação, Souza verifica:

A própria greve com a mobilização de algumas centenas de operárias, enquanto um fato marcante, foi uma vitória oriunda de um protagonismo social que essas mulheres nunca haviam tido. A desastrosa tentativa do proprietário da fábrica Lafayette de

enfraquecer a Secção Feminina do Centro Operário gerou consequências completamente opostas. A greve foi uma plataforma para que as diretoras da seção saíssem às ruas e fábricas a palestrar diretamente com outras trabalhadoras dando visibilidade ao centro e evidenciando a possibilidade de uma postura contrária à ideia de passividade que era socialmente atribuída às operárias pobres (SOUZA, 2019, p. 9).

Podemos atrelar o soterramento das narrativas femininas, assim como de outras minorias, a uma característica do positivismo em debruçar-se sobre grandes eventos, grandes feitos, em especial dos vencedores. Talvez, por isso, seja tão comum que, no início do século XX, a narrativa histórica privilegiasse quantitativamente os homens. E, nas vezes em que as mulheres apareciam, eram de forma estereotipada e carregada de sentidos, ou a “santa” ou a diabólica, como tão bem retrata Rago (1987): “lidamos muito mais com a construção masculina da identidade das mulheres trabalhadoras do que com sua própria percepção de sua condição social, sexual e individual”. Se é a mãe, a “rainha do lar”, a analogia de Maria, ou as camélias ou filhas de Vênus, nomenclaturas utilizadas para se referir às prostitutas no Recife, nas primeiras décadas dos noventa, de acordo com Silvy Couceiro (2006).

Essa dicotomia em retratar a mulher se fazia presente quando ela passava a ocupar o espaço público, em especial nas fábricas. Apontado como ambiente que retiraria sua inerente doçura e a colocaria em risco, tendo em vista um ambiente majoritariamente masculino, poderia retirá-la de seu “caminho sagrado” e levá-la, facilmente, para caminhos disruptivos, em geral, que descambariam na prostituição, situação expressa na seguinte passagem da historiadora Michelle Perrot: “hora a mulher é fogo, devastadora das rotinas familiares e da ordem burguesa [...] Outra imagem, contrária: a mulher-água, fonte de frescor para o guerreiro, de inspiração para o poeta, rio sombreado e pacífico para o banhar-se. mulher doce, passiva, amorosa, quieta” (1988, p.188).

Na Fábrica de Tecidos de Camaragibe, a presença feminina estava latente. Não apenas nos clubes de oração, onde, de fato, eram mais numerosas, mas em diversas seções da Fábrica, em especial na de tingimento, seu quantitativo chamava atenção. Se, por um lado, elas não poderiam ocupar cargos diretivos na Sociedade de Mútuo Socorro da Fábrica. Ao menos no nosso recorte temporal nenhuma mulher alçou o cargo, sendo válido chamar atenção para a mobilização feita após a demissão de uma funcionária da Fábrica, descrita na documentação como “Viúva, mãe de 3 filhos”<sup>36</sup> e que estava sendo despejada por conduta considerada inapropriada pelos patrões.

Este fato leva a algumas questões que põem em xeque dizeres da Fábrica desde sua

---

<sup>36</sup> Relatório dos acionistas da CIPER. Pasta: Miscelânea. p,3. Acervo: FUNDAJ/CEHIBRA.

idealização por Carlos Alberto de Menezes, de que, nas casas da Companhia Industrial Pernambucana, só poderiam habitar famílias compostas por pai, mãe e filhos, com o intuito de evitar problemas de ordem moral. No entanto, na prática, a necessidade de mão de obra fez com que grande parte dessas exigências ficassem apenas na letra fria dos estatutos, tanto que, posteriormente, foi idealizada uma casa para trabalhadores solteiros (do sexo masculino) e que mulheres, desde que viúvas ou atreladas por laços de parentesco com outras famílias, também poderiam morar na Vila e trabalhar na Fábrica.

Por mais esforço que fosse feito para que o plano moral fosse seguido à risca, havia impeditivos, pois, acima de tudo, a Fábrica precisava de mão de obra e gerar lucro, sendo que os diretores da fábrica eram cientes desta realidade. Por isso, ao longo do recorte temporal proposto, é possível ver flexibilizações das regras postas inicialmente na mesa. Como concorrer com outras fábricas que empregavam mão de obra feminina, infantil e conseqüentemente gastavam menos e conseguiam vender a preços mais acessíveis no mercado? Tais limites estavam no horizonte e de conhecimento dos trabalhadores que poderiam, conseqüentemente, ter maior poder de barganha junto aos patrões. É o que chamamos, desde o início da tese, de momentos de tensionamentos e distensionamento.

As relações entre patrões e empregados, em Camaragibe, tinham uma hierarquia clara, mas imaginar que era estruturas sólidas e inabaláveis, que não permitiam que trabalhadores e trabalhadores produzissem fissuras nessa estrutura, seria “comprar” o discurso da fonte. Não havia, como não houve, nem no período tratado anteriormente (escravidão), uma sujeição ampla e irrestrita de um grupo sobre o outro. Ao lançar esse olhar sobre as fontes e a historiografia é que conseguimos visualizar e ver o protagonismo de negros, pobres e mulheres nessas narrativas.

Neste quarto e último capítulo, em que abordamos as divergências entre o alardeado e o vivido, não podemos nos furtar de um debate central sobre os movimentos grevistas. Não que se compreenda as greves de forma romântica, como o ápice da consciência de classe ou similar. Nos capítulos anteriores abordamos e verificamos, de modo assertivo, as múltiplas formas de resistência dos trabalhadores, através das Sociedades de Mútuo Socorro.

Uma historiografia nacional, datada de meados do século XX, porém com grande influência nas produções atuais e que reverberam um suposto protagonismo dos imigrantes europeus em nossos movimentos reivindicatórios. Ou mesmo a centralidade espacial dada a São Paulo e Rio de Janeiro ao se remeterem ao surto industrial experimentado pelo Brasil no final do século XIX e início do século XX é no mínimo equivocada. Traçar aproximações e elementos de permanência é válido, no entanto, tratar como mera reprodução dos

acontecimentos europeus para com os do Brasil não faz sentido. Por isso esta tese se opõe a visão de Perruci ao afirmar que: “Enfim, o progresso industrial do sudeste brasileiro se reflete também no Nordeste, estimulando o aparecimento de fábricas, frequentemente simples filiais de empresas cuja direção está sediada no Sudeste ou no estrangeiro” (PERRUCCI, 1978, p. 21)

Por mais que uma nova perspectiva tenha sido adotada nos anos 1970, com uma abertura maior no leque de fontes e nas novas possibilidades de análises, creditam o processo de industrialização fora do eixo Rio-São Paulo, mesmo que sob um verniz moderno, ainda influenciam, em grande parte, a produção atual. Basta verificar as produções de teses e dissertações divagando sobre times de futebol, associações e demais tipos criados por imigrantes. Se, por um lado, se compreendeu que “pega mal” atribuir, de forma direta, a nossa industrialização e consciência de classe a eles, se utiliza de uma maquiagem para que, ao fim, os argumentos de outrora sejam mantidos.

Ao longo do texto falamos de diversas associações existentes na Fábrica de Tecidos de Camaragibe desde sua fundação: a Sociedade Dramática, o Clube de Tiro, o Clube Musical e as Sociedades de Oração, entre outras. O objetivo era oferecer aos operários um “divertimento” sadio e ordeiro para os padrões burgueses, fazendo com que os trabalhadores não precisassem se deslocar para os centros urbanos mais próximos e entrar em contato com outros trabalhadores, com bebidas alcoólicas, com jogos e com prostituição, entre outros aspectos que poderiam “desviar” a conduta daqueles sujeitos. No entanto, como todas essas associações eram mantidas? Cada trabalhador que estava atrelado a uma ou mais associação pagava (descontado já na folha de pagamento) um valor para subsidiar a manutenção destes serviços, sendo possível atestar que muito pouco restava para o trabalhador, tendo em vista que descontos referentes ao aluguel e ao armazém já eram, automaticamente, abatidos em seus ganhos.

Com essa informação, não foi surpresa verificar na documentação que nem todas as associações “vingaram” ou permaneceram em atividade por muito tempo. Por mais que existisse o estímulo por parte dos patrões, as sociedades ou clubes, por vezes não conseguiam se manter, sendo o caso do Clube Musical da Fábrica de Tecidos de Camaragibe, o qual foi descontinuado.

Demonstra, também, que os trabalhadores, em sua maioria, não estariam dispostos a custear e diminuir ainda mais o seu salário, já tão afetado por demandas consideradas mais urgentes, como a Sociedade de Mútuo Socorro, que prestaria auxílios em caso de acidentes, adoecimento ou morte. Por mais que tais associações constassem no plano idealizado pela Fábrica, é preciso questionar seu funcionamento e adesão, entre outros aspectos.

A singularidade de um país que esteve por quase quatro séculos com regime de trabalho

escravista, deixou marcas indeléveis nos “Mundos do Trabalho” que não podem ser suprimidas. Questões ligadas à religião, as diferenças entre o rural e o urbano não podem ser secundarizadas, a fim de se assemelhar fenômenos, até por que essa tese verifica que o “esquecimento” de algumas nuances, explicitadas ao longo dessas páginas, até aqui é o seu grande diferencial. Tratar de uma região esquecida, de uma fábrica que se estivesse situada no “centro” do País teria certamente uma produção maior. Costa afirma que a visão de que o movimento operário foi “comandado” por anarquistas precisa ser revista:

Ficamos também convencidos de que a imagem de um movimento operário controlado totalmente por anarquistas precisa ser revista. Mais atenção deve ser dada a outros grupos, principalmente os sindicalistas, os socialistas e os católicos que raramente têm chamado atenção (COSTA, 1982, p. 223).

De acordo com a citação acima, é preciso observar o Movimento Operário Brasileiro de forma heterogênea, através de homens, mulheres, negros, católicos e, sim, de imigrantes, mesmo levando em conta que esses últimos se faziam presentes em menor número, em especial no nosso recorte temporal. A pluralidade de ideias, a presença das mutuais e dos jornais operários, além dos militantes católicos, confere a Pernambuco, a Recife e em especial a Fábrica de Tecidos de Camaragibe uma singularidade que deve ser mais explorada.

É necessário fazer um adendo acerca dos jornais, em geral, Mesmo que com dados pouco verificáveis, estima-se que a ausência de letramento na população brasileira, no início do século XX, chegava a mais de 70%<sup>37</sup>. Dessa forma, é preciso avaliar a penetração que os jornais, fossem eles operários ou não, tinham na sociedade da época. Se boa parte da população era analfabeta, a utilização de imagens ou de notícias curtas era determinante para que as mensagens chegassem a todos. Não à toa, a estudioso na temática dos jornais operários aponta que, devido a essa atenção, as características da nossa sociedade, em especial entre os mais pobres, fizeram com que alguns jornais operários tiveram papel importante na circulação de ideias, tão caras a essa classe social, servindo de “instrumento de propaganda do ideário, atingindo e mobilizando homens e mulheres que desejavam a libertação da humanidade de todas as formas de opressão” (MARTINS, 2007, p. 47).

Não é por acaso que, por diversas vezes, só foi possível ter acesso a acontecimentos da Vila Operária da Fábrica de Tecidos de Camaragibe através dos jornais, em especial os jornais com perfil mais popular, pois os documentos internos da Fábrica não noticiavam sobre estes temas em seus balanços anuais ou semestrais. Levantar a hipótese de que, caso esses

---

<sup>37</sup> Repertório estatístico do Brasil, quadros retrospectivos. Séries Estatísticas Retrospectivas. Vol. 1. Rio de Janeiro: IBGE, 1986, p. 13. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/colecao\\_digital\\_publicacoes\\_multiplo.php?link=serieestatisticasretrospectivas&t](https://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes_multiplo.php?link=serieestatisticasretrospectivas&t). Acesso em: 09/02/2022

documentos tenham existido, foram destruídos, não seria nenhum absurdo, porém por falta de materialidade não o faremos.

Nas linhas acima, abordamos a importância das imagens nos jornais diante do analfabetismo no País. Os “créditos” a essa estratégia devem ser conferidos em especial aos grupos anarquistas, os quais exploravam bem esse aspecto a fim de que sua mensagem se fizesse presente e compreensível para aqueles que mais precisavam dela.

O relatório da CIPER, de 1907, aparentemente demonstra um deslocamento da realidade, na qual nenhuma reverberação dos acontecimentos, dentro ou fora da Fábrica, se fez presente no balanço dos acionistas. Ao invés de demonstrar preocupação com as crescentes agitações que estavam ocorrendo, não apenas em Recife, como no País inteiro, os relatos se embasavam mais na visão idealizada da Fábrica e da Vila como locais de “tranquilidade” e de “concordia”.

Não trabalhamos com fontes orais nesta tese, por questões temporais, mesmo tendo ciência que seria possível fazer essas coletas com filhos ou netos (caso ainda estivessem vivos), mas sabemos que trabalhadores de outras fábricas, em estudos com recortes temporais mais recentes, gostavam e elogiavam a vida na fábrica (vide o trabalho de José Sérgio Leite Lopes). O intuito, aqui, não é demonizar a Vila, mas descortinar algumas nuances que permitem verificar que, também, não eram o “paraíso” alardeado pelos patrões. Na citação abaixo, temos mais uma demonstração no esforço que havia, por parte da CIPER, em “manter” as aparências, inclusive, nos seus balanços internos:

organização operária as organizações operárias de Camaragibe continua mantendo com a máxima regularidade todos serviços destinados a assegurar o operário tratamento o auxílio e o conforto durante a enfermidade a instrução educação moral dos filhos a parte a tranquilidade que resulta o espírito de união e concorda pessoalmente muitos homens que não se deixaram ver pela realidade do trabalho sabem dar devida atenção ao lado moral espiritual da vida tem como pelas quer como chefes de família pela experiências já bem longa que temos da vida podemos dar o testemunho do nosso trabalho com dedicação e confiança elevam-se dia em realidade instituição sem paradas em todas as emergências da vida pela solidariedade amiga de seus companheiros e patrões que gostam de grande tranquilidade de poder educar seus filhos sobre suas vistas mantendo a regularidade do seu serviço religioso em especial das famílias católicas imprescindível para formação moral.<sup>38</sup>

Hall e Pinheiro (1979) verificaram que, ao longo do início do século XX, pelo País, ocorreram períodos de agitação e de greves antes mesmo das grandes greves de 1907, 1911 e 1917 são exemplos disso. Ressaltar esse ponto é importante para combater a visão de que a grande mobilização em 1917 se deveu apenas por conta de uma conjuntura internacional. No

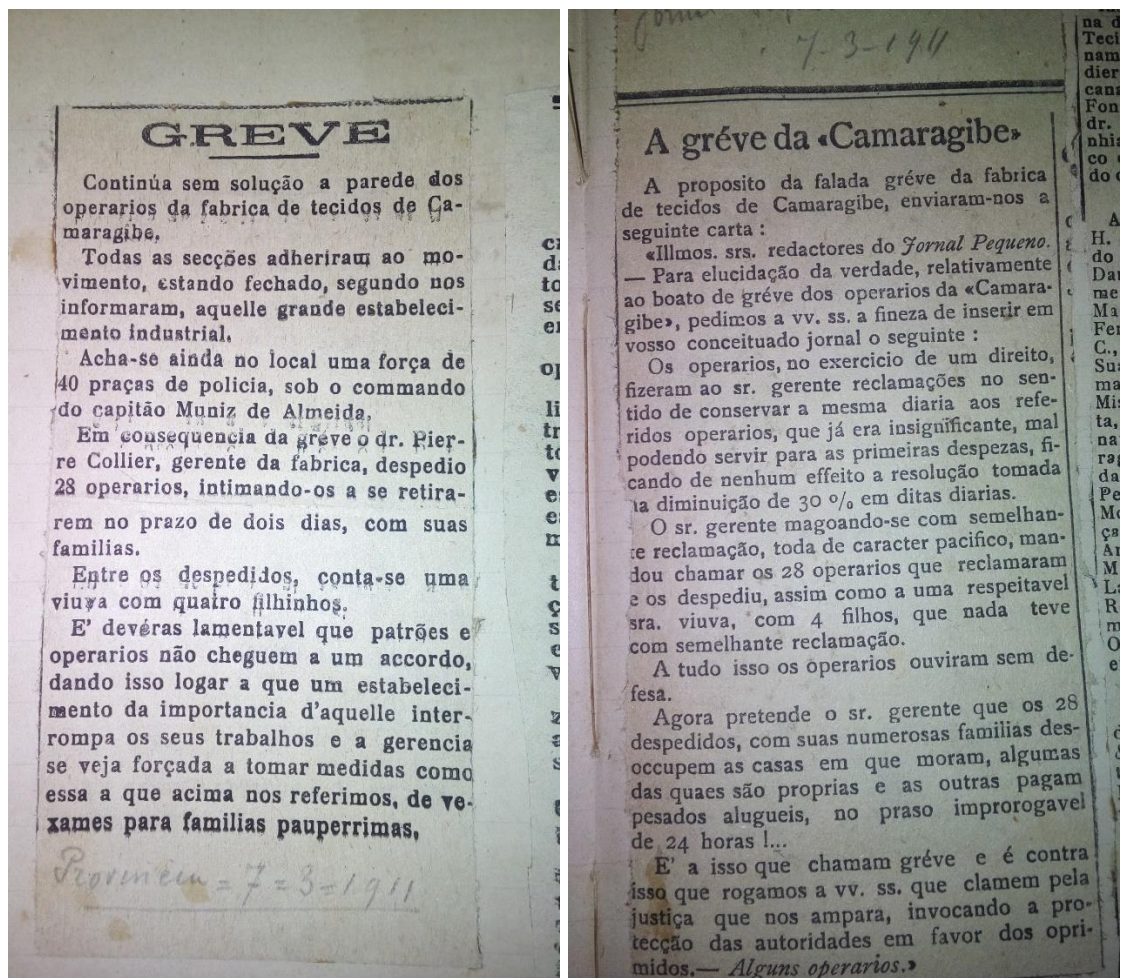
---

<sup>38</sup> Relatório da Companhia Industrial Pernambucana de 1907, p. 18. Pasta Intelectual. Acervo: FUNDAJ/CEHIBRA.

Brasil, e especificamente em Pernambuco, havia motivos específicos para que as greves, os motins e os levantes ocorressem. Trabalhadores oriundos da zona rural, que agora estavam nas fábricas, faziam parte desses movimentos, bem como negros recém-libertos compunham as fileiras grevistas.

Um aspecto que chama bastante atenção e que está no campo das hipóteses, é que nos relatórios semestrais ou anuais, fatos que pudessem abalar a representação da Fábrica de Tecidos de Camaragibe, como espaço limpo, sadio e ordeiro, não eram mencionados. Por si só, esse posicionamento causava estranheza, levando à seguinte questão: os diretores da Fábrica “temiam” que tais documentos pudessem vir a público? Greves, acidentes e mortes, entre outros acontecimentos que não eram banais, não estavam notificados nos documentos internos da Fábrica. Esse ponto levanta hipóteses, mas, de antemão, descarto a possibilidade da não consideração desses eventos como relevantes. Apenas com o cruzamento de outras fontes, jornais em sua grande maioria, e ainda sim de forma limitada, é que se tem notícia de alguns eventos dentro da Vila Operária de Camaragibe.

Imagem 14 - Greve. Jornal A Província. 07 mar. 1911



Acima, os trechos da matéria do jornal *A Província*, edição de 7 de março de 1911 e do *Jornal Pequeno*, de mesmo dia, ambos de grande circulação na capital pernambucana, denotam um movimento grevista que assolou a Fábrica de Tecidos de Camaragibe. No entanto, no balanço da Companhia, em 1912, referente ao ano anterior, corrobora o discurso patronal que vem sendo observado desde o início desta tese: declarações relacionadas à fraternidade entre operários e patrões que contrastam com a greve e os percalços vivenciados. No relatório dos acionistas de 1912 podemos verificar que:

Quando os princípios que estão sendo cultivados aqui os fortalece, o espírito da união da fraternidade da concórdia subordinando as sugestões do egoísmo a preocupação elevada do bem Coletivo. E dando a vida em todas as suas manifestações à base sólida dos seus princípios da moral cristã.<sup>39</sup>

Em trechos sobre temporalidades diferentes, mas ainda sim dentro do nosso recorte temporal, fica visível que eventos significativos, como mortes derivadas de acidentes de trabalho e greves de trabalhadores são noticiados. A greve, em específico, chama ainda mais atenção, tendo em vista que era alardeado pelos diretores da Fábrica, em seus balanços anuais, que a grande “família”, existente em Camaragibe, era fruto da “organização cristã do trabalho”, o que não permitiria que a “tenebrosa” luta de classes se instalasse nesse ambiente. A publicação abaixo do *Jornal Pequeno* contraria o discurso dos patrões tendo em vista o corrido:

explosão violenta na Vila Operária em Camaragibe, João martilho trabalhador da fábrica de tecidos [...] chamou para lhe ajudar Norberto Silva também operário da fábrica. trabalhavam os dois assim no maior sossego quando ontem à noite um lamentável fato veio surpreendê-los. todo o teto do casebre desapareceu subindo aos autos metros por conta de uma explosão como estampido acordeão local muitos outros operários que já se achavam recolhidos em sua casa logo o acidente se espalhou por toda a Vila onde se deu o fato a custo foram retirados infelizes somente às 2:00 de hoje chegou o médico. João e Norberto são casados e têm filhos no local do triste ocorrido esteve o subdelegado local Capitão Arthur Medeiros que se interior de todo o fato às 12:30 do dia de hoje telefonamos para a fábrica de Camaragibe e formemos que os 2 se acham moribundos (*Jornal Pequeno*, p. 11, edição de 23 jun. 1910, p.4).

Na citação acima, dois pontos chamam a atenção, contrariando o discurso dos patrões. Em primeiro plano, por qual motivo esses trabalhadores ainda estavam em atividade, se boa parte dos trabalhadores da Fábrica de Camaragibe já havia se recolhido a suas respectivas residências? É possível aventar a possibilidade de que esses trabalhadores, assim como outros, tinham cargas de trabalho acima do que seria considerado aceitável, isso sem falar nas condições precárias que levaram o fato a ocorrer. Não menos importante, seria o fato de o socorro médico

---

<sup>39</sup> Relatório dos Acionistas de 1912, p. 8. Pasta Miscelânea. Fundação Joaquim Nabuco/ CEHIBRA



só ter chagado no dia seguinte após o ocorrido. Nunca é demais lembrar que a Fábrica de Tecidos de Camaragibe situava-se em uma localidade distante dos centros urbanos, a qual, inclusive, era uma estratégia patronal para dificultar o contato com outros trabalhadores supostamente “não moralizados”.

Qual papel prático que o posto médico de Camaragibe cumpria? A demora no atendimento aos dois operários contribuiu para o falecimento de ambos, posteriormente. São divergências como essas, entre aquilo que era alardeado pelos patrões e o vivenciado pelos operários, que essa tese também aborda. Sobre essa questão o *Jornal Pequeno* aborda:

greve hoje ao meio-dia manifestaram-se em greve diversos operários da fábrica de tecidos de Camaragibe. ciente do movimento o doutor Ulisses Costa chefe de polícia imediatamente fez seguir no assunto do regimento policial uma força de infantaria sob o comando do Capitão José Muniz de Almeida a fim de manter a ordem no caso de necessidade a hora adiantada em quem chegou ao nosso conhecimento a presente notícia não nos permite pormenorizar a respeito (*Jornal Pequeno*, edição de 12 maio 1911, p. 3).

No trecho acima, do *Jornal Pequeno*, no ano seguinte a morte dos dois operários da Vila Operária de Camaragibe, foi deflagrada uma greve dos trabalhadores que motivou as forças policiais se deslocarem para a fábrica, com o intuito de “garantir a segurança”. Tal greve não foi notificada nos relatórios da CIPER, nem nos relatórios internos da Fábrica de Tecidos de Camaragibe. A única notícia vinculada nos meios de comunicação foi essa citada acima, onde o próprio jornal admitiu não poder tecer mais comentários, devido a ausência de notícias mais específicas.

Ainda acerca da paralisação de 1911 na cidade, o *Jornal do Recife* posicionou-se anos mais tarde:

Em 1929, seguindo a orientação do Partido Democrata de Pernambuco, o *Jornal do Recife* mostrou entusiasmo com a campanha da Aliança Liberal, nutrido simpatia pela figura de Getúlio Vargas e sua candidatura à Presidência da República, com João Pessoa como candidato a vice-presidente – ver “Uma orientação segura de estadista”, no nº 67, ano 72, de 21 de março de 1929 [...] O *Jornal do Recife* se mostrou fiel à causa da Revolução de 1930, abordando todo o seu processo detalhadamente. Quando a mesma ocorreu, na madrugada de 4 de outubro, o jornalista Pedro Lopes Júnior, que dava plantão, foi preso por forças legalistas, só conseguindo libertar-se 56 horas depois. No dia seguinte, devido aos distúrbios, o *Jornal do Recife* não circulou (NASCIMENTO, 1966, p. 46)

Hoje, Camaragibe é um município emancipado e que faz parte da Região Metropolitana do Recife, em geral, sendo de fácil acesso, seja por ônibus, carro ou metrô. No entanto, no final do século XIX e início do século XX, a realidade era bem diferente, pois uma viagem do centro do Recife para Camaragibe duraria, em média, metade de um dia, sendo que a Fábrica, por estar situada próximo a fontes de energia, não era de fácil acesso. Por esse lado, compreendemos os

jornais não terem grandes informações a respeito da greve, mas por qual motivo isso não consta nos balanços? Por qual razão isso não consta nos relatórios da Sociedade de Mútuo Socorro? Fica evidente, por parte dos diretores da Fábrica, o interesse em manter a representação da Fábrica como lugar de trabalho e harmonia entre patrões e empregados.

No entanto, de acordo com a documentação coletada, e dessa vez para nossa surpresa, um anexo inserido em uma das pastas da documentação interna da Fábrica de Tecidos de Camaragibe, expressa um indício de que as supostas “calmaria” e harmonia existentes entre as classes trabalhadoras e patronais, em Camaragibe, talvez não se materializassem com tanta frequência. Já foi exposto nesta tese o esforço hercúleo dos diretores para forjar uma representação da Vila como ambiente livre de problemas, porém, se isso fosse verdade, e os trabalhadores estivessem totalmente subordinados. Assim, qual a necessidade de forças policiais dentro daquele perímetro?

Imagem 15 - Polícia em Camaragibe. Jornal do Commercio.

anuais .....	1.581\$730	1.239\$400	2.621\$130
Totales .....	3.181\$730	3.039\$400	6.221\$130

**Polícia**

Foi bom o serviço policial, mesmo porque nada ocorreu que o collocasse em situações difficeis.

Cada vez mais bem regulada e dirigida, satisfaz inteiramente as respectivas exigencias.

São raras e quasi sempre sem importancia as perturbações da ordem publica aqui, não ha duvida, mas como medida, de precaução, a bôa policia é uma necessidade e uma das cousas que mais tem preocupado os nossos chefes, é a segurança publica, o que aliás, têm conseguido.

Fonte: Jornal do Commercio. p.2.: APEJE

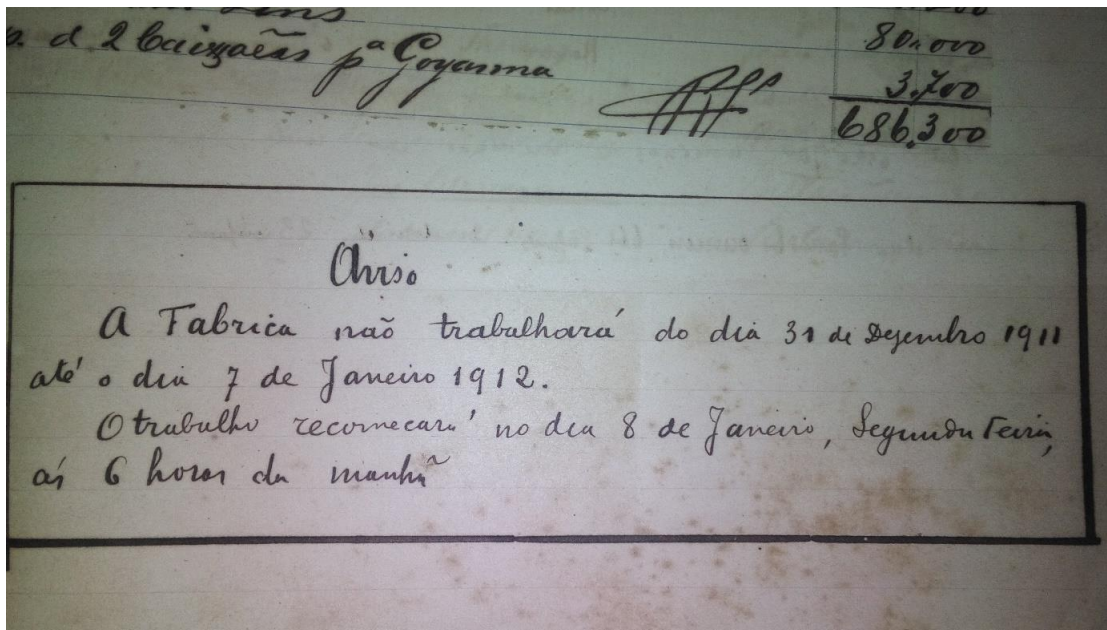
Percebe-se, mesmo na documentação acima, a clara intenção de negar qualquer tipo de desentendimento ou sublevação, o que levanta a seguinte questão: será que as forças repressoras do Estado se fariam presente em uma localidade distante dos centros urbanos, com dificuldades de locomoção, caso não houvesse uma grande necessidade? Nem todas as

perguntas que fazemos, temos respostas exatas, no entanto, o objetivo desta tese, que passa por verificar as distorções entre o propagado pelos patrões e o vivenciado pelos trabalhadores, fica explícito na documentação acima. Por mais “bem gerida” que fosse, não se “abriu mão” das forças policiais, o que abre um leque de possibilidades de análise, tendo em vista que Camaragibe nunca foi o ambiente alardeado pelos patrões, no qual a paz e a harmonia imperavam.

É preciso andar sob uma linha bastante traiçoeira, a fim de que o historiador analise os operários como uma massa amorfa, que não reage e que os patrões conseguem estabelecer seu domínio de forma ampla e irrestrita. O oposto também pode se fazer presente, acreditando-se que os trabalhadores estavam em constante processo revolucionário, organizando greves e paralisações, entre outros tipos de reivindicações. Talvez observar que ocorriam tensionamentos e distensionamento nas relações, que em determinados momentos os trabalhadores promoviam fissuras nas estruturas erguidas pelos patrões e faziam valer, de alguma forma, suas necessidades, é mais crível e condizente com a realidade experienciada no Brasil, mais especificamente em Camaragibe. Dessa forma, refutamos o trabalhador “anômico” ou o trabalhador “revolucionário”, preferindo o trabalhador mais próximo real, aquele que negocia, faz concessões, consegue pequenas vitórias e experencia essas atividades junto a seus pares.

Em minha dissertação de mestrado, apresentei um caso em que a Fábrica de Tecidos de Camaragibe ficou parada por cinco dias ininterruptos, devido a uma paralisação dos trabalhadores (SANTOS, 2017). Contudo, um ponto não abordado na minha dissertação e que só foi me permitido o acesso após o fim da pandemia da Covid-19, já no início de 2023, foi uma paralisação de sete dias corridos, contando de 31 de dezembro de 1911 até 8 de janeiro de 1912. Em uma leitura desatenta, poderíamos atrelar a um “recesso natalino” ou uma paralisação para descanso dos operários. No entanto, tendo em vista a greve de 1911 e, posteriormente, a grande Greve de 1917, é possível levantar hipóteses sobre os motivos que levaram a tal paralisação. Principalmente, tendo em vista que, se fosse uma benesse oferecida pelos patrões aos empregados, isso seria alardeado na documentação interna, como já foi exposto. No entanto, apenas houve um aviso, informando a paralisação e o retorno. Foi um acordo entre patrões e empregados? Uma reivindicação dos trabalhadores? Uma tentativa de amenizar os problemas, os quais, sabemos, existiam na Fábrica?

Imagem 16 - - Aviso de paralisação.



Fonte : FUNDAJ/CEHIBRA

Nos documentos internos da Fábrica, encontramos apenas um aviso de paralisação e um outro de retorno às atividades, sem explicar o motivo da parada, nem o retorno as atividades. Por tantos eventos recorrentes, sem grandes explicações, podemos aventar a possibilidade de que a direção da Fábrica não tinha o interesse em se manifestar publicamente sobre suas querelas internas. No entanto, mais uma vez, com acesso aos jornais, foi possível perceber a desgastada relação entre patrões e empregados e que resultou na demissão e na consequente expulsão da Vila de alguns trabalhadores que reivindicavam melhores salários e aluguéis mais baixos das casas. Contrariando, assim, a teoria patronal de que as habitações teriam baixo custo e que o trabalho seria remunerado de forma justa.

na fábrica de Camaragibe greve hoje ao meio-dia manifestaram-se em greve diversos operários da fábrica de tecidos de Camaragibe o levantamento pretende se abaixo dos preços de confecção de alguns tecidos ciente do movimento o doutor Ulisses Costa chefe de polícia imediatamente fez seguir no assunto do regimento policial uma força de infantaria sob o comando do Capitão José Muniz de Almeida a fim de manter a ordem no caso de necessidade a hora adiantada em quem chegou ao nosso conhecimento a presente notícia não nos permite per monopolizar a respeito (*Jornal Pequeno*, edição de 27 ago. 1911, p.7).

Como metrópole regional, a cidade atraía grande contingente populacional das regiões do interior do estado e dos estados vizinhos, como Paraíba e Alagoas. Juntamente ao *boom* demográfico, as relações sociais seriam impactadas com protestos e greves, cada vez, fazendo mais parte do cotidiano. Em 1903, os trabalhadores da empresa inglesa de trens *urbanos The*

*Great Western of Brazil Railway Company Limited* paralisaram seus trabalhos, exigindo melhoria salarial. Essa paralisação não foi a primeira nem única, nos primeiros anos do século

XX. Tivemos greves e paralisações como a de 1911 e a greve geral de 1917, que se alastraram por outras grandes cidades do País, como São Paulo e Porto Alegre, sob forte influência da Revolução Soviética, do mesmo ano.

Dois nomes ganham destaque, ao falarmos sobre as manifestações ocorridas em Pernambuco, mais especificamente em Recife, nas primeiras décadas do século XX. José Elias (militante) e Joaquim Pimenta (advogado) estavam presentes nas principais mobilizações desse período, fosse através da divulgação, na Região, das resoluções dos dois primeiros congressos nacionais operários, fosse através de um incentivo à sindicalização dos trabalhadores com viés anarco-sindicalista. Sobre a figura de José Elias, é importante pontuar que esteve presente, de forma significativa, nas principais demandas operárias em Pernambuco, no início do século, chegando, inclusive, em 1920, a ser o presidente da seção nordestina do Congresso Nacional de Operários.<sup>40</sup>

Uma outra figura importante, nesse contexto de lutas, nas primeiras décadas do século XX, foi o redator do jornal *Tribuna do Povo*, Antônio Canellas, o qual se posicionou, de forma contundente, em favor dos mais pobres e explorados, na capital pernambucana, tanto que, em seu jornal, assinou o artigo “Nossa situação”. Sigamos:

No dia em que um certo número de trabalhadores forem uma força ativa e consciente, pioneiros irredutíveis da sua causa, então sim, melhoraremos de vida... Porque nesse dia o mundo será nosso. Formemos, pois entre a classe trabalhadora um número necessário de combatentes, de homens que saibam o que querem e o que devem fazerem. Este pequeno manifesto vai ser por estes dias distribuídos as várias classes trabalhadoras (*Tribuna do Povo*, edição de 10 mar. 1917, p. 4).

Quanto à questão da imprensa operária, a cidade do Recife ganhou destaque, uma vez que era sede de um dos jornais mais importantes do ramo, a *Tribuna do Povo*. Uma série de paralisações já estavam ocorrendo, desde o final do século XIX, por conta dos baixos salários e da carestia, no entanto não podemos dissociar a criação do jornal de um contexto macro e de um acontecimento que impactou o mundo, como a Revolução Soviética de 1917.

O jornal representava um espaço de debates sobre temáticas que abordavam o cotidiano dos trabalhadores locais, sem deixar de evidenciar acontecimentos de outros lugares, em especial do Continente Europeu. Verificar que os acontecimentos estavam emergindo sob um mesmo contexto traria, para os trabalhadores a percepção de que sua luta não estava isolada e que um acontecimento de grande magnitude seria possível de ser vislumbrado em um horizonte

---

<sup>40</sup> Diário de Pernambuco, edição de 19 maio 1920, p. 12. Acervo: Jordão Emerenciano.

próximo. Dessa forma, as primeiras edições traziam, em seu bojo, as leituras sobre os encaminhamentos do final da Primeira Grande Guerra e os desdobramentos do início da Revolução Soviética, bem como, posteriormente, os caminhos que serão verificados após o combate como a Revolução Alemã de 1919, entre outros. Entre as demandas dos trabalhadores, o jornal *A Província*, edição de 16 de agosto de 1917, trouxe em suas linhas:

1º - A jornada de 8 horas, aumento de salários e fixação do salário-mínimo. 2º - Abolição do trabalho infantil nas fábricas e oficinas, só podendo trabalhar nas mesmas as crianças maiores de 14 anos. 3º - Equiparação do salário da mulher ao do homem. 4º - Responsabilidade dos patrões nos acidentes do trabalho. 5º - Obrigação dos patrões a subvencionarem aos operários quando impossibilitados de trabalhar por moléstia ou velhice, concorrendo com 70% do salário. 6º - A higiene, ventilação e luz nas fábricas, oficinas, cozinhas de hotéis, padarias, e em todos os departamentos de trabalho. 7º - Diminuição de 30% nos alugueis das casas. 8º - Diminuição do preço de locomoção fluviais e terrestres. 9º - Diminuição imediata dos preços dos gêneros de primeira necessidade. 10º - Pagamento pontual nas oficinas, nas fábricas em todos os departamentos de trabalho (*A Província*, edição de 16 ago. 1917, p. 11).

Fundado por Antônio Bernardo Canelas, militante das causas trabalhistas e que estava em Recife após sair da cidade alagoana Viçosa, por questões de perseguição política, logo ganhou grande respeitabilidade na capital pernambucana, tornando-se o jornal da Federação de Resistência das Classes Trabalhadores de Pernambuco (FRCTP). No entanto, é importante destacar que não reinará sozinho, pois, além da concorrência de outro grande periódico, como *A Hora Social*, a *Tribuna do Povo* enfrentará problemas financeiros que impediram sua continuidade. Abaixo, alguns trechos do jornal que remontam seu objetivo: alardear para os trabalhadores locais a relevância de sua luta em contexto mundial, sempre que possível, em tom de esperança de que a vitória virá ao término.

O editorial “Porque a Alemanha ataca a Rússia” (*Tribuna do Povo*, edição de 10/03/1918, p. 2-3) marcou a posição do jornal ao lado da Rússia e na crença de sua vitória, mesmo que isso custasse alguns territórios, sendo que após seis dias dessa publicação, em 20 de março de 1918, o Tratado de Paz, assinado entre as duas nações e intitulado pelo jornal como “Paz Rússia-Alemanha”, foi alçado como responsabilidade dos socialistas que estavam conseguindo adentrar ideologicamente no País outrora rival e influenciá-lo a seguir seus passos revolucionários (*Tribuna do Povo*, edição de 20/03/1918, p. 2). Mesmo que fosse difícil a tomado do poder pelos revolucionários na Alemanha, era importante manter a chama acesa para que os ânimos não arrefecessem em outras partes do mundo, reconhecendo os problemas enfrentados, mas assegurando que seriam passageiros (*Tribuna do Povo*, edição de 20/05/1918, p. 2).

O jornal, dessa maneira, era parte do esforço de militantes recifenses em buscar o

compartilhamento de experiências em comum, e combater um único inimigo, a exploração do trabalhador pelo capitalismo, fosse através das baixas remunerações, fosse através das péssimas condições de trabalho e de vida. Até mesmo jornais da tida como grande imprensa, no Recife, passaram a noticiar os frequentes levantes na capital pernambucana, acerca dos trabalhadores operários, o *Jornal do Recife* noticiou: “se levanta mais uma vez e reclama a realização da velha aspiração: oito horas de trabalho e o aumento dos salários” (*Jornal do Recife*, edição de 19/06/1918, p. 2 ).

Essa efervescência social que estava rondando as principais capitais do Brasil, por conta da miséria, dos baixos salários e da exploração, num quadro de manifestações se alastravam pelo País, como rastilho de pólvora, estimulou uma das formas de reação das classes burguesas (além de contar com o aparato repressor do Estado), através do uso da religião católica, como forma de amainar os conflitos entre classes.

A tão afamada assistência aos trabalhadores, com casas e assistência médica, na verdade era descontada dos baixos salários recebidos. No início do trabalho, afirmei que pouco ou nada sobrava de dinheiro para o operário, uma vez que seu salário acabava ficando dentro da própria Fábrica, uma vez que eram feitos os descontos do armazém, da sociedade de mútuo socorro, da casa e das demais associações que eram estimulados (coagidos).

não conseguir médicos aos operários enfermos que para isso são obrigados a descontos em seus ordenados falem as vítimas da tirania aquelas crianças que estão pedindo pão morrendo de fome por terem pais honrados que não se quiseram sujeitar às declarações desse representante dos operários obrigando-se a desligar enfim voluntariamente no centro operário aí fica pois o nosso primeiro brado e denúncia que provaremos se alguma coisa pudermos fazer neste momento é pedir o exame dos homens sensatos para que oficialmente se possa aos operários que sofrem na fábrica de Paulista tem praticado as mais torpes vilanias contra os infelizes trabalhadores agora mesmo acaba de forçar a todos os pobres operários dali a firmar um documento no qual ele próprio exalta para as suas belas qualidades classificando um Santo homem quando não passa refinado de um tártaro indigno de consideração socia. <sup>41</sup>

Uma leitura rápida, poderia nos levar a crer na existência de uma realidade paralela, emque, de fato, os industriais acreditavam que haveria uma grande aliança de classes e que triunfariam de mãos dadas junto ao progresso. No entanto, com um pouco mais de atenção, percebemos que o projeto das vilas operárias implantadas no Brasil fazia parte de um projeto burguês e com respaldo das classes dominantes políticas locais e nacionais. É importante destacar o binômio burguesia-Estado nas ações voltadas para o proletariado, pois ela se faziapresente, inclusive, nos discursos proferidos por Carlos

---

<sup>41</sup> Tribuna do Povo, edição de 19 jun. 1918, p. .3. APEJE.

Alberto de Menezes, no Primeiro Congresso Católico Brasileiro.

é preciso que esse movimento de levantamento moral se associe a todas as classes é preciso que aqueles que têm as responsabilidades do governo como representantes do poder público em todos os particulares que têm o seu cargo a direção da empresa entendo que é um dever estudar a verdadeira situação do proletariado brasileiro. (Anais do Primeiro Congresso de Medicina. Memorial de Medicina da UFPE. Acervo físico, 32p).

Criava-se uma narrativa de que no Brasil não haveria os mesmos problemas que ocorriam em solo europeu (pós Primavera dos Povos, em 1848), pois ideologias como socialismo, anarquismo ou comunismo não encontrariam terreno fértil, haja vista que nossos problemas, em tese, seriam de outra esfera. O pensamento racista fica explícito nas páginas do *Jornal do Recife*, em edição de 12 de março de 1906, quando, em um editorial escrito pela CIPER, ou seja, um artigo escrito a várias mãos que nunca se aproximaram de um tear, mas que se acostumaram, habilmente, a forjar uma representação de vilas ordeiras, higiênicas, de trabalhadores felizes e patrões justos.

a questão operária e a questão do povo é a questão que se impera no mundo inteiro e que preocupa todos os espíritos porque é fator principal da grande questão social. No entanto, não apresenta no Brasil as mesmas manifestações não têm as causas que nos países do velho continente, todos sabemos que aqui não existem os extremos de opulência e miséria que já tem determinado as reações violentas que todos conhecem sabemos, que aqui são diferentes os erros dos patrões aqui são diferentes os erros dos operários (*Jornal do Recife*, edição de 12/031906, p. 2).

As diferenças entre o alardeado pelos patrões e o experienciado pelos trabalhadores nas fábricas é um ponto fulcral deste trabalho, uma vez que nessas distorções é que ocorrem os tensionamentos. A exemplo do diretor da Fábrica de Tecidos de Paulista, Herman Lundgren, o qual obrigou seus funcionários a assinarem um documento falando sobre os grandes benefícios de residirem na Vila de Paulista – talvez daí derive a frase clássica, trazida à tona por José Sérgio Leite Lopes: “abundam montanhas de cuscuz com leite”. Mesmo sabendo dos problemas existentes quanto à salubridade em Camaragibe, dos desafetos e dos tensionamentos, o diretor da Fábrica fazia questão de manter a representação já evidenciada nos relatórios da CIPER. Desta vez, o palco para as divagações foram as páginas do periódico recifense:

a fábrica de tecidos de Camaragibe quase tudo o que fica dito está realizado ou virá selo dentro de pouco tempo já vos disse que nossas fábricas possuem capelões contratados da Europa membros de uma congregação que ficou de manter o serviço religioso permanente.[...] posso assegurar que os resultados excedido as nossas expectativas se o bem moral e religioso a Felicidade e bem-estar dos operários são quase completos não é menor a vantagem industrial que temos colhido a nossa fábrica é um modelo de ordem e atividade de esforço do meu trabalho o pessoal não tem o fixo desligado na fábrica por si e por suas famílias os regulamentos os mais rigorosos são aceitos com amiga submissão em um momento crítico nós que tínhamos



começado com salários altos para adquirir pessoal tivemos de reduzir tais salários a medida foi aceita com a maior proximidade em nossas fábricas não há sequer a ideia de greves (*Jornal do Recife*, edição de 13 jul. 1923, p. 3).

Falando nos donos do Cotonifício Paulista da família sueca dos Lundgrens, nos chama atenção um aspecto que, apesar de se fazer presente em Camaragibe, não era feito com tanta “pompa”, como na Fábrica citada acima.

Na obra de José Sérgio Leite Lopes, o autor analisa, de forma muito acurada, a encenação de poder que era objetivo dos patrões e que deveria ser reverberada entre os operários. Reminiscências de um outro período, em que o “dono da terra” avaliaria, com todo seu poder local (coronelismo), aqueles que deveriam ou não trabalhar para ele. Interessante verificar essa encenação, sendo que, de acordo com o trabalho de (SANTOS, 2016), ocorria uma grande disputa por mão de obra, não era raro que ocorressem brigas entre industriais, acusando-se uns aos outros sobre possíveis aliciamentos de mão de obra entre as fábricas.

Se como diz LOPES (1987), havia o boato de “montanhas de cuscuz com leite” o que em tese minimizaria ou resolveria o problema da fome que assolava aqueles trabalhadores oriundos do sertão Pernambucano, e de outras regiões do estado, a realidade talvez fosse outra. Em seu belíssimo trabalho acerca da Fábrica de Tecidos da Macaxeira (SANTOS, 2016) verifica que os problemas entre os Lundgrens, de Paulista, e os Bezerra de Melo, da Macaxeira, eram constantes, justamente por conta da fuga constante de mão de obra entre uma fábrica e outra.

Isto nos permite apontar que não havia uma unicidade ou uma grande diferença no tratamento dos operários, os quais, de tempos em tempos, renegociavam com seus patrões as condições de trabalho, fazendo com que essas migrações fossem frequentes e desembocassem em problema entre os dois industriais.

Quem escolhia (o lugar aonde a pessoa ia trabalhar, ao sair do depósito) era o Coronel Frederico. Quando chegava as famílias do interior, no dia de sair do depósito, ele botava um sofá assim em frente da casa grande e sentava. Aí, aqueles agentes, aqueles empregados mandavam a gente ficar assim de fora numa fila, e ele ia chamando família por família. “Família fulano de tal!” Aí se apresentava. Ficava tudo ao redor dele. Cada um apresentava a mão a ele. O exame que ele fazia era: “Cada um apresente a mão!” Cada um apresentava a mão a ele. Ele passava a mão assim, olhava: “esse aqui tá bom pra tal serviço!” (...) Cada um que ele olhasse as mãos, era assim. Agora, perguntava a religião e perguntava em que o camarada trabalhava, fazia diversas perguntas. A mim mesmo me perguntaram em que eu trabalhava antes (...) Quem tinha a mão fina demais ele não gostava não porque dizia: “Ih! Esse aí vive na malandragem! (risos). Ele queria de mão grossa (risos)” (Relato anônimo de um ex-operário da sessão de tinturaria, *apud* LEITE LOPES, op. cit., p. 51.).

Não encontramos relatos de tamanha demonstração de poder na Fábrica de Tecidos de Camaragibe, o que não quer dizer que não houvesse um “culto” a imagem de Carlos Alberto de Menezes como protetor dos operários, justiça e benevolência, atributos advindos de sua ação

católica social. A doação de tecidos em momentos específicos, fossem aniversários ou casamentos, faziam com que sua imagem de “pai de todos os operários” fosse reforçada.

Em Pernambuco, a greve não ficou restrita a capital do estado, se alastrando por diversas cidades da Zona da Mata e do Agreste, atingindo, assim, não apenas setores industrializados, enquanto homens e mulheres do campo também aderiram ao movimento, fazendo com que outros setores econômicos também fossem atingidos. Essa parte da História, talvez, não esteja na predileção dos autores, a fim de que esses sujeitos sejam vistos por aqueles que dizem ter uma perspectiva “de baixo”, ao se verificar que os mesmos “atrapalham” o desenvolvimento da classe operária e da tão “sonhada” consciência de classe.

O clima de tensão foi verificado desde o Primeiro de Maio de 1917, quando setores diversos passaram a proferir discursos de teor socialista e pautas reivindicatórias que já estavam sendo debatidas a mais de uma década. Talvez, em um afã de espelhar os fatos que estavam ocorrendo em São Paulo e Rio de Janeiro, com a presença (superestimada) de estrangeiros, e denotar a importância de Recife no cenário nacional (o que poderia ser feito de várias outras formas), os jornais recifenses passaram a demonstrar preocupação de que as sublevações chegassem ao estado.

Apontar uma clara definição socialista, anarquista ou comunista nas manifestações de Recife seria um trabalho de adivinhação, uma vez que, por mais que diversos setores se unissem contra a carestia de vida e as péssimas condições de trabalho, expressavam ramificações muito singulares para serem encaixotadas em definições autoexplicativas. Socialistas, anarquistas e cristãos, membros de sociedades mutualistas, mulheres e ex escravizados, o grupo era diverso o suficiente para que possamos dizer que várias ideologias estavam presentes naquele grupo, sem que, no entanto, uma em específica tomasse a frente do movimento.

Abordar a trajetória do líder socialista João Pimenta, não soterra o que foi dito no parágrafo anterior. Por mais importante que tenha sido sua participação, foi um único homem, egresso da Universidade de Direito do Recife, um intelectual. Assim, forjar a representação da greve, sob o seu lastro, seria invisibilizar os sujeitos que estavam em sua linha de frente.

Os trabalhadores da *Société du Port* reivindicaram aumento de salário. O Sindicato de Ofícios Vários, reunindo os trabalhadores em praça pública, apresentou uma lista de suas reivindicações. No mesmo dia, em 15 de agosto, os operários calafates da Cory Brothers, empresa de rebocadores do porto de Recife, de ingleses, entraram em greve reivindicando aumento de salário de 20%. Os empregados da prefeitura também reivindicaram aumento de salário. No fim de agosto, a ameaça de greve dos trabalhadores da Fábrica Paulista foi reprimida pela força policial. Foram ocorrendo protestos contra a carestia de vida [...] Diversas categorias profissionais foram se juntando ao movimento. Na sede do Sindicato de Ofícios vários decidiu-se pela reivindicação de 50% de aumento de salário. As operárias das fábricas de cigarro elaboraram um documento com reivindicações. Operários da Pernambuco Tramways

também aderiram. A repressão policial provocou ferimentos em vários operários, inclusive crianças (TOLEDO 2017, p. 3).

Reivindicações que se faziam presente em pequenos atos, de um grupo específico e que por isso, em raras vezes, logravam êxito, se avolumam e ganham corpo, uma vez que várias categorias o fizeram. O campo de atuação das sociedades mutualísticas, as quais tinham, entre outras finalidades, o auxílio aos trabalhadores em caso de acidente, velhice ou morte, estava na linha de frente das reivindicações em 1917. Sem perder de vista as já famosas demandas de redução de jornada de trabalho para oito horas e o descanso semanal, anteriores a esse recorte temporal.

Como já abordamos no início da tese, na obra de Friederich Engels, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, as condições de vida da classe trabalhadora, desde o final do século XIX, eram precárias, sendo que a carga de trabalho exploratória e a má remuneração formavam um caldeirão prestes a entrar em ebulição por toda a Europa. Na citação abaixo, trarei diversos trechos do *Jornal do Recife*, edição de 1917, em que se verifica o clima de tensão na Europa:

Amsterdã nas cidades holandesas e alemães rebentaram greves devido à carestia de vida os operários receiam que com a nova lei de trabalho obrigatório sejam compelidos a receber os mesmos salários a ameaça de greve geral” [...] Grande greve por causa da falta de alimentos tem lugar em Berlim e em outras cidades da Alemanha somente em Berlim consta que existem 28000 grevistas. A imprensa continua a fazer incessante apelo ao povo para não se tornar nervoso [...]. Já no início do ano seguinte, o mesmo jornal noticia agora uma matéria que diz respeito a América Latina. Esse espalhamento diz mais sobre as condições globais que o capitalismo industrial reproduz ao longo dos anos e espaços do que uma simples inspiração em ares revolucionários que fustigavam os trabalhadores a se rebelarem. “movimentos grevistas que vão se espalhando ao redor do mundo a exemplo da capital chilena onde foi declarada a greve geral de todas as classes operárias o movimento da cidade está desaparecido a população está privada de pão luz e condução (*Jornal do Recife*, edição de 29 fev. 1917, p. 11).

Explicar a Greve de 1917 pela lógica simplista do espelhamento, seja com a Revolução Soviética, seja com os acontecimentos em São Paulo, seria corroborar com a “síndrome do esquecimento” que a historiografia relegou ao “Norte” do País. 1907 e 1911 são exemplos de paralisações, em Recife, as quais, se não causaram o apelo midiático e, conseqüentemente, o apoio de diversas classes, exemplificam uma cultura de luta local, problemas singulares de uma estrutura singular e de um fluxo migratório da Zona da Mata, após a crise do açúcar, de um período pós Abolição e de seca, entre outros aspectos.

com movimentos em várias partes do mundo, os trabalhadores reivindicavam a redução da jornada de trabalho havia muito tempo, como ocorreu durante a greve geral deflagrada dez anos antes, em 1907, e organizada com esse escopo. Naquela ocasião, muitas categorias de trabalhadores conseguiram a jornada de 8 horas, mas as conquistas, como não eram escritas em leis e nem tinham fiscalização, em geral eram efêmeras, e os trabalhadores podiam perdê-las ou tinham que permanecer mobilizados

para defendê-las (TOLEDO, 2017, p. 7).

Ao longo da nossa pesquisa documental, sobre a greve ocorrida em 1917, vários jornais locais se debruçaram sobre a temática, afinal de contas, foi um evento de grande porte e que atingiu o funcionamento da cidade, em diversos serviços, como transporte e iluminação, entre outros. Abaixo, colocarei o trecho do jornal *A Província* narrando paralisações das mais diferentes categorias, no entanto, com as nossas lentes voltadas para a Fábrica de Tecidos de Camaragibe, não podemos negar que ocorreu um estranhamento em não se ver notícias acerca da Vila, em especial, tendo em vista que a Fábrica de Tecidos de Paulista, da família Lundgren, e a Fábrica de Tecidos da Torre, citada brevemente neste trabalho, são citadas em meio as paralisações:

os operários sapateiros aderiram à greve anunciam agora a parede dos Paradeiros e a greve geral amanhã várias fábricas de Calçado concederam o dia de 8 horas furando assim a parede projetada uma comissão de grevistas visitou as fábricas convidando os seus colegas ao abandono do serviço também estão em parede os operários da companhia edificadora [...] a situação triste amargurada em que se acham muitos empregados da Great Western forçado pelas circunstâncias dos reduzidíssimos salários que recebem vivem atormentado as portas pedidos de empréstimos e outrora coisas desabonadoras obrigados como já disse pela necessidade são os verdadeiros mendigos escravos da exploração gananciosa da empresa. [...] os trabalhadores exigem abolição das multas abolição do vale abono em dinheiro a instalação de aulas noturnas e criações de um posto médico permanente, a abolição do serviço 3 meses antes e 3 meses depois do parto [...] movimento grevista adesão da fábrica de tecidos da torre parece agora que o movimento grevista tende arregimentar uma das grandes fábricas de Recife a as oficinas de Jaboatão e a fábrica de tecidos da torre (*A Província*, edição de 21 mar. 1917, p. 9).

A ausência de registros da Fábrica de Camaragibe diz muito mais do que qualquer linha ou matéria dedicada a tratar especificamente dela. Já foi verificado nesta tese que havia uma distância geográfica dos centros urbanos para a localidade, no entanto uma mísera nota sobre o Movimento apareceu? Por qual razão não temos explicações sobre a possível paralisação nos documentos internos da Fábrica? Utilizamos o termo “possível paralisação”, pois não se pode asseverar o fato, no entanto podemos levantar um ponto. Se em momentos de relativa calma, os trabalhadores de Camaragibe paralisaram suas atividades e seus patrões não noticiaram, por qual razão, em um momento de grande efervescência, nada seria visto na Vila?

Em 1918, a Gripe Espanhola se fez presente no estado de Pernambuco, fazendo com que a rotina da Região fosse afetada como um todo. Vários comércios foram fechados, assim como escolas, entre outras atividades, por conta do contágio que se alastrava na capital e no interior do estado. Porém, nada foi relatado nos balanços anuais ou semestrais da Fábrica de Tecidos de Camaragibe. Será que os operários, devido ao forte teor cristão de seus diretores, não seriam grassados por tal moléstia?

Este não é um questionamento leviano. De acordo com o historiador Alexandre Caetano da Silva, somente em 13 de outubro do referido ano, 470 pessoas vieram a óbito, inclusive o diretor estadual de saúde, o Doutor Abelardo Baltar, de apenas 34 anos (SILVA, 2017). Um local de trabalho com tantos trabalhadores, casas coladas uma na outra na Vila, as associações existentes dentro dela, seria um terreno fértil para a proliferação do vírus, no entanto não conseguimos nenhuma comprovação material desse ponto.

Porém, neste caso, o silêncio nos diz muito se analisarmos a postura dos diretores da Fábrica em outras ocasiões, sejam em movimentos de paralisação de trabalho, em 1911 e 1918, como em acidentes e más condições de higiene, relatados em páginas anteriores. Tal ponto apenas reforça nossa teoria que era intencional forjar uma representação da Fábrica, que nenhuma notícia alvoraceira fosse registrada internamente, valendo-se da distância de Camaragibe para o centro urbano de Recife, no intuito de isolar, ao máximo, as informações que não forem do interesse dos patrões. O prefeito do Recife, inclusive, no início do mês de outubro, passou a tomar decisões mais incisivas contra a epidemia.

Em 10 de outubro de 1918, o prefeito do Município mandou suspender os trabalhos letivos das escolas do Recife. No cemitério de Santo Amaro, um dos principais da capital pernambucana, em 12 de outubro, foi grande a multidão que aguardava a chegada dos cortejos fúnebres. Os empregados não descansavam, pois era grande a quantidade de sepultamentos dos cadáveres que ali chegavam, diante a epidemia que estava matando a população da capital pernambucana (PINHO, 2003).

Mais uma vez, foi preciso recorrer a outras fontes para que pudéssemos ter uma ideia do que ocorria intramuros na Fábrica de Tecidos de Camaragibe. Se, anteriormente, conseguimos informações através de jornais, dessa vez, nossa busca neles foi infrutífera, sendo que, certamente, as informações e a epidemia dificultaram o trabalho dos jornalistas na captação de informações. No entanto, a postura adotada pelo Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Sebastião Leme, em outubro de 1918, nos fornece, ao menos um indício, do que poderia estar ocorrendo, não apenas em Camaragibe, mas em outras fábricas da Região, dessa forma verifica que:

O Sr Camillo Pereira Carneiro está certo de que o chefe nesta praça acaba de fazer a entrega ao CBN ao senhor excelentíssimo reverendo o senhor arcebispo metropolitano da importância de 50000 réis para ser distribuída pelos pobres atacados pela *influenza*. dom Sebastião entregou a citar importância aos vigários a fim de que o bom da distribuição pelos pobres *influenza* dos tendo distribuído pequenas quantias à Santa casa aos hospitais e aos dispensários de bolas o senhor arcebispo mandou que fossem socorridos também os operários da Fábrica de Paulista Camaragibe Macaxeira Torre Natan e Várzea (Fontes Eclesiásticas, *apud* FARIAS, 2008).

De acordo com a citação acima e com as informações dispostas ao longo do capítulo, podemos verificar que havia por parte dos diretores da Fábrica de Tecidos de Camaragibe, uma estratégia de forjar uma representação que poucas vezes condizia com o cotidiano dos trabalhadores. A importância em construir uma narrativa de que era um espaço radicalmente benéfico para os trabalhadores e livre dos malefícios apontados por eles nos centros urbanos não se sustenta após uma verificação mais acurada e um maior alargamento documental. A queda de braço entre patrões e empregados esteve presente em Camaragibe desde sua gênese, a tentativa de “apagar” as resistências e “vender” a fábrica como oásis não funcionou. A classe trabalhadora definitivamente, não estava no paraíso.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese teve como seu objetivo central sanar lacunas não apenas da nossa historiografia, mas da minha própria produção intelectual. Em quase duas centenas de páginas, expus um pouco mais do tanto que ainda existe para ser dito sobre a Fábrica de Tecidos de Camaragibe e sua Vila Operária.

À medida que a pesquisa documental avançava (ao passo em que a pandemia permitia), percebia-se que o “esquecimento” sobre Camaragibe não partia apenas da nossa academia. A dificuldade imposta era encontrar um outro tipo de fonte que não fosse as fontes oficiais da Fábrica e, mesmo assim, claramente enviesadas para reforçar uma representação sobre a mesma, fazia o nosso exercício ainda mais trabalhoso.

Aprofundei análises sobre os “Mundos do Trabalho” em Pernambuco, de início do século XX. Uma cidade com impactos recentes da Abolição de escravidão, migrações do Sertão para os centros urbanos, o Pernambuco do desenvolvimento industrial e da influência religiosa. Todos esses aspectos, permitiram uma visão mais acurada do nosso objetivo central, verificando os modos de vida dos trabalhadores de Camaragibe, suas formas de organização, suas resistências e os tensionamentos entre patrões e empregados.

No início do trabalho, afirmei que esta tese estava amparada nos pressupostos da história social, de influência de Thompson e Hobsbawn. A dedicação foi para que, em todas as páginas, uma história “vista de baixo” estivesse presente, assim como as singularidades inerentes a operários que trabalharam em uma fábrica e viveram em sua vila.

Por isso, a importância de abordar a forma com que as vilas operárias se instalaram no

Brasil, como parte de um projeto de aliança entre o capital e o Estado, sem deixar de observar peculiaridades do nosso recorte espacial, da influência do açúcar, da presença massiva de negros, uma vez que Recife, nos anos finais da escravidão, foi a província a receber maior contingente de pessoas oriundas do tráfico, se tornou um grande desafio.

A “organização cristã do trabalho”, proposta por Carlos Alberto de Menezes, às associações existentes dentro da Vila Operária de Camaragibe, composta por escolas, clube de oração, tiro e a sociedade mutualística, foram objetos de análise para que fosse alcançado os objetivos propostos.

Apresentei saltos em relação a minha dissertação no que diz respeito à participação dos trabalhadores, seja dentro ou fora do “chão de fábrica”. Esse compromisso assumido no início da tese foi um dos principais vetores de aprofundamento, uma vez que, na produção anterior, estive muito mais atrelado as querelas patronais e governamentais, algo que havia me deixado extremamente desconfortável e com intenção de aprofundar na História dos Trabalhadores, já que o presente trabalho verifica uma Vila Operária.

Devido aos esquecimentos historiográficos que acompanham a produção acerca das vilas de trabalhadores no Nordeste do Brasil, ainda existe muito a ser explorado. Dessa forma, a minha tese representa apenas uma pequena parcela do que pode vir a ser pesquisado nesse sentido, tanto no campo dos “Mundos do Trabalho”, mas no campo da Memória dos antigos moradores e descendentes diretos que ainda estão vivos, do patrimônio fabril, o qual vem sendo, frequentemente, delapidado e/ou alvo da especulação imobiliária e do descaso dos órgãos públicos.

Se a Arquitetura já se debruçou bastante sobre as vilas operárias, a História ainda possui um longo caminho, em especial nas regiões fora do que se convencionou chamar de “História nacional” (leia-se Sudeste). Processos de patrimonialização e preservação são campos profícuos e férteis para futuras abordagens de historiadores nordestinos ou não, que queiram desbravar o desenvolvimento industrial em uma região considerada periférica, em contraposição às análises cristalizadas de uma historiografia nacional que não condizem com a experiência do local. O espelhamento de que imigrantes europeus estavam a frente dos movimentos de resistências, ou que o Nordeste Brasileiro era apenas marcado pela seca, fome e poucas indústrias, não condiz com o que foi demonstrado ao longo do trabalho.

E mesmo na esfera dos “Mundos do Trabalho” ainda há muito a ser dito e pesquisado. Conta-se nos dedos de uma mão os autores que se dedicaram a pesquisar a Fábrica de Tecidos de Camaragibe. E as demais fábricas? A Fábrica da Torre, a Fábrica da Tacaruna, a Fábrica da Macaxeira, entre outras? Os três empreendimentos citados possuíram vilas operárias, seus

agentes participaram ativamente da política local, seus trabalhadores resistiram, fizeram greves, acordos, se organizaram desde um clube musical a uma sociedade mutualística.

Ou seja, este trabalho não pretende, em hipótese alguma, ser definitivo ou contar toda a História sobre a Fábrica de Tecidos de Camaragibe. O intuito é encorajar futuras produções de dissertações, artigos científicos e teses que possam, cada vez mais, dar visibilidade a sujeitos escanteados da chamada historiografia nacional, que habitavam lugares específicos e que promoviam experiências singulares a esses sujeitos.

A Fábrica de Tecidos de Camaragibe, com sua extensa documentação oficial, situada no acervo da Fundação Joaquim Nabuco, em Recife, permite que trabalhos que tenham como foco o viés religioso, possam se debruçar de maneira mais acintosa na biografia de Carlos Alberto de Menezes e na documentação do Clube de Oração, existentes dentro da Vila.

Aos historiadores que se dedicam aos processos trabalhistas, seara que vem ganhando destaque nos últimos anos, com trabalhos volumosos sobre a Fábrica de Tecidos de Paulista, também conseguirão acesso a essas informações sobre Camaragibe, a depender do recorte cronológico escolhido.

Por fim, esta tese se dedica a verificar os trabalhadores em espaços não habituais. Se, por diversas vezes, a historiografia nos brinda com volumosas obras acerca dos movimentos sindicais, sobre as greves, organizações partidárias ou movimentos de caráter revolucionário, viemos por meio desta apresentar um outro prisma de análise.

Nem sempre os trabalhadores estão em disputa ininterrupta com seus patrões. Assim, verificar os tensionamentos e distensionamento nas relações é parte importante para compreendermos um pouco mais de uma esfera ainda negligenciada pela nossa historiografia. Acredito que os trabalhadores de Camaragibe não eram revolucionários como alguns desejavam, mas estavam longe de serem os manipulados, em estado de total submissão aos seus patrões. Viviam, sobreviviam, resistiam negociavam, como todos os trabalhadores que buscavam melhores condições de vida.



## REFERÊNCIAS

A ENCÍCLICA *Rerum Novarum*. *Rerum Novarum* (126 anos). Disponível em: Rerum Novarum: sobre a condição dos operários (15 de maio de 1891) | LEÃO XIII (vatican.va). Acessado em: 10 dez. 2021.

ALLAN, Ahmad. Deus, Diabo e Trabalho: doutrina social católica, anticomunismo e cultura jurídica trabalhista brasileira (1910-1945). Tese de Doutorado. PPGH-UFPR. Ano: 2015

ALMEIDA, Maria Auxiliadora de. Memórias- Círculo Católico de Pernambuco. 1. ed. Recife: Taruffis, 2000.

ALVES, Gabriela. É HORA DE SURGIR DO SONO, DE ESPERTAR DA INÉRCIA [...] E FAZER REFLORESCER A NOSSA RELIGIÃO”: a Restauração Católica em Pesqueira – PE (1889-1922). Dissertação de Mestrado em História. PPGH-UFPE. Ano: 2019.

AMARAL, Deivison. *Catolicismo e trabalho: a cultura militante dos trabalhadores de Belo Horizonte (1909-1941)*. Curitiba: Editora Appris, 2018.

AMARAL, Deivison. A corporação cristã em perspectiva transnacional: interações e transferências entre as organizações católicas para trabalhadores de Camaragibe (Brasil) e Val-des-Bois (França). *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 11, p. 1–23, 2019. DOI:10.5007/19849222.2019.e67231. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2019.e67231>. Acesso em: 22 de agosto de 2022.

BARROS, Souza. *A década de 20 em Pernambuco*. Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1985 - Pernambuco (Brazil). Ano: 1985.

BATALHA, Cláudio. Uma outra consciência de classe? O sindicalismo reformista na Primeira República. *Ciências Sociais Hoje*, 1990. São Paulo: Vértice. Ed. Revista dos Tribunais, 1990.

BATALHA, Cláudio. Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade. *Revista Brasileira de História*, v. 12, n. 23-24, set. 1991.

BATALHA, Cláudio. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos AEL*, v. 6, n. 10/11, Campinas: 1999.

BATALHA, Cláudio H M. “Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva”. In: DELGADO, Lucilia de A N. O Brasil Republicano 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BATALHA, Cláudio H M. Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente. In: Revista Mundos do Trabalho, vol. 2, n. 4, agosto-dezembro de 2010, p. 12-22.

BILHÃO, Identidade e Trabalho: análise da construção identitária dos operários - Porto Alegre 1898-1920. Tese de Doutorado. PPGH-UFRGS. Ano: 2005

BLOCH, Marc. *Histórias e historiadores*. Textos reunidos por Étienne Bloch. Tradução de Telma Costa. Lisboa: Teorema, 1998.

BORIN, Marta. Por um Brasil católico: tensões e conflitos no campo religioso da República. Tese de Doutorado, PPGH-UNISINOS. Ano: 2011

BOURDIEU, Pierre. A Distinção: crítica social do julgamento. São Paulo/Porto Alegre, EDUSP/Zouk, 2009

BRESCIANI, Maria Stella M. Londres e Paris no século XIX. O espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CABRAL, Alcileide. El Movimiento Feminista en Recife y la ciudadanía política: un debate en torno al sexismo en la política republicana (1931-1934. ) Ano:2012

CARONE, Edgar. *A República Velha: instituições e classes sociais*. São Paulo; DIFEL, 1970.

CARONE, Edgard. CARONE, Edgard. *O pensamento industrial no Brasil: 1880-1945*. São Paulo: Difel, 1977.

CASTELLUCI, Aldrin. *A luta contra a adversidade: notas de pesquisa sobre o mutualismo na Bahia (1832-1930)*. Revista Mundos do Trabalho 2 (4), 40-77 Ano: 2010

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril*. Cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão*. Ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras. 2012

CHEVALIER, Louis. *Classes labourises et classes dangereuses a Paris, pendant la première moitié du XIX siècle*. Paris: Hachette, 1984.

CASTELLUCI, Aldrin. “A luta contra a adversidade: notas de pesquisa sobre o mutualismo na Bahia (1832-1930). *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 2, n. 4, p. 40–77. Ano:2010.

CONTANTINO, Núncia Santoro de. Na cidade gaúcha. In: De pioneiros a cidadãos: imagens da imigração Italiana no Rio Grande do Sul (1875–1960). CONSTANTINO, Núncia Santoro;

PIAZZA, Cleodes Piazza; RIBEIRO, Júlio (orgs.). Porto Alegre: Consulado Geral da Itália no Rio Grande do Sul, 2005.

CORREIA, Telma de Barros. *Moradia e trabalho: O desmonte da cidade industrial. Anais do VII Encontro Nacional da ANPUH-RJ*. Rio de Janeiro 1997.

\_CORREIA, Telma de Barros. De vila operária a cidade-companhia: as aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n. 4, maio 2001.

VALE, Eltern Campina. “Operários. Uni-vos”: experiência e formação de classe na Fábrica de Tecidos Rio Tinto (Paraíba, 1924-1945) Tese de Doutorado em História. PPGH-UFPE. Ano: 2018

COSTA, Emilia, Viotti. A nova face do movimento operário na Primeira República. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, 1982.

COSTA, Emilia, Viotti A dialética invertida: 1960–1990. *Revista Brasileira de História*, 14 (27): 9–26, 1994.

COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia a República: momentos decisivos*. 8 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

COUCEIRO, Sylvia. Costa. *Artes de viver a cidade: Conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer do Recife nos anos 1920*. Tese em História. UFPE. 2007.

COMBY, Jean. Para ler a história da Igreja II: do século XV ao século XX. Trad. Maria Stela Gonçalves, Adail V. Sobral. São Paulo: Loyola, 1994.

CONTANTINO, Núncia Santoro de. Na cidade Gaúcha. In: CONTANTINO, Nuncia Santoro de; RIBEIRO, Cleodes Piazza Julio (Orgs). *De Pioneiros a cidadãos: imagens da imigração Italiana no Rio Grande do Sul (1875–1960)*. Porto Alegre: Consulado Geral da Itália no Rio Grande do Sul, 2005.

CRUZ, Rafael. Associações Mutualistas e o mundo do trabalho. Os trabalhadores e suas organizações no Rio de Janeiro. (1861-1822) Dissertação de Mestrado. PPGH-UFF. Ano:2015

DECANDIA, Lúcia. O tempo invisível: da cidade moderna à contemporânea. *Margem* (PUCSP), São Paulo, v. 17, p. 181-195, 2003.

DECCA, Edgar De. *O nascimento das fábricas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. A Maldição do Trabalho: homens pobres, mendigos, ladrões, no imaginário das elites ... Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. *A maldição do trabalho: homens pobres, mendigos, ladrões... no imaginário das elites nordestinas – 1850/1930*. João Pessoa: Ed. Manufatura. 2004.

EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudança : a indústria açucareira em Pernambuco : 1840-1910*. Editora Paz e Terra. Ano:1977

ENGELS, Friedrich. Contribuição ao problema da habitação. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. Volume II. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d., p. 105-182.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo. 2008.

EMANOEL, Moraes. *A fábrica de tecidos da Macaxeira e a Vila dos Operários: a luta de classes em torno do trabalho e da casa em uma fábrica urbana com vila operária (1930-1960)*. Dissertação de Mestrado em História. PPGH-UFPE. Ano: 2017

FARIAS, Juliana Barreto; SOARES, Carlos Eugênio; GOMES, Flávio dos Santos. *No Labirinto das Nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

FAUSTO, *Trabalho urbano e conflito social*. 1977. Editora. Difel Difusão Editorial S.A

FERREIRA, Aldo. *A GREVE GERAL DE 1917 EM PERNAMBUCO NAS PÁGINAS DOS JORNAIS*. Dissertação de Mestrado em História. PPGH-UFRPE. Ano: 2021

FERRERAS, Norberto. Osvaldo. *O cotidiano dos trabalhadores de Buenos Aires (1880- 1920)*. Ed. da UFF. 2006.

FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos e vadios na Bahia do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, Salvador, 1994.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

FORTES, Alexandre. *Da solidariedade a assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário de Porto Alegre na primeira metade do século XX*. Cadernos AEL, Campinas, v. 6, n. 10/11, p. 171-218, 1999.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Editora Contexto. São Paulo. 1959.

GANDRA; SILVEIRA, *Nas margens da história: notas sobre os trabalhadores tradicionais e a historiografia*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho Ano: 2011.

GASPARETTO JÚNIOR, A. *Direitos sociais em perspectiva: seguridade, sociabilidade e identidade nas mutuais de imigrantes em Juiz de Fora/MG (1872-1930)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

GINZBURG, Carlo. *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*. In\_ . *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989

GOMES, César Leandro Santos. *Relatos de intolerância e ritos de violência: a presença dos conflitos entre protestantes e católicos em Alagoas e Pernambuco (1873-1910)*. . in: CLIO: Revista de Pesquisa Histórica (Online), Recife, vol. 38, 2020, pp. 317-343.

GUTTILLA, R. W. *A casa do santo e o santo de casa: um estudo sobre a devoção a São Judas Tadeu do Jabaquara*. São Paulo: Landy, 2006.

HOBBSAWM, Eric. *Os trabalhadores*. Editora: Paz e Terra. Ano: 1981.

HOBBSAWM, Eric. *Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo*. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

HOBBSAWM, Eric. O desafio da razão. Manifesto para a renovação da história. *RBSE. Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*. UFPB, v. 8. n. 23, Agosto, 2009.

JESUS, Ronaldo, Pereira. Associativismo entre imigrantes portugueses no Rio de Janeiro Imperial. *Revsita Mundos do Trabalho* (2) – Ano: 2014.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 7. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2013.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008.

LÊNIN, Vladimir I. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Editora: Boitempo: 2021.

LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil (das origens aos anos 20)*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1991.

LIMA, Lúcio Renato Mota. O apostolado dos padrões: limites e possibilidades de um plano industrial disciplinar-religioso em uma fábrica têxtil (Camaragibe, 1891-1908). Dissertação em História. UFPE Recife, 2012. Disponível em:

<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/11033/1/vers%C3%A3o%20definitiva%20Dissert%20L%C3%BAcio.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2021

LINHARES, Hermínio. *Contribuição as lutas operárias no Brasil*. Editora: Alfa Ômega. Ano: 1977.

LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na “Cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero/Universidade de Brasília/MCT/CNPq, 1988.

LUCA, Tânia Regina de. *O sonho do futuro assegurado: o mutualismo em São Paulo*. São Paulo: Contexto, 1990.

MAC CORD, Marcelo. *Andaimos, casacas, tijolos e livros: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880*. Tese de Doutorado. História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Ano: 2009

MAC CORD, Marcelo; BATALHA, Cláudio H. (Orgs.). *Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*. Campinas: Unicamp, 2014.

MACHADO, José Nemésio. A contribuição batista para a educação brasileira. Rio de Janeiro: JUERP, 1994.

MARTINS, Angela M. R. Palavras e imagens que fazem sonhar: imprensa libertária e representações da revolução social (*A Plebe*, 1919). *Maracanan*, n. 3, 2005/2007.

MARX, Karl. *Trabalho assalariado e capital*. 4 ed. São Paulo: Global Editora, 1987.

MATTOS, Hebe M. Memórias do cativo: narrativas e etnotexto. *História Oral*, v. 8. 2009.  
MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidos e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

MATTOSO, Kátia de Queiróz. *Ser escravo no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2017.

NASCIMENTO, Luiz do. História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954). Vol. II – Diários do Recife – 1829/1900. Recife: Imprensa Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 1966.

ORTIZ, Renato. *Cultura e modernidade: a França no século XIX*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1991.

PEREIRA, Nilo. A encíclica *Rerum Novarum* em Pernambuco. *Ciência & Trópico*, v. 19, n. Z, p. 287-294, Recife, jul./dez. 1991.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. 4 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2006.

PERRUCCI, Gadiel. *A República das usinas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. A produção historiográfica brasileira sobre o movimento operário fora do eixo Rio-São Paulo. Simpósio Nacional de História, 23, 2005, Londrina. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz*. Londrina: ANPUH, 2005. Disponível em: CD-ROM.

PINHEIRO, Paulo Sergio; HALL, Michael. *A classe operária no Brasil*. Vol. I. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1979.

PINHEIRO, Paulo Sérgio & HALL, Michael. *A classe operária no Brasil*. (Documentos, vol. I). São Paulo, Brasiliense, 1979.

PINHO, Carlos Eduardo Romeiro. 1918, a Gripe Espanhola aporta no Recife. In: ANPUH – SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22, 2003, João Pessoa, 2003.

POPINIGIS, Fabiane. *Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca, 1850-1911*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23 ed, São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

PRADO Jr., Caio. *A revolução brasileira*. 6 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966.

QUEIRÓS, Cesar Augusto B. (Org.). Dossiê História Social do Trabalho na Amazônia. REVISTA LITTERIS. Manaus, v. 1, n. 14, set. 2014.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*; 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

REIS, João José. *Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

REPERTÓRIO estatístico do Brasil, quadros retrospectivos. Séries Estatísticas Retrospectivas. Vol. 1. Rio de Janeiro: IBGE, 1986, p.13. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/colecao\\_digital\\_publicacoes\\_multiplo.php?link=serieestatistica\\_srestrospectivas&t](https://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes_multiplo.php?link=serieestatistica_srestrospectivas&t). Acesso em: 25/01/2022

REZENDE, Antônio Paulo. Recife: que História é essa?. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1987.

REZENDE, Antônio Paulo. (Des)Encantos Modernos. Histórias da Cidade do Recife na Década de Vinte. Recife:Universitária, 1997.

RIBEIRO, Emanuela Sousa Ribeiro. *Modernidade no Brasil. Igreja Católica, identidade nacional, práticas e estratégias intelectuais: 1889 – 1930*. Dissertação de Mestrado. PPGH – UFPE. Ano: 2009.

SANTOS, João Marcos Leitão. A inserção do protestantismo em Pernambuco. 1860-1891. Tese de Doutorado: USP. Ano: 2008

SANTOS, Jovelina Silva dos. Círculos operários no Ceará: Uma ausência historiográfica. Revista Trajetos. UFC. Vol 2. Ano: 2003.

SANTOS, Emanuel Moraes Lima dos. *A Fábrica de Tecidos da Macaxeira e a Vila dos Operários: a luta de classes em torno do trabalho e da casa em uma fábrica urbana com vila operária (1930-1960)*. Dissertação (Mestrado em História) - UFPE. 2017.

SANTOS, Marcos Alessandro Neves dos. *Vilas operárias: centros de ordem e exclusão na Vila Operária de Camaragibe (1900 – 1929)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9563>. Acesso em:

21 mar. 2022

SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. In: BATALHA, Claudio; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (Orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2004.

SILVA, Luíz. História; Epidemias; Doenças transmissíveis; Gripe Espanhola, 1918-1919. Ano: 2017

SILVA JÚNIOR, Adhemar Lourenço. Abordagem preliminar acerca do mutualismo de “classe média”. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. ANPUH – SP. Ano: 2011.

Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/32-snh26?start=2260>.

SOUZA, Mônica Martins de. *Entre a cruz e o capital: as corporações de ofício no Rio de Janeiro após a chegada da família real, (1808-1824)*. Ano: 2008. Disponível em: [http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204431/4101444/entre\\_cruz\\_capital.pdf](http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204431/4101444/entre_cruz_capital.pdf).

SOUZA, Felipe. As cigareiras revoltosas e o movimento operário: história da primeira greve feminina do Recife e as representações das mulheres operárias na imprensa. *Cadernos de Pagu*. Vol 3. Ano: 2019.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira. Origem e desenvolvimento. (1855 – 1939)*. Editora Brasiliense. Ano: 1986.

TEIXEIRA, Flávio Weinstein. *As cidades enquanto palco da modernidade*. Dissertação (Mestrado em História). Recife: PPGH/UFPE, 1994.

THOMPSON, E.P. *A peculiaridade dos Ingleses e outros artigos*. Editora: Unicamp 1998.

THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária*. Vol. 1. *A árvore da liberdade*. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

THOMPSON, E.P. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

TOLEDO, Edilene. Um ano extraordinário: greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917. *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)* [online]. 2017, v. 30, n. 61.

VALE, Elter. Campina. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2018.

VISCARDI, Cláudia M. R. O estudo do mutualismo: algumas considerações historiográficas e metodológicas. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 2, n. 4, p. 23-39, 2010.

VISCARDI, Cláudia M. R. Experiências da prática associativa no Brasil (1860-1880). *Topoi, Revista de História*, Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ; 7 Letras, v.9, n.16, p.117-136. Ano: 2013.

VISCARDI, Cláudia M. R. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel A. (Org.). *As esquerdas no Brasil: a formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Ano: 2021.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Companhia das Letras: 2004.

XAVIER, Regina Célia Lima (Org.). *História da escravidão e da liberdade no Brasil Meridional*. Guia bibliográfico. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.



### BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALVIM, Rosilene; LEITE LOPES, José Sergio. Famílias operárias, famílias de operárias. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 5, n. 14, p. 7-17, out. 1990.

ANTUNES, Fátima Martin Rodrigues Ferreira. *Futebol de fábrica em São Paulo. 1992*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de. *O batismo do trabalho: a experiência de Lindolfo Collor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

BARBOSA, Orris. *Seca de 32: impressões sobre a crise nordestina*. 2 ed. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado. 1998.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX. In: MORAES, João Quartim de (org.). *História do marxismo no Brasil*. Vol. 2: os influxos teóricos. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1995.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. Uma outra consciência de classe? O sindicalismo reformista na Primeira República. *Ciências Sociais Hoje*, 1990. São Paulo: Vértice. Ed. Revista dos Tribunais, 1990. BIONDI, Luigi. Sociedades italianas de socorro mútuo e política em São Paulo, entre o século XIX e o século XX. *Travessia*. São Paulo, n. 34, p. 5-12, maio-agosto 1999.

BLAY, Eva. *Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1985.

CARONE, Edgar. *A República Velha: instituições e classes sociais*; São Paulo: DIFEL, 1970.

CARONE, Edgar. *Movimento operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo: Difel, 1979.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTELUCCI, Aldrin A S. Centro Operário da Bahia: Mutualismo e Jogo Oligárquico. *XXI Simpósio Nacional de História*. Niterói, 2001. Niterói. Livro de resumos – XXI Simpósio Nacional de História. A História no Novo Milênio: entre o individual e o coletivo. Niterói: ANPUH/UFF, 2001, p. 301.

CASTELUCCI, Aldrin A S. Centro Operário da Bahia: Mutualismo e Jogo Oligárquico. *Orbis. Ciência- Cultura-Humanidades*, n. 4, set. 2002. Disponível em: <http://www.orbis.ufba.br/artigo2.htm>. Acesso em: 26 nov. 2002.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas: Editora da UNICAMP. 2001.

COLLIER, Eduardo. *Carlos Alberto de Menezes: pioneirismo sindical e cristianismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CORBIN, Alain. *Saberes e odores*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CORREIA, Telma de Barros, Khaled Ghoubar, and Yvonne Mautner. Brasil, suas fábricas e vilas operárias. *Pós Revista Programa Pós-Graduação Arquitetura e Urbanismo*, FAU-USP, n. 20, p. 10-32, 2006.

CORREIA, Telma de Barros; PANET, Amélia. Arquitetura e etnologia na gestão de uma memória coletiva. João Pessoa: *Revista do UNIPÊ*, Ano XIV, n. 1, 2010.

CORD, Marcelo Mac. E. P. Thompson, a historiografia brasileira e a valorização das experiências dos trabalhadores. *Trabalho Necessário*, ano 12, n. 18, 2014.

CRUZ, Rafael, Almeida. Associações mutualistas e os mundos do trabalho: os trabalhadores e suas organizações no Rio de Janeiro (1861-1882). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense: 2015

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo 1927- 1934*. Front Cover. Maria Auxiliadora Guzzo Decca. Editora Paz e Terra, 1987.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo: Difel, 1977. FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América. A imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: EDUSP, 1999.

FORTES, Alexandre. Da solidariedade à assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário na primeira metade do século XX. *Cadernos AEL. Sociedades operárias e mutualismo*. Campinas: UNICAMP/IFCH, v. 6, n. 10/11, p. 171-220, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

GASPARETTO JÚNIOR, Antônio. Sociedade Auxiliadora Portuguesa: práticas de sociabilidade e de seguridade de trabalhadores lusitanos na cidade de Juiz de Fora (MG), 1891-1950. *V Congresso Internacional de História*. 2011.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In.\_\_\_\_\_. *Mitos*,

*emblemas, sinais: morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros*. Verdadeiro, falso, fictício. Tradução de Rosa Freire de Aguiare Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

GÓES, Maria da Conceição Pinto de. *Formação da classe trabalhadora; movimento anarquista, 1888-1911*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/Fundação José Bonifácio, 1989.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *Burguesia e trabalho*. Política e legislação social no Brasil 1917- 1937. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

HOBBSAWM, Eric. A produção em massa de tradições: Europa, 1879 a 1914. In: *Erados extremos: o breve século XX (1914 – 1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOBBSAWM, Eric. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paze Terra, 2015.

HOBBSAWM, Eric J.; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

KONRAD, Diorge Alceno. O fantasma do medo: O Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos socio políticos. (1930-1937) Tese de Doutorado. PPGH-UNICAMP. Ano: 2004.

LACERDA, David P. Solidariedade entre ofícios: a experiência mutualista no Rio de Janeiro imperial (1860-1882). 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2011.

LONER, Beatriz Ana. *Classe operária: mobilização e organização em Pelotas: 1888 – 1937*. Porto Alegre, 1999. Tese (Programa de Pós-graduação em Sociologia) – IFCH, UFRGS, 1999.

LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe*. Operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930). Pelotas: Editora UFPel/Unitrabalho, 2001.

LONER, Beatriz Ana. A lenta construção de identidades em comum entre trabalhadores no final do Império. *Jornadas de História do Trabalho*, Pelotas, nov. 2002.

LUCA, Tânia Regina de. *O sonho do futuro assegurado: o mutualismo em São Paulo*. São Paulo: Contexto, 1990.

MAC CORD, Marcelo. *Andaimas, casacas, tijolos e livros: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2009.

MAC CORD, Marcelo; BATALHA, Cláudio H. (Orgs.). *Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*. Campinas: Unicamp, 2014.

MELO, Maria das Neves Medeiros de. *Migração de retorno: distribuição espacial e dinâmica econômica no Estado de Pernambuco* Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, 2014. Disponível em:

[https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11055?locale=pt\\_BR](https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11055?locale=pt_BR). Acesso em: 21 set. 2021.

NASCIMENTO, Luiz do. *História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)*. Vol. II – Diários do Recife – 1829/1900. Recife: Imprensa Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 1966.

NOMELINI, Paula Christina. *Associações operárias mutualistas e recreativas em Campinas (1906-1931)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2007.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. A produção historiográfica brasileira sobre o movimento operário fora do eixo Rio-São Paulo. Simpósio Nacional de História, 23, 2005, Londrina. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz*. Londrina: ANPUH, 2005. Disponível em: CD-ROM.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. A circulação da imprensa operária brasileira no final do século XIX e primeiras décadas do XX. In: QUEIRÓZ, César Augusto Bubolz; ARAVANIS, Evangelia (Orgs.). *Cultura operária: Trabalho e resistências*. Brasília-DF: Ex Libris, 2010.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. Ainda o movimento operário como objeto historiográfico. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 8, dezembro de 1997.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz, LUCAS, Maria Elizabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)*. Porto Alegre: Ed. da Universidade-UFRGS/Tchê!, 1992.

PINHEIRO, Paulo Sérgio, HALL, Michael M. *A classe operária no Brasil, 1889- 1930*. Vol. II Documentos. Condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PONTUAL, Virgínia. Tempos do Recife: representações culturais e configurações urbanas. *Revista Brasileira de História*, v. 12, n. 42, São Paulo, 2001.

SILVA, André Freitas da. *A indústria têxtil e o processo de desenvolvimento em Pernambuco*. Recife: UNICAP, 1999.

SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. Etnia e classe no mutualismo do Rio Grande do Sul (1854-1889). *Estudos Ibero-americanos*, Porto Alegre, v. XXV, n. 2, p. 147-174, 1999.

SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940)*. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2004.

TRAMONTANO, Marcelo Cláudio. *Novos modos de vida, novos espaços de morar*. Paris, São Paulo, Tokyo. Tese (Doutorado em Arquitetura) - FAU-USP. São Paulo, 1998.

VIANNA, Mônica Peixoto. *Habitação e modos de vida em vilas operárias*. Monografia (Trabalho Final de Disciplina) - USP, São Paulo, 2004.

VITORINO, Arthur José Renda. Escravismo, proletários e a greve dos compositores de 1858 no Rio de Janeiro. *Cadernos AEL*, Campinas, v. 6, n. 10/11, p. 69-108, 1999.

### FONTES DOCUMENTAIS

17º Relatório da Companhia Industrial Pernambucana. Acervo: CEHIBRA/FUNDAJ.

Acervo pessoal. FUNDAJ – CEHIBRA.

Acervo pessoal de Othon Lhyns Bezerra de Mello. Ano: 1904. Fundação Joaquim Nabuco. CEHIBRA.

Anais do Primeiro Congresso de Medicina. Vol. I. Memorial de Medicina da UFPE. Acervo físico, 32p.

*A Província*, Recife, edição de 21 mar. 1917. APEJE.

*A Província*, Recife, edição de 16 ago. 1917. APEJE.

*A Província*, Recife, edição de 08 dez. 1928. Arquivo Jordão Emerenciano - APEJE.

Atas do Conselho Corporativo – 1904 até o ano 1906. Pasta 03. Arquivo da Fundação Joaquim Nabuco. CEHIBRA.

Anais do Primeiro Congresso de Medicina. Memorial de Medicina da UFPE. Acervo físico.

Balanco da CIPER, 1902. Acervo FUNDAJ – CEHIBRA.

CEHIBRA. Pasta Miscelânea, 1912.

CEPE. Disponível em: <http://www.cepedocumento.com.br/>). Acesso em: 07 abr. 2022.

Companhia Industrial Pernambucana, 1º Relatório. Arquivo: CEHIBRA/FUNDAJ.

Entrevista concedida por Othon Bezerra de Mello, ao *Jornal do Brasil*, em 1928. *Jornal A Diário de Pernambuco*, edição de 19/05/1920. Acervo: Jordão Emerenciano.

Discurso de Pierre Collier, antes de uma reunião da Mutualística de Camaragibe. 1910. Acervo pessoal. FUNDAJ/CEHIBRA.

*Documentário ilustrado do Tri-Centenário da Restauração Pernambucana, 1654- 1954*.

*Jornal do Comércio*, edição de 1923, Arquivo Jordão Emerenciano – APEJE.

*Jornal do Recife*, edição de 12 mar. 1906. APEJE

*Jornal do Recife*, edição de 04 ago. 1917. APEJE

*Jornal do Recife*, edição de 19 jun. 1918. APEJE

*Jornal Pequeno*, edição de 12 ago. 1907. APEJE

*Jornal Pequeno*, edição de 12 set. 1901. APEJE

*Jornal Pequeno.*, edição de 23/06/1910. APEJE

*Jornal Pequeno*, edição de 1911, na Fábrica de Camaragibe.

*Jornal Pequeno*, edição de 27 ago. 1911. APEJE

Relatório da Companhia Industrial Pernambucana de 1907. Pasta Intelectual. Acervo: FUNDAJ/CEHIBRA.

Relatório dos Acionistas de 1906. Acervo pessoal. FUNDAJ/CEHIBRA.

Relatório dos Acionistas de 1912. Pasta Miscelânea. FUNDAJ/CEHIBRA

*Revista Almanaque de Pernambuco*, edição de 1908. Edição número 11.

*Tribuna do Povo*, edição de 10 mar. 1918. APEJE.

*Tribuna do Povo*, edição de 20 mar. 1918. APEJE.

*Tribuna do Povo*, edição de 20 maio 1918. APEJE.

*Tribuna do Povo*, edição de 19 jun. 1918. APEJE.

*Tribuna Operária*, edição de 06 maio 1902. APEJE